

ex æquo

ex æquo

Revista semestral • N° 52, 2025 • preço: 15€

Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

Edições Afrontamento

2025

ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
Revista semestral • N.º 52, dezembro 2025

Diretora

Virgínia Ferreira – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Diretoras/es Associadas/os

Cristina C. Vieira – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Maria João Silveirinha – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Lina Coelho – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Rosa Monteiro – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Carla Cerqueira – Universidade Lusófona do Porto

Edna Falorca da Costa – Departamento de Ciência Política, Universidade do Minho

Diretoras de Secções

Cristina C. Vieira – Recensões; Maria João Silveirinha – Estudos e ensaios

Diretoras Anteriores

Virgínia Ferreira (1999-2003); Helena Costa Araújo (2003-2007); Teresa Pinto (2007-2014)

Revisão: Teresa Mourinho Tavares

Coordenação do dossier: Maria João Faustino, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal; Isabel Ventura, CEMRI – Universidade Aberta, Portugal; Alessia Tranchese, University of Portsmouth, UK.

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

NIPC: 502914513

N.º Registo no ex-ICS, atual ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 123506

ISSN: 0874-5560; ISSN eletrónico: 2184-0385

Depósito Legal: 136336/99

Sede da Redação: Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, 1300-054 Lisboa

Telefone: 962730527 **E-mail:** apem1991@gmail.com

URL: <http://exaequo.apem-estudos.org/>

Edição: Edições Afrontamento

Sede da Editora: Edições Afrontamento, Rua de Santa Catarina, 895 – 2º Dtº – 4000-455 Porto / geral@edicoesafrontamento.pt

Capa: Departamento Gráfico/Edições Afrontamento

A ex æquo é uma revista com dupla arbitragem científica, sob anonimato.

DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.00>

Indexação: SCOPUS – <https://www.scopus.com/sources>;

SciELO Citation Index da Thomson Reuters: *SciELO Citation Index*

http://wokinfo.com/products_tools/multidisciplinary/scielo/;

SciELO/Portugal – Scientific Eletronic Library Online:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=0874-5560&lng=pt;

DOAJ (Directory of Open Access Journals) – <https://doaj.org/toc/2184-0385>

SHERPA/RoMEO: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/issn/0874-5560/pt/>

Catálogo Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal:

<http://www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=14734>;

ERIH PLUS (European Reference Index for the Humanities):

<https://dbh.nsd.uib.no/publiseringskanaler/erihplus/periodical/info?id=482587>;

Qualis CAPES (Brasil): <https://qualis.capes.gov.br/>

Nota: Ver Estatuto Editorial e composição do Conselho Científico no final da revista.

ÍNDICE

Editorial da <i>ex æquo</i> 52.....	5
<i>Virgínia Ferreira</i>	
Dossier: Consentimento e violência sexual Consent and Sexual Violence	
Introduction – A Feminist Conversation on Consent and Sexual Violence: Continuum, Contradiction, or Conundrum?	12
<i>Maria João Faustino & Alessia Tranchese</i>	
Moving Beyond Sexual Consent: Exploring Mutuality as a Standard for Sexual Ethics. An Interview with Sharon Lamb	21
<i>Maria João Faustino</i>	
Perceptions of Consent Among College Students: The Effects of Perpetrator, Target, and Perceiver Gender	30
<i>Frank Kotey, Maureen C. Kenny & Jasmin Hernandez</i>	
#MeToo e academia: uma análise das percepções de docentes e investigadoras portuguesas.....	46
<i>Maria Helena Santos, Maria João Faustino, Carla Cerqueira & Júlia Garraio</i>	
As relações de intimidade entre casais heterossexuais: do desejar ao consentir	64
<i>Iolanda Fontaínhas & Ana Maria Brandão</i>	
A violência sexual nas relações de namoro entre jovens em Portugal: o consentimento para beijar e ter relações sexuais.....	80
<i>Ana Simão Marques, Margarida Pacheco, Cátia Pontedeira, Camila Iglesias & Liliana Rodrigues</i>	
Violência sexual em Portugal: uma análise do discurso mediático na imprensa online..	98
<i>Ana Guerreiro, Sandra Lemos, Tatiana Mendes & Liliana Rodrigues</i>	
Image-Based Sexual Abuse: Changes in the Portuguese Criminal Framework	116
<i>Mariana Vilas Boas</i>	
FORCE: A costura como prática feminista da arte contra a cultura do estupro e promoção do consentimento	131
<i>Gabriela Traple Wieczorek</i>	
“A literatura é esse espaço da liberdade, onde a gente pode fazer o que quiser”. Entrevista com Tatiana Salem Levy	150
<i>Júlia Garraio</i>	
Estudos e ensaios	
Regime militar brasileiro e mulheres indígenas: violências e resistências	162
<i>Eduardo Vergolino & Gabriela M.P. Lins Vergolino</i>	
Narrativas e ilustraciones de mujeres indígenas y artesanas en Ecuador	177
<i>Fanny Tubay-Zambrano</i>	
“Me siento como... deconstruido”: masculinidades e igualdad de género en la serie española <i>Machos Alfa</i> (Netflix: 2022-)	196
<i>Sonia Dueñas Mohedas, Natalia Martínez Pérez & Nerea Cuenca-Orellana</i>	

Las chicas hablan: experiencias de las adolescentes en las clases de Educación Física e interés por los estudios en Ciencias de la Actividad Física y el Deporte.....	213
<i>Laura Moreno-Vitoria, María-Nieves Sánchez-Díaz, Paula Bianchi & Ruth Cabeza-Ruiz</i>	

Recensões

Os sentidos do consentimento: desafios para o enfrentamento da violência sexual. Recensão de <i>El sentido de consentir</i> , de Clara Serra. Nuevos Cuadernos Anagrama, 2024	233
<i>Mariana T. de Aquino Ribeiro & Marcos Nascimento</i>	
<i>Feminismos em Educação: das margens aos epicentros epistemológicos dos estudos da infância</i> , de Andrea Moruzzi. Editora Dialética, 2025.....	238
<i>Daniela Sofia Neto</i>	
<i>Por uma História com mulheres: compreensões e caminhos em classe, raça e gênero</i> , coordenado por Pâmela Peres Cabreira & Livia Cassemiro Sampaio. Desalinho Publicações, 2022	242
<i>Teresa Pinto</i>	
<i>Women, the Arts, and Dictatorship in the Portuguese Speaking Context: Tensions, Disputes and Post-Memory Heritage</i> , organizado por Ana Gabriela Macedo, Margarida Esteves Pereira, Joana Passos & Márcia Oliveira. De Gruyter, 2024.....	246
<i>Sandra Leandro</i>	

Os conteúdos dos textos publicados são da responsabilidade de quem os assina, não refletindo, necessariamente, a posição da APEM ou da Direção da *ex æquo*.



DIAMOND
OPEN
ACCESS

A *ex æquo* integra a categoria de *Open Access Diamond Journals*, por ser de acesso livre para quem lê e para quem nela publica (sem qualquer pagamento) / *ex æquo* is an *Open Access Diamond Journal* – free of charge for readers and for authors.

Relembramos que a *ex æquo* está indexada nas seguintes plataformas:



Scopus



SciELO Portugal



DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS



ERIH PLUS
EUROPEAN REFERENCE INDEX FOR THE
HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCES



Clarivate
Analytics



Web of Science
Trust the difference



latindex
Sistema Regional de Información en Línea para
Revistas Científicas de América Latina, el Caribe,
España y Portugal

Este é o último número da *ex æquo* a ser publicado nesta modalidade. A partir do próximo ano, a revista passará a ser publicada em contínuo. Os dossiers temáticos continuarão a constituir a secção principal de cada número, mas em todas as secções os contributos irão sendo disponibilizados à medida que termina o respetivo processo de produção: submissão/triagem/avaliação por pares/reformulação/ publicação. Assim, no número 53, teremos um conjunto de textos incluídos num dossier sobre **“Género e arte”**, no seguinte sobre **“Estudos de Género na era digital”** e, no primeiro de 2027, sobre a condição de mulheres **“Feministas e católicas: dogmas, desafios e lutas”**.

Anunciamos também uma outra mudança importante. A revista vai migrar de forma completa para a plataforma *Open Journal Systems* (OJS), desenvolvida pelo Public Knowledge Project (PKP). Quase todos os números da revista migraram para esta plataforma e quase todas as fases de produção dos textos serão geridas no seu âmbito. Estas mudanças têm estado a ser preparadas, respondendo a exigências de maior transparência e acessibilidade do conhecimento produzido e ambicionando maior reconhecimento das concretizações da *ex æquo*, a revista da APEM. Estes dois quesitos irão ser alcançados através da maior interoperabilidade com outras plataformas.

No dossier temático do número 52 da *ex æquo* são disponibilizados os contributos submetidos em resposta ao apelo lançado sobre a temática **“Consentimento e violência sexual”**, tendo a sua coordenação sido assegurada por **Maria João Faustino**, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, **Isabel Ventura**, do Centro da Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta de Lisboa, ambas de Portugal, e **Alessia Tranchese**, da Faculty of Humanities and Social Sciences da University of Portsmouth, do Reino Unido.

* Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 3000-995 Coimbra, Portugal.

Endereço postal: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.

Endereço eletrónico: vf.virginiaferreira@gmail.com

As questões do consentimento na problemática da violência sexual têm vindo a ganhar visibilidade tanto nas políticas públicas que a combatem como na literatura que a aborda. A violência de género afeta os destinos das mulheres em todo mundo. Nas situações de conflito essa violência atinge expressões inauditas, ilustrando o quanto a violência sexual até atua como meio de coerção geopolítica. O mundo finalmente reconheceu isso há mais de trinta anos na sequência da guerra dos Balcãs, como o relembra hoje no genocídio em curso na Palestina (United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner 2024). Mesmo sem ser em contextos de guerra, é notório que a violência sexual tem por base a assunção de que alguns corpos, em especial de mulheres e raparigas, podem ser considerados recompensas, troféus de quem tem mais poder.

A problemática do consentimento tem estado no centro das políticas públicas de combate à violência sexual, em especial desde que foi acordada a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, usualmente designada por Convenção de Istambul. Esta Convenção, ao conceber “todas as formas de violência contra as mulheres como violência de género” (Sottomayor 2015, 105), suscitou vivos debates em torno de muitas das definições nela estabelecidas. Uma dessas definições contestadas é a de consentimento. No seu n.º 2 do art. 36.º, é estabelecido que “o consentimento tem de ser prestado voluntariamente, como manifestação da vontade livre da pessoa, avaliado no contexto das circunstâncias envolventes” (Conselho da Europa 2013, 20). Na transposição deste dispositivo para os quadros jurídicos nacionais, e na respetiva aplicação, têm surgido muitas questões sobre as expressões e significados do consentimento e do constrangimento, assim como a sua articulação. Também tem sido suscitada a questão de saber se o ónus da prova de dissentimento ou não-consentimento livre e expresso deve ser imputado às vítimas, sobretudo quando marcadas por qualquer vulnerabilidade, seja ela etária, ou de capacidade ou de estado de saúde ou de condição momentânea. Os debates incluem os aspetos da aplicação da lei quanto ao designado consentimento constrangido por “simples” ameaças, ou pelo número de agressores, ou pelo local e contexto. Vemos, assim, que a noção de consentimento se reveste de uma enorme complexidade e a sua interpretação legal é um enorme desafio, nomeadamente porque se obnubila uma dimensão importante do texto da Convenção de Istambul: a avaliação das circunstâncias envolventes.

Tal não tem impedido que a questão do consentimento seja central em muitas das políticas públicas alegadamente de combate à violência sexual. Esta aplicação decorre da adoção de uma matriz individualista, neoliberal, que enquadra as práticas de consentimento ou de não-consentimento na dimensão relacional interpessoal, ignorando as relações de poder e culturais no seio das quais ocorrem. Esta matriz supõe que as mulheres têm a capacidade de escolha autónoma, livre, independentemente das dinâmicas de poder e das normas sociais que presidem às suas experiências e que, de algum modo, tornam indefinidas as fronteiras entre

consentimento, dissentimento ou consentimento constrangido e, em última instância, entre sexo voluntário e coercivo. Como afirmei em outro lugar, é difícil destrinçar o que há de sexual na violência sexual (Ferreira 2011).

A *ex æquo* não podia deixar de apelar a contributos sobre esta temática que, a nível hegemónico, parece seguir os padrões das soluções preconizadas nas políticas de combate à violência doméstica – a quebra do silêncio da parte das vítimas. As linhas do diagnóstico são, no entanto, claras, ainda que abstratas: a dominação masculina e as desigualdades de género são apontadas como a principal causa da violência sexual e da violência doméstica. O problema da violência é, contudo, identificado como problema das mulheres, sendo o coletivo masculino isentado da definição de “grupo problemático”. Assim, apesar de o grupo de agressores ser maioritariamente masculino, as soluções são centradas nas mulheres. Pede-se-lhes que denunciem, mas em seguida impõe-se-lhes o ónus da resistência ativa e a respetiva prova. Nos tribunais, toda a atenção é centrada no comportamento da vítima não sendo perguntado ao agressor, como sugeriu, por exemplo, Maria João Faustino em entrevista recente, “como é que soube que a vítima queria ter sexo” (Câncio 2025). Faltam medidas educativas globais, que vão além de políticas de proteção das vítimas. Os estudos têm mostrado a necessidade de relevância da implementação de intervenções dirigidas a homens e rapazes para os sensibilizar sobre a importância de erradicar o sexo coercivo nas relações íntimas.

Têm sido muito poucas as entrevistas publicadas pela revista. Neste número apresentamos duas com perspetivas muito próprias sobre a questão do consentimento. No caso da primeira, com Sharon Lamb, realizada por Maria João Faustino, podemos encontrar a argumentação a favor do conceito de mutualidade, como concetualização alternativa ao paradigma do consentimento. Na entrevista que fecha os textos do dossier temático com Tatiana Salem Levy, é explorado o potencial da literatura para melhor compreender as sequelas traumáticas produzidas pela violência sexual. Para uma revista, as entrevistas são um recurso valioso para dar a conhecer a obra de autoras e autores doutro modo inacessíveis, de uma maneira mais direta, de algum modo despida do hermético jargão académico, sem que, no entanto, as ideias se tornem simplistas. Temos a intenção de explorar mais esta modalidade de difusão de conhecimento, aproveitando o seu potencial de difusão em outros suportes (áudio ou audiovisual).

Estudos e ensaios

Na secção de **Estudos e ensaios**, o primeiro texto prolonga a abordagem da violência, neste caso a do regime militar brasileiro contra as mulheres indígenas. Num texto intitulado “**Regime militar brasileiro e mulheres indígenas: violências e resistências**”, Eduardo Vergolino e Gabriela M.P. Lins Vergolino visibilizam a resistência com que as mulheres indígenas enfrentaram o regime ditatorial e o

seu papel na transição para a democracia, repondo alguma justiça na narrativa histórica sobre a construção da democracia no Brasil. Através da análise de conteúdo de documentação variada, mas em especial da produzida no âmbito dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, o autor e a autora procuram contribuir para a conceção e efetividade de programas estatais de reparação e promoção de políticas públicas para mulheres indígenas.

Ainda continuando a análise das experiências de mulheres indígenas, Fanny Tubay-Zambrano, no seu artigo sobre “*Narrativas e ilustraciones de mujeres indígenas y artesanas en Ecuador*”, dá-nos conta de trajetórias laborais e formas de organização de mulheres indígenas equatorianas nas esferas pública e privada. A autora recorre às narrativas visuais e oferece-nos uma análise qualitativa, com base numa abordagem etnográfica, apoiada em entrevistas semiestruturadas e observação participante. O envolvimento no trabalho de campo permitiu à autora identificar exclusões, projetadas pela tripla opressão que estas mulheres sofrem por via das suas identidades indígena e artesã, mas, apesar disso, continuarem a ser simultaneamente um pilar importante das suas famílias e comunidades.

No artigo “*Me siento como... deconstruido*”: masculinidades e igualdad de género en la serie española *Machos Alfa* (Netflix: 2022-)”, Sonia Dueñas Mohedas, Natalia Martínez Pérez e Nerea Cuenca-Orellana escrutinam esta popular série de comédia para desmontar os estereótipos masculinos – os convencionais e os emergentes. Atravessando um tempo claramente de transição, os quatro personagens masculinos procuram novas orientações e sentidos para a sua masculinidade, desafiando o debate académico e social sobre as identidades masculinas.

Por fim, no artigo “*Las chicas hablan: experiencias de las adolescentes en las clases de Educación Física e interés por los estudios en Ciencias de la Actividad Física y el Deporte*”, Laura Moreno-Vitoria, María-Nieves Sánchez-Díaz, Paula Bianchi e Ruth Cabeza-Ruiz, através de entrevistas semiestruturadas, dão-nos conta das representações de jovens estudantes quanto às desigualdades que enfrentam nas aulas de Educação Física, em relação aos seus colegas. O estudo também evidencia o quão é limitado o seu conhecimento sobre os estudos e as saídas profissionais das Ciências do Desporto. Ainda que centrado sobre uma área de estudos diferente, mas cuja taxa de feminização também está em queda, podemos aqui colher algumas linhas de interpretação do que acontece noutras áreas, como as das tecnologias e engenharias (designadas em português como CTM).

Recensões

A secção das **Recensões** também desta vez inclui propostas variadas em temáticas. Mariana T. de Aquino Ribeiro e Marcos Nascimento propõem-nos o prolongamento das leituras no âmbito do consentimento e da violência sexual, analisando a obra de Clara Serra sobre *El sentido de consentir* (2024), reforçando

uma ideia presente noutros textos do dossier temático deste número que “A centralização das políticas no consentimento não traz evidências de que reduzem a violência sexual (Jeffrey 2024)”.

As três resenhas seguintes focam-se em obras que revisitam preocupações que, não sendo novas, estão sempre a mudar o modo como se expressam no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas. Refiro-me às questões da integração das perspetivas de género na educação desde a infância e da visibilização da história e da arte com mulheres. Daniela Sofia Neto revisita a primeira a partir dos contributos de Andrea Moruzzi na obra *Feminismos em Educação: das margens aos epicentros epistemológicos dos estudos da infância* (2025) ressaltando os contributos da obra para uma educação da infância que maximize as correntes feministas e a pedagogia.

Teresa Pinto propõe-nos a leitura da coletânea de homenagem a Alexandra Kollontai no contexto das comemorações dos 150 anos do seu nascimento, intitulada *Por uma História com mulheres: compreensões e caminhos em classe, raça e género*, sob coordenação de Pâmela Peres Cabreira e Livia Cassemiro Sampaio (2022). Teresa Pinto chama a atenção para a pertinência do subtítulo da coletânea, que reclama a ideia de que as mulheres não são uma categoria homogênea e, portanto, a sua diversidade não pode ser cooptada na expressão convencional de “história das mulheres”.

Por fim, Sandra Leandro apresenta-nos com detalhe a coletânea organizada por Ana Gabriela Macedo, Margarida Esteves Pereira, Joana Passos e Márcia Oliveira sobre *Women, the Arts, and Dictatorship in the Portuguese Speaking Context: Tensions, Disputes and Post-Memory Heritage* (2024).

A ex æquo desafia-nos, com estas leituras, a conhecer abordagens de questões que continuam a interpelar a nossa área de estudos.

Referências

- Câncio, Fernanda. 2025. “Violação. ‘A pergunta não pode ser se a vítima disse ‘não’. Tem de ser ‘como é que o arguido sabia que ela queria ter sexo?’.” *Diário de Notícias*, 27 de novembro. <https://www.dn.pt/sociedade/violao-a-pergunta-no-pode-ser-se-a-vitima-disse-no-tem-de-ser-como-que-o-arguido-sabia-que-ela-queria-ter-sexo>
- Conselho da Europa. 2013. *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. CIG. Disponível em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/conv_ce.pdf#:~:text=2.%20As%20Partes%20dever%C3%A3o%20adotar%20as%20medidas,pessoa%20que%20resida%20habitualmente%20no%20seu%20territ%C3%B3rio
- Ferreira, Virgínia. 2011. “O que há de sexual no assédio sexual.” Comunicação ao *Seminário Internacional Assédio Sexual no Espaço Público e no Trabalho*, organizado pela UMAR e a Embaixada dos Países Baixos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 30 de setembro. https://www.umar.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=445:-seminario-internacional-assedio-sexual-no-espaco-publico-e-no-trabalho&catid=40&Itemid=271

- Sottomayor, Maria Clara. 2015. "A Convenção de Istambul e o novo paradigma da violência de género." *ex æquo* 31: 105-121. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2015.31.08>
- United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner. 2024. Israel/oPt: UN experts appalled by reported human rights violations against Palestinian women and girls. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/02/israelopt-un-experts-appalled-reported-human-rights-violations-against>

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Ferreira, Virgínia. 2025. "Editorial da *ex æquo* 52." *ex æquo* 52: 5-10. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.01>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Ferreira, Virgínia (2025). Editorial da *ex æquo* 52. *ex æquo* 52, 5-10. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.01>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



Dossier

Consentimento e violência sexual
Consent and Sexual Violence

INTRODUCTION: A FEMINIST CONVERSATION ON CONSENT AND SEXUAL VIOLENCE: CONTINUUM, CONTRADICTION, OR CONUNDRUM?

 *Maria João Faustino**

 *Alessia Tranchese***

Consent and Sexual Violence: The (Apparent) Contradiction

“Sex without consent is rape” (Amnesty International 2019): this formula has become crystallized in dominant discourses on sexual violence. In this formulation, consent and sexual violence are positioned as contradictory realities. Consent, it seems, is simple – *as simple as tea*, as promoted by the well-known Thames Valley Police campaign (2015). Elevated to the core norm of sexual ethics, consent has become central to multiple initiatives aimed at preventing sexual violence (Beres 2018; Schowengerdt et al. 2021).

Yet, as soon as we move beyond the slogan and ask further questions, problems begin to emerge: What is sexual consent? Whose consent matters? What counts as sex – and who defines it? Can there truly be a simple dividing line between sex and sexual violence in a culture that facilitates, normalises, and even sexualises violence?

These are some of the critical questions that have animated feminist debates and research for decades. Although sexual consent does not have a single, unequivocal definition in research (Beres 2007), the literature on consent is extensive. Philosophers, political theorists, legal scholars, and critical psychologists (e.g., Pateman 1980; MacKinnon 1989, 2016; Cahill 2001; Gavey 2005; West 2009; Alcoff 2018; Lamb et al. 2021) have highlighted the limitations of a liberal, contractualist

* Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), 3000-995 Coimbra, Portugal.
Postal address: Colégio de São Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Email: mjcpfaustino@hotmail.com

** University of Portsmouth, PO1 3AS, Portsmouth, UK.
Postal address: Milldam Building (LC 2.10), Burnaby Terrace, Burnaby Road, PO1 3AS, Portsmouth, UK.
Email: alessia.tranchese@port.ac.uk

understanding of consent. In various ways, these scholars have analysed the failures of consent and its compatibility with patriarchal structures.

Not a Fixed Frontier: Continuities Between Sexual Consent and Coercion

Gavey's concept of the *scaffolding of rape* (2005) and her analysis of heterosex as embedded in dominant discourses are particularly insightful for our critical approach: individuals are never detached from the cultures they inhabit, and cultural codes and meanings shape the terrain of sexual interactions. Any approach to power dynamics that focuses solely on interpersonal exchanges without considering sociocultural contexts is therefore limited. To adequately address the persistent social problem of sexual violence, we must consider how contexts, circumstances, and power dynamics shape, facilitate, and promote sexual violence. Once we start unpacking power dynamics, it becomes clear that consent is not as "simple as tea" (Faustino 2020; Serisier 2023).

Multiple studies show how women's and men's socialisation contribute to the trivialisation of unwanted sex and acquiescence (e.g., Walker 1997; Gavey 1999, 2005; Bay-Cheng & Eliseo-Arras 2008; Fahs & Swank 2021; Faustino & Gavey 2022; 2024; Jeffrey 2024). Rather than a binary between sexual coercion and consent, this supposedly dividing line becomes far more porous once we consider the "myriad of coercive sexual acts that lie somewhere between rape and consensual sex" (Gavey 2005, 69) and the multiple factors that compel women to engage in sex they do not want or desire. Gender roles, in a way, *prescribe* consent for (women's) unwanted sex. Consent – supposedly an emancipatory concept – can lead to increased scrutiny of women's behaviour and, perversely, contribute to women's self-blame (Faustino & Gavey 2024; Jeffrey 2024; Faustino this issue). Consent, ultimately, appears to be a "false friend" (Faustino 2022).

Exploring the Consent-Conundrum

In front of all these problems, a major question arises: What should we do with consent? Mapping the problems regarding consent, Ellie Anderson (2022) summarised three different outcomes: the first is "to reject consent altogether", advanced by authors such as Jonathan Jenkins Ichikawa (2020) and Joseph J. Fischel (2019). The second response "is to acknowledge a role for consent but dethrone it from its position as the ultimate norm guiding sexual ethics", exemplified, for instance, by Linda Martín Alcoff's work (2018). Additionally, Sharon Lamb, Sam Gable and Doret de Ruyter (2021) propose mutuality as a standard for sexual ethics that aims to move beyond the individualistic, contractualist foundations of consent. The third response "is to redefine consent": Anderson (2022, 2-3)

herself proposes redefining sexual consent (or returning to its original significance) as “feeling-with” one’s partner, an intercorporeal and interpersonal dynamic rather than as permission-giving. Manon Garcia’s *The Joy of Consent* (2023) revisits longstanding critiques and proposes a new understanding of consent as an *erotic conversation*.

In the legal sphere, the centrality of consent is evident, for instance, in the Istanbul Convention (2011), a landmark document in the fight against violence against women (Duarte 2013; Ventura 2015; 2018). The Convention states that “Consent must be given voluntarily as the result of the person’s free will assessed in the context of the surrounding circumstances”. Assessing the surrounding circumstances is key (although often minimized), whether in intimate interactions, dating settings, or even the sex industry (Tranchese & Sugiura 2021; O’Bryan 2024; Tranchese 2024).

In the aftermath of #MeToo, which sparked international debates on sexual violence, consent gained renewed prominence in academic (e.g., Hindes & Fileborn 2020; Bernardini 2025) and media environments (Sehgal 2021), as well as within legal contexts. High-profile cases – such as the Pelicot trial in France (Garcia 2025) – have further triggered wide-ranging attention to sexual consent, both within and beyond legal frameworks.

However, the reliance on the liberal framework of consent – as merely an expression of autonomous choice – to distinguish between ethical and problematic or violating sex, as well as lawful from unlawful sexual behaviour, does not protect women; rather, it sets them up for failure by creating an evidentiary burden they are rarely able to meet. Consent, as currently framed, is an inadequate tool for addressing sexual violence because it fails to account for the ways in which patriarchal power structures shape women’s sexual subordination. The emphasis on “choice” provides a false sense of “equality” that fundamentally weakens the recognition of sexual violence within the broader context of male domination. Victim-survivors are often required to prove beyond doubt that they did not consent, a task made nearly impossible by the lack of witnesses that usually characterises rape cases. Combined with widespread victim-blaming narratives and persistent rape myths (Ventura 2018; Tranchese 2024), the legal system’s reliance on consent as the primary measure of harm can contribute to the perpetuation of impunity for sexual violence. Both in the ethical and the legal spheres, consent seems, at least, insufficient and problematic.

This Special Issue: A Contribution for a Feminist Conversation

For this thematic issue, we sought to explore diverse approaches to consent and sexual violence and the ways in which they intersect. We extend Garcia’s notion of *conversation* to the epistemological level: we envision this special issue as

a conversation about consent, its limits, and potential alternatives. For this reason, we chose to open and close the issue with interviews with feminist scholars and authors. The articles offer varied perspectives and provide insights into consent and sexual violence across different cultural contexts (Portugal, United States, Mexico and Brazil).

We begin with an interview with Sharon Lamb by Maria João Faustino. In this interview, Sharon Lamb discusses the popularization of sexual consent in a neoliberal context, the backlash to #MeToo, and the persistence of victim-blaming. She explores the concept of mutuality and its potential to overcome the limitations of sexual consent.

The second article of this special issue, "Perceptions of Consent Among College Students: The Effects of Perpetrator, Target, and Perceiver Gender", by Frank Kotey, Maureen C. Kenny and Jasmin Hernandez, explores how perceptions of consent are shaped by gender. The study examines the perceptions of sexual scenarios among college students at a South Florida university. Undergraduate students responded to an online survey (n=565) that presented ten coercion scenarios, focusing on the interaction between participant gender and perpetrator-victim gender combinations. Ordinal logistic regression revealed significant gender differences, with men being less likely than women to identify specific scenarios as nonconsensual. The authors underscore the need for targeted consent education and accountability policies.

The next four articles concern different settings in the Portuguese context. Further exploring perceptions in academic settings, the article "*#MeToo e academia*" [*#MeToo and Academia*], by Maria Helena Santos, Maria João Faustino, Carla Cerqueira and Júlia Garraio, analyses the perspectives of women academics on #MeToo. The interview-based study with eighteen women revealed diverse and heterogeneous discourses about the #MeToo movement: Although it was seen as a catalyst for raising awareness and increasing the visibility of sexual harassment, criticisms and perceived limitations of the movement were also identified.

In "*As relações de intimidade entre casais heterossexuais: do desejar ao consentir*" [*Intimate Relationships in Heterosexual Couples: From Desire to Consent*], Iolanda Fontaínhas and Ana Brandão examine the gendered dynamics of power in the sexual interactions of heterosexual couples in stable conjugal relationships. Drawing on 28 interviews, the authors discuss how gender expectations shape sexual practices and desires, resulting in more compliant and submissive sexual roles for women and pressure on men to display constant sexual appetite and readiness. Highlighting a continuum between sexual coercion and consent, the results suggest different experiences between women and men, shaped by power dynamics and social norms that blur the boundaries between voluntary and coerced sex.

Furthermore, the article "*A violência sexual nas relações de namoro entre jovens em Portugal: o consentimento para beijar e ter relações sexuais*" [*Sexual*

Violence Within Teen Dating in Portugal: The Consent to Kiss and to Have Sexual Intercourse], by Ana Simões Marques, Margarida Pacheco, Cátia Pontedeira, Camila Iglesias and Liliana Rodrigues, examines the prevalence and legitimization of sexual violence in dating relationships among young people in Portugal, focusing on consent. The analysis draws on a survey of 6,732 youths (average age of 15.16 years) who responded to a questionnaire. The data revealed a high rate of victimization (18.3%) and a normalization of sexually violent behaviours: 32.9% did not consider pressuring for public kissing as violence, and 10.2% legitimized pressure to have sexual intercourse. The results also revealed gendered patterns: girls reported higher rates of victimization, whereas boys were more likely to legitimize violence. The authors argue for the urgent need for early educational programs on consent and prevention of gender-based violence.

In “Violência sexual em Portugal: uma análise do discurso mediático na imprensa *online*” [Sexual Violence in Portugal: An Analysis of Media Discourse in the Online Press], Ana Guerreiro, Sara Lemos, Tatiana Mendes and Liliana Rodrigues analyse the media discourses on sexual violence in Portugal, drawing on 299 news reports published in 2021. The results showed that 95% of perpetrators are men and 87% of victims are women, with sexual abuse (50.5%) and rape (42.2%) being the most frequently reported cases. The study underscores the persistence of rape myths and victim-blaming in media narratives. These findings reinforce the need for an ethical journalism that prioritizes prevention, challenges myths, and counteracts re-victimization.

Mariana Vilas Boas’s article, “Image-Based Sexual Abuse: Changes in the Portuguese Criminal Framework,” offers a comprehensive legal analysis of the Portuguese legal landscape on image-based sexual abuse (ISBA) (McGlynn & Rackley 2017). It examines how the requirements of the EU Directive 2024/1385 and the Istanbul Convention could be implemented within the Portuguese judicial system, with particular attention to the criminalization of ISBA against adults. The author also suggests amendments to the Portuguese Penal Code to align national legislation with these European standards.

The last two articles of this special issue address different forms of resistance to rape culture. In “FORCE: A costura como prática feminista da arte contra a cultura do estupro e promoção do consentimento” [FORCE: Quilting as Feminist Art Practice Against Rape Culture and for the Promotion of Consent], Gabriela Traple Wieczorek examines the work of the collective FORCE: Upsetting Rape Culture. The article critically reflects on rape culture and gender violence in the United States and Mexico, centring on the Monument Quilt project, initiated in 2014. Drawing on an interview with artist and art educator Hannah Brancato, this article explores embroidery and sewing as feminist art practices that challenge sexual violence and promote consent.

Finally, the interview with Portuguese-Brazilian writer Tatiana Salem Levy, by Júlia Garraio, “A literatura é esse espaço da liberdade, onde a gente pode fazer

o que quiser” [Literature Is That Space of Freedom Where We Can Do Whatever We Want], closes the thematic issue. In this interview, Tatiana Salem Levy speaks about issues that run through her writing, such as the trauma of sexual violence and harassment, and family memories. She reflects on #MeToo and the potential of literature as a space for epistemological justice.

Perspectives on consent vary across the articles: Some rely on consent and advocate for its campaigning, while others unpack the subtle ways in which consent and coercion intertwine. This diversity illustrates the need for an ongoing conversation. We hope this thematic issue contributes to a timely and much-needed discussion on the tools, grammars and alternatives to prevent and combat sexual violence.

Funding

This work was funded by the FCT, through the project UnCover – Sexual Violence in Portuguese Mediascape, grant number 2022.03964.PTDC (<https://doi.org/10.54499/2022.03964.PTDC>).

Conflict of interests

The authors have no conflicts of interest to declare.

References

- Alcoff, Linda Martin. 2018. *Rape and Resistance*. Polity Press.
- Anderson, Ellie. 2022. “A Phenomenological Approach to Sexual Consent.” *Feminist Philosophy Quarterly* 8(2): Art. 1. <https://doi.org/10.5206/fpq/2022.2.14239>
- Amnesty International. 2019. “Sex Without Consent Is Rape. So Why Do Only Eight European Countries Recognise This?” *Amnesty International* [Last modified on January 4]. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/04/eu-sex-without-consent-is-rape/>
- Bay-Cheng, Laina Y., & Rebecca K. Eliseo-Arras. 2008. “The Making of Unwanted Sex: Gendered and Neoliberal Norms in College Women’s Unwanted Sexual Experiences.” *Journal of Sex Research* 45(4): 386-397. <https://doi.org/10.1080/00224490802398381>
- Beres, Melanie A. 2007. “‘Spontaneous’ Sexual Consent: An Analysis of Sexual Consent Literature.” *Feminism & Psychology* 17(1): 93-108. <https://doi.org/10.1177/0959353507072914>
- Beres, Melanie A. 2018. “The Proliferation of Consent-Focused Rape Prevention Social Marketing Materials.” *Orienting Feminism: Media, Activism and Cultural Representation*, edited by Catherine Dale & Rosemary Overell, 181-196. Palgrave Macmillan.
- Bernardini, Vittoria. 2025. “Sexual Assault or ‘Just a Bad Date’? #MeToo and Conceptualisations of Sexual Violence in the Twitter Discussion of the Allegations Against Aziz Ansari.” *International Review of Sociology* 35(1): 157-175. <https://doi.org/10.1080/03906701.2025.2450439>
- Cahill, Ann. 2001. *Rethinking Rape*. Cornell University Press.
- Duarte, Madalena. 2013. “Para um direito sem margens: representações sobre o direito e a violência contra as mulheres.” PhD Thesis in Sociology, University of Coimbra.

- Fahs, Breanne, & Eric Swank. 2021. "Reciprocity, Partner Pressure, and Emotional Labor: Women Discuss Negotiations Around Oral and Anal Sex." *Sexuality & Culture* 25(1): 217-234. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09766-w>
- Faustino, Maria João. 2020. "O consentimento sexual não basta — e não é tão simples como o chá." *Público*, 9 de julho. <https://www.publico.pt/2020/07/09/p3/noticia/consentimento-sexual-nao-basta-nao-tao-simples-cha-1921621>
- Faustino, Maria João. 2022. "'Anal Is the New Oral': The Sexual Politics of the Heteronormalisation of Anal Sex." Doctoral dissertation, University of Auckland. <https://hdl.handle.net/2292/63866>
- Faustino, Maria João, & Nicola Gavey. 2022. "'You Feel Like Normal Sex Is Not Enough Anymore': Women's Experiences of Coercive and Unwanted Anal Sex with Men." *Violence Against Women* 28(11): 2624-2648. <https://doi.org/10.1177/10778012211045716>
- Faustino, Maria João, & Nicola Gavey. 2024. "The Failed Promises of Consent in Women's Experiences of Coercive and Unwanted Anal Sex with Men." *Feminism & Psychology* 34(3): 424-442. <https://doi.org/10.1177/09593535241234429>
- Fischel, Joseph J. 2019. *Screw Consent: A Better Politics of Sexual Justice*. University of California Press.
- Garcia, Manon. 2023. *The Joy of Consent. A Philosophy of Good Sex*. Harvard University Press.
- Garcia, Manon. 2025. *Viver com os homens. Reflexões sobre o caso Pelicot*. Trad. de Isabel Castro Silva. Zigurate.
- Gavey, Nicola. 1999. "'I Wasn't Raped But': Revisiting Definitional Problems in Sexual Victimization." In *New Versions of Victims: Feminists Struggle With the Concept*, edited by Sharon Lamb, 57-81. New York University Press.
- Gavey, Nicola. 2005. *Just Sex? The Cultural Scaffolding of Rape*. Routledge.
- Hindes, Sophie, & Bianca Fileborn. 2020. "'Girl Power Gone Wrong': #MeToo, Aziz Ansari, and Media Reporting of (Grey Area) Sexual Violence." *Feminist Media Studies* 20(5): 639-656. <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1606843>
- Ichikawa, Jonathan Jenkins. 2020. "Presupposition and Consent." *Feminist Philosophy Quarterly* 6(4): Art. 4. <https://doi.org/10.5206/fpq/2020.4.8302>
- Jeffrey, Nicole K. 2024. "Is Consent Enough? What the Research on Normative Heterosexuality and Sexual Violence Tells Us." *Sexualities* 27(3): 475-494. <https://doi.org/10.1177/13634607221096760>
- Lamb, Sharon, Sam Gable, & Doret de Ruyter. 2021. "Mutuality in Sexual Relationships: A Standard of Ethical Sex?" *Ethical Theory and Moral Practice* 24(1): 271-284. <https://doi.org/10.1007/s10677-020-10150-8>
- McGlynn, Clare, & Erika Rackley. 2017. "Image-Based Sexual Abuse." *Oxford Journal of Legal Studies* 37(3): 534-561. <https://doi.org/10.1093/ojls/gqw033>
- MacKinnon, Catharine A. 1989. *Toward a Feminist Theory of the State*. Harvard University Press.
- MacKinnon, Catharine A. 2016. "Rape Redefined." *Harvard Law & Policy Review* 10: 431-478.
- O'Bryan, Joan Eleanor. 2024. "'The Only Thing I Want is for People to Stop Seeing Me Naked': Consent, Contracts, and Sexual Media." *Hypatia* 39(2): 282-298. <https://doi.org/10.1017/hyp.2023.110>
- Pateman, Carole. 1980. "Women and Consent." *Political Theory* 8(2): 149-168. <http://www.jstor.org/stable/190792>
- Schowengerdt, Inga, Sharon Lamb, & Charlotte Brown. 2021. "Problematizing Consent Campaigns in the #METOO Era." *Gender and Women's Studies* 4(1): 1-15. <https://doi.org/10.31532/GendWomensStud.4.1.004>

- Sehgal, Parul. 2021. "Yes, No, Maybe So: A Generation of Thinkers Grapples With Notions of Consent." *The New York Times*, June 21. <https://www.nytimes.com/2021/06/21/books/literature-about-consent.html>
- Serisier, Tanya. 2023. "Thinking Structurally about Sexual Violence: The Limits of Consent." *Shuddhashar*, May 1. <https://shuddhashar.com/thinking-structurally-about-sexual-violence-the-limits-of-consent/>
- Thames Valley Police. 2015. *Consent is Everything*. <https://www.consentiseverything.com/#Home>
- Tranchese, Alessia. 2024. "'Like Shagging a Dead Fish': Misogyny and Consent in Online Sex Buyers' Reviews." *Feminist Media Studies* (November): 1-20. <https://doi.org/10.1080/14680777.2024.2431599>
- Tranchese, Alessia, & Lisa Sugiura. 2021. "'I Don't Hate All Women, Just Those Stuck-Up Bitches': How Incels and Mainstream Pornography Speak the Same Extreme Language of Misogyny." *Violence Against Women* 27(14): 2709-2734. <https://doi.org/10.1177/1077801221996453>
- Ventura, Isabel. 2015. "Um corpo que seja seu – podem as mulheres [não] consentir?" *ex æquo* 31: 75-89. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2015.31.06>
- Ventura, Isabel. 2018. *Medusa no Palácio da Justiça ou uma história da violação sexual*. Tinta-da-China.
- Walker, Sarah J. 1997. "When 'No' Becomes 'Yes': Why Girls and Women Consent to Unwanted Sex." *Applied and Preventive Psychology* 6(3): 157-166. [https://doi.org/10.1016/S0962-1849\(97\)80003-0](https://doi.org/10.1016/S0962-1849(97)80003-0)
- West, Robin. 2009. "Sex, Law, and Consent." In *The Ethics of Consent: Theory and Practice*, edited by Franklin Miller & Alan Wertheimer, 221-250. Oxford University Press.

Maria João Faustino holds a PhD in Psychology from the University of Auckland. Her research focuses on sexual violence, with an emphasis on digital violence and feminist critiques of sexual consent. She has published extensively on sexual violence in both academic journals and the Portuguese media. She has also collaborated with feminist organizations and participated in research projects on image-based sexual violence and media representations of sexual violence. She is a co-author of the book *#MeToo – um segredo muito público. Assédio sexual em Portugal* (Roque, Santos, Faustino & Garraio, 2024).

Alessia Tranchese is Associate Professor in Language, Feminism and Digital Media at the University of Portsmouth, UK. Her research focuses on media representations of violence against women, online misogyny, and pornography, with a particular interest in the intersections between technology and misogyny. Her recent work examines AI-facilitated violence against women. She is the author of *From Fritzl to #MeToo: Twelve Years of Rape Coverage in the British Press* and has published in journals such as *Violence Against Women* and *Feminist Media Studies*.

How to cite this article

[Chicago Style – adapted]

Faustino, Maria João, & Alessia Tranchese. 2025. "Introduction – A Feminist Conversation on Consent and Sexual Violence: Continuum, Contradiction, or Conundrum?" *ex æquo* 52: 12-20. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.02>

[APA Style – adapted]

Faustino, Maria João, & Tranchese, Alessia (2025). Introduction – A feminist conversation on consent and sexual violence: Continuum, contradiction, or conundrum? *ex æquo*, 52, 12-20. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.02>



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com



MOVING BEYOND SEXUAL CONSENT: EXPLORING MUTUALITY AS A STANDARD FOR SEXUAL ETHICS. AN INTERVIEW WITH SHARON LAMB

 *Maria João Faustino**

Abstract

In this interview, Sharon Lamb and Maria João Faustino discuss the popularization of sexual consent in a neoliberal framework, the problems concerning consent and the persistence of victim-blaming. Sharon Lamb explores the concept of mutuality and its potential to overcome the limitations of sexual consent.

Keywords: Mutuality, sexual consent, sexual ethics, #MeToo.

Resumo

Para além do consentimento sexual: explorando a mutualidade como padrão da ética sexual. Entrevista com Sharon Lamb

Nesta entrevista, Sharon Lamb e Maria João Faustino discutem a popularização do consentimento sexual num contexto neoliberal, assim como os problemas em torno do consentimento e a persistência da culpabilização das vítimas. Sharon Lamb explora o conceito de mutualidade e o seu potencial de superação dos limites do consentimento sexual.

Palavras-chave: Mutualidade, consentimento sexual, ética sexual, #MeToo.

Résumé

Au-delà du consentement sexuel : Explorer la mutualité comme standard d'éthique sexuelle. Entretien avec Sharon Lamb

Dans cet entretien, Sharon Lamb et Maria João Faustino abordent la popularisation du consentement sexuel dans un cadre néolibéral, les problèmes liés au consentement et la persistance de la culpabilisation des victimes. Sharon Lamb explore le concept de mutualité et son potentiel pour dépasser les limites du consentement sexuel.

Mots-clés : Mutualité, consentement sexuel, éthique sexuelle, #MeToo.

* Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Postal address: Colégio de São Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Email: mjcfaustino@hotmail.com

Sharon Lamb is Professor of Counseling Psychology in the Department of Counseling, School Psychology, and Sport at the University of Massachusetts Boston. She has written, edited, and co-authored 12 books. She is a co-author of the American Psychological Association's Task Force Report on the Sexualization of Girls. She has published extensively on sexual violence and sexual ethics, proposing a model that goes beyond consent.

Maria João Faustino (MJF): *Thank you, Dr. Sharon Lamb, for your time. I'm going to start by asking, why do you think that consent has become the holy grail or the gold standard for ethical sexual relationships, what some authors even call a "fetish"¹ itself?*

Sharon Lamb (SL): I guess there are so many reasons. The first, I think, is because of the liberal emphasis on the importance of preserving our autonomy as individuals and protecting that autonomy. So many of our interactions with other people are based on types of contracts, and so the idea of consent respects the autonomy of each individual to enter into a contracted kind of relationship and make decisions for themselves. I can see from a liberal perspective why that's admirable and I can see the hopefulness that the idea of protecting everyone's autonomy and ability to decide for themselves what kind of sex they want to have is a rather hopeful way to think about how to make sex ethical.

On the negative side, I think we're in neoliberal times, such that a lot of human relations get understood as primarily contractual and transactional. Sex is a complex thing, and I understand the wish to simplify it to something basic. So there's something in this neoliberal transactional idea of sex that ignores contexts and sees everyone on an equal footing to make deals, contract, stand up for themselves, and, that all powerful word, "choose" what they want to do sexually. It's such a minimalist view of who people are, their psychologies and their contexts.

A third reason consent became the gold standard is that as women got more power and more power to name and label rape and sexual assault, men who have power can preserve their privileges, that is, they are distinctly advantaged when the ethical guidelines are oversimplified in a "sign-off" that effectively erases or makes invisible the power differences between, say, men and women. And I can see that the selling point for the less privileged person in a sexual relationship is the claim that they are autonomous, grown up, and in power to make their own decisions. It plays into a third wave or even a post feminist sensibility that women are now empowered because they are permitted to like sex, and to say "yes," enthusiastically. Any exploitative partner could argue "I treated you as an equal who can do that." The more privileged person then can move ahead with their sign-off (consent) to do whatever they want to do, maybe checking in once

¹ Chris Perrin. 2014. Yes-Means-Yes: The fetishization of consent and the actualization of pornographic fantasy in Rape Culture. Blog post, October 9. <http://fetishphilosophy.blogspot.com/2014/10/yes-means-yes-fetishization-of-consent.html>

or twice more. But that's okay. At least they don't have to be accountable for what they do or suggest after they get an "okay." And they don't have to do something more complex in the interaction, like care about or read, or understand the other person.

MJF: *I absolutely agree that, ultimately, the neoliberal framework has played a huge part in the popularity of consent. But I was wondering, since you said that once women started gaining power, consent sort of emerged and got established as the standard for sexual interactions. Do you think that consent protects power? So, therefore, consent is a patriarchal tool?*

SL: Yes, that's a good way of putting it. I really like that. But almost anything that originally has some kind of positive impulse can be used as a patriarchal tool. So, I don't think it's special in that way. I mean, on a positive note, women wanted to be able to choose the sex and the partners they wanted, to have sex freely, like men do, or how they presume men do, and without fear of shame, and to be understood as equal sexual human beings. Coming from a "sex positivity" perspective that acknowledged that women like sex and that it's OK to have desire and it's OK to want sex and pleasure, the idea that "I can consent to this and in that way I will be an equal partner" was appealing. At the same time, I think women were and are still aware of rampant sexual violence and the potential for violence in any sexual encounter, so there had to be some way to separate assault from sex, and consent was that magical gate that simplified the difference.

MJF: *Exactly. The idea that consent is the gate that separates sex from sexual violence. It simplifies, it really oversimplifies the whole complexity of sex, and obscures what Gavey talked about as the "gray area" (2018). There are so many reasons that women consent to sex when they don't want to: because sometimes the price of the refusal is too high, or because they feel that it's their duty.*

SL: You're making a really good point about how many reasons there are to have sex that you don't want to have. And why is that? Compulsory heterosexuality? Women taking care of men? The desire to see themselves as a sexually free person. The hope that they will enjoy it. I mean, I remember from interviews, a lot of women are saying, "well, maybe I will enjoy it. Why don't I just go with it? Why am I stopping it?" That sort of thing. Maybe the whole thing boils down to what women think they should be doing and having and being in sex. Not just sexual scripts, but more than that, something that's shaped by the culture, the culture's changing ideas of what sex is. And that's shaped, of course, by who's in power to define what is sex.

MJF: *Do you think that coerced consent is a paradox?*

SL: I don't think it's a paradox; the idea that people can freely consent needs to be unpacked. How free does a person need to be for their consent to be valid? You could even think as problematic, that is, as something interfering with the freedom in consent, the people-pleasing nature of many women socialized as girls, or the pressure to continue consenting to things after you've initially consented,

not wanting to hurt people's feelings, not wanting to be rude, not wanting to disrupt a nice night, as also a bit coercive. Maybe we need to define what is coercion beyond the arm-twisting we normally picture.

MJF: *And when you combine girls' and women's socialization with all the sexual pressures and prescriptions, it's the perfect storm, isn't it? And in my work, I realized that consent, the popularization of consent, really worked to sanitize these prescriptions in these cultural imperatives that women are constantly told, such as "you should try anal sex, you should try, you should enjoy sex, a lot of sex, but do it for yourself and consent is key".*

SL: Yeah, exactly.

MJF: *So, do you agree with this idea that consent, at least in its popular version, really works to sanitize and promote many sorts of exploitative or harmful sex?*

SL: Sanitize – maybe that's not the word I would use, but yes, it makes all sorts of exploitative or harmful sex acceptable. It's that magical transformation; it makes it all ethical. You brought up some other points that I hadn't considered: the idea that the push for people to have the kind of sex they might not want to have is not necessarily only coerced by a partner, but there's this kind of cultural phenomenon of what it means to be a desiring person, what it means to be a sexual person, and what it means to be free. The book that I'm working on right now is a book about sexual freedom, and how that concept is used against a more real and supportive freedom for girls and women. The idea of sexual freedom seems to me to be represented by a willingness to have non-vanilla sex, for example, to try choking and anal sex and the many things that research shows women report are not very satisfying, that they didn't initially desire, and that they may have consented to in order to please other people. But they are also doing these things, which ultimately do not bring them sexual pleasure, to confirm an identity as a sexually free person, almost like the opposite of a prude or a frigid person of the 60's. Perhaps "vanilla" is the new shaming of the "prude."

MJF: *It's a prescription of freedom. That's quite patriarchal in disguise, isn't it? Interesting that you mentioned "vanilla": I remember one of my participants said, "There is almost a vanilla shaming" (Faustino & Gavey 2022), referring to the social pressure to be sexually "adventurous". But I wanted to go back to the power dynamics that you mentioned, and I wanted to explore that idea a little bit more, how consent obscures power dynamics. And I also want to ask you, I've been thinking about it lately, should we talk more about power, bring power back into the conversation, rather than consent?*

SL: My answer would be, it depends on what you mean by power, and it depends on how we would bring discussions of power back into the conversations. I mean, it's certainly something that needs to be taken into consideration. When I wrote about mutuality as an ethic for having sex, in addition to consent, it was with the understanding that with the idea of mutuality guiding them, people would have to understand their own power in relation to somebody else. And that if you cared about your effect on somebody else, and what they might be experiencing, power is part of it. Power is structural, and it enters into every rela-

tionship, but that doesn't mean people with differences in power can't have sex and power isn't just one thing. People have different kinds of power in relation to other people.

MJF: *Could you tell me more about it?*

SL: I think lately we've tried to talk about power and differentials in power, through the lens of identities and marginalization. I'm not sure it's working so well or that it works so well in sex. I think talking about potential harm and not erasing the idea that potential harm is always around the corner in sexual relationships, not being in denial about how much harm has been done sexually, and how people have the power to harm other people, how very vulnerable people are in relation to sex, is central to ethical sex. That's the one thing that I think I would say we should keep in mind in sex education, in what needs to be brought back to a progressive form of sex education. You might ask whether keeping harm in mind might take the fun out of sex, but if you're in denial, if you don't understand how much people are capable of being harmed, how tricky sex can be, and how many traumatized people there are out there, all the sorts of problematic sexual experiences people have had, then you're not in a good position to prevent that from happening again in your next encounter.

MJF: *We're not going to erase all the power differentials, are we? But we can at least be aware of them, and how they can impact, and how they can translate into other people's lives and our own.*

But going back to the power dynamics: In your paper (2021), when you analyze the consent campaigns, the consent posters, you present a beautiful and sophisticated reflection on how the emphasis on choice and agency can open the door to self-blame. And for me, that resonated a lot with my work, when I was doing interviews with people who had had experiences of unwanted or nonconsensual anal sex. Because when I started asking how they framed their experiences in terms of consent, it really opened space for self-blame (Faustino & Gavey 2024). Because people started saying they did not reject, they did not react or "push him away". So, all the stereotypes of how you should act when you are being violated, or harmed, or pressured, came up when the question was around consent. So, I would like to explore a little more how consent works to instigate, or promote, or naturalize self-blame, especially women's self-blame.

SL: Perfect. I'm thinking about the interviews I was reading with my doctoral student Sarah Swanson just today. She is working on a dissertation on unwanted but consensual sex in sex between women. I was reading with her the transcripts of a woman saying, "at that point I stopped desiring sex, but I went along with the flow," or "I just let things progress," or "it might be rude to stop it." Their language is very much language that positions them as agents taking control of the situation, much like the women in a lot of the research on heterosexual encounters. There is no nuance about the context or the pressure from the outside. We were wondering whether or not psychologically it's a self-protective thing to give yourself the agency to say, "I let it go, and I made that happen, and I had consented

to the unwanted sex, so it didn't harm me as much because of that." Well, yes, it is self-protective. But it's also a way of thinking and positioning the self that's supported by the culture that puts so much store in consent.

I'm going back to the very, very first paper I ever wrote when I was a graduate student, and it was about why sexual abuse victims blame themselves. And I wrote, because basically people don't want to be victims. Being a victim doesn't feel good. You don't want to be reminded of your powerlessness. You don't want to be reminded of the structure of power that kept the assault going and kept you from saying, "let's stop now," or "I've got to get out of here," or something like that. You don't want to be reminded that there's oppression, really. And as a child that's not your framework yet either. But as an adult it should be, but power and structures like heterosexuality and norms of neoliberal transaction, make that framework invisible.

MJF: *Especially in a world where vulnerability is seen as unproductive, as a failure. I started calling it "victimphobia", because we hate the idea that we can be victims. And that's why we hear so much: "I'm not a victim. I'm not a victim anymore." Because we really don't like to see ourselves as oppressed or victimized, it's almost seen as dirty.*

SL: You know, it's funny, because the idea of consent does give somebody a lot of wiggle room to blame themselves, as you say, because a person, during the sex, can live in that in-between area, that ambivalence, saying to themselves, "I really could have gotten up and left. I really could have" without realizing there was so much in the situation applying certain kinds of pressure against their just getting up and leaving. You know, you can live in that both-and space, and it would be right because a lot of sex or parts of sex can be ambivalently participated in, and that's all right – seeing how it goes, taking a risk, gifting sex. Having sex ambivalently and not super-enthusiastically is no crime. But that spaciousness gives people who are predators a lot of room to exploit and for victims to take the blame.

This is an issue with women in general I think, the dual awareness of so much sexual assault out there and in their own histories, as well as the simultaneous generosity they extend to their partners, in terms of what the other person was feeling or thinking, underestimating the amount of disregard, objectification, and other demeaning thoughts and intentions in a sexual partner at the time of the sex. If they knew what was going on, if the minds of both people were exposed, I think that they would be less self-blaming and more recognizing of the exploitation. And I think #MeToo was a lot of after-the-fact analysis that cut through the urge to self-blame and extend generosity to a partner. It wasn't a "morning after" revision, but a revision based on taking off blinders.

MJF: *Could you explore the concept of mutuality a little bit more? Is it mutual power? Is it mutual care? Is it mutual desire? Is it equality?*

SL: Well, I take this idea from the feminist philosopher Iris Murdoch, who talks about "loving attention to the other." Ethics is at its core about how you treat other people. When you think that consent is the only ethic for sex, what does

that mean about how we treat other people? We treat other people as contractors, maybe as independent beings, but also as contractors, without having to know anything about their lives, their motives, their feelings, their desires, their humanity. When Iris Murdoch wrote about loving attention to the other, she didn't want it to mean being in love with somebody else. It just means not suspicious attention to the other, not curious attention to the other, but loving, I think, that you're attentive to the other person as vulnerable, right? It's kind of what I just said women do too much of. Whether it's about a partner's past traumas, whether it's about their ability to express their desires or not, how vulnerable they might feel in sex, or just how vulnerable they are as a person, attention to this is a kind of "loving" attention. The loving part comes in as an obligation in treating other people, especially in sex, as whole human beings and not as objects who can sign away the rights to their body temporarily.

MJF: *Consent is deeply gendered and compatible with rigid gender roles. Does a culture of mutuality, rather than a culture of consent, require – or contribute to – challenging gender norms?*

SL: I would say so. If one assumes the vulnerability of the other and extends loving attention to them, one is really looking at a person as fully human and not reducing them to typical gender roles.

MJF: *What are the obstacles to mainstreaming a culture of mutuality?*

SL: I think the callousness in our U.S. culture is an obstacle. The neoliberal norms. The distortion of what it means to be "free," and the use of the idea of "sexual freedom" to support all sorts of harmful activities. I also think that sex education took a problematic turn in the fight against abstinence programs towards focusing primarily on STD and pregnancy prevention. If we were to bring ethical discussions back into sex education, discussions about sex in society and not whether a teen should "do it" or not, we would be able to raise kids with healthier and more ethical attitudes about sex.

MJF: *You wrote that "mutuality should not be legalized, but that does not mean that the state cannot take responsibility in ensuring that citizens realize that this is a better standard for ethical sex rather than consent" (2021, 282). What do you think is the best approach within the legal framework of sex crimes?*

SL: I still think consent works in part as a legal standard. But there is always the problem of evidence in intimate relationships. And I do think the law takes into consideration horrendous disregard for the other as a human being when sentencing. But cultural shifts in the way we think about things comes from many different sources. Right now, young people are having less sex and we don't know why. Is it pornography? Is it that sex is unsatisfying? Is it that they're on their phones too much? Or could it be some nascent understanding that the sexually free sex that they supposedly "should" be having, just doesn't sit right and in that way it's self-protective to just stay home.

Culture also changes from individuals disrupting the norms of society and #MeToo did that, temporarily. Perhaps we had to go through that “reign of terror” (for men, that is) in order for women to be able to recognize the small incidents that demean and take away their humanity, that build up over time, the “little murders,” a phrase I use in my book, that harm, in order to demand a more mutual kind of sex.

MJF: *You mentioned #MeToo. Do you think that, especially as a scholar based in the United States, #MeToo has created space for more nuanced discussions on consent?*

SL: The #MeToo movement has created space for more nuanced discussions about consent. It did, temporarily. It’s been totally wiped out. I mean, how do you even talk about #MeToo when your president has been convicted of sexual assault, right? And then think of all of the people who have been let out of jail or excused in court for being young and foolish, like the Stanford undergraduate. Even the people who are cancelled are back on track. Did it change the blaming of victims? I don’t think so. Look at that Aziz Ansari² story that got so much public attention? He’s back on track, his predatory behavior now seen as seduction, questions abounding about the woman on the date like “why did she stay?” Huh? She left; and then had the nerve to talk about what happened.

MJF: *The same old questions returning: “Why did she stay? Why didn’t she leave?” There is still so much to be done – thank you for all your work!*

Funding

This work was funded by the FCT, through the project UnCoveR – Sexual Violence in Portuguese Mediascape, grant number 2022.03964.PTDC (<https://doi.org/10.54499/2022.03964.PTDC>).

Conflict of Interests

The author has no conflicts of interest to declare.

References

- Faustino, Maria João, & Nicola Gavey. (2022) “‘You Feel Like Normal Sex Is Not Enough Anymore’: Women’s Experiences of Coercive and Unwanted Anal Sex With Men.” *Violence Against Women* 28(11): 2624-2648. <https://doi.org/10.1177/10778012211045716>
- Faustino, Maria João, & Nicola Gavey. 2024. “The Failed Promise of Consent in Women’s Experiences of Coercive and Unwanted Anal Sex With Men.” *Feminism & Psychology* 34(3): 424-442. <https://doi.org/10.1177/09593535241234429>
- Gavey, Nicola. 2018. *Just Sex? The Cultural Scaffolding of Rape*. 2nd ed. Routledge

² Katie Way. 2018. I went on a date with Aziz Ansari. It turned into the worst night of my life. *Babe.net*, January 13. <https://babe.net/2018/01/13/aziz-ansari-28355>

Lamb, Sharon, Sam Gable, & Doret de Ruyter. 2021. "Mutuality in Sexual Relationships: A Standard of Ethical Sex?" *Ethical Theory and Moral Practice* 24(1): 271-284. <https://doi.org/10.1007/s10677-020-10150-8>

Maria João Faustino holds a PhD in Psychology from the University of Auckland. Her research focuses on sexual violence, with an emphasis on digital violence and feminist critiques of sexual consent. She has published extensively on sexual violence in both academic journals and the Portuguese media. She has also collaborated with feminist organizations and participated in research projects on image-based sexual violence and media representations of sexual violence. She is a co-author of the book *#MeToo – um segredo muito público. Assédio sexual em Portugal* (Roque, Santos, Faustino & Garraio, 2024).

Received on 17 November 2025 and accepted for publication on 20 November 2025.

How to cite this text

[Chicago Style – adapted]

Faustino, Maria João. 2025. "Moving Beyond Sexual Consent: Exploring Mutuality as a Standard for Sexual Ethics. An Interview with Sharon Lamb." *ex æquo* 52: 21-29. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.03>

[APA Style – adapted]

Faustino, Maria João (2025). Moving beyond sexual consent: Exploring mutuality as a standard for sexual ethics. An interview with Sharon Lamb. *ex æquo*, 52, 21-29. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.03>



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com



PERCEPTIONS OF CONSENT AMONG COLLEGE STUDENTS: THE EFFECTS OF PERPETRATOR, TARGET, AND PERCEIVER GENDER

 Frank Kotey*

 Maureen C. Kenny**

 Jasmin Hernandez***

Abstract

Sexual assault is prevalent on college campuses, undermining student safety and success. About 1 in 4 female and 1 in 14 male undergraduates experience sexual violence (Cantor et al. 2019). Misunderstandings of sexual consent, especially involving coercion, may correlate with these rates. This online survey (n=565) examined participants' perceptions of 10 coercion scenarios, focusing on the interaction between participant gender and perpetrator-victim gender combinations. Ordinal logistic regression revealed significant gender differences, with men being less likely than women to identify specific scenarios as nonconsensual. Findings highlight the need for targeted consent education and accountability policies.

Keywords: Trauma, college sexual violence, consent, sexual assault.

Resumo

Percepções sobre consentimento entre estudantes universitários/as: os efeitos do gênero do/a autor/a, da vítima e do/a perpetrador/a

O abuso sexual é comum nos *campi* universitários, afetando a segurança e o sucesso das/os estudantes. Estima-se que uma em cada quatro mulheres e um em cada catorze homens vivenciem violência sexual (Cantor et al. 2019). A falta de compreensão do consentimento, especialmente em casos de coerção, pode explicar essas taxas. Este estudo *online* (n=565) avaliou as percepções de 10 cenários, levando em conta o sexo das/os participantes, vítimas e agressores/as. A regressão logística ordinal revelou disparidades significativas: os homens foram menos propensos a reconhecer situações não consensuais.

* Florida International University (FIU), Miami, Florida 33199, United States.
Postal address: 11200 SW 8th Street, Miami, Florida 33199, United States.
Email: Fkote001@fiu.edu

** Florida International University (FIU), Miami, Florida 33199, United States.
Postal address: 11200 SW 8th Street, DM 234, Miami, Florida 33199, United States.
Email: kennym@fiu.edu

*** Florida International University (FIU), Miami, Florida 33199, United States.
Postal address: 11200 SW 8th Street, Miami, Florida 33199, United States.
Email: Jhern711@fiu.edu

Os resultados reforçam a necessidade de educação sobre consentimento e de políticas de responsabilização.

Palavras-chave: Trauma, violência sexual na universidade, consentimento, agressão sexual.

Résumé

Perceptions du consentement chez les étudiants de niveau collégial : les effets du sexe de l'agresseur, de la cible et du percepteur

Les agressions sexuelles sont fréquentes sur les campus, compromettant la sécurité et la réussite des étudiants. Environ une étudiante sur quatre et un étudiant sur quatorze subissent des violences sexuelles (Cantor et al. 2019). Le manque de compréhension du consentement, notamment en cas de coercition, contribue à ces taux. Cette étude en ligne (n = 565) a évalué les perceptions de 10 scénarios en fonction du sexe des participants, qu'ils soient victimes ou agresseurs. Une régression logistique ordinale révèle que les hommes reconnaissent moins souvent certaines situations non consensuelles. Ces résultats soulignent la nécessité d'éduquer au consentement et de mettre en place des politiques de responsabilisation.

Mots-clés : Trauma, violence sexuelle au collège, consentement, agression sexuelle.

1. Introduction

Campus sexual assault (CSA) remains the most prevalent campus crime in the U.S. (NCES 2022). Despite extensive prevention efforts, rates have continued to rise (ACHA 2023). Approximately 13% of students experience rape or sexual assault, with women affected at significantly higher rates than men (Cantor et al. 2020; Steele et al. 2024). Reported rates range from 4% to 30%, partly due to varying definitions and measurement tools for CSA (Fedina et al. 2018). Broader definitions tend to yield higher prevalence estimates.

A key factor in CSA is misunderstanding consent and coercion. Acts involving submission through pressure, intimidation, or manipulation are often unrecognized as assault (Stallone 2021). Survivors may rationalize coercion as consent, reinforcing cycles of sexual violence. Traditional consent education emphasizing “no means no” contrasts with affirmative consent (“yes means yes”) models that stress active agreement (Beres 2020; Savoie et al. 2023). Misunderstanding these dynamics can heighten survivor guilt and confusion (Gómez 2021; Orchowski et al. 2022).

Sexual coercion – verbal pressure, intimidation, or substance use to obtain compliance – undermines autonomy (Garner et al. 2017; Goltz 2020). When coercion is included, prevalence rates of unwanted sexual contact exceed 30% for women (Fedina et al. 2018). Men remain more likely to engage in coercive behaviors (Fernández-Fuertes et al. 2018), and racial disparities persist, with Black students reporting higher coercion rates (Morales & Raghavan 2024). Normalized coercion threatens the integrity of consent and perpetuates gendered power dynamics (Eaton & Matamala 2014; Katz et al. 2017).

1.2. Definitions of Consent

This study follows Planned Parenthood's (2024) FRIES model: Freely given, Reversible, Informed, Enthusiastic, and Specific. Consent must be voluntary, can be withdrawn, and requires full information, desire, and clarity about each act (DVSN 2022). Individuals must have the cognitive and emotional capacity to consent, unaffected by intoxication or coercion. Affirmative consent ("yes means yes") promotes explicit agreement and mutual respect (Sandoz et al. 2021). However, persistent cultural beliefs equating male persistence with masculinity hinder understanding (Eaton & Matamala 2014).

1.3. Consent Among College Students

Despite educational campaigns (Coker et al. 2015; Freire et al. 2018), many students misunderstand consent (Anyadike-Danese et al. 2024). Gender norms influence interpretation – men may view women's refusals as "token resistance," while women use indirect refusals to avoid stigma (Oware et al. 2023; Prieto & Moyano 2024). Such ambiguity can lead to unwanted sexual encounters.

Students also fail to recognize that coercion, intoxication, or manipulation invalidate consent (Pugh & Becker 2018). Verbal coercion remains widespread (Garrido-Macías et al. 2022), blurring the line between agreement and pressure. Gender further shapes these perceptions, with men often downplaying coercion or viewing it as normative.

1.4. Perceiver Gender and Perceptions of Consent

Research is mixed on gender differences in understanding consent. Some studies show men are less likely than women to recognize consent boundaries (Jozkowski et al. 2014; Wegner & Abbey 2016), while others find minimal gender differences (Willis & Smith 2022). Women tend to prioritize verbal confirmation, whereas men rely on nonverbal cues. Gender also affects perceptions of blame – male observers judge female victims more harshly when they appear "promiscuous" or fail to resist (Klettke et al. 2018). These differences underscore the gendered nature of consent interpretation (Baldwin-White 2019).

1.5. Actor Gender and Perceptions of Consent

Perceptions also vary by the genders of the victim and perpetrator. Men are more likely to misinterpret friendliness as sexual interest (Wegner & Abbey 2016).

Female perpetrators are often perceived as less culpable or even excused due to gender stereotypes (Walfield 2018; Bagasra et al. 2023). Conversely, male perpetrators are viewed as more responsible for misconduct (Gavin & Scott 2016). These double standards obscure recognition of male victimization (Stephens & Eaton 2014).

1.6. Present Study

This study explored perceptions of sexual scenarios among college students at a Hispanic-serving institution, examining the influence of perceiver, perpetrator, and victim gender. It was hypothesized that scenarios involving female perpetrators or same-gender pairs would be rated as more consensual, ethical, and legal than male-perpetrated ones, and that male participants would display more permissive attitudes.

2. Methods

2.2. Participants

Undergraduate students (n=565) aged 18+ from a South Florida university participated for one extra credit point. Surveys were distributed via SONA; 42 of 607 students did not consent.

2.3. Procedures

After IRB approval (IRB#24-0042), participants completed a 40-minute Qualtrics survey. Only those who agreed to informed consent were included.

2.4. Measures

2.4.1. Demographics

Participants were asked a series of questions to obtain information about their age (numerical entry), gender (man, woman, non-binary, prefer not to say, or other), ethnicity (Hispanic or non-Hispanic), and race (white, black, American Indian or Alaskan Native, Asian, Native Hawaiian or Pacific Islander, or other).

2.4.2. Scenarios

A single Qualtrics survey was developed to assess participants' perceptions of sexual scenarios in terms of consent, legality, and ethicality. The instru-

ment consisted of 10 vignettes (see Table 1) adapted from Willis and Jozkowski (2022), Methodist University Sexual Misconduct materials (n.d.), and the Facing History & Ourselves program (2020), supplemented with examples derived from the researcher's experience in victim advocacy. Each vignette depicted a plausible sexual interaction between two individuals in a college context and was designed to reflect one or more of the five core principles of consent: freely given, reversible, informed, enthusiastic, and specific.

Participants were randomly assigned one of five gender pairings for each scenario: male perpetrator/female victim, female perpetrator/male victim, male perpetrator/male victim, female perpetrator/female victim, or ambiguous perpetrator/victim identities. The ten scenarios included nonconsensual pornography ("NCP"), non-specific consent ("specific"), sexual coercion ("sex"), alcohol-related consent, non-enthusiastic consent ("enthusiastic"), groping ("grope"), substance use ("substance"), coerced kissing ("kiss"), reversible consent ("reversible"), and a consensual interaction ("consensual") as a control condition.

Scenario content varied to capture different dimensions of consent violations. For example, the NCP vignette depicted consensual sex that was nonconsensually recorded; the specific scenario illustrated agreement to kissing but not to oral sex; and the sexual coercion vignette involved pressure to engage in first-time intercourse. Other vignettes depicted silent consent under intoxication, withdrawal of consent, coercive kissing, and unwanted sexual contact. The consensual vignette involved mutual, voluntary participation.

Following each scenario, participants evaluated the interaction by selecting all applicable descriptors from six options: consensual, ethical, legal, nonconsensual, unethical, or illegal. These responses provided measures of participants' perceptions of the nature and boundaries of sexual consent across diverse contexts.

Table 1
Examples of Sexual Consent Scenarios Provided to Participants

Nonconsensual Porn	XXX and YYY are in a new sexual relationship. Things are going very well and XXX is particularly impressed with YYY's performance in bed. XXX has been bragging to friends about YYY and wants to provide evidence. So, XXX hides a video camera in the bedroom and video records them having sex. YYY is unaware of the camera.
Specific	XXX and YYY meet at a party and start talking. They hit it off immediately and find a quiet corner to make out in. Over the course of the evening, YYY consumes much more alcohol than XXX does and has slurred speech and a hard time standing up. XXX recognizes that YYY is drunk but likes that they are being playful and flirtatious. XXX suggests that they go back to XXX's residence hall room. YYY agrees but has to be physically steadied as they leave the party. When they get back to XXX's place, YYY flops on XXX's bed with closed eyes. XXX offers YYY oral sex. YYY mumbles something that XXX can't understand but seems to cooperate as XXX undresses YYY. So, XXX proceeds to perform oral sex on YYY.

Sex	YYY and XXX have been dating for about a year. Although they have engaged in some sexual touching, they have never engaged in sexual intercourse. One night, as they are cuddling, XXX decides that they have waited long enough and starts pressuring YYY to have sex. XXX tells YYY that, if they loved each other, they would have sex. XXX then threatens to break up with YYY if they don't have sex. YYY verbally expresses hesitance to have sex but then goes silent. They have sex.
Alcohol	YYY and XXX are friends. They go out drinking and dancing at a club, they both get drunk. While at the club, XXX begins to grope YYY heavily. YYY is too drunk to notice or resist. Eventually, XXX takes YYY home and they have sex. The next morning, YYY does not remember that they had sex.
Enthusiastic	XXX and YYY are engaging in a sexual encounter. XXX begins to intensify the level of contact and moves quickly from touching and kissing to sexual stimulation with a hand. YYY responds by pulling away slightly, moving XXX's hands and saying, "Hey, hold on; I'm not sure." XXX cooperates briefly but then intensifies the contact once more. YYY inches backwards and then becomes still. They have sex.
Grope	XXX and YYY meet at a party. They spend the evening dancing and getting to know each other. XXX convinces YYY to come up to XXX's room. While in XXX's room, XXX uses every line XXX can think of to convince YYY to have sex, at first YYY adamantly refuses. XXX keeps at YYY, and begins to question YYY's interest, and accuses YYY of being "a prude." Finally, it seems to XXX that YYY's resolve is weakening, and XXX convinces YYY to touch XXX's genitals.
Substance	XXX and YYY are friends. They spend the evening watching movies and smoking marijuana; it is YYY's first time smoking. In the middle of the movie, XXX begins to grope YYY heavily. YYY is high and does not seem to react or resist. Eventually, XXX initiates sex with YYY.
Kiss	XXX has liked YYY for ages. XXX sees YYY in an art studio after class and decides to enter the room. When XXX enters, XXX realizes that YYY is alone. YYY moves to leave the room, but XXX blocks the door and says, "I'll let you pass, if you kiss me". XXX moves forward to try to kiss YYY, but YYY pushes XXX away and leaves.
Reversible	XXX and YYY are dating. YYY is uncertain about whether they should have sex, but XXX is persuasive and finally obtains YYY's voluntary agreement. As they engage in sex, YYY says "wait – stop – that hurts." XXX nonetheless continues for several more minutes, ignoring YYY.
Consensual	YYY and XXX have been talking to each other and dating for several weeks without any sexual contact. They meet at a bar and share drinks. After a couple of drinks, XXX gains the confidence to ask YYY to come over to watch a movie. YYY agrees and they go to XXX's apartment. At the apartment, XXX begins to touch YYY's thigh. YYY tenses up initially, surprised, and then relaxes to the touch. They begin to kiss, and they have sex.

Source: Compiled by Jasmin Hernandez.

3. Results

Participants’ mean age was 22.77 (SD=5.42). Most identified as women (84%) and Hispanic (73%). Regression analyses found no significant effects of perpetrator/victim gender on perceptions. However, t-tests revealed significant gender-based differences for five scenarios: groping, reversible consent, nonconsensual pornography, sexual coercion, and substance use. Men rated these scenarios as more consensual than women did (see Tables 2 and 3).

Table 2
Independent Samples Test for Perceptions by Scenario (n = 558)

	Levene’s Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means	
	F	Sig.	t	df
Grope	15.348	<.001	3.681	556
Reversible	17.760	<.001	3.948	556
Nonconsensual Porn	7.137	.008	1.599	556
Specific	.902	.343	-.792	556
Sex	5.967	.015	1.382	556
Consensual	3.340	.068	2.075	556
Alcohol	.570	.451	-.282	556
Enthusiastic	1.730	.189	1.241	556
Substance	4.825	.028	.686	556
Kiss	.051	.822	-1.328	556
Note. Equal variances assumed.				

Source: Compiled by Frank Kotey.

Table 3
Post-Hoc Analysis of Differences in Scenarios by Gender (n = 558)

	Gender	N	Mean	Std. Deviation	Cohen’s d
Grope	Men	82	-1.28	1.550	1.205
	Women	476	-1.81	1.136	
Reversible	Men	82	-1.79	1.293	1.045
	Women	476	-2.29	.996	
Nonconsensual Porn	Men	82	-2.56	.890	.769
	Women	476	-2.71	.746	

	Gender	N	Mean	Std. Deviation	Cohen's d
Sex	Men	82	-1.70	1.183	1.057
	Women	476	-1.87	1.034	
Substance	Men	82	-1.84	1.470	1.318
	Women	476	-1.95	1.290	

Source: Compiled by Frank Kotey.

4. Discussion

The purpose of this study was to examine perceptions of sexual consent among young adults, focusing on factors such as gender, scenario type, and the genders of both perpetrator and victim. Contrary to expectations, results did not yield significant findings based on perpetrator or victim gender. Social roles may help explain this. Society expects women to be nurturing and empathetic; when they commit sexual violence, it is seen as a deeper violation of norms, provoking moral outrage (Depraetere et al. 2021). Because female-perpetrated assault is less common and less discussed, such cases attract heightened scrutiny and disbelief (Stephens & Eaton 2014). Yet research also shows more lenient perceptions and punishments for female perpetrators (Moore & Miller-Perrin 2021; Socia et al. 2019), and survivors of female-perpetrated assault remain under-researched (Munroe & Shumway 2020). Abuse by males is generally perceived as more severe (Wilson & Smirles 2020).

Participant gender also influenced perceptions. Men often use enticement in relationships (Fornicola & Peterson 2022), which may explain why they rated coercive or reversible scenarios as more consensual. Traditional norms often teach men to minimize the seriousness of assault, particularly in ambiguous situations (Depraetere et al. 2021). Cultural scripts may normalize persistence, and many men internalize entitlement to sexual access, especially in relationships (Pella & McClung 2024; Trottier et al. 2024). Misunderstandings about withdrawing consent, limited education, and media depictions focused on physical force further obscure recognition of coercion or psychological manipulation (Anderson et al. 2022; Elmore et al. 2020; Aubrey et al. 2023).

Cognitive dissonance may also play a role (Wong et al. 2022). Men who have engaged in or witnessed similar behaviors may minimize their severity to avoid dissonance. Women may also underrecognize coercive scenarios to reconcile conflicting beliefs about perpetrators or societal narratives (Baldwin-White 2021). Normative social influence is another factor: students may conform to social norms that downplay certain acts, particularly in relationships or when women are perpetrators (Lim 2022).

Social desirability and gender norms also shape perceptions. Masculine ideals glorifying dominance and conquest can pressure individuals to condone coercive behaviors (Depraetere et al. 2021). Traditional norms promoting passivity in women can discourage resistance or reporting, reinforcing acceptance of such behaviors. Social role theory suggests that gendered expectations shape attitudes and perceptions (Li et al. 2021). Women, socialized to prioritize harmony and avoid conflict, may hesitate to label behaviors as assault. Similarly, widespread exposure to nonconsensual pornography can desensitize individuals and trivialize its harm.

Overall, these findings suggest that deeply ingrained gender norms, social expectations, and cognitive mechanisms may explain the absence of significant differences. They also highlight the need for comprehensive consent education, media literacy, and gender-sensitive prevention strategies that address subtle forms of coercion and reshape harmful social narratives.

5. Limitations

Each scenario needed to be analyzed individually and could not be directly compared due to major differences, such as the length and nature of the relationship. This study examined how men and women responded to each scenario separately, and group size may have influenced results. Future studies could make controlled changes to the scenarios to allow for direct comparisons, thereby controlling for variables like relationship length and type.

A potential explanation for the lack of significant findings related to perpetrator and victim gender may lie in the limited survey structure. Participants were asked to classify each scenario as consensual, legal, ethical, nonconsensual, illegal, or unethical. While this dichotomous format is a novel approach, it inherently restricts participant responses and prevents deeper exploration of nuanced perceptions. Limited response options may have reduced variability and obscured meaningful differences. Future research could use a 5- or 7-point Likert scale to increase variability and enhance the ability to detect significant effects.

Additionally, the survey questions may not have fully captured nuanced attitudes, such as those related to gender roles, which strongly influence consent perceptions. Conducting the study online also introduces limitations, including sampling bias, self-selection bias, lack of environmental control, reduced response quality, and validity concerns. Although names were used to signal gender, the absence of pronouns may have weakened gender representation. Future studies could incorporate explicit pronouns or stronger gender indicators to enhance clarity and examine how gender cues shape perceptions. Refining measurement tools to better capture gender dynamics and attitudes could yield deeper insights into how gender roles influence consent judgments.

Finally, the study did not collect information on participants' sexual orientation, which could be a meaningful factor in shaping consent perceptions. The analysis was limited to men and women due to the small number of participants identifying in other categories. Exploring differences among sexual minorities could reveal important risk factors and patterns in consent perceptions (Basile et al. 2021).

6. Future Directions

Despite the lack of significant findings, this study underscores the complexity of sexual consent perceptions and the need for continued research. The sample size was adequate to detect key effects, especially among Hispanic college students, offering insights into an underexplored group. This work contributes to a growing field by examining consent perceptions within specific sociocultural contexts. Future research should include more nuanced variables, such as cultural beliefs, and examine how victim and perpetrator race or participants' personal experiences with sexual assault influence perceptions.

Longitudinal studies could assess how consent education shapes perceptions over time and across relationships. Evidence shows that comprehensive education reduces nonconsensual scenarios, highlighting the importance of exploring its long-term effects (MacDougall et al. 2020).

While this study did not find significant results, it identified scenarios posing the highest assault risks in heteronormative college settings. Gender-based differences in perception could guide targeted consent education and prevention efforts. Future research should use more diverse samples (including men, racial minorities, and sexual minorities), improved measures, and varied methodologies to gain deeper insights.

To reduce sexual violence, interventions should challenge harmful gender norms and promote comprehensive, victim-centered consent education. Re-examining gender roles and their influence on perceptions is vital. Scenarios involving male victims and female perpetrators may be perceived as consensual, leading to underrecognition and perpetuating assault rates. Understanding minority victimization and its link to consent perceptions could improve help-seeking pathways (Harris & Linder 2017; Decker et al. 2019).

Finally, educating men as potential perpetrators to adopt more empathetic approaches to identifying and verifying consent could foster healthier, more respectful sexual interactions (Bonar et al. 2020). Through targeted education, cultural change, and systemic support, society can move toward universally understood and respected consent.

Authors' contributions:

FK: Conceptualization; formal analysis; research; methodology; software; validation; writing of original draft; review & editing.

MCK: Conceptualization; validation; writing – review & editing.

JH: Validation.

Acknowledgements

Thanks to all the faculty of the Applied Social Cultural Psychology program for their cooperation and support throughout my research period.

Conflict of interests

The authors declare no competing interests.

References

- ACHA – American College Health Association. 2023. *American College Health Association-National College Health Assessment III: Reference Group Executive Summary Spring 2023*. American College Health Association. https://www.acha.org/wp-content/uploads/2024/07/NCHA-III_SPRING_2023_REFERENCE_GROUP_EXECUTIVE_SUMMARY.pdf
- Anderson, Jocelyn C., Rachael K. Richter, Mary Hawk, et al. 2022. "Exploring Definitions of Consent and Healthy Relationships Among College Students with Disabilities: 'I think it's fuzzy'." *Journal of Family Violence* 37: 1353-1366. <https://doi.org/10.1007/s10896-021-00322-0>
- Anyadike-Danes, Ngozi, Megan Reynolds, Cherie Armour, & Susan Lagdon. 2024. "Defining and Measuring Sexual Consent Within the Context of University Students' Unwanted and Nonconsensual Sexual Experiences: A Systematic Literature Review." *Trauma, Violence, & Abuse* 25(1). <https://doi.org/10.1177/15248380221147558>
- Aubrey, Jennifer Stevens, Larissa Terán, Leah Dajches, Heather Gahler, & Kun Yan. 2023. "Is Sexual Consent Sexy?: Investigating the Effects of a Televised Depiction of Verbal Sexual Consent on College Students' Sexual Consent Attitudes and Behavioral Intentions." *Health Communication* 38(12): 2527-2536. <https://doi.org/10.1080/10410236.2022.2087264>
- Bagasra, Anisah, Alison McLetchie, & Deborah Laufersweiler-Dwyer. 2023. "Rape Myth Acceptance Among Students Attending a Historically Black College (HBCU): Implications For Intervention Design." *Journal of American College Health* 71(2): 528-534. <https://doi.org/10.1080/07448481.2021.1898402>
- Baldwin-White, Adrienne. 2019. "'When a Girl Says No, You Should Be Persistent Until She Says Yes': College Students and Their Beliefs About Consent." *Journal of Interpersonal Violence* 36(19-20): NP10619-NP10644. <https://doi.org/10.1177/0886260519875552>
- Baldwin-White, Adrienne. 2021. "College Students and Their Knowledge and Perceptions About Sexual Assault." *Sexuality & Culture* 25(1): 58-74. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09757-x>
- Basile, Kathleen C., Sharon G. Smith, Jieru Chen, & Marissa Zwald. 2021. "Chronic Diseases, Health Conditions, and Other Impacts Associated with Rape Victimization of

- US Women." *Journal of Interpersonal Violence* 36(23-24): NP12504-NP12520. <https://doi.org/10.1177/0886260519900335>
- Beres, Melanie. 2020. "Perspectives of Rape-Prevention Educators on the Role of Consent in Sexual Violence Prevention." *Sex Education* 20(2): 227-238. <https://doi.org/10.1080/14681811.2019.1621744>
- Bonar, Erin E., Sarah DeGue, Antonia Abbey, et al. 2020. "Prevention of Sexual Violence among College Students: Current Challenges and Future Directions." *Journal of American College Health* 70(2): 575-588. <https://doi.org/10.1080/07448481.2020.1757681>
- Cantor, David, Bonnie Fisher, Susan Helen Chibnall, et al. 2019. *Report on the AAU Campus Climate Survey on Sexual Assault and Sexual Misconduct*. <https://www.aau.edu/key-issues/campus-climate-and-safety/aau-campus-climate-survey-2019>
- Cantor, David, Bonnie Fisher, Susan Helen Chibnall, et al. 2020. *Report on the AAU Campus Climate Survey on Sexual Assault and Sexual Misconduct*. [https://www.aau.edu/sites/default/files/AAU-Files/Key-Issues/Campus-Safety/Revised%20Aggregate%20report%20%20and%20appendices%201-7_\(01-16-2020_FINAL\).pdf](https://www.aau.edu/sites/default/files/AAU-Files/Key-Issues/Campus-Safety/Revised%20Aggregate%20report%20%20and%20appendices%201-7_(01-16-2020_FINAL).pdf)
- Coker, Ann L., Bonnie S. Fisher, Heather M. Bush, et al. 2015. "Evaluation of the Green Dot Bystander Intervention to Reduce Interpersonal Violence Among College Students Across Three Campuses." *Violence Against Women* 21(12): 1507-1527. <https://doi.org/10.1177/1077801214545284>
- Decker, Michele R., Charvonne N. Holliday, Zaynab Hameeduddin, et al. 2019. "'You Do Not Think of Me as a Human Being': Race and Gender Inequities Intersect to Discourage Police Reporting of Violence Against Women." *Journal of Urban Health* 96: 772-783. <https://doi.org/10.1007/s11524-019-00359-z>
- Depraetere, Joke, Christophe Vandeviver, Ines Keygnaert, & Tom Vander Beken. 2021. "Gender Role Norm Conformity and Sexual Assault Risk Among Male and Female University Students." *Victims & Offenders* 16(6): 847-868. <https://doi.org/10.1080/15564886.2020.1860175>
- DVSN – Domestic Violence Services Network. 2022. The Complexities of Consent. *Domestic Violence Services Network, Inc.* <https://www.dvsn.org/april-2022-the-complexities-of-consent/>
- Eaton, Asia A., & Alejandra Matamala. 2014. "The Relationship Between Heteronormative Beliefs and Verbal Sexual Coercion in College Students." *Archives of Sexual Behavior* 43: 1443-1457. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0284-4>
- Elmore, Kristen C., Tracy M. Scull, Christina V. Malik, & Janis B. Kupersmidt. 2020. "Rape Myth Acceptance Reflects Perceptions of Media Portrayals as Similar to Others, but Not the Self." *Violence Against Women* 27(3-4): 529-551. <https://doi.org/10.1177/1077801220908335>
- Facing History & Ourselves. 2020. Consent scenarios. <https://www.facinghistory.org/en-gb/resource-library/consent-scenarios>
- Fedina, Lisa, Jennifer Lynne Holmes, & Bethany L. Backes. 2018. "Campus Sexual Assault: A Systematic Review of Prevalence Research from 2000 to 2015." *Trauma, Violence, & Abuse* 19(1): 76-93. <https://doi.org/10.1177/1524838016631129>
- Fernández-Fuertes, Andrés A., Rodrigo J. Carcedo, Begoña Orgaz, & Antonio Fuertes. 2018. "Sexual Coercion Perpetration and Victimization: Gender Similarities and Differences in Adolescence." *Journal of Interpersonal Violence* 33(16): 2467-2485. <https://doi.org/10.1177/0886260518774306>
- Fornicola, Errin, & Zoë D. Peterson. 2022. "An Exploratory Study of Sexual Aggression Tactics as a Function of Perpetrator Gender and Victim Gender." *International Journal of Sexual Health* 34(3): 397-408. <https://doi.org/10.1080/19317611.2022.2053027>

- Freire, Kimberley E., Linda Vo, Phyllis Ottley, Meredith Stocking, Marissa McKool, & Gayle Payne. 2018. "PW 1744 Monitoring Implementation and Outcomes for the Centers for Disease Control & Prevention's National Initiative to Prevent Sexual Violence." *Injury Prevention* 24: A109-A110. <https://doi.org/10.1136/injury-prevention-2018-safety.303>
- Garner, Alisa R., Laura C. Spiller, & Patrick Williams. 2020. "Sexual Coercion in the College Population: A Form of Risk-Taking Behavior." *Journal of Interpersonal Violence* 35(23-24): 5276-5291. <https://doi.org/10.1177/0886260517720736>
- Garrido-Macías, Marta, Inmaculada Valor-Segura, & Francisca Expósito. 2022. "Women's Experience of Sexual Coercion and Reactions to Intimate Partner Sexual Violence." *Journal of Interpersonal Violence* 37(11-12): NP8965-NP8988. <https://doi.org/10.1177/0886260520980394>
- Gavin, Jeff, & Adrian J. Scott. 2016. "The Influence of the Sex of and Prior Relationship Between the Perpetrator and Victim on Perceptions of Stalking: A Qualitative Analysis." *Psychiatry, Psychology and Law* 23(5): 716-732. <https://doi.org/10.1080/13218719.2016.1142933>
- Goltz, Sonia M. 2020. "On Power and Freedom: Extending the Definition of Coercion." *Perspectives on Behavior Science* 43(1): 137-156. <https://doi.org/10.1007/s40614-019-00240-z>
- Gómez, Jennifer M. 2021. "Gendered Sexual Violence: Betrayal Trauma, Dissociation, and PTSD in Diverse College Students." *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma* 30(5): 625-640. <https://doi.org/10.1080/10926771.2020.1783737>
- Harris, Jessica C., & Chris Linder, eds. 2023. *Intersections of Identity and Sexual Violence on Campus: Centering Minoritized Students' Experiences*. Taylor & Francis. <https://doi.org/10.4324/9781003445418>
- Jozkowski, Kristen N., Zoë D. Peterson, Stephanie A. Sanders, Barbara Dennis, & Michael Reece. 2014. "Gender Differences in Heterosexual College Students' Conceptualizations and Indicators of Sexual Consent: Implications for Contemporary Sexual Assault Prevention Education." *The Journal of Sex Research* 51(8): 904-916. <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.792326>
- Katz, Jennifer, Ellen L. Poleshuck, Brittany Beach, & Rachel Olin. 2017. "Reproductive Coercion by Male Sexual Partners: Associations with Partner Violence and College Women's Sexual Health." *Journal of Interpersonal Violence* 32(21): 3301-3320. <https://doi.org/10.1177/0886260515597441>
- Klettke, Bianca, David Mellor, & David Hallford. 2018. "The Effects of Victim Age, Perceiver Gender, and Parental Status on Perceptions of Victim Culpability When Girls or Women Are Sexually Abused." *Violence Against Women* 24(6): 650-667. <https://doi.org/10.1177/1077801217717355>
- Li, Yahui, Jian Mou, Liying Ye, Jing Long, & Wei Wayne Huang. 2021. "An Empirical Investigation of the Utilitarian, Social Benefits in LBS Information Disclosure – The Moderating Effect of the Gender Based Social Role Theory." *International Journal of Information Management* 56: 102243. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102243>
- Lim, Weng Marc. 2022. "Toward a Theory of Social Influence in the New Normal." *Activities, Adaptation & Aging* 46(1): 1-8. <https://doi.org/10.1080/01924788.2022.2031165>
- MacDougall, Airica, Sarah Craig, Kaitlyn Goldsmith, & E. Sandra Byers. 2020. "#Consent: University Students' Perceptions of Their Sexual Consent Education." *The Canadian Journal of Human Sexuality* 29(2). <https://doi.org/10.3138/cjhs.2020-0007>
- Methodist University. n.d. Sexual Misconduct Scenarios. <https://www.methodist.edu/life-at-mu/student-affairs-office/sexual-violence/get-info/scenarios/>
- Munroe, Cat, & Martha Shumway. 2022. "Female-Perpetrated Sexual Violence: A Survey

- of Survivors of Female-Perpetrated Childhood Sexual Abuse and Adult Sexual Assault." *Journal of Interpersonal Violence* 37(9-10): NP6655-NP6675. <https://doi.org/10.1177/0886260520967137>
- Moore, Marissa V., & Cindy Miller-Perrin. 2022. "Exploring the Effects of Perpetrator, Victim, and Participant Gender on Perceptions Related to Sexual Assault." *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma* 31(9): 1129-1147. <https://doi.org/10.1080/10926771.2021.2019157>
- Morales, Stacey Piedad, & Chitra Raghavan. 2024. "An Examination of Sexual Coercion Experiences Among Latinx Female College Students." *Journal of Sexual Aggression*. <https://doi.org/10.1080/13552600.2024.2347223>
- NCES – National Center for Education Statistics. 2022. Criminal Incidents at Postsecondary Institutions. *Condition of Education*. U.S. Department of Education, Institute of Education Sciences. <https://nces.ed.gov/programs/coe/indicator/a21>
- Orchowski, Lindsay M., Katie M. Edwards, Jocelyn A. Hollander, Victoria L. Banyard, Charlene Y. Senn, & Christine A. Gidycz. 2020. "Integrating Sexual Assault Resistance, Bystander, and Men's Social Norms Strategies to Prevent Sexual Violence on College Campuses: A Call to Action." *Trauma, Violence, & Abuse* 21(40): 811-827. <https://doi.org/10.1177/1524838018789153>
- Oware, Phoebe Mesa, Katrine JC De Angeles, Wendy Ntinyari, et al. 2023. "'I Wouldn't Believe Her at First' – A Qualitative Study of Young People's Sexual Consent Perceptions and Negotiation in Nairobi Informal Settlements." *Journal of Interpersonal Violence*. 38(21-22): 11520-11544. <https://doi.org/10.1177/08862605231185301>
- Pella, Riana S., & Nicola A. McClung. 2024. "Does Yes Mean Yes? Differences in US College Students' Understanding of Sexual Consent." *Sex Education*. 24(30): 416-432. <https://doi.org/10.1080/14681811.2023.2211514>
- Planned Parenthood. 2024. What is Consent? *Planned Parenthood Direct*. <https://www.plannedparenthooddirect.org/article/what-consent>
- Prieto, Luis Enrique, & Nieves Moyano. 2024. "Conceptions of Consensual versus Non-Consensual Sexual Activity among Young People from Colombia." *Behavioral Sciences* 14(10): 884. <https://doi.org/10.3390/bs14100884>
- Pugh, Brandie, & Patricia Becker. 2018. "Exploring Definitions and Prevalence of Verbal Sexual Coercion and its Relationship to Consent to Unwanted Sex: Implications for Affirmative Consent Standards on College Campuses." *Behavioral Sciences* 8(8): 69. <https://doi.org/10.3390/bs8080069>
- Sandoz, Emily, & Louisiana Contextual Science Research Group. 2021. "Beyond 'Yes Means Yes': A Behavioral Conceptualization of Affirmative Sexual Consent." *Behavior and Social Issues* 30: 712-731. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00066-y>
- Savoie, Lise, Marie-Andrée Pelland, Sylvie Morin, & Marie-Pier Rivest. 2023. "'Yes Doesn't Always Mean Yes, But No Means No': Exploring the Perceived Ambiguities in University Students' Experiences of Sexual Consent." *The Canadian Journal of Human Sexuality* 32(3). <https://doi.org/10.3138/cjhs.2023-0003>
- Socia, Kelly M., Jason Rydberg, & Christopher P. Dum. 2019. "Punitive Attitudes Toward Individuals Convicted of Sex Offenses: A Vignette Study." *Justice Quarterly* 38(6): 1262-1289. <https://doi.org/10.1080/07418825.2019.1683218>
- Stallone, Kiran. 2021. "Strategic Submission to Rape Is Not Consent: Sexual Violence in the Colombian Armed Conflict." *Violence Against Women* 28(14): 3482-3504. <https://doi.org/10.1177/107780122111054872>
- Steele, Bridget, Mackenzie Martin, Alessandra Sciarra, G. J. Melendez-Torres, Michelle Degli Esposti, & David K. Humphreys. 2024. "The Prevalence of Sexual Assault

- Among Higher Education Students: A Systematic Review with Meta-Analyses." *Trauma, Violence, & Abuse* 25(3):1885-1898. <https://doi.org/10.1177/15248380231196119>
- Stephens, Dionne P., & Asia A. Eaton. 2014. "The Influence of Masculinity Scripts on Heterosexual Hispanic College Men's Perceptions of Female-Initiated Sexual Coercion." *Psychology of Men & Masculinity* 15(4): 387-396. <https://doi.org/10.1037/a0034639>
- Trottier, Dominique, Kelly Laflamme, Jean-Pierre Guay, & Massil Benbouriche. 2024. "French Validation of the Tactics First-Sexual Experiences Survey-Perpetrator in Heterosexual Men." *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue canadienne des sciences du comportement* 56(3): 315-320. <https://doi.org/10.1037/cbs0000372>
- Walfield, Scott M. 2018. "'Men Cannot Be Raped': Correlates of Male Rape Myth Acceptance." *Journal of Interpersonal Violence* 36(13-14). <https://doi.org/10.1177/0886260518817777>
- Wegner, Rhiana, & Antonia Abbey. 2016. "Individual Differences in Men's Misperception of Women's Sexual Intent: Application and Extension of the Confluence Model." *Personality and Individual Differences* 94: 16-20. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.12.027>
- Willis, Malachi, & Kristen N. Jozkowski. 2022. "Sexual Consent Perceptions of a Fictional Vignette: A Latent Growth Curve Model." *Archives of Sexual Behavior* 51: 797-809. <https://doi.org/10.1007/s10508-021-02048-y>
- Willis, Malachi, & Rebecca Smith. 2022. "Sexual Consent Across Diverse Behaviors and Contexts: Gender Differences and Nonconsensual Sexual Experiences." *Journal of Interpersonal Violence* 37(19-20):NP18908-NP18934. <https://doi.org/10.1177/08862605211044101>
- Wilson, Jenna M., & Kimberly Smirles. 2020. "College Students' Perceptions of Intimate Partner Violence: The Effects of Type of Abuse and Perpetrator Gender." *Journal of Interpersonal Violence* 37(1-2). <https://doi.org/10.1177/0886260520908025>
- Wong, Y. Joel, Ryon C. McDermott, Nelson O. Zounlome, Elyssa M. Klann, & Zoe D. Peterson. 2022. "Self-Persuasion: An Experimental Evaluation of a Sexual Aggression Preventive Intervention for US College Men." *Journal of Interpersonal Violence* 37(5-6): 2037-2061. <https://doi.org/10.1177/0886260520936369>

Frank Kotey, M.S., is a doctoral student in the Applied Social Cultural Psychology program at Florida International University. He earned his B.S. in Psychology with a concentration in Child Psychology from the University of North Florida and his M.S. in Counselor Education (Clinical Mental Health Counseling) from FIU. A licensed mental health counselor, he has provided therapy to children, adolescents, and adults. His research explores intergenerational trauma among men of color and its impact on relationships.

Maureen C. Kenny, Ph.D., is a Professor of Psychology and Associate Chair of Academic Personnel at Florida International University. A licensed psychologist and Nationally Certified Counselor, she is an international expert on child maltreatment, sexual abuse prevention, and mandatory reporting laws. Dr. Kenny has published over 100 peer-reviewed articles, 18 book chapters, and three books, and has received multiple awards for teaching, research, and mentoring.

Jasmin Hernandez acquired her Bachelor of Arts in Psychology from Florida International University in 2025. She is currently pursuing a Master's degree in Clinical Mental Health Counseling at Liberty University, focusing on becoming a Licensed Mental Health Counselor. She is most passionate about researching and

understanding the development of mental health disorders among children and adolescents, especially within marginalized communities.

Received on 31 May 2025 and accepted for publication on 13 October 2025.

How to cite this article

[Chicago Style – adapted]

Kotey, Frank, Maureen C. Kenny, & Jasmin Hernandez. 2025. "Perceptions of Consent Among College Students: The Effects of Perpetrator, Target, and Perceiver Gender." *ex æquo* 52: 30-45. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.04>

[APA Style – adapted]

Kotey, Frank, Kenny, Maureen C., & Hernandez, Jasmin (2025). Perceptions of consent among college students: The effects of perpetrator, target, and perceiver gender. *ex æquo*, 52, 30-45. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.04>



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com



#METOO E ACADEMIA: UMA ANÁLISE DAS PERCEÇÕES DE DOCENTES E INVESTIGADORAS PORTUGUESAS

 *Maria Helena Santos**

 *Maria João Faustino***

 *Carla Cerqueira****

 *Júlia Garraio*****

Resumo

O movimento *#MeToo* espoletou debates internacionais sobre o assédio sexual, também na academia. Em Portugal, apesar da maior atenção mediática dos últimos anos, a produção académica sobre o tema é escassa, sobretudo no que concerne às perceções de docentes e investigadoras/es. Este artigo pretendeu auscultar mulheres académicas relativamente ao *#MeToo*. Foram realizadas 18 entrevistas individuais semiestruturadas. A análise temática permitiu identificar discursos heterogéneos sobre o *#MeToo*: ainda que percecionado como motor de consciencialização e visibilização do assédio sexual, com repercussões no contexto académico, foram apontadas críticas e limites ao movimento.

Palavras-chave: Movimento *#MeToo*, academia, mulheres portuguesas, assédio sexual.

Abstract

#MeToo and Academia: An Analysis of the Perceptions of Portuguese Women Professors and Researchers

The *#MeToo* movement sparked international debates about sexual harassment, including within academia. In Portugal, despite increased media attention in recent years, academic research on the topic remains limited, particularly regarding the perceptions of

* Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIS-Iscte, 1649-026 Lisboa, Portugal.
Endereço postal: Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
Correio eletrónico: helenasantos@iscte-iul.pt

** Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Colégio de São Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Correio eletrónico: mjcpfaustino@hotmail.com

*** Universidade Lusófona, CICANT – Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias, 4000-098 Porto, Portugal.
Endereço postal: Rua Augusto Rosa, n.º 24, 4000-098 Porto, Portugal.

**** Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Colégio de São Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Correio eletrónico: julia garraio@ces.uc.pt

researchers and professors. This article sought to explore the views of women academics on #MeToo. Eighteen individual semi-structured interviews were conducted. Thematic analysis revealed diverse and heterogeneous discourses about the movement: although it was seen as a catalyst for raising awareness and increasing the visibility of sexual harassment, criticisms and perceived limitations of the movement were also identified.

Keywords: #MeToo movement, academia, Portuguese women, sexual harassment.

Resumen

#MeToo y la academia: un análisis de las percepciones de docentes y investigadoras portuguesas

El movimiento #MeToo ha suscitado debates internacionales sobre el acoso sexual, también en el mundo académico. En Portugal, a pesar de la creciente atención de los medios de comunicación en los últimos años, la producción académica sobre el tema es escasa, especialmente en lo que respecta a las percepciones de las docentes y investigadoras. El objetivo de este artículo era conocer la opinión de las académicas sobre el #MeToo. Se realizaron 18 entrevistas individuales semiestructuradas. El análisis temático permitió identificar discursos heterogéneos sobre #MeToo: aunque se percibe como un motor de concienciación y visibilización del acoso sexual, con repercusiones en el contexto académico, se señalaron críticas y límites al movimiento.

Palabras clave: Movimiento #MeToo, academia, mujeres portuguesas, acoso sexual.

1. Introdução

1.1. #MeToo e instituições de ensino superior

O movimento #MeToo alimentou conversas locais sobre assédio sexual, violência baseada no gênero e desigualdades sistêmicas, levando a um novo escrutínio destas questões nas instituições de ensino superior em diferentes contextos geográficos.

O *Me Too* surgiu em 2006, com Tarana Burke, ativista afro-americana, com o objetivo de apoiar mulheres sobreviventes de violência sexual, nomeadamente as mulheres negras, em comunidades marginalizadas. Burke usou a expressão *Me Too* para criar um espaço de empatia e solidariedade, permitindo que as vítimas partilhassem as suas experiências e percebessem que não estavam sozinhas. Porém, o movimento só ganhou visibilidade global em 2017, quando o hashtag #MeToo foi amplamente difundido nas redes sociais, sobretudo após as denúncias contra o produtor de cinema Harvey Weinstein. A atriz Alyssa Milano foi a impulsionadora do *hashtag*, incentivando outras mulheres a compartilharem as suas próprias experiências (Cerqueira, Taborda & Pereira 2023; Roque et al. 2024). Algumas críticas, a partir dos feminismos, argumentaram que o ecossistema mediático do #MeToo privilegiou as vozes e narrativas de mulheres brancas, jovens, pertencentes a uma elite cultural, (re)produzindo exclusões e invisibilidades quanto à classe,

idade e etnicidade (Zarkov & Davis 2018; Cerqueira 2025). O *backlash* ao #MeToo foi sonoro: o movimento foi apelidado de “caça às bruxas” e acusado de diluir as fronteiras entre sedução e assédio.

O #MeToo estendeu-se a outras esferas profissionais, como o ensino superior (Sen 2020). Embora haja iniciativas anteriores em diversos contextos geográficos, a proliferação transnacional do #MeToo impulsionou a uma maior consciência pública do problema do assédio sexual na academia (D’Agostino & Elias 2020).

Existe já uma vasta literatura científica que aborda, sob diversos ângulos, a articulação entre o #MeToo e a academia (e.g., Tenbrunsel, Rees & Diekmann 2019). Promoveram-se debates sobre as desigualdades de género em diversas áreas científicas (Jagsi 2018; McCall 2019), a precariedade laboral *genderizada* (Täuber et al. 2022) e as injustiças epistemológicas (Enns-Kananen 2019). A visibilidade pública destas questões conduziu também a uma maior discussão sobre os impactos do assédio sexual nas carreiras das mulheres (Mansfield et al. 2019), um maior escrutínio das estruturas de poder *genderizadas*, expondo a cultura de silêncio dominante em muitas universidades e o fracasso das instituições em abordar e prevenir eficazmente o assédio sexual (Mendes, Horeck & Ringrose 2022).

Porém, após o #MeToo, aumentaram os processos judiciais contra as mulheres que divulgaram nomes no espaço público, e estas continuam a ser marginalizadas nos debates sobre assédio sexual na academia (Godden-Rasul & Serisier 2024). Também se verificam movimentos reacionários (como o #HimToo) e várias lógicas antifeministas em diferentes contextos geográficos que procuram deslegitimar os avanços do #MeToo no que diz respeito ao combate às desigualdades de género e à violência sexual (Graff & Korolczuk 2022).

Apesar dos exemplos de boas práticas que têm sido criados em vários contextos geográficos (como a implementação de códigos de conduta e mecanismos de denúncia em diversas instituições), da maior exigência de responsabilização das instituições e da maior visibilidade destas questões, “existem barreiras estruturais significativas para que o tratamento de casos de violência e assédio baseados no género seja eficaz e justo” (Bull & Shannon 2023, 54)¹. As respostas da liderança nas instituições têm sido frequentemente inadequadas, inconsistentes ou mesmo cúmplices na manutenção da injustiça de género (Zhao, Roberts & Wescott 2024).

1.2. #MeToo na academia em Portugal

O assédio sexual em contexto laboral vem sendo estudado em Portugal desde os anos 1990, com a investigação a convergir com estudos internacionais

¹ Tradução nossa do original: “[Overall, it is clear that] there are significant structural barriers to case handling for GBVH being effective and fair.”

que demonstram que o assédio sexual é marcado por dinâmicas de género e outras desigualdades sociais: as mulheres, especialmente as provenientes de meios socioeconómicos desfavorecidos e com contratos precários, costumam ser as mais afetadas (Amâncio & Lima 1994; Torres et al. 2016; Ferreira 2017).

Em 2021, ano em que o #MeToo ganhou força em Portugal (Roque et al. 2024), o debate foi polarizado (Faustino 2025). Em 2022 (ano de realização das entrevistas do presente estudo), o assédio sexual na academia ganhou significativa projeção mediática através da revelação de denúncias de assédio sexual a estudantes por parte de professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) (Câncio 2022). Em 2023, a publicação de um capítulo que descrevia práticas de assédio sexual, moral e extrativismo num centro progressista (Viaene, Laranjeiro & Tom 2023) – que os média identificaram como sendo o Centro de Estudos Sociais (CES) (Câncio 2023) – desencadeou uma atenção mediática ao assédio sexual na academia sem precedentes no contexto português (Garraio, Santos & Cerqueira 2025).

Estes debates mediáticos (Faustino et al. 2025) demonstram que, à semelhança do que aconteceu noutros contextos (e.g., Bull & Shannon 2023), em Portugal, o #MeToo contribuiu para aumentar a consciencialização sobre o assédio sexual no meio académico, fomentou iniciativas de solidariedade entre e com as mulheres que se manifestaram, e apoiou o desenvolvimento de mecanismos institucionais para lidar com a questão (Roque et al. 2024).

A investigação sobre assédio sexual nas instituições de ensino superior portuguesas é ainda escassa e tende a focar-se nas experiências dos/as estudantes (e.g., Leite 2001; Neto 2020). São raros os estudos que analisam as experiências de docentes e investigadoras (Garraio, Santos & Cerqueira 2025). Porém, o interesse científico pelo problema do assédio sexual na academia está a aumentar (Neves et al. 2025). Refiram-se, por exemplo, o projeto de investigação *Unit4Equity – strengthening universities’ response to sexual harassment with an equity approach* (2023-2026), na Universidade da Maia, assim como investigação conduzida na Universidade de Coimbra (Neto 2020), na Universidade do Minho (Amorim 2021) e no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Faustino et al. 2025; Garraio, Santos & Cerqueira 2025; Ribeirinha et al. 2025).

A par da crescente perceção social do assédio sexual como uma forma de violência e discriminação de género que deve ser erradicada do local de trabalho, as universidades têm vindo a implementar códigos de ética atentos ao assédio sexual e a desenvolver iniciativas para o combater, como parte de políticas mais amplas de promoção da igualdade de género e acesso das mulheres à academia e aos cargos de decisão (Cruz, Cerqueira & Araújo 2024). O primeiro Relatório da Comissão de Acompanhamento da Implementação de Estratégias de Prevenção do Assédio nas Instituições de Ensino Superior foi publicado em dezembro de 2024 (Casaca 2024).

1.3. *Objetivo do estudo*

Este estudo resulta de um projeto de investigação sobre o assédio sexual na academia portuguesa na era *MeToo*, realizado no Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS–Iscte), com a coordenação de Maria Helena Santos, e cujo horizonte de pesquisa se prendeu com as experiências e perceções das mulheres académicas sobre o assédio sexual em Portugal. O objetivo deste artigo, em particular, é identificar as perceções destas mulheres em torno do *#MeToo*, tentando perceber se, e em que medida, este movimento desafiou a forma como compreendem o assédio sexual e a dimensão do problema. Pretende também entender de que forma as suas experiências na academia se interligam com a sua visão do *#MeToo*. As perguntas que nortearam esta parte da investigação foram: quais as perceções sobre o *#MeToo* por parte das mulheres da academia?; e de que forma estas mulheres avaliam o impacto do *#MeToo* nas dinâmicas de assédio sexual nas universidades? Nesse sentido, este estudo oferece um contributo original para o conhecimento sobre as repercussões do *#MeToo* em Portugal, através de um ângulo pouco estudado: as vozes das mulheres da academia.

2. Metodologia

2.1. *Participantes*

O projeto que está na base deste estudo baseia-se numa amostra de conveniência, selecionada entre os nossos contactos profissionais com base nos seguintes critérios: i) mulheres com carreiras estáveis no meio académico português, com conhecimento do seu funcionamento e dinâmicas; ii) diversidade e equilíbrio aproximado em termos de idade e categoria profissional; iii) equilíbrio aproximado entre o número de participantes cujo trabalho era informado por Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF) e participantes cujo trabalho científico não tinha qualquer ligação com estas áreas; iv) mulheres filiadas a universidades em diferentes regiões do país. Foram realizadas 18 entrevistas individuais semiestruturadas e pequenos questionários de perfil sociodemográfico a mulheres filiadas em universidades de Lisboa (4), Coimbra (6), Porto (4) e Braga (4). As participantes tinham uma idade média de 52 anos ($DP = 10,44$): a mais nova tinha 40 anos e a mais velha 68. Duas estavam reformadas, mas mantinham atividades científicas; quatro eram professoras catedráticas; oito eram professoras associadas/investigadoras principais e seis eram professoras auxiliares/investigadoras assistentes; 15 tinham ocupado cargos de direção e coordenação; 10 tinham desenvolvido investigação informada pelos EMGF (4 eram de áreas científicas das Humanidades e 6 de Ciências Sociais); e 8 tinham investigação sem qualquer relação com os EMGF (1 de STEM, 3 de Ciências Sociais e 4 de Humanidades).

As entrevistas a mulheres da academia portuguesa, que constituem o *corpus* deste artigo, foram realizadas em 2022. Remetem para um contexto específico marcado, por um lado, pela proximidade temporal ao pico da presença mediática do #MeToo em Portugal, através do #eutambém de 2021, e, por outro, pela irrupção mediática do problema do assédio sexual na academia em torno do caso da FDUL, em 2022, nos meses que antecederam a realização das entrevistas. Desta forma, são entrevistas feitas numa altura de forte presença mediática do #MeToo e do assédio sexual na academia. É de sublinhar, no estudo, o recorte de classe: todas as entrevistadas eram detentoras de vínculos profissionais sólidos e estáveis, representando por isso um perfil muito particular na academia, profundamente marcada pela precariedade. Paralelamente, o número expressivo de entrevistadas com trabalho na área dos EMGF potencia uma maior familiaridade com o objeto deste estudo.

2.2. Procedimento

As participantes foram contactadas por *email* e, após terem aceitado participar no estudo, foi-lhes enviado um questionário de perfil sociodemográfico e um termo de consentimento elaborado de acordo com as orientações da Comissão de Ética do CIS-Iscte. Este documento informava sobre os objetivos do estudo, a confidencialidade aplicável e incluía um pedido de autorização para gravar as entrevistas. Os documentos foram preenchidos, assinados e enviados para as investigadoras do estudo antes da realização da entrevista. As entrevistas decorreram entre 19 de maio e 11 de novembro de 2022. Quinze entrevistas foram realizadas através da plataforma *Zoom* e três foram realizadas presencialmente nos gabinetes das participantes. A duração média das entrevistas foi de 38 minutos. Em seguida, as entrevistas foram integralmente transcritas, anonimizadas e analisadas.

2.3. Instrumentos

Os dados sociodemográficos foram recolhidos através de um breve questionário com os seguintes itens: idade, nacionalidade, filiação, categoria profissional, anos de serviço, áreas de investigação, cargos de coordenação/chefia, supervisão de doutorandos/as e pós-doutorandos/as. O guião das entrevistas englobou três secções: 1) as experiências das participantes como vítimas de assédio sexual no meio académico; 2) as experiências das participantes como testemunhas de assédio sexual e o seu papel em posições de tomada de decisão na resposta a queixas; e a 3) avaliação das participantes sobre o #MeToo. Um artigo centrado nas duas primeiras secções foi publicado numa revista internacional (Garraio, Santos & Cerqueira 2025) e o presente artigo centra-se na última secção, sobre o #MeToo. Nesta secção,

foram colocadas duas questões: O que pensa do #MeToo? Considera que contribuiu para uma maior consciencialização para o problema do assédio no mundo do trabalho? Com estas questões, procurámos conhecer as opiniões das participantes sobre o #MeToo; como reagiram ao movimento; se este as fizera alterar as perceções sobre a dimensão do assédio sexual no mundo do trabalho; e como avaliavam o comportamento de quem denuncia casos de assédio sexual na academia.

2.4. *Análise de dados*

Foi realizada uma análise temática manual (Braun & Clarke 2006) do material das entrevistas, uma metodologia que permite “identificar, analisar e relatar padrões (temas) nos dados”² (79), bem como identificar subtemas dentro dos temas analisados. A análise foi realizada pela primeira e a última autoras e revista pelas outras investigadoras, seguindo as seis fases de Braun e Clarke (2006): i) familiarização com os dados, através da transcrição das entrevistas e anotação das ideias iniciais; ii) codificação inicial dos dados; iii) organização dos códigos de acordo com os temas relevantes; iv) revisão dos temas e criação de um mapa de análise temática; v) definição e nomeação dos temas; e vi) elaboração de um relatório relacionando a análise com as questões de investigação e a literatura relevante, incluindo a seleção e análise final dos excertos das entrevistas que refletem as experiências mais representativas dos temas identificados. O material das entrevistas, norteado pelas perguntas de partida, foi codificado através de uma análise mista, empregando as abordagens dedutiva e indutiva. Numa abordagem dedutiva, orientada pela teoria, tivemos em conta a revisão de literatura sobre o #MeToo. Contudo, numa abordagem indutiva, orientada pelos dados, pudemos também identificar temas inesperados no âmbito do quadro teórico. A análise foi informada por uma abordagem feminista, que explora as relações entre género, poder e sexualidade, e entende o assédio sexual como uma expressão de poder baseada no género (Uggen & Blackstone 2004). Os resultados apresentados na secção seguinte decorrem desta análise.

3. Resultados

A análise temática do *corpus* do material das entrevistas permitiu identificar os quatro temas presentes na Tabela 1.

² Tradução nossa do original: “[Thematic analysis is a method for] identifying, analysing and reporting patterns (themes) within data.”

Tabela 1
Temas e subtemas

Temas	Subtemas
Percepções do #MeToo como movimento de consciencialização e visibilização do assédio sexual	Efeito catalisador do #MeToo
	Redução do isolamento das vítimas
Percepções sobre o #MeToo no contexto profissional e académico	Academia como espaço de resistência à mudança e de silêncio
	Transversalização das questões de género na educação
Percepções sobre as mulheres que denunciam o assédio	As denunciantes como corajosas
	Medo de represálias e estigmas
Críticas sobre o #MeToo e a sua mediatização	Percepção de exagero ou “caça às bruxas”
	Mediatização episódica

Fonte: Elaboração própria.

3.1. Percepções do #MeToo como movimento de consciencialização e visibilização do assédio sexual

Um dos temas identificados centra-se no papel do #MeToo como um marco simbólico e prático para a visibilização do assédio sexual, especialmente em contextos profissionais e académicos. O tema divide-se em dois subtemas, que demonstram: i) o efeito catalisador do #MeToo; e ii) a redução do isolamento das vítimas.

No primeiro subtema, o #MeToo é referido como um ponto de viragem que permitiu, segundo algumas entrevistadas, reavaliar vivências pessoais passadas e reconhecer a existência de comportamentos abusivos que anteriormente não eram nomeados como tal. Neste sentido, o #MeToo surge enquadrado como movimento transformador, a partir do qual se conseguiram nomear situações de assédio sexual ou violação. Este permitiu que várias entrevistadas reinterpretassem experiências pessoais passadas, libertando-se do sentimento de culpa e alavancando um processo de validação e de reconstrução, como ilustra o seguinte excerto:

Mas foi a partir do #MeToo... [...] se calhar, não sou só eu que vivenciei isso... muitas outras mulheres também experienciaram o início de situações que viveram e tomaram consciência de que não eram normais, são abusivas, que são... que extrapolam todos os limites.... a partir da maior consciência, do maior empoderamento que o movimento trouxe, eu posso atribuir só ao #MeToo. Porque, antes disso, a culpa era minha, a responsabilidade era minha, eu é que tinha bebido demais, eu é que não tinha trancado bem a porta da casa de banho. [E8]

O *#MeToo* não só gerou transformações na percepção individual das experiências pessoais como também impulsionou mudanças sociais, no sentido de uma maior atenção e consciência coletiva para as questões da igualdade, do consentimento, da culpabilização das vítimas, do poder nas relações sociais de género.

O segundo subtema diz respeito às repercussões do *#MeToo* no sentimento de solidão e silêncio das mulheres vítimas de assédio sexual. Várias entrevistadas consideraram que o *#MeToo* proporcionou um espaço de identificação coletiva e de reconhecimento mútuo:

Acho que trouxe mais aspetos positivos, sobretudo, de se falar desta questão, as vítimas [...] sentirem que têm uma voz própria e que não estão sozinhas. [E15]

Acho que teve algum impacto e tem tido algum impacto entre as gerações mais jovens, entre as mais informadas e, sobretudo [...], entre aquelas que, ou logo à partida, ou depois, um pouco por influência até do próprio movimento e da consciência que ele desperta, se aproximam muito mais de um certo ativismo e de uma postura que eu diria mais feminista. [E10]

Contudo, algumas mulheres entrevistadas, sobretudo especialistas na área dos EMGF, revelaram que, para elas, o *#MeToo* não trouxe novidades:

Não diria [que o *#MeToo* foi novidade], porque eu estudo as questões do trabalho há muitos anos e sempre tive consciência de que esse era um lado da experiência laboral das mulheres, que [...] não tinha a visibilidade que a sua presença na vida das pessoas tinha. [E11]

3.2. Percepções sobre o #MeToo no contexto profissional e académico

Um segundo tema identificado evidencia que a academia é percebida como um contexto resistente à mudança, com estruturas hierárquicas que dificultam a denúncia e a transformação institucional. Este tema divide-se em dois subtemas, que revelam: i) a academia como espaço de resistência à mudança e de silêncio; e ii) a transversalização das questões de género na educação.

Um primeiro subtema evidencia que o meio académico é percebido pelas entrevistadas, sobretudo dos EMGF, como um ambiente resistente à mudança, onde o assédio sexual é, muitas vezes, silenciado por estruturas hierárquicas e falta de mecanismos institucionais eficazes. Para as entrevistadas, o *#MeToo* teve pouca influência na academia portuguesa, onde, em 2022, ainda faltavam estruturas de apoio e canais eficazes de denúncia:

Em muitas instituições continuam a não se criar organismos, ou entidades, ou mecanismos de denúncia que sejam eficazes, que protejam a confidencialidade das vítimas,

que, de facto, lutem por haver consequências efetivas para estes atos, ou para estas agressões. [E8]

As instituições são de uma crueldade sem nome em relação a estas vítimas. [E6]

Um segundo subtema agrega respostas das entrevistadas que defenderam a necessidade de se integrar na educação, de forma mais transversal, as questões de género e do assédio sexual, no sentido de promover a mudança de mentalidades:

O que eu acho que era mais importante era, de facto, estas questões da desigualdade de género, que incluem a questão do assédio, era importante que fossem tratadas de forma transversal em várias disciplinas. [E10]

3.3. Perceções sobre as mulheres que denunciam o assédio

O terceiro tema mostra como as mulheres que denunciam o assédio sexual são percebidas pelas entrevistadas, destacando-se o binómio coragem/risco. As entrevistadas enfatizaram a coragem destas mulheres, reconhecendo, ao mesmo tempo, os custos da denúncia e a ausência de apoios. Este tema divide-se assim em dois subtemas: i) as denunciantes como corajosas; e ii) o medo de represálias e estigmas.

O primeiro subtema revela que as entrevistadas reconheceram a enorme coragem de quem denuncia o assédio, sobretudo em contextos de fortes assimetrias de poder, como é o contexto académico:

As qualidades que eu lhes atribuo [às mulheres que denunciam] são qualidades, creio eu, todas elas positivas, de coragem, de disponibilidade, quase de missão, porque é chegar-se à frente e não há nenhuma consequência positiva que venha para a vida individual da pessoa que denuncia. Não creio. Só, talvez, um alívio, um certo alívio, talvez, de... de nomear o agressor. [E13]

O segundo subtema revela a percepção de que as denúncias das mulheres que sofreram assédio sexual continuam a ser dificultadas pela vergonha ou pelo medo de represálias institucionais, pelo estigma social e pela perda de oportunidades profissionais, o que pode contribuir para o silêncio e a perpetuação do problema. É também latente a ideia de que, frequentemente, as estruturas institucionais, em vez de protegerem as vítimas, levam à perpetuação do silenciamento:

Há muitas que ainda não são capazes de dar esse passo e denunciar... por temerem represálias... enfim, por temerem o estigma social. [E2].

Sim [fala de coragem], porque são pessoas com poder, não é? Diretor do centro, diretor de uma revista e queres publicar naquela revista... [E4]

3.4. Críticas sobre o #MeToo

O último tema identificado demonstra que, embora tenha sido percebido como maioritariamente positivo, o #MeToo também foi alvo de críticas: algumas participantes consideram que o movimento contém riscos de instrumentalização ou exagero, enquanto outras criticam a forma como foi mediatizado. Este tema engloba assim dois subtemas, reveladores da: i) percepção de exagero ou “caça às bruxas”; e da ii) mediatização episódica.

Algumas entrevistadas, sobretudo com trabalho científico não informado pelos EMGF, expressaram reservas quanto ao #MeToo, considerando que, por vezes, este gerou excessos, prejudicando a sua legitimidade. Este primeiro subtema foca-se na crítica sobre a forma de atuação do movimento na esfera pública:

Também há aquele aspeto negativo, que é a caça às bruxas e, às vezes [...] de se exagerar em certas... em certos aspetos. [E15]

Às vezes, estes movimentos também correm o risco de algum exagero. Ou seja, de repente, haver uma monopolização total do discurso sobre estas matérias e, de repente, todos somos vítimas e qualquer situação é assédio, qualquer situação é de inferiorização da mulher. [E16]

O segundo subtema aborda a mediatização do movimento, ou seja, a forma como os média trataram o #MeToo. No entender das entrevistadas o foco mediático centrou-se em casos de figuras públicas e de forma episódica e não aprofundada, o que foi criticado pelas académicas auscultadas, que acreditam que isso desviou a atenção dos problemas estruturais e quotidianos em contextos não mediáticos, como é o contexto laboral e o académico:

No caso do contexto de trabalho, eu acho que o #MeToo passou um pouco ao lado em Portugal do contexto de trabalho [...], porque a sua mediatização, quando a partir da perspetiva hollywoodesca, acabou por retirar a [...] perspetiva do assédio no local de trabalho para ser o assédio das estrelas e das celebridades. [E1]

A cobertura jornalística é muito superficial, [...] até pelo *framing* que dá. Portanto, fala-se de cobertura #MeToo e qual é a imagem que aparece na manifestação? Qual é a ideia que as pessoas ficam com o Movimento #MeToo? Manifestações na rua. Por que raio? As pessoas não conseguem associar a complexidade e o problema social associado ao Movimento #MeToo que realmente existe e a importância que ele tem. [E14]

Entre as entrevistadas, houve quem alertasse para cooptações e distorções, assim como para os desafios colocados ao #MeToo perante casos concretos que desafiem estereótipos em torno dos perpetradores:

Eu acho que, num primeiro momento, contribuiu mais para essa consciencialização. E, entretanto, como foi cooptado por inúmeros movimentos diferentes, com diferentes

perspetivas e com diferentes objetivos, também, e numa senda um bocado pós-feminista dos média, eu acho que, a partir de um determinado momento, acabou por se traduzir numa culpabilização das vítimas, em particular, quando está em xeque, sobretudo, um agressor que seja sobejamente conhecido e que tenha, sobretudo, uma grande legião de fãs no mundo. Isso aconteceu, no caso português, com o Cristiano Ronaldo: era impossível aquilo ter acontecido, porque ele era um herói nacional. [E1]

4. Discussão e notas conclusivas

Os resultados revelam a complexidade dos entendimentos sobre o *#MeToo* por parte das entrevistadas. Se, por um lado, estas académicas demonstram um reconhecimento do *#MeToo* enquanto movimento transformador, produtor de mudanças estruturais e potenciador da desocultação e nomeação de várias formas de violência sexual, expressam também ambivalências e críticas.

Num registo reflexivo, várias entrevistadas partilharam como o *#MeToo* tinha sido catalisador de um processo de questionamento biográfico, revendo as suas próprias experiências à luz de novas dimensões discursivas e interpretativas sobre o assédio sexual. Paralelamente, apontaram para a emergência de redes de solidariedade e apoio, desafiando a culpabilização, estigma e isolamento que tantas vezes recaem sobre as vítimas-sobreviventes de violência sexual. A identificação destas redes de solidariedade e do seu efeito aproxima-se do propósito do *Me Too* de Tarana Burke de 2006 (Burke 2021).

Tanto as visões de acolhimento como de crítica, dúvida ou ambivalência sobre o *#MeToo* entre as entrevistadas mostram que os debates no contexto português se articulam com os debates internacionais. Neste âmbito, a preocupação com algum “excesso” e a possível horizontalização das diferentes experiências, a que alude uma das entrevistadas ao referir-se ao monopólio discursivo em torno do assédio sexual, são críticas muito presentes no *backlash* ao *#MeToo* (Boyle 2019). Numa afirmação mais polarizada, a referência ao termo “caça às bruxas” ecoa uma formulação que foi amplamente disseminada internacionalmente, com o propósito de deslegitimar o movimento (Fileborn & Phillips 2019).

Ademais, é ilustrativa a preocupação com a excessiva cobertura mediática de casos de celebridades (Gill & Orgad 2018; Sikka 2022), assim como a percepção de um tratamento mediático episódico e pouco aprofundado do fenómeno social do assédio sexual. Ao mesmo tempo, a referência e problematização do caso Ronaldo por uma das entrevistadas encontra eco na literatura científica que analisou a tendência para o afunilamento em perfis de perpetradores como Weinstein, monsterizáveis pela sua figura, estética, comportamento predatório ou em declínio de carreira (Boyle 2019), ao mesmo tempo que outros como Ronaldo, com estatuto de herói, são ilibados no imaginário coletivo (Garraio et al. 2020; Silveirinha et al. 2020).

A heterogeneidade das visões e narrativas sobre o *#MeToo* é assinalável, sobretudo quando esta se verifica entre vozes do mesmo campo disciplinar. É de notar que, mesmo entre académicas da área dos EMGF, se verificam visões divergentes. Tal dado, por si só, revela a pluralidade de visões dos feminismos, abrindo também para outros questionamentos: por exemplo, sobre a posicionalidade das entrevistadas, os respetivos quadros teórico-epistemológicos e universos de pesquisa, e diferenças geracionais – variáveis que, pelo recorte e dimensão do estudo, não é possível explorar em profundidade.

As entrevistadas caracterizam o meio académico como um espaço resistente à mudança, aspeto que marcou os debates mediáticos em torno do assédio sexual na academia em 2022 e 2023. Estes debates reforçaram e aprofundaram as ideias expressas por várias docentes e investigadoras sobre a academia e os fatores que potenciam o assédio, sexual e moral: a rigidez das suas estruturas e as hierarquias *genderizadas*, a par da falta de códigos de conduta e canais independentes de reporte (Faustino et al. 2025; Garraio, Santos & Cerqueira 2025). Neste contexto, importa sublinhar que o Relatório supracitado (Casaca 2024) suporta algumas das preocupações sobre os mecanismos (ou a sua aplicabilidade) preventivos e de resposta a situações de assédio sexual e moral nas instituições de ensino superior em Portugal, apontando para várias insuficiências, lacunas e assimetrias nas entidades de ensino superior. Para além do diagnóstico, o Relatório oferece um conjunto de recomendações, compagináveis com as sugestões e afirmações de algumas das entrevistadas – nomeadamente, sobre a transversalização das questões da igualdade de género nos diversos campos de ensino.

Este estudo reflete entendimentos partilhados num contexto específico, temporalmente situado. Paralelamente – e apesar das garantias de anonimato – há contingências que podem ter condicionado a interação entre entrevistadoras e entrevistadas. O meio académico português é um circuito pequeno, cuja escala e dimensão propiciam (re)conhecimentos entre quem faz parte do mesmo ambiente profissional. Este facto pode ter encorajado discussões abertas, mas pode ter, simultaneamente, dificultado a divulgação de informação, porque envolvia colegas comuns. Acresce, ainda, a sobrerrepresentação das académicas com investigação no campo dos EMGF, resultante da amostra por conveniência. Os resultados devem ser analisados à luz destas limitações.

Estes resultados são balizados também no tempo em que foram obtidos. Desde então, o debate público sobre o assédio sexual na academia foi densificado. Ademais, o contexto político nacional sofreu mutações consideráveis, com o fortalecimento e representação política parlamentar, sem precedentes, da extrema-direita.³ Estes fatores, articulados com o distanciamento temporal de 2017 (início do *#MeToo*), justificam aprofundar o presente estudo em futuros projetos e ângulos

³ Seguimos a designação mais corrente na comunicação social e no debate político português. Embora não seja na investigação académica, vários especialistas utilizam-na para designar o

de investigação, ampliando também a amostra de participantes (e.g., incluindo pessoas com vínculos precários). Tal aprofundamento permitirá compreender as narrativas, entendimentos e resistências face ao #MeToo numa nova conjuntura política, com discursos polarizados e com a proliferação de narrativas antifeministas em múltiplas esferas, nomeadamente no mundo digital.

Contributo das autoras

MHS, CC e JG tiveram a ideia para o artigo; MHS, CC e JG delinearam e realizaram o estudo; MHS, CC e JG validaram a investigação; MHS, CC e JG conduziram a investigação empírica; MHS, MJF e CC redigiram o rascunho original; todas as autoras editaram o texto e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer às 18 mulheres que aceitaram o nosso convite para participar neste estudo, que foi financiado pela FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., ao abrigo da Norma Transitória-DL 57/2016/CP 1359/CT0023 concedida à primeira autora. Além disso, o estudo foi apoiado por fundos nacionais portugueses através da FCT, I.P., no âmbito do projeto UIDB/03125/2020, à última autora. O artigo também foi desenvolvido em parceria com o projeto “FEMglocal – Movimentos feministas locais: interações e contradições” (DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021), apoiado por fundos nacionais através da FCT, I.P. e com o projeto UnCoveR, financiado pela FCT, I.P., através de fundos nacionais no âmbito do projeto UnCoveR “Violência sexual nas paisagens mediáticas portuguesas” (DOI 10.54499/2022.03964.PTDC).

Conflito de interesses

As autoras não têm conflito de interesses a declarar.

Referências

- Amâncio, Lígia, & Luísa Lima. 1994. *Assédio sexual no mercado de trabalho*. CITE.
- Amorim, Celeste Manuela Navega. 2021. “‘Muitas vezes, nós não dizemos nada’: Representações, perceções e incidência do assédio sexual entre estudantes da Universidade do Minho.” Dissertação de mestrado, Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/74251>
- Boyle, Karen. 2019. *#MeToo, Weinstein and Feminism*. Palgrave Macmillan.
- Braun, Virginia, & Victoria Clarke. 2006. “Using Thematic Analysis in Psychology.” *Qualitative Research in Psychology* 3(2): 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Bull, Anna, & Erin Shannon. 2023. *Higher Education After #MeToo: Institutional Responses to Reports of Gender-Based Violence and Harassment*. The 1752 Group/University of York.

Chega pelas suas semelhanças com as ideologias da extrema-direita tradicional e por ambicionar revisões constitucionais que enfraquecem a democracia (Carvalho 2023).

- https://1752group.com/wp-content/uploads/2023/06/higher-education-after-metoo_full-report-1.pdf
- Burke, Tarana. 2021. *Unbound: My Story of Liberation and the Birth of the Me Too Movement*. Flatiron Books.
- Câncio, Fernanda. 2022. "10% dos docentes da Faculdade de Direito da ULisboa denunciados por assédio e discriminação." *Diário de Notícias*, 4 de abril. <https://www.dn.pt/sociedade/10-dos-docentes-da-faculdade-de-direito-da-ul-denunciados-por-assedio-e-discriminacao-14740133.html>
- Câncio, Fernanda. 2023. "'Todas sabemos'. Boaventura Sousa Santos entre os acusados de assédio no CES/Universidade de Coimbra." *Diário de Notícias*, 11 de abril. <https://www.dn.pt/sociedade/todas-sabemos-boaventura-sousa-santos-entre-os-acusados-de-assedio-no-cesuniversidade-de-coimbra--16160057.html/>
- Carvalho, João. 2023. "Understanding the Emergence of Extreme Right Parties in Portugal in the Late 2010s." *Parliamentary Affairs* 76(4): 879-899. <https://doi.org/10.1093/pa/gsac001>
- Casaca, Sara Falcão. 2024. *Relatório da Comissão para o acompanhamento da implementação das estratégias de prevenção da prática de assédio nas instituições de ensino superior*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=relatorio-da-comissao-para-o-acompanhamento-da-implementacao-das-estrategias-de-prevencao-da-pratica-do-assedio-nas-instituicoes-de-ensino-superior>
- Cerqueira, Carla. 2025. "Analysing Opinion Voices in Portuguese Newspapers: Who Fights for Feminists versus Who Is Afraid of Feminists?" *European Journal of Communication* 40(4): 360-372. <https://doi.org/10.1177/02673231251349004>
- Cerqueira, Carla, Célia Taborda, & Ana Sofia Pereira. 2023. "#MeToo em Portugal: Uma análise temática do movimento através de artigos de opinião." *Cuadernos.info* 55: 1-21. <https://doi.org/10.7764/cdi.55.57013>
- Cruz, Patrícia, Carla Cerqueira, & Emília Araújo. 2024. "Planos de igualdade de género no ensino superior em Portugal. Descrição e notas reflexivas." *Configurações* 33: 31-53. <https://journals.uminho.pt/index.php/configuracoes/article/view/5897>
- D'Agostino, Maria J., & Nicole M. Elias. 2020. "Viewpoint Symposium Introduction: #MeToo in Academia: Understanding and Addressing Pervasive Challenges." *Public Administration Review* 80: 1109-1110. <https://doi.org/10.1111/puar.13318>
- Ennser-Kananen, Johanna. 2019. "Are We Who We Cite? On Epistemological Injustices, Citing Practices, and #Metoo in Academia." *Apples – Journal of Applied Language Studies* 13(2): 65-69. <https://doi.org/10.17011/apples/urn.201905092524>
- Faustino, Maria João. 2025. "#MeToo/Eu Também: Going Too Far, Not Going Far Enough?" *Women's Studies International Forum* 114 [advance publication]. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2025.103231>
- Faustino, Maria João, Isabel Ventura, Maria Helena Santos, Júlia Garraio, & Carla Cerqueira. 2025. "Sexual Harassment in Academia: Analysis of Opinion Articles in the Portuguese Press." *Journalism and Media* 6(2): 60. <https://doi.org/10.3390/journalmedia6020060>
- Ferreira, Virgínia. 2017. "O assédio sexual: violência contra as mulheres no local de trabalho." In *Conhecimento, género e cidadania no ensino secundário*, editado por Cristina Vieira et al., 458-466. CIG. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/01/Conhecimento_Genero_e_Cidadania_Ensino_Secundario_Versao_Digital.pdf
- Fileborn, Bianca, & Nickie Phillips. 2019. "From 'Me Too' to 'Too Far'? Contesting the Boundaries of Sexual Violence in Contemporary Activism." In *#MeToo and the Politics of*

- Social Change*, edited by Bianca Fileborn & Rachel Loney-Howes, 99-115. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-030-15213-0_7
- Garraio, Júlia, Sofia José Santos, Inês Amaral, & Alexandre de Sousa Carvalho. 2020. "The Unimaginable Rapist and the Backlash Against #MeToo in Portugal." *Europe Now: a Journal of Research & Art* 32(March). <https://www.europenowjournal.org/2020/03/09/the-unimaginable-rapist-and-the-backlash-against-metoo-in-portugal/>
- Garraio, Júlia, Maria Helena Santos, & Carla Cerqueira. 2025. "Sexual Harassment in Portuguese Academia: Academic Women as Victims, Witnesses and Institutional Actors." *Journal of Gender Studies* 1-22. <https://doi.org/10.1080/09589236.2025.2499547>
- Gill, Rosalind, & Shani Orgad. 2018. "The Shifting Terrain of Sex and Power: From the 'Sexualization of Culture' to #MeToo." *Sexualities* 21(8): 1313-1324. <https://doi.org/10.1177/1363460718794647>
- Godden-Rasul, Nikki, & Tanya Serisier. 2024. "Publishing, Precarious Labour Relations and Sexual Violence in Academia." *Feminist Legal Studies* 32: 253-258. <https://doi.org/10.1007/s10691-024-09561-0>
- Graff, Agnieszka, & Elżbieta Korolczuk. 2022. *Anti-Gender Politics in the Populist Moment*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003133520>
- Jagsi, Reshma. 2018. "Sexual Harassment in Medicine – #MeToo." *The New England Journal of Medicine* 378(3): 209-211. <https://doi.org/10.1056/NEJMp1715962>
- Leite, Regina. 2001. "Perceptions and Attitudes Towards Sexual Harassment: The Case of a Portuguese University." *Comportamento Organizacional e Gestão* 7(2): 297-317.
- Mansfield, Becky, Rebecca Lave, Kendra McSweeney, et al. 2019. "It's Time to Recognize How Men's Careers Benefit from Sexually Harassing Women in Academia." *Human Geography* 12(1): 82-87. <https://doi.org/10.1177/194277861901200110>
- McCall, Becky. 2019. "Taking the Battle Against Sexual Harassment in Global Academia Online." *The Lancet* 393(10171): 512-514. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)30314-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)30314-9)
- Mendes, Kaitlynn, Tanya Horeck, & Jessica Ringrose. 2022. "Sexual Violence in Contemporary Educational Contexts." *Gender and Education* 34(2): 129-133. <https://doi.org/10.1080/09540253.2022.2032537>
- Neto, Daniela. 2020. "Afinal o que é o assédio sexual? As representações dos/as estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao assédio sexual." Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/94650>
- Neves, Sofia, Mafalda Ferreira, Topa Joana, et al. 2025. "Sexual Harassment in Institutions of Higher Education: Some Critical Insights Based on the Case of Portugal." *Violence and Gender* 12(1). <https://doi.org/10.1089/vio.2024.0017>
- Ribeirinha, Fátima, Maria Helena Santos, Maria João Faustino, Júlia Garraio, Isabel Ventura, & Carla Cerqueira. 2025. "Assédio sexual no ensino superior em Portugal: Experiências de vitimação." *Cadernos de Pesquisa* 55: e11649. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/11649>
- Roque, Sílvia, Rita Santos, Maria João Faustino, & Júlia Garraio. 2024. *#MeToo— um segredo muito público. Assédio sexual em Portugal*. Avenida da Liberdade.
- Sen, Purna. 2020. "#MeToo. Anger, Denouncement and Hope." In *The Routledge Handbook of the Politics of the #MeToo Movement*, editado por Giti Chandra & Irma Erlingsdóttir, 249-268. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780367809263-22>
- Sikka, Tina. 2022. *Sex, Consent and Justice: A New Feminist Framework*. Edinburgh University Press.

- Silveirinha, Maria João, Rita Basílio Simões, & Thâmara Santos. 2020. "Him Too? Cristiano Ronaldo and the News Coverage of a Rape Case Allegation." *Journalism Practice* 14(2): 208-224. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1693279>
- Täuber, Susanne, Kim Loyens, Sabine Oertelt-Prigione, & Ina Kubbe. 2022. "Harassment as a Consequence and Cause of Inequality in Academia: A Narrative Review." *eClinical Medicine* 49: 101486. <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2022.101486>
- Tenbrunsel, Ann E., McKenzie R. Rees, & Kristina A Diekmann. 2019. "Sexual Harassment in Academia: Ethical Climates and Bounded Ethicality." *Annual Review of Psychology* 70(1): 245-270. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102945>
- Torres, Anália, Dália Costa, Helena Sant'Ana, Bernardo Coelho, & Isabel Sousa. 2016. *Assédio sexual e moral no local de trabalho*. CITE. https://cite.gov.pt/documents/14333/141518/Assedio_Sexual_Moral_Local_Trabalho.pdf
- Uggen, Christopher, & Amy Blackstone. 2004. "Sexual Harassment as a Gendered Expression of Power." *American Sociological Review* 69(1): 64-92. <https://doi.org/10.1177/000312240406900105>
- Viaene, Lieselotte, Catarina Laranjeiro, & Miye Nadya Tom. 2023. "The Walls Spoke When No One Else Would: Autoethnographic Notes on Sexual-Power Gatekeeping Within Avant-Garde Academia." In *Sexual Misconduct in Academia. Informing an Ethics of Care in the University*, editado por Erin Pritchard & Delyth Edwards, 208-225. Routledge.
- Zarkov, Dubravka, & Kathy Davis. 2018. "Ambiguities and Dilemmas Around #MeToo: #ForHow Long and #WhereTo?" *European Journal of Women's Studies* 25(1): 3-9. <https://doi.org/10.1177/1350506817749436>
- Zhao, Xuenan, Steven Roberts, & Stephanie Wescott. 2024. "Institutional Responses to Sexual Harassment and Misogyny Towards Women Teachers from Boys in Australian Schools in the Post-#MeToo Era." *Journal of Educational Administration and History* 57(2): 141-158. <https://doi.org/10.1080/00220620.2024.2316620>

Maria Helena Santos. Doutorada em Psicologia Social e Organizacional pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Atualmente, é investigadora associada do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-Iscte). Os seus principais interesses de investigação centram-se nos estudos de género e nas medidas de ação afirmativa em contextos profissionais marcadamente femininos e masculinos, como é o caso do ensino superior.

Maria João Faustino. Doutorada em Psicologia pela Universidade de Auckland, Nova Zelândia. Tem feito investigação sobre violência sexual, dinâmicas genderizadas e representações mediáticas. É investigadora do projeto UnCover. Violência Sexual nas Paisagens Mediáticas Portuguesas. Tem desenvolvido o tema do consentimento sexual, de uma perspetiva crítica, em publicações científicas e nos média.

Carla Cerqueira. Doutorada em Ciências da Comunicação – especialização em Psicologia da Comunicação pela Universidade do Minho. Atualmente, é professora associada na Universidade Lusófona, diretora do Doutoramento em Comunicação e Ativismos e investigadora integrada no CICANT. É a investigadora principal do projeto FEMglocal (PTDC/COM-CSS/4049/2021). Coordenadora do Comité de Investigação e Políticas da GAMAG, faz parte da direção da APEM e integra o Comité de Ética da ECREA.

Júlia Garraio. Investigadora do CES-Coimbra. Desenvolve o projeto *Dis/entangling Rape – Sexual Violence in Portuguese literature and cinema* (CEEC-FCT). É Co-PI do projeto *UnCoveR – Sexual Violence in Portuguese Mediascape* (FCT). Integrou o Grupo de Investigação Histórica da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa. Integra o Conselho Editorial da revista *European Journal of Women's Studies*. É membro do grupo SVAC–*Sexual Violence in Armed Conflict*.

Artigo recebido em 6 de junho de 2025 e aceite para publicação em 28 de setembro de 2025.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Santos, Maria Helena, Maria João Faustino, Carla Cerqueira, & Júlia Garraio. 2025. “#MeToo e academia: uma análise das perceções de docentes e investigadoras portuguesas.” *ex æquo* 52: 46-63. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.05>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Santos, Maria Helena, Faustino, Maria João, Cerqueira, Carla, & Garraio, Júlia (2025). #MeToo e academia: uma análise das perceções de docentes e investigadoras portuguesas. *ex æquo*, 52, 46-63. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.05>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



AS RELAÇÕES DE INTIMIDADE ENTRE CASAIS HETEROSSEXUAIS: DO DESEJAR AO CONSENTIR

 *Iolanda Fontainhas**

 *Ana Maria Brandão***

Resumo

Neste artigo, refletimos sobre as dinâmicas *genderizadas* de poder na interação sexual de casais heterossexuais em situação de conjugalidade estável. A partir de vinte e oito entrevistas semidiretivas realizadas a membros de catorze casais, discutimos o modo como expectativas, normas e papéis de género condicionam as suas práticas e desejos sexuais. Evidenciando um contínuo entre coerção e consentimento sexual, os resultados sugerem experiências diferentes, com um maior silenciamento dos desejos e a adoção de papéis sexuais mais complacentes e submissos por parte das mulheres e a pressão para a demonstração de permanente apetite e disponibilidade sexuais no caso dos homens.

Palavras-chave: Género, consentimento sexual, heterossexualidade, intimidade conjugal.

Abstract

Intimate Relationships in Heterosexual Couples: From Desire to Consent

In this article, we reflect on the gendered dynamics of power in the sexual interaction of heterosexual couples in a stable conjugal situation. Based on twenty-eight semi-directive interviews to members of fourteen couples, we discuss how gender expectations, norms and roles regulate their sexual practices and desires. Highlighting a continuum between sexual coercion and consent, the results suggest different experiences, with a greater silencing of desires and the adoption of more compliant and submissive sexual roles by women and the pressure to show permanent sexual appetite and readiness in the case of men.

Keywords: Gender, sexual consent, heterosexuality, conjugal intimacy.

* Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 4710-057 Braga, Portugal.

Endereço postal: Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal.

Correio eletrónico: iolandafontainhas@ics.uminho.pt

** Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 4710-057 Braga, Portugal.

Endereço postal: Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal.

Correio eletrónico: anabrandao@ics.uminho.pt

Resumen

Las relaciones íntimas entre parejas heterosexuales: del deseo al consentimiento

En este artículo, reflexionamos sobre las dinámicas de poder relacionadas con el género en la interacción sexual de parejas heterosexuales en situaciones de convivencia estable. A partir de veintiocho entrevistas semiestructuradas realizadas a miembros de catorce parejas, discutimos cómo las expectativas, las normas y los roles de género condicionan sus prácticas y deseos sexuales. Al evidenciar un continuo entre la coacción y el consentimiento sexual, los resultados sugieren experiencias diferentes, con un mayor silenciamiento de los deseos y la adopción de roles sexuales más complacientes y sumisos por parte de las mujeres y la presión para demostrar un apetito y una disponibilidad sexuales permanentes en el caso de los hombres.

Palabras clave: Género, consentimiento sexual, heterosexualidad, intimidad conyugal.

Introdução¹

Que estreita faixa nos separa da Mariana, irmãs... pois honra de homem marido se situa ainda em seu pénis e nossa vagina à qual eles têm direito de dono e sobre mulher direitos de morte a fim de vingar macho-enganado por adultério que, se possível, se lapida, se assassina, se elimina em plena justiça, com a concordância, a aprovação de toda uma sociedade conivente. (Barreno, Horta, e Costa 1972, 320)

Este excerto das *Novas Cartas Portuguesas* (1972) é ilustrativo da relação entre amor, poder e violência; da desigualdade histórica e estrutural entre mulheres e homens; e da subordinação dos direitos sexuais das mulheres aos dos homens. Houve uma época, em Portugal, em que os maridos tinham direito de propriedade sobre os corpos das mulheres. Durante anos, se descobrissem o adultério da mulher, poderiam matá-la para “limpar a sua honra”. A única consequência desse ato: permanecer fora do condado durante seis meses. Ainda hoje, o art.º 1672.º do Código Civil (1978) estabelece a comunhão de leito entre cônjuges como um dos deveres de fidelidade e coabitação.

Poderíamos começar por nos questionar como é que, atualmente, as relações íntimas de casais heterossexuais se constituem como lugar de realização afetivo-sexual e espaço onde relações desiguais de poder são exercidas. Serão os desejos, expectativas e práticas sexuais *genderizados*? Pode a intimidade sexual naturalizar e sustentar relações desiguais de poder? Quais os desafios ao consentimento e à mutualidade da escolha?

A questão do consentimento encontra-se ligada ao crescimento do interesse pelas relações íntimas entre casais. Neste debate, destaca-se a forma como o consentimento tem sido elevado a pedra de toque de um relacionamento saudável

¹ Este artigo baseia-se nos dados empíricos recolhidos pela primeira autora no âmbito da sua dissertação de doutoramento em Sociologia, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (ref.ª SFRH/BD/138347/2018), orientada pela segunda autora.

e positivo (Muehlenhard et al. 2016; Beres 2018; Fischel 2019). A este cenário não será alheia a centralidade do consentimento nas políticas e recomendações de organizações supra-estatais, como a Organização das Nações Unidas ou a União Europeia, ou Convenções como a do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Sottomayor 2015). De acordo com esta (Conselho da Europa 2011, 13), “o consentimento deve ser dado voluntariamente, por vontade livre da pessoa, avaliado no contexto das circunstâncias envolventes”.

O foco das políticas e recomendações ocidentais de justiça e educação sexual no consentimento sexual são uma conquista. Mais questionável será a ideia de que resolve as dinâmicas coercivas nas interações sexuais e garante que sejam plenamente desejadas (Gavey 2005; Cahill 2014; Beres 2018; Lamb, Gable, & de Ruyter 2021; Jeffrey 2024). Além disso, o ónus do consentimento sustenta suposições errôneas, como a de que sexo consentido é necessariamente desejado, prazeroso e livre de coerção (Beres 2018; Loick 2020; Faustino & Gavey 2024; Jeffrey 2024). Esta suposição deixa antever a complexidade do problema no contexto marital, já que um historial de relações sexuais pode reforçar o pressuposto de consentimento contínuo para todas as atividades sexuais futuras (Shotland & Goodstein 1992).

As primeiras investigações sobre coerção e violência nas relações matrimoniais reportaram elevadas taxas de violação conjugal, evidenciando um *continuum* de coerção, além da violação (Russell 1982; Finkelhor & Yllo 1985; Kelly 1988). As orientações normativas de que as mulheres têm o dever conjugal de garantir o sexo no matrimónio dificultam a recusa sexual (Finkelhor & Yllo 1985). Além disso, os estudos mostram os efeitos das normas socioculturais na adoção de determinadas práticas, nomeadamente, a primazia do direito sexual masculino e um maior silenciamento dos desejos sexuais femininos com a concomitante desconsideração do sexo indesejado pelas mulheres como forma de coerção (Gavey 2005).

Impõe-se, desde logo, uma conclusão: homens e mulheres não ocupam o mesmo lugar no casal. Espera-se deles uma sexualidade viril, materializada num desejo constante por sexo, e delas que sejam sensíveis, cuidadoras, sexualmente passivas (Hollway 1984; Farvid & Braun 2006; Meenagh 2021; Jeffrey 2024). Estas representações endossam uma hierarquia de género ligada a um duplo padrão moral com normas diferenciadas para homens e mulheres (Alferes 1997; Jamieson 1999; Crawford et al. 2010; Bourdieu 2012), que sustenta a dominação masculina e a submissão feminina (Sanchez, Fetterolf, & Rudman 2012). Neste quadro, o consentimento é construído não como expressão mútua de vontades, mas como algo a obter, nomeadamente, das parceiras (Faustino 2024). Cabe, contudo, realçar que o “desvio” face ao que se espera dos homens também os pode oprimir no contexto das relações íntimas (Faustino 2024), já que a noção de “mutualidade” (Lamb, Gable, & de Ruyter 2021) remete não só para a garantia de que ambos os cônjuges consentem, são autónomos e capazes de fazer escolhas, como também apela ao cuidado e à atenção amorosa.

Como noutros países ocidentais, as últimas décadas, em Portugal, têm sido marcadas por transformações no campo sexual e nas relações de género no sentido de uma maior “erotização do casal” (Aboim 2011) e de uma aproximação das trajetórias sexuais de homens e mulheres. Todavia, permanece um duplo padrão sexual segundo o qual as mulheres sexualmente muito experientes e assertivas são olhadas com desconfiança e descrédito, sendo alvo de fortes sanções ao nível da sua reputação, ao passo que o valor dos homens se afere pelo número de “conquistas” sexuais (Vale de Almeida 1995; Pais 1998; Aboim 2011). Aqui resulta outra dualidade: a que ocorre entre mulheres. De um lado, a “casta”, a mulher dessexualizada, “boa para casar”; do outro lado, a “puta”, a “vadia”, “a má para casar”, a “perversa” (Pais 2016). É também neste quadro que podem ser compreendidas as situações de opressão e dominação fundadas no género, de que são exemplo os casos de violência no namoro (Neves & Correia 2024; Cerejo, Jesus, & Tarriño-Concejero 2025) ou da violência doméstica. Em 2024, em Portugal, foram mortas 19 mulheres em contexto de relações de intimidade face a 3 homens (CIG 2025).

O propósito deste artigo é o de refletir sobre as dinâmicas *genderizadas* de poder na interação e na recusa sexuais. A análise incide sobre os modos como práticas e desejos sexuais são condicionados por normas e interditos sociais e morais, refletindo relações de poder desiguais. Os dados apresentados foram recolhidos no âmbito da investigação de doutoramento da primeira autora, assente numa metodologia qualitativa, que teve como objeto empírico casais heterossexuais em situação de conjugalidade estável, isto é, a coabitar há, pelo menos, dois anos. Para o efeito, foram realizadas 28 entrevistas semidiretivas individuais a membros de 14 casais, entre março e dezembro de 2020. Todos/as os/as participantes foram informadas/os dos objetivos do estudo, tendo as entrevistas sido realizadas em locais escolhidos pelos casais, desde que garantissem a sua realização sem interrupções. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento das/os participantes, tendo tido uma duração média de uma hora.

A recolha empírica cingiu-se ao Norte Litoral e a seleção dos casais privilegiou, num primeiro momento, um procedimento intencional a partir de contactos pessoais da primeira autora, seguida do recurso à “bola de neve”. Houve dificuldade em reunir casais igualmente distribuídos pelos diferentes graus de escolaridade, verificando-se uma concentração nos níveis mais elevados de ensino (Secundário e Superior), bem como em encontrar casais mais velhos e com relações mais duradouras. Apesar da tentativa de diversificar os pontos de início da bola de neve, as características da própria investigadora contribuem para explicar esse enviesamento.

A idade dos/as entrevistados/as variava, à data da entrevista, entre os 27 e os 46 anos nos homens e entre os 29 e os 44 anos nas mulheres. Como é corrente em estudos desta natureza, os nomes dos/as participantes são fictícios de modo a preservar o anonimato das/os participantes. Todas as entrevistas, após transcrição integral, foram sujeitas a uma análise de conteúdo temática, nos termos definidos

por Bardin (1995), tendo sido identificado um total de 12 categorias e 54 subcategorias de análise. Neste artigo, por razões de espaço, apenas são discutidos os resultados relativos à questão do consentimento e da coerção nas relações íntimas. Os resultados mostram a permanência de desigualdades nos relacionamentos, com maiores constrangimentos no caso das mulheres, traduzindo-se na adoção de papéis sexuais mais submissos e complacentes, e, no caso dos homens, impondo-lhes que sejam sexualmente ativos e disponíveis. Considerando as características sociodemográficas do objeto empírico, os resultados devem ser lidos com cautela, pretendendo-se, fundamentalmente, abrir espaço para reflexão e investigação futura.

Amor, poder e consentimento nas relações íntimas

O modo como as relações conjugais e íntimas estão organizadas nas sociedades contemporâneas ocidentais transformou-se. As formas de interagir sexualmente não são as mesmas e a relação entre masculino e feminino também não. Muitos discursos populares aludem a um cenário idílico entre parceiros cuja intimidade é construída sobre os ideais do amor, da igualdade e da reciprocidade, na linha da “relação pura” (Giddens 1992). Todavia, as pesquisas sugerem que as relações íntimas podem também ser terreno fértil para a (re)produção de relações desiguais de poder e práticas de violência (Jamieson 1999; Sanchez, Fetterolf, & Rudman 2012; van Hooff 2015; Klein et al. 2019; Faustino & Gavey 2024; Jeffrey 2024).

Entre os/as entrevistados/as, é evidente a importância da sexualidade e, especificamente, da relação sexual, na constituição e manutenção da relação conjugal. Não questionando a sua presença, naturalizando-a, parece que a relação conjugal não é mais concebível sem atividade sexual entre os/as parceiros/as (Gavey 2005), sendo a inatividade sexual interpretada como indício de uma dificuldade ou problema que pode colocar em risco a estabilidade do casal (Bozon 2004; Jeffrey 2024). Como sublinha António (em coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), “uma relação amorosa sem sexo não faz sentido. Se uma pessoa não é feliz na cama, não é feliz de todo”.

Apesar de todos/as os/as entrevistados/as apresentarem uma visão hedonista da sexualidade, que privilegia a reciprocidade, o envolvimento e o prazer mútuos, enquadrada por ideais de género mais igualitários, há fissuras no modo como interagem sexualmente. Uma delas é associada ao pressuposto de que homens e mulheres têm impulsos biologicamente distintos, expresso pela maioria dos/as entrevistados/as, que acaba por influenciar as suas expectativas, desejos e práticas sexuais (Gavey 2005). Ainda nas palavras de António,

Em geral, os homens são mais carniais. Embora não seja regra, mas, em geral, sim. Nem é um estereótipo, é o que é, é a verdade. Eu sempre fui de Letras, mas eu tenho

a certeza [de] que isto foi explicado pela ciência por algum motivo. Testosteronas e afins....

Persiste, portanto, a ideia de que os homens são sexualmente insaciáveis e a sexualidade masculina é um impulso naturalmente incontrolável e inevitável (Hollway 1984; Jeffrey 2024), ao passo que as mulheres são as “guardiãs” sexuais, responsáveis pelo trabalho emocional, por controlar os impulsos sexuais dos homens e por policiar os seus comportamentos de forma a não exigir demasiado deles (Hollway 1984; Jackson & Scott 1997; Impett & Peplau 2006; Aboim 2011; Jeffrey 2024). Estas ideias são acompanhadas pelo mito segundo o qual, no reino animal, o macho tem o papel de perseguir e procriar e a fêmea é recetora (Crawford & Waldby 1994).

Tais representações revelam e sustentam dinâmicas *genderizadas* de poder na interação e, sobretudo, na recusa sexual. Em certos casos, a ideia de uma relação de casal constituída por dois parceiros autónomos e com capacidade total e igual de escolha é desafiada. Além disso, se se parte do princípio de que o sexo e, em específico, o “imperativo do coito”², é parte das relações íntimas heterossexuais “normais” e “saudáveis” (Gavey & McPhillips 1999; Potts 2000; Jeffrey 2024), percebe-se que homens e mulheres em relacionamentos amorosos assumam que exista um “consentimento sexual implícito” nas relações sexuais (Shotland & Goodstein 1992).

Ao descrever as suas experiências, homens e mulheres reconhecem que a disponibilidade sexual é passível de desencontros, evidenciando conformidade ao discurso dominante de validação do impulso sexual masculino (Hollway 1984). O discurso de Joana (em coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) é bastante elucidativo disso, reconhecendo claramente que a frequência das relações sexuais,

[p]ara mim, é satisfatória, mas tenho a certeza de que, para o António, é insatisfatória [risos]. Ele diz-me claramente. Sei que, por ele, seria com mais frequência, mas, pronto, isso, acredito que seja a nossa diferença. Não só de pessoa, mas de género também porque os homens têm a tendência de ter sempre uma libido um pouco mais ativa.

O alegadamente maior apetite sexual masculino transparece nas palavras de todos/as entrevistados/as. Não é, por isso, surpreendente que, quando interrogados/as sobre se “alguma vez ficou sem sexo e apetecer-lhe”, eles sejam unânimes a responder afirmativamente. O mesmo não ocorre com as mulheres: cerca de metade relata a ausência de prática sexual quando a desejava e outra metade respondeu negativamente. Segundo Anita (em coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos), “em 21 anos, acho que nunca me virei para o meu rapaz e disse: ‘anda pinar-me’ e ele me disse que não!”.

² No original, “coital imperative.”

Os resultados evidenciam a permanência de visões normativas da sexualidade que associam masculinidade a maior predisposição e apetite sexuais, ao passo que a feminilidade é construída socialmente em torno do sensível, do emocional e do afetivo (Pais 1998; Olmo 2018; Siegel & Meunier 2019). Tal desencontro acaba por posicionar os homens e as mulheres em lugares distintos no seio da relação e os seus efeitos parecem operar em detrimento delas, traduzindo-se num maior silenciamento dos seus desejos e em papéis sexuais mais submissos e complacentes.

“Dentro das quatro paredes, é possível tudo”: do desejo à coerção

As interações sexuais exigem a coordenação das preferências e ações individuais dos/as parceiros/as (Impett & Peplau 2003). Os dados mostram, essencialmente, três formas de resolução dos desencontros ao nível da disponibilidade sexual: o/a parceiro/a sexualmente interessado/a aceita o “não” do/a outro/a ou tenta persuadi-lo/a, exercendo pressão psicológica; o/a parceiro/a sexualmente desinteressado/a pode ignorar os sinais de interesse do/a outro/a ou convencê-lo/a a esperar por outra ocasião; o/a parceiro/a desinteressado/a pode reconhecer o interesse do/a outro/a e ceder voluntariamente aos seus avanços.

Júlio (em coabitação há menos de 9 anos, com filhos) ilustra a situação de um companheiro sexualmente interessado que, em certos momentos, recorre à pressão psicológica para tentar persuadir a parceira a aderir a determinada prática sexual. No entanto, essa pressão é apresentada como uma forma de negociação:

Há espaço de negociação. [...] Porque, eu [...] vou ser sincero, eu insisto um bocadinho naquilo de que eu gosto e, às vezes, ela acaba por ceder. Às vezes, é uma maneira de falar com ela e acaba por ceder.

Rute, a companheira de Júlio, acaba por responder positivamente à proposta do parceiro reconhecendo que, “às vezes, eu não quero. Não quero. Mas ele acaba por se meter comigo e eu acabo por ter”. A situação é ilustrativa da persistência de assimetrias entre homens e mulheres no que respeita a “condutas sexuais complacentes” (Impett & Peplau 2003) e, até, de alguma coerção sobre as mulheres. Como sublinha Jeffrey (2024, 477), “a heterossexualidade hegemónica ocidental é centrada frequentemente no homem e modelada de formas que podem apoiar e obscurecer a violência sexual dos homens contra as mulheres”³. De facto, a questão central não é a existência ou não de consentimento, mas as fragilidades que o próprio conceito apresenta por não reconhecer – e, até, naturalizar – dinâmicas desi-

³ No original, “Western hegemonic heterosexuality is often male-centered and patterned in ways that can support and obscure men’s sexual violence against women.”

guais de poder, como mostram outros trabalhos (Gavey 2005; Beres 2014; Lamb, Gable, & de Ruyter 2021; Jeffrey 2024).

As interações sexuais podem ocorrer por várias razões que não a satisfação do desejo sexual ou a procura do prazer sexual. A disponibilidade sexual é, muitas vezes, expressa como requisito de uma relação estável (Burns, Futch, & Tolman 2011; van Hooff 2015). Mariana (em coabitação há menos de 9 anos, com filhos) explica que aderir aos avanços sexuais de Ivo faz parte do seu “trabalho” na relação, mesmo que não tenha vontade de o fazer:

Às vezes, acontece do género: o Ivo chega-se a mim e eu não consigo dizer-lhe que não porque eu não digo que não. [...] Não é por mim, mas por muita coisa que eu já vi. Eu quero que o meu casamento funcione porque eu gosto muito do Ivo e acho que temos tudo para estar bem. Eu já disse que não, mas, muitas vezes, acho que sim porque, quando nós não estamos bem em casa, vamos procurar fora.

Tal como Rute, Mariana dá prioridade aos desejos sexuais do parceiro em detrimento dos seus, procurando promover o desenvolvimento e a qualidade emocional e sexual da relação. Tais tendências são também apontadas por Jamieson (1999), Duncombe e Marsden (1993) e Faustino e Gavey (2022).

Com efeito, comparativamente aos homens, as mulheres aceitam, com frequência, ter relações sexuais mesmo sem lhes apetecer, como um sentido de dever (O’Sullivan & Allgeier 1998; Sanchez, Fetterolf, & Rudman 2012). Vislumbramos, assim, a dominação masculina na intimidade do casal. A mulher cede, ou seja, secundariza a sua posição e vontade. Este comportamento, classificado como complacência sexual ou sexo consensual indesejado, é representativo da persistência da assimetria de poder entre homens e mulheres (Impett & Peplau 2003).

Quatro entrevistadas sublinham, ainda, que a recusa de sexo pode ter consequências, como a infidelidade ou o fim do relacionamento sugeridos por Mariana. O medo de que o parceiro se envolva sexualmente com outra mulher ou perca o interesse por ela, caso não aceda às suas iniciativas sexuais, foi também observado por Impett e Peplau (2003). Associada a essa, encontra-se outra preocupação: a de que a relação sexual seja satisfatória porque, caso contrário, “pode aparecer outra e desempenhar melhor as funções” (Inês, em coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

O receio de que o parceiro “vá procurar fora” também revela como a mononormatividade opera. Em consonância com as descobertas de Faustino e Gavey (2022), mesmo não havendo pressão direta, algumas mulheres sentem que é um “dever pessoal” aderir aos avanços sexuais dos companheiros, adotando uma conduta complacente e de autoimposição para não os desiludir.

Assim, a falta de interesse pode ser alvo de pressões que desembocam num consentimento relutante, longe da ideia de mutualismo defendida por Lamb e colegas (2021). Em contrapartida, nenhum homem mostrou preocupação com a potencial infidelidade das parceiras resultante da recusa de sexo.

A complacência e a aquiescência sexuais parecem também ligar-se ao grau de assertividade sexual: níveis mais elevados de assertividade implicam maior capacidade de comunicar (in)disponibilidade sexual (Darden et al. 2019). Assim, Manuel (em coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) refere que a sua companheira nunca teve relações sexuais sem lhe apetecer, porque “ela é muito senhora de si e diz logo que não quer”, o que foi reiterado pela própria.

Segundo Impett e Peplau (2003), a complacência sexual é um exemplo de padrões mais amplos de sacrifício nos relacionamentos. Associa-se mais frequentemente às mulheres do que aos homens, como, de resto, atestam os excertos anteriores. Além disso, a ideia de que as mulheres são sexualmente mais passivas e os homens mais ativos acaba, muitas vezes, por pressioná-las a ceder à iniciativa masculina. A este propósito, sublinhamos que a análise das entrevistas atendeu à diferença entre uma prática sexual complacente e uma prática sexual em que se acede voluntariamente ao desejo de alguém, com vontade, apesar de antes não se ter sentido excitação ou desejo sexual.

As mulheres também manifestam descontentamento com o desencontro entre o seu desejo sexual e o dos parceiros. Todavia, desculpabilizam a “falta de vontade” deles, como Inês (em coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), que recorda que,

Ontem, estava zangada com ele porque, às vezes, ele diz que tem vontade, mas não tem. [...] Podia haver mais, é óbvio que sim, mas, se calhar, há outras coisas que, às vezes, o podem estar a incomodar [...] e ele diz que está cansado do trabalho. E também sei que a idade dele também não é aquela idade de quando nós éramos jovens.

Há também algumas mulheres que se responsabilizam pela ausência de iniciativa sexual dos parceiros. É ainda Inês que reconhece que “a vida sexual podia estar mais ativa, só que, se calhar, não está porque tenho alguns problemas. Estou a fazer um tratamento e, às vezes, sangro. Isto, se calhar, também o incomoda...”. Van Hooff (2015) notou que as mulheres insatisfeitas com a frequência da atividade sexual tendem a invocar fatores externos à relação ou a culpabilizar-se. O facto de não haver roteiros para entender a recusa sexual dos homens leva à necessidade de encontrar explicações (Ford 2018; Gunnarsson 2018) que não sejam a falta de vontade sexual deles.

Apesar disso, os homens, por vezes, sofrem retaliações por recusarem sexo. Embora tenham sido apenas sinalizadas por Inês, as situações de “resistência simbólica” são, igualmente, dignas de nota (Shotland & Hunter 1995). Consistem na recusa, por parte de um/a parceiro/a, da iniciativa sexual empreendida pelo/a outro/a, quando, na verdade, o seu desejo era aceder. Questionada sobre se alguma vez teve relações sexuais com o parceiro, Afonso, sem lhe apetecer, Inês responde: “Não, não. Pelo contrário. Às vezes, apetece e digo-lhe que não de propósito, para ele sentir o não que ele, indiretamente, me diz a mim”. Já Afonso, quando questio-

nado sobre a forma como o seu “não” é recebido, explica que “Ela, às vezes, pensa que não tenho desejo por ela. Já lhe disse que não é isso, mas até que ela perceba!... É uma mulher, é complicado, mas eu tento ultrapassar isso [...] tento abstrair-me disso, apesar de ela não ser muito fácil, às vezes...” A interação deste casal mostra que a recusa de sexo por parte do homem pode não ser compreendida pela mulher (Meenagh 2021).

Cabe sublinhar que essa “resistência simbólica” também pode ser adotada pelos homens, mas essencialmente quando se sentem “ameaçados”, exercendo coerção psicológica quer por meio da recusa sexual, quer por expressões de mau humor e ciúme. Rute (em coabitação há menos de 9 anos, com filhos) conta que o companheiro recusou ter relações sexuais com ela como forma de retaliação porque

[e]stava chateado [comigo]. Ele, como é muito ciumento... Todos os rapazes que cumprimento, ele diz-me: ‘já estiveste com ele [referindo-se a ter algum envolvimento sexual]?’ Eu já lhe disse [...] que conto pelos meus dedos as pessoas [com] que[m] eu estive, mas [...] ele fica a desconfiar porque eu cumprimento alguém ou quando alguém me fala. E diz-me: ‘olha, não fales mais para mim!’

Este tipo de ressentimento sugere a necessidade de manter uma posição de domínio, que, quando ameaçada, pode até levar à recusa daquilo que, de outra forma, não se rejeitaria. Ser um *homem de verdade* implica conseguir regular a conduta social e sexual da parceira porque a conduta sexual das mulheres pode colocar em causa a “honra” masculina (Pais 1985; Vale de Almeida 1995).

Também foi possível verificar que a ideia de que “os homens estão sempre disponíveis sexualmente” tem impacto na díade conjugal. Os homens podem ser “vítimas” da própria masculinidade (hooks 2004; Bourdieu 2012). Socializados a não expressar emoções, sensibilidade e fragilidade, muitas vezes, mostram dificuldade em reconhecer que já fizeram sexo quando não desejavam. Quatro entrevistados confidenciaram que isso já tinha acontecido, tendo cedido às iniciativas sexuais das mulheres. Três reconheceram que, “possivelmente” ou “raramente”, tiveram relações sexuais num “momento” que não era “ideal”. Mas têm dificuldade em utilizar a expressão “não apetecer”, como Afonso (em coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), que diz que

Não é sem me apetecer. É, se calhar, não estar naquele momento ideal para isso. Não é sem apetecer. Se calhar, quando uma pessoa não está mesmo predisposta, aquilo já é um clique para as coisas não correrem bem. Às vezes, corre e, outras vezes, não.

A relutância em assumir tal cedência pode provir da necessidade de a sua virilidade não ser afetada, considerando a relação entre a honra e o prestígio e as proezas sexuais (Vale de Almeida 1995). Esta representação é reforçada por algumas mulheres, que ficam relutantes quando são elas a ter “sempre a iniciativa”,

pois “não é suposto ser assim”. Estes resultados vão ao encontro do que Hollway (1984) denominou “discurso do impulso sexual masculino”⁴, que integra a masculinidade hegemónica e reforça a feminilidade hegemónica. Neste quadro, as mulheres são as históricas, as emocionais; e os homens são os racionais, os calados, os estoicos, ainda que os silêncios advenham da sua mutilação emocional.

De facto, as interações sexuais e os modos de (não) recusa sexual são reveladores de normas, valores sociais e morais e de relações de poder que colocam desafios aos modos de viver a intimidade conjugal e à igualdade de género. As entrevistas revelam que, em muitos casos, se cede ao domínio e à pressão do/a outro/a. Apesar de o ato sexual ser consentido, adota-se uma posição de submissão. Esta dinâmica – por vezes, subtil – entre imposição, consentimento e desejo pode ser a ponta de um icebergue: mostra como a violência se pode instalar na relação, colocando em causa a “ilha encantada”, como Bourdieu (2012) notava. Afinal, “dentro das quatro paredes, é possível tudo” (António, em coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

Notas conclusivas

Se não restam dúvidas quanto à importância da sexualidade e, mais especificamente, da relação sexual na constituição e manutenção da relação conjugal, mais questionável é a ideia de que todas as interações sexuais são desejadas, prazerosas e livres de coerção. Cada casal parece ter as suas próprias regras, expectativas e desejos, que não são independentes do contexto em que se inserem. Todavia, cada parceiro/a parece reconhecer e colocar-se “(n)o seu lugar”. E o lugar dos homens e das mulheres não é o mesmo.

Olhar para o “lado de dentro” da vida a dois permitiu reconhecer que as interações sexuais do casal são território perpassado por relações de poder, não são neutras em termos de género e reforçam o género normativo, apesar dos avanços legislativos e das iniciativas de combate às desigualdades de género.

Não obstante uma visão maioritariamente hedonista da sexualidade e uma maior igualdade, os discursos dos/as entrevistados/as revelam a permanência de visões normativas da sexualidade e de uma dupla moral: espera-se que as mulheres sejam sensíveis, cuidadoras e sexualmente mais passivas e que os homens sejam viris, fortes e sempre disponíveis sexualmente. Por isso, algumas mulheres reconheceram dar prioridade aos desejos sexuais do parceiro em detrimento dos seus, cedendo à iniciativa sexual masculina como forma de corresponder ao que é socialmente esperado delas. Todavia, os roteiros sexuais também exercem pressão sobre os homens, exigindo-lhes que estejam sempre sexualmente disponíveis. É no contexto de relacionamentos conjugais estáveis – onde existe o pressuposto de

⁴ No original, “male sex drive discourse.”

um consentimento sexual contínuo – que melhor se entrevê a complexidade entre querer, desejar, consentir ou recusar.

Ao mobilizar guiões normativos, por um lado, os homens podem “coagir” as suas parceiras a praticar sexo indesejado; por outro, as mulheres têm mais dificuldade em recusar o avanço sexual dos parceiros. As representações dominantes do género sustentam, assim, dinâmicas *genderizadas* de poder na interação sexual. Ter relações sexuais não significa, portanto, que elas sejam sempre desejadas, prazerosas e/ ou livres de constrangimentos ou práticas coercivas.

Considerando as características sociodemográficas do objeto empírico do estudo – designadamente, o facto de este se ter limitado geograficamente ao Norte Litoral e de os/as entrevistados/as se concentrarem nos graus mais elevados de ensino (Secundário e Superior) e em faixas etárias específicas –, os resultados apresentados devem ser lidos com cautela. Pretende-se, assim, sobretudo, abrir espaço para reflexão e investigação futuras sobre as formas plurais e paradoxais de construção da intimidade sexual do casal heterossexual. Será tempo de refletir sobre o modo como, por vezes, o sexo fala, mas nem sempre diz a sua verdade. É o questionamento do lugar da norma que permite desconstruir e desnaturalizar as relações de género e de poder nas sociedades contemporâneas. Porque se sexo, por si só, bastasse, ninguém precisava de olhar para dentro e perceber que aquilo que é desejado é, por vezes, diferente daquilo que é consentido: pode haver um contínuo entre coerção e consentimento.

Contributos das autoras

IF: Concetualização; análise formal; investigação; metodologia; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

AMB: Análise formal; metodologia; redação – revisão e edição.

Agradecimentos

Este artigo mobiliza dados da dissertação de Doutoramento em Sociologia da primeira autora, intitulada “(Inter)ditos: as dinâmicas afetivas e sexuais do casal heterossexual”, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref.^a SFRH/BD/138347/2018), orientada pela segunda autora.

Conflito de interesses

As autoras declaram inexistência de conflito de interesses.

Referências

- Aboim, Sofia. 2011. “Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação.” Em *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*, editado por Ana Nunes de Almeida, 80-111. Círculo de Leitores.
- Alferes, Valentim Rodrigues. 1997. *Encenações e comportamentos sexuais: para uma psicologia social da sexualidade*. Edições Afrontamento.

- Bardin, Laurence. 1995. *Análise de conteúdo*. Trad. de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70.
- Barreno, Maria Isabel, Maria Teresa Horta, & Maria Velho da Costa. 1972. *Novas cartas portuguesas*. 1.^a ed. Estúdios Cor.
- Beres, Melanie Ann. 2014. "Rethinking the Concept of Consent for Anti-Sexual Violence Activism and Education." *Feminism & Psychology* 24(3): 373-389. <https://doi.org/10.1177/0959353514539652>
- Beres, Melanie. 2018. "The Proliferation of Consent-Focused Rape Prevention Social Marketing Materials." Em *Orienting Feminism: Media, Activism and Cultural Representation*, editado por Catherine Dale & Rosemary Overell, 181-196. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/https://doi.org/10.1007/978-3-319-70660-3>
- Bourdieu, Pierre. 2012. *A dominação masculina*. Trad. de Júlia Ferreira. Relógio d'Água Editores.
- Bozon, Michel. 2004. *Sociologia da sexualidade*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Editora FGV.
- Burns, April, Valerie A. Futch, & Deborah L. Tolman. 2011. "'It's Like Doing Homework'." *Sexuality Research and Social Policy* 8(3): 239-251. <https://doi.org/10.1007/s13178-011-0062-1>
- Cahill, Ann J. 2014. "Recognition, Desire, and Unjust Sex." *Hypatia* 29(2): 303-319. <https://doi.org/10.1111/hypa.12080>
- Código Civil. 1978. CC. *Deveres conjugais*. <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/deveres-conjugais>
- Cerejo, Dalila, Miguel Jesus, & Lorena Tarriño-Concejero. 2025. "'If It's Not a Slap or a Punch Then It's Not Violence': Portuguese University Student's Representations and Practices About Intimacies and Dating Violence." *Social Sciences* 14(2). <https://doi.org/10.3390/socsci14020086>
- CIG. 2025. Indicadores Estatísticos. <https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/2025>
- Conselho da Europa. 2011. "Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica." Istambul. <https://rm.coe.int/168046253d>
- Crawford, June, & Catherine Waldby. 1994. "Women's Sex Talk and Men's Sex Talk: Different Worlds." *Feminism and Psychology* 4(4): 571-587. <https://doi.org/10.1177/0959353594044010>
- Crawford, Mary, & Danielle Popp. 2010. "Sexual Double Standards: A Review and Methodological Critique of Two Decades of Research." *Journal of Sex Research* 40(1): 13-26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>
- Darden, Marie C, Anandi C Ehman, Elicia C Lair, & Alan M Gross. 2019. "Sexual Compliance: Examining the Relationships Among Sexual Want, Sexual Consent, and Sexual Assertiveness." *Sexuality & Culture* 23: 220-235. <https://doi.org/10.1007/s12119-018-9551-1>
- Duncombe, Jean, & Dennis Marsden. 1993. "Love and Intimacy: The Gender Division of Emotion and 'Emotion Work': A Neglected Aspect of Sociological Discussion of Heterosexual Relationships." *Sociology* 27(2): 221-241. <https://doi.org/10.1177/0038038593027002003>
- Farvid, Panteá, & Virginia Braun. 2006. "'Most of Us Guys Are Raring To Go Anytime, Anyplace, Anywhere': Male and Female Sexuality in *Cleo* and *Cosmo*." *Sex Roles* 55(5-6): 295-310. <https://doi.org/10.1007/s11199-006-9084-1>
- Faustino, Maria João. 2024. "Consentimento e masculinidade(s): A relação umbilical entre

- consentimento e gênero." Em *Reflexões sobre violência sexual contra homens e rapazes*, editado por Ângelo Fernandes, 18-20. Quebrar o Silêncio.
- Faustino, Maria João, & Nicola Gavey. 2022. "'You Feel Like Normal Sex is not Enough Anymore': Women's Experiences of Coercive and Unwanted Anal Sex with Men." *Violence Against Women* 28(11): 2624-2648. <https://doi.org/10.1177/10778012211045716>
- Faustino, Maria João, & Nicola Gavey. 2024. "The Failed Promise of Consent in Women's Experiences of Coercive and Unwanted Anal Sex with Men." *Feminism & Psychology* 34(3): 424-442. <https://doi.org/10.1177/09593535241234429>
- Finkelhor, David, & Kersti Yllo. 1985. *License to Rape: Sexual Abuse of Wives*. Holt, Rinehart & Winston.
- Fischel, Joseph J. 2019. *Screw Consent: A Better Politics of Sexual Justice*. University of California Press.
- Ford, Jessie V. 2018. "'Going with the Flow': How College Men's Experiences of Unwanted Sex Are Produced by Gendered Interactional Pressures." *Social Forces* 96(3): 1303-1324. <https://doi.org/10.1093/sf/sox066>
- Gavey, Nicola. 2005. *Just Sex? The Cultural Scaffolding of Rape*. Routledge.
- Gavey, Nicola, & Kathryn McPhillips. 1999. "Subject to Romance: Heterosexual Passivity as an Obstacle to Women Initiating Condom Use." *Psychology of Women Quarterly* 23(2): 349-367. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1999.tb00366.x>
- Giddens, Anthony. 1992. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. de Magda Lopes. Editora UNESP.
- Gunnarsson, Lena. 2018. "'Excuse Me, But Are You Raping Me Now?' Discourse and Experience in (the Grey Areas of) Sexual Violence." *NORA – Nordic Journal of Feminist and Gender Research* 26(1): 4-18. <https://doi.org/10.1080/08038740.2017.1395359>
- Hollway, Wendy. 1984. "Women's Power in Heterosexual Sex." *Women's Studies International Forum* 7(1): 63-68. [https://doi.org/10.1016/0277-5395\(84\)90085-2](https://doi.org/10.1016/0277-5395(84)90085-2)
- Hooft, Jenny van. 2015. "Desires, Expectations and the Sexual Practices of Married and Cohabiting Heterosexual Women." *Sociological Research Online* 20(4): 123-132. <https://doi.org/10.5153/sro.3767>
- hooks, bell. 2004. *The Will To Change: Men, Masculinity, and Love*. Simon & Schuster.
- Impett, Emily A., & Letitia A. Peplau. 2003. "Sexual Compliance: Gender, Motivational, and Relationship Perspectives." *Journal of Sex Research* 40(1): 87-100. <https://doi.org/10.1080/00224490309552169>
- Impett, Emily A., & Letitia Anne Peplau. 2006. "'His' and 'Her' Relationships? A Review of the Empirical Evidence." Em *The Cambridge Handbook of Personal Relationships*, editado por Anita L. Vangelisti & Daniel Perlman, 273-291. Cambridge University Press.
- Jackson, Stevi, & Sue Scott. 1997. "Gut Reactions to Matters of the Heart: Reflections on Rationality, Irrationality and Sexuality." *The Sociological Review* 45(4): 551-575. <https://doi.org/10.1111/1467-954X.00077>
- Jamieson, Lynn. 1999. "Intimacy Transformed? A Critical Look at the 'Pure Relationship'." *Sociology* 33(3): 477-494. <https://doi.org/10.1177/S0038038599000310>
- Jeffrey, Nicole K. 2024. "Is Consent Enough? What the Research on Normative Heterosexuality and Sexual Violence Tells Us." *Sexualities* 27(3): 475-494. <https://doi.org/10.1177/13634607221096760>
- Kelly, Liz. 1988. *Surviving Sexual Violence*. Polity Press.
- Klein, Verena, Roland Imhoff, Klaus Michael Reininger, & Peer Briken. 2019. "Perceptions of Sexual Script Deviation in Women and Men." *Archives of Sexual Behavior* 48(2): 631-644. <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1280-x>
- Lamb, Sharon, Sam Gable, & Doret de Ruyter. 2021. "Mutuality in Sexual Relationships: A

- Standard of Ethical Sex?" *Ethical Theory and Moral Practice* 24(1): 271-284. <https://doi.org/10.1007/s10677-020-10150-8>
- Loick, Daniel. 2020. "'... As if It Were a Thing.' A Feminist Critique of Consent." *Constellations* 27(3): 412-422. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12421>
- Meenagh, Joni L. 2021. "'She Doesn't Think That Happens': When Heterosexual Men Say No to Sex." *Sexualities* 24(3): 322-340. <https://doi.org/10.1177/1363460720936460>
- Muehlenhard, Charlene L., Terry P. Humphreys, Kristen N. Jozkowski, & Zoe D. Peterson. 2016. "The Complexities of Sexual Consent among College Students: A Conceptual and Empirical Review." *The Journal of Sex Research* 53(4-5): 457-487. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1146651>
- Neves, Sofia, & Ariana Correia. 2024. "Dating Violence in Portugal: How Can It Be Handled in Secondary Schools and Universities?" *Frontiers in Global Women's Health* 5: 1456595. <https://doi.org/10.3389/fgwh.2024.1456595>
- Olmo, Ana Vicente. 2018. "'Detalles', frustraciones y desconciertos: El trabajo emocional en las parejas jóvenes heterosexuales." *Revista Española de Sociología* 27(1): 67-81. <https://doi.org/10.22325/fes/res.2018.4>
- O'Sullivan, Lucia F., & Elizabeth Rice Allgeier. 1998. "Feigning Sexual Desire: Consenting to Unwanted Sexual Activity in Heterosexual Dating Relationships." *The Journal of Sex Research* 35(3): 234-243. <https://doi.org/10.1080/00224499809551938>
- Pais, José Machado. 1985. "Família, sexualidade e religião." *Análise Social* XXI (86): 345-389. <https://www.jstor.org/stable/41010506>
- Pais, José Machado. 1998. "Vida amorosa e sexual." Em *Gerações e valores na sociedade portuguesa*, organizado por José M. Pais, 407-465. Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude.
- Pais, José Machado. 2016. *Enredos sexuais, tradição e mudança: as mães, os zecas e as sedutoras de além-mar*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Potts, Annie. 2000. "Coming, Coming, Gone: A Feminist Deconstruction of Heterosexual Orgasm." *Sexualities* 3(1): 55-76. <https://doi.org/10.1177/136346000003001003>
- Russell, Diana E.H. 1982. *Rape in Marriage*. Macmillan Press.
- Sanchez, Diana, Janell Fetterolf, & Laurie Rudman. 2012. "Eroticizing Inequality in the United States: The Consequences and Determinants of Traditional Gender Role Adherence in Intimate Relationships." *Journal of Sex Research* 49(2-3): 168-183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.653699>
- Shotland, R. Lance, & Lynne Goodstein. 1992. "Sexual Precedence Reduces the Perceived Legitimacy of Sexual Refusal: An Examination of Attributions Concerning Date Rape and Consensual Sex." *Personality and Social Psychology Bulletin* 18(6): 756-764. <https://doi.org/10.1177/0146167292186012>
- Shotland, R. Lance, & Barbara A. Hunter. 1995. "Women's 'Token Resistant' and Compliant Sexual Behaviors are Related to Uncertain Sexual Intentions and Rape." *Personality and Social Psychology Bulletin* 21(3): 226-236. <https://doi.org/10.1177/0146167295213004>
- Siegel, Karolynn, & Étienne Meunier. 2019. "Traditional Sex and Gender Stereotypes in the Relationships of Non-Disclosing Behaviorally Bisexual Men." *Archives of Sexual Behavior* 48(1): 333-345. <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1226-3>
- Sottomayor, Maria Clara. 2015. "A Convenção de Istambul e o novo paradigma da violência de género." *ex æquo* 31: 105-121. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2015.31.08>
- Vale de Almeida, Miguel. 1995. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Fim de Século Edições.

Iolanda Fontaínhas. Socióloga. Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Os seus interesses de investigação têm-se centrado na análise das práticas, desejos e relacionamentos heterossexuais, especialmente no que diz respeito à interseção entre sexualidade, género e relações de poder.

Ana Maria Brandão. Socióloga. Professora Associada do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho). As suas áreas principais de interesse são os fenómenos identitários, a sexualidade e a sua interseção com o género, assim como as metodologias qualitativas de investigação social.

Artigo recebido em 6 de junho de 2025 e aceite para publicação em 28 de setembro de 2025.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Fontaínhas, Iolanda, & Ana Maria Brandão. 2025. "As relações de intimidade entre casais heterossexuais: do desejar ao consentir." *ex æquo* 52: 64-79. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.06>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Fontaínhas, Iolanda, & Brandão, Ana Maria (2025). As relações de intimidade entre casais heterossexuais: do desejar ao consentir. *ex æquo*, 52, 64-79. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.06>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

A VIOLÊNCIA SEXUAL NAS RELAÇÕES DE NAMORO ENTRE JOVENS EM PORTUGAL: O CONSENTIMENTO PARA BEIJAR E TER RELAÇÕES SEXUAIS

 *Ana Simão Marques**

 *Margarida Pacheco***

 *Cátia Pontedeira****

 *Camila Iglesias*****

 *Liliana Rodrigues******

Resumo

Este artigo analisa a prevalência e legitimação da violência sexual no namoro em jovens em Portugal, com foco no consentimento. Com base no “Estudo Nacional sobre Violência no Namoro” (2025), foram inquiridas/os 6732 jovens (idade média: 15,16 anos) através de um questionário. Os dados revelam elevada vitimação (18,3%) e legitimação de comportamentos de violência sexual: 32,9% não consideram violência pressionar para beijar em público e 10,2% legitimam a pressão para ter relações sexuais. Relativamente a questões de género, as raparigas reportam mais vitimação e os rapazes demonstram maior legitimação. Os resultados evidenciam a urgência de programas educativos sobre consentimento e prevenção da violência de género desde cedo.

Palavras-chave: Violência no namoro, violência sexual, consentimento, pressão para beijar, pressão para relações sexuais.

* Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), 4200-135 Porto, Portugal.
Endereço postal: Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135 Porto, Portugal.

Correio eletrónico: up202203880@edu.fpce.up.pt

** União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), 1300-149 Alcântara, Lisboa, Portugal.
Endereço postal: R. da Cozinha Económica, Bloco D 30M-N, 1300-149 Alcântara, Lisboa, Portugal.

Correio eletrónico: anamargarida_91@hotmail.com

*** Centro Interdisciplinar de Estudos de Género do Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade da Maia (CIEG/UMAIA), 4475-690 Maia, Portugal.
Endereço postal: Av. Carlos de Oliveira Campos, 4475-690 Maia, Portugal.

Correio eletrónico: catiapontedeira@umaia.pt

**** Centro de Estudos Avançados em Direito Francisco Suárez (CEAD), Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Lisboa, 1749-024 Lisboa, Portugal.
Endereço postal: Av. do Campo Grande, 376, 1749-024 Lisboa, Portugal.

Correio eletrónico: camilaiglesias04@gmail.com

***** InED – Centro de Investigação e Inovação em Educação da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, 4200-465 Porto, Portugal.
Endereço postal: R. Dr. Roberto Frias, 602, 4200-465 Porto, Portugal.
Correio eletrónico: frodrigues.liliana@gmail.com

Abstract

Sexual Violence Within Teen Dating in Portugal: The Consent to Kiss and to Have Sexual Intercourse

This article analyzes the prevalence and legitimization of sexual violence in dating relationships among young people in Portugal, focusing on consent. Based on the “National Study on Dating Violence” (2025), 6,732 youths (average age: 15.16) were surveyed through a questionnaire. The data reveal a high rate of victimization (18.3%) and normalization of sexually violent behaviors: 32.9% do not consider pressuring for public kissing as violence, and 10.2% legitimize pressure to have sexual intercourse. Regarding gender, girls report higher victimization, while boys show greater legitimization. The findings highlight the urgent need for early educational programs on consent and gender-based violence prevention.

Keywords: Dating violence, sexual violence, consent, pressure to kiss, pressure to have sexual relations.

Resumen

La violencia sexual en las relaciones de pareja entre jóvenes en Portugal: consentimiento para besarse y tener relaciones sexuales

Este artículo analiza la prevalencia y la legitimación de la violencia sexual en las relaciones de noviazgo entre jóvenes en Portugal, centrándose en el consentimiento. Basado en el “Estudio Nacional sobre la Violencia en el Noviazgo” (2025), se encuestaron 6.732 jóvenes (edad media: 15,16 años) mediante un cuestionario. Los datos revelan una alta tasa de victimización (18,3%) y normalización de violencia sexual: 32,9% no considera violencia presionar para besarse en público y 10,2% legitima la presión para mantener relaciones sexuales. Las chicas reportan más victimización y los chicos muestran mayor legitimación. Los resultados evidencian la urgencia de programas educativos sobre consentimiento y prevención de la violencia de género.

Palabras clave: Violencia en el noviazgo, violencia sexual, consentimiento, presión para besar, presión para tener relaciones sexuales.

Introdução

A violência de gênero é considerada um problema de saúde pública, sendo a violência sexual (VS) uma forma de violência de gênero que afeta desproporcionalmente mulheres e meninas no mundo inteiro, para além de um atentado aos Direitos Humanos (Conselho da Europa 2011; WHO 2014). A VS tem consequências a nível sexual, físico, psicológico, emocional e social para as vítimas, podendo ter impactos a curto, médio e longo prazo (Sigurdardottir & Halldorsdottir 2021; Clarke et al. 2023). Considera-se VS o pressionar, obrigar e/ou coagir alguém a praticar qualquer ato de caráter sexual não consentido (Conselho da Europa 2011; WHO 2014; EIGE 2017). O consentimento sexual mútuo, entendido como um acordo claro e consciente para realizar um ato sexual de forma voluntária, informada e específica, sem manipulações e pressões, é fundamental numa relação não abusiva (Conselho da Europa 2011; Information and Privacy Commission New

South Wales 2023). Investigações feministas recentes têm-se centrado nas políticas de consentimento afirmativo, mostrando-se eficazes na promoção do consentimento verbal, entusiástico e da liberdade em recusar qualquer ato íntimo (Metz et al. 2020). Estes programas defendem que o consentimento pode ser retirado a qualquer momento e que a existência de uma relação amorosa ou contactos sexuais prévios entre as pessoas envolvidas não deve ser interpretada como consentimento automático (Metz et al. 2020). Ainda assim, a VS no contexto de intimidade continua a ser uma das formas de VS menos identificada e mais legitimada (Lundgren & Amin 2015; Thomas, Himmen & Jung 2022). Isto porque a sexualidade integra a maioria das relações íntimas, tornando difícil a própria vítima reconhecer situações de VS (Thomas, Himmen & Jung 2022). Esta dificuldade é complexificada nos relacionamentos de namoro entre jovens, por vários motivos. O termo “jovens” é aqui utilizado para abranger adolescentes e jovens adultos entre os 10 e 22 anos, faixa etária correspondente à amostra do estudo. Marca-se como um período de construção de identidade e de exploração da sexualidade onde a necessidade de pertença e aceitação torna os/as jovens particularmente sensíveis à influência dos pares (Tomova, Andrews & Blakemore 2021; Tsagem 2022, 71-98), deixando-os mais permeáveis a normalizar situações de violência, incluindo a VS (Banyard et al. 2022; Bendixen & Kennair 2024).

O presente artigo centra-se na problemática da VS nas relações de namoro entre jovens, explorando alguns dos indicadores de vitimação e legitimação no que diz respeito à pressão para beijar em público e para ter relações sexuais e a influência do género nestas dimensões.

Violência no namoro entre jovens

Na Europa, a prevalência de violência em relações afetivas entre jovens é significativa, sendo a violência psicológica a mais prevalente, envolvendo comportamentos de controlo e/ou medo (Tomaszewska & Schuster 2021; Vives-Cases et al. 2021). Em Portugal, os resultados longitudinais do “Estudo Nacional sobre Violência no Namoro em Portugal: Vitimação e conceções juvenis” revelam que a violência no namoro está fortemente presente e a sua legitimação constitui um problema preocupante na população jovem (Pacheco et al. 2024; Magalhães et al. 2024; 2025). Esse estudo em 2024 revelou que 63 % dos/as jovens portugueses/as do 7.º ao 12.º ano já experienciaram pelo menos um indicador de vitimação em contexto de namoro, sendo as formas mais prevalentes o controlo (45,5 %) e a violência psicológica (39,9 %) (Pacheco et al. 2024). Além disso, 68,1 % das pessoas participantes não identificaram pelo menos um dos quinze comportamentos questionados como violência, destacando-se a legitimação de comportamentos de controlo (54,6 %) e violência psicológica (33,5 %) e sexual (30 %) (Pacheco et al. 2024). Os dados também indicam diferenças marcantes entre géneros: as raparigas

são mais frequentemente vítimas, enquanto os rapazes legitimam significativamente mais formas de violência, evidenciando a reprodução de estereótipos de género e relações de poder assimétricas desde a juventude (Pacheco et al. 2024). Estas dinâmicas mostram como os papéis tradicionais de masculinidade e feminilidade influenciam a forma como o controlo e o ciúme são expressos e legitimados socialmente. Conforme argumenta Connell (1987; 2005), as concepções hegemónicas de masculinidade associam o poder e a autoridade ao homem, enquanto a feminilidade é associada a dependência emocional e passividade. Tal enquadra-se numa perspetiva de construção social do género, onde normas e expectativas culturais definem comportamentos aceitáveis para homens e mulheres, sustentando também o duplo padrão sexual, que valoriza a atividade sexual masculina e sanciona a feminina (Crawford & Popp 2003). Esta hierarquia simbólica contribui para a naturalização de comportamentos de dominação masculina e de tolerância face à violência contra as mulheres (Dobash & Dobash 1992). Assim, a violência no namoro pode ser entendida como uma manifestação relacional dessas hierarquias de género, refletindo a interiorização de normas sociais que reproduzem desigualdades e se perpetuam na idade adulta (Harper, Jones & Watson 2012; García-Moreno et al. 2015; Haberland & Rogow 2015).

Violência sexual nas relações de intimidade entre jovens

De acordo com o relatório de 2024 do “Estudo Nacional sobre Violência no Namoro em Portugal: Vitimação e concepções juvenis”, 18,5% das pessoas participantes experienciaram a VS em contextos de namoro (Magalhães et al. 2024). As manifestações de VS nas relações de namoro juvenil são várias: partilha não consentida de conteúdos íntimos, pressionar a pessoa parceira a ver pornografia, toques, carícias, beijos indesejados, coação para relações sexuais e violação (Bendixen & Kennair 2024). A tentativa ou pressão para beijar ou ter relações sexuais também é considerada VS, embora pouco visível na literatura (Sugg 2015; Glowacz et al. 2018; Morrison-Beedy & Grove 2018). Estes comportamentos refletem a normalização de comportamentos de intimidade forçada, frequentemente minimizados ou desvalorizados socialmente. A coação sexual, entendida como o ato de obrigar por intimidação, força ou violência a ter qualquer contacto sexual, pode ocorrer durante as relações de intimidade na adolescência, como evidenciado por Glowacz e colegas (2018). O estudo com adolescentes belgas revelou que a ação de *beijar sem consentimento* foi a mais perpetrada e reportada entre os/as adolescentes, associada a outras formas de VS, como toques ou relações sexuais forçadas. Além disso, a investigação demonstrou uma relação entre atitudes e práticas de VS, sugerindo que a legitimação destas condutas reforça a sua perpetração entre os rapazes e aumenta a vulnerabilidade à vitimação nas raparigas (Glowacz et al. 2018). Esta relação torna-se particularmente relevante no contexto português,

onde em 2024 cerca de 30% dos jovens legitimaram determinados comportamentos de VS, revelando a persistência de normas culturais permissivas em relação à violência na intimidade (Magalhães et al. 2024). À luz da teoria do *continuum* da coerção proposta por Liz Kelly (1988), a VS deve ser entendida, não como um conjunto de episódios isolados e extremos, mas como parte de um espectro contínuo de comportamentos coercivos e de controlo masculino. Segundo Kelly (1988), atos aparentemente menores, como tentativas ou pressões para beijar, integram o mesmo espectro que inclui formas mais graves de VS, como a violação, pois todos possuem o objetivo comum de dominação e limitação da autonomia das mulheres, potenciado pelas normas patriarcais presentes na sociedade.

Abordar a violência sexual e o consentimento junto de pessoas jovens é essencial, dado que se encontram numa fase de descoberta e construção da sua sexualidade, em que é crucial questionar estereótipos e mitos sobre relações afetivas e sexuais (Magalhães et al. 2020; Tsagem 2022, 71-98). Esta prioridade é também reconhecida pela Diretiva (UE) 2024/1385 do Parlamento Europeu e do Conselho, que enfatiza a educação e sensibilização como meios de prevenção da violência de género. Assim, a VS nas relações de namoro entre jovens deve ser entendida como um fenómeno persistente e enraizado em desigualdades de género. Este artigo pretende colmatar lacunas na literatura, analisando a incidência e legitimação destas formas de violência em Portugal, destacando a relevância de uma perspetiva de género para compreender como o poder e as normas sociais moldam a perceção, a expressão e a normalização da violência nas relações juvenis.

Método

Este estudo quantitativo transversal descritivo tem como objetivo compreender os indicadores de vitimação e legitimação da violência no namoro em contexto juvenil e foi implementado em contexto escolar em escolas públicas de todos os distritos e regiões autónomas, com jovens a frequentar entre o 7º e 12º ano de escolaridade. A recolha de dados decorreu entre novembro de 2024 e janeiro de 2025, presencialmente. A definição utilizada para violência no namoro é qualquer ato de violência (física, psicológica, sexual, perseguição, manifestação de controlo e/ou violência através das redes sociais) que decorra durante ou após uma relação íntima seja num relacionamento amoroso, de namoro ou ocasional (Moreira et al. 2021)

Instrumento

O instrumento utilizado neste estudo foi um questionário inédito de autopreenchimento composto por 15 questões de resposta fechada, corresponden-

tes a 15 comportamentos indicadores de violência do namoro. O questionário é de preenchimento individual, anónimo e confidencial e foi elaborado por uma equipa da UMAR especializada em educação, pedagogia, psicologia e prevenção da violência de género, com base na literatura sobre prevalência e legitimação da violência no namoro e na experiência da equipa de investigação em programas de prevenção escolar. É um instrumento acessível em termos de linguagem, fácil e rápido de preencher com uma duração média de 15 minutos.

Relativamente às questões sociodemográficas, era pedido o género, idade e experiência em relação de namoro ou intimidade dos/as participantes. As questões sobre violência no namoro distribuem-se em duas grandes dimensões: i) indicadores de vitimação e ii) legitimação. Na primeira dimensão, os/as jovens foram questionados/as se alguma vez vivenciaram numa relação de namoro algum dos comportamentos descritos; na segunda dimensão, foram questionados/as sobre se consideram aqueles comportamentos enquanto violência no namoro. Todas as questões são limitadas às respostas “Sim” ou “Não”. Foram incluídos/as no estudo os/as jovens que afirmaram ter ou ter tido uma relação e responderam “Sim” a pelo menos um comportamento violento, sendo classificados/as como apresentando *indicadores de vitimação*. Optou-se por esta designação e não simplesmente *vitimação*, uma vez que o questionário não explora de forma aprofundada o contexto nem a experiência vivida, limitando-se a sinalizar possíveis indicadores de violência. De forma semelhante, quem não considera estes comportamentos como violência no namoro foi classificado/a como jovem que legitima esses comportamentos. Importa referir que termos como “vítima” ou “violência” foram omitidos propositadamente, pois os/as jovens nem sempre se identificam como vítimas ou reconhecem certos atos como violentos. O uso dessas palavras poderia condicionar as respostas pela sua carga semântica.

Os 15 comportamentos do questionário constituem formas de violência no namoro, agrupando-se em 6 categorias: psicológica, física, sexual, perseguição, comportamentos de controlo e violência através das redes sociais. As categorias de violência consideradas englobam a violência psicológica, que inclui situações de insultos, ameaças e humilhações; o controlo, expresso através de proibições de sair, falar com amigos ou escolher a própria roupa; a violência nas redes sociais, relacionada com a partilha não autorizada de conteúdos íntimos e com insultos em contextos virtuais; a VS, que abrange a pressão para beijar em público e para ter relações sexuais; e a perseguição manifestada em comportamentos de incomodar e procurar insistentemente a outra pessoa. Exemplos de comportamentos seriam “Pressionar para beijar” e “Procurar insistentemente”. Este artigo foca-se nos resultados sobre VS, em particular na prevalência e legitimação da coação para beijar em público e da pressão para ter relações sexuais.

Procedimento

O instrumento de recolha de dados é aprovado anualmente pelo Ministério da Educação. Após a aprovação, a equipa de investigação contacta as direções escolares para convidar à participação no estudo. Em cada Distrito e Regiões Autónomas, são escolhidas pelo menos quatro escolas, de zonas urbanas e rurais, garantindo representatividade. Em cada escola, são selecionadas aleatoriamente no mínimo quatro turmas do 3º ciclo, ensino profissional ou secundário, consoante a disponibilidade horária. A direção articula com os/as diretores/as de turma para distribuir o consentimento informado aos encarregados/as de educação. A participação das/os jovens depende dessa autorização e do seu próprio consentimento assinado.

Durante a recolha, em horário letivo e na sala de aula, a equipa explica os objetivos e a metodologia, orienta o preenchimento e assegura anonimato, confidencialidade e respeito pelos direitos das/os participantes. No momento do preenchimento do questionário em papel, reforça-se a importância da participação e da sinceridade dos/as jovens. É explicado que os resultados são nacionais, sem identificação das escolas e, por isso, nem as/os docentes, nem as/os encarregadas/os de educação irão saber as suas respostas. A equipa informa que não circulará pela sala (nem a/o docente), assegurando privacidade, que dúvidas são esclarecidas individualmente e, após concluírem o questionário, cada participante deve virá-lo ao contrário. Depois das explicações, pergunta-se às/aos jovens com o consentimento das/os encarregadas/os de educação se têm interesse em participar. No final, a equipa agradece a participação e informa que irão receber os resultados do estudo. É ainda explicado que a violência de namoro é crime em Portugal e que, em caso de vivência ou conhecimento de uma situação de violência, deve pedir ajuda a uma pessoa adulta de confiança.

Amostra

A amostra é constituída por 6732 jovens que vivem em Portugal, em que 53,5% se identificaram como do género feminino (n=3619), 44,9% do género masculino (n=3020), 0,8% identificaram-se como tendo outro género (n=57) e 0,5% (n=36) não respondeu. A idade média da amostra é de 15,16 anos (Min: 10, Max: 22, DP = 1,681). Do total de participantes, 67% (n=4493) referiram ter ou já ter tido uma relação de namoro ou de intimidade.

Questões éticas

Consideramos que as questões éticas merecem um destaque inequívoco, uma vez que, para além da sensibilidade do tema (violência no namoro), o estudo

envolve uma amostra composta por jovens menores de idade, o que torna necessário o consentimento dos/as seus/suas encarregadas/os de educação/representantes legais, além do seu, para a participação neste estudo. Esta dupla autorização assegura que a participação é voluntária, consciente e informada. Importa recordar que é garantido às escolas e aos/às jovens o direito de recusar participar ou de interromper a sua participação neste estudo a qualquer momento, sem consequências e sem qualquer compensação pela participação neste estudo. Os dados recolhidos nunca são associados a qualquer informação pessoal identificável, sendo armazenados de forma segura e acessíveis apenas à equipa de investigação autorizada. Ademais, as escolas participantes não são identificadas nos resultados. Por fim, reconhecendo o potencial impacto emocional dos temas abordados, a equipa disponibiliza às pessoas participantes, no final da sessão, os contactos das suas redes sociais, onde podem encontrar informação sobre os resultados anteriores do estudo, bem como recursos e contactos dos serviços de apoio especializado para situações de violência no namoro.

Pressupostos de análise de dados

Os dados foram analisados com recurso ao *software IBM SPSS Statistics* (versão 30). Inicialmente, procedeu-se a uma análise descritiva das variáveis, com o objetivo de caracterizar a amostra e identificar prevalências gerais nos dados sobre a vitimação e também legitimação. Foram calculadas frequências absolutas para as variáveis categóricas, bem como médias, desvios-padrão para as variáveis contínuas (ex. idade dos/as jovens). Além desta análise descritiva, neste artigo apresenta-se também uma análise inferencial dos dados sobre a VS. Para tal recorreu-se ao teste do qui-quadrado de independência (χ^2) para analisar possíveis associações estatisticamente significativas entre o género dos/as participantes (especificamente masculino e feminino) e os indicadores de vitimação e legitimação.

Para as respostas referentes aos indicadores de vitimação apenas se consideraram as respostas das pessoas que identificaram já ter tido alguma relação de namoro ($n=4493$). Já para a prevalência da legitimação, considerou-se toda a população em estudo ($N=6732$), uma vez que as suas perceções não dependem de relações prévias. Para as análises inferenciais comparativas em relação ao género dos/as participantes, optou-se por comparar apenas as respostas das pessoas que se identificaram com o género feminino ($n=53,8\%$) com as pessoas que se identificaram com o género masculino ($n=44,9\%$), uma vez que o número total de pessoas que se identificam com outros géneros é muito inferior e não permitiria uma comparação equilibrada e adequada.

Em todas as questões apenas se consideraram as percentagens válidas, tendo sido identificados como *missings* e, portanto, excluídas da análise todas as respos-

tas em branco dos/as participantes. Foi considerada uma significância estatística de 5% ($\alpha = 0,05$), correspondendo a um intervalo de confiança de 95%.

Resultados

A secção dos resultados está organizada em três partes distintas. A primeira parte refere-se aos *indicadores de vitimação* e a *legitimação da violência no namoro* de forma geral, procurando-se, assim, caracterizar de forma breve as dinâmicas de violência nas relações íntimas entre jovens. A segunda parte foca-se especificamente nos *indicadores de vitimação e legitimação na violência sexual* nos comportamentos entre jovens. A terceira parte integra uma análise sobre o *impacto do género* nos *indicadores de vitimação e legitimação na violência sexual*.

Indicadores de vitimação e legitimação da violência no namoro

Embora o foco do presente artigo recaia essencialmente sobre a VS e os comportamentos a ela associados, neste primeiro momento da análise de dados optou-se por apresentar os resultados referentes à globalidade do estudo com a finalidade de oferecer um panorama mais alargado acerca dos indicadores de vitimação e legitimação das diferentes formas de violência no namoro entre jovens em Portugal. O que se pretende é uma contextualização dos dados e compreender a VS segundo uma perspetiva mais ampla que se relaciona com outras dinâmicas de violência no namoro também reportadas pelos/as jovens participantes.

A Tabela 1 apresenta a distribuição das respostas dos/as participantes relativamente aos indicadores de vitimação ($n=4493$) e à legitimação ($N=6737$) das diferentes formas de violência elencadas no questionário. Importa recordar que relativamente à legitimação, o total de participantes consideradas/os é o total amostral do estudo sobre a violência no namoro ($N=6737$). Contudo, relativamente aos indicadores de vitimação, apenas foram consideradas as respostas daqueles/as que afirmaram já terem estado ou estarem numa relação de namoro ($n=4493$).

No que se refere aos indicadores de vitimação, as formas de violência mais reportadas foram o controlo ($n=2283$; 50,8%), seguido da violência psicológica ($n=1793$; 39,9%) e da perseguição ($n=993$; 22,1%). A VS, por sua vez, foi reportada por 18,3% dos/as participantes ($n=821$), enquanto a violência através das redes sociais foi mencionada por 19,8% ($n=890$) e a violência física por 12,0% ($n=539$). Quanto à legitimação, os dados confirmam também percentagens mais elevadas para as formas de controlo (63,6%; $n=4286$) e violência psicológica (35,3%; $n=2379$). A perseguição foi legitimada por 35,4% dos/as participantes ($n=2384$), a violência através das redes sociais por 23,5% ($n=1581$) e a VS por 14,5% ($n=975$). Expectavelmente, a violência física apresentou a menor percentagem de legitimação entre os/as jovens, com 8,8% ($n=594$).

Tabela 1
Indicadores de vitimação e de legitimação em relação à violência no namoro

	Indicadores de vitimação				Legitimação			
	n = 4493				N = 6732			
	Sim		Não		Sim		Não	
Formas de violência	n	%	n	%	n	%	n	%
Violência sexual	821	18,3	3672	81,7	2301	34,2	4431	65,8
Controlo	2283	50,8	2210	49,2	4280	63,6	2452	36,4
Violência psicológica	1793	39,9	2700	60,1	2379	35,3	4353	64,7
Violência através das redes sociais	890	19,8	3603	80,2	1307	19,4	5425	80,6
Perseguição	993	22,1	3457	76,9	2384	35,4	4348	64,4
Violência física	539	12,0	3954	88,0	590	8,8	6142	91,2

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito aos indicadores de vitimação nas relações de namoro e especificamente no contexto sexual, pela Tabela 2 é possível observar-se que 12,5% dos/as participantes (n=556) relataram ter sido pressionados/as a beijar em público o/a seu companheiro/a, enquanto 9,4% (n=421) indicaram ter sido pressionados/as a ter relações sexuais.

Tabela 2
Indicadores de vitimação no contexto de VS

Indicadores de vitimação no contexto de violência sexual	Sim		Não	
	n	%	n	%
Pressionar para beijar em público	556	12,5	3890	87,5
Pressionar para ter relações sexuais	421	9,4	4022	89,5

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita a legitimação de comportamentos associados à VS, conforme a Tabela 3, 32,9% dos/as participantes (n=2214) não consideraram violência no namoro pressionar alguém a beijar em público, enquanto 10,2% (n=686) legitimaram a pressão para ter relações sexuais. Ambos os comportamentos são muito claros no que diz respeito à ausência de consentimento por parte da vítima, não obstante é elevada a ausência de reconhecimento destes comportamentos como violência, e portanto, a sua legitimação.

Tabela 3
Legitimação de comportamentos no contexto de VS

Legitimação de comportamentos de violência sexual	Sim		Não	
	n	%	n	%
Pressionar para beijar em público	2214	32,9	4518	67,1
Pressionar para ter relações sexuais	686	10,2	6046	89,8

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 4 apresenta a associação entre género e indicadores de vitimização no contexto de VS. No que diz respeito a estes indicadores de VS, verificam-se diferenças estatisticamente significativas, com uma maior proporção de jovens raparigas a reportar indicadores de vitimação (20,5%), comparativamente com os rapazes (15,2%), $\chi^2 = 20,507$ ($p < 0,001$).

Em relação aos comportamentos de VS mais específicos, a tabela também apresenta dados de que 12,5% das raparigas reportaram já terem sofrido pressões para beijar em público ($n=308$), enquanto entre os rapazes esta percentagem é de 12,3% ($n=236$). Quanto ao comportamento de pressionar para ter relações sexuais, 12,5% das raparigas ($n=308$) reportaram já terem experienciado tal situação, e 5,4% ($n=104$) dos rapazes também o afirmaram. A associação entre a variável relativa ao comportamento de *pressionar para ter relações sexuais* e o género foi estatisticamente significativa, apresentando um valor de χ^2 de 63,193 ($p < 0,001$). Por outro lado, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas na variável referente ao comportamento de *pressionar para beijar em público*.

Tabela 4
Associação entre género e indicadores de vitimação em contexto de VS

	Feminino				Masculino				x²
	Sim		Não		Sim		Não		
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Forma de violência									
Violência sexual	510	20,5	1982	79,5	294	15,2	1643	84,4	20,507***
Comportamentos de VS									
Pressionar para beijar em público	308	12,5	2159	87,5	236	12,3	1680	87,7	,028
Pressionar para ter relações sexuais	308	12,5	2157	87,5	104	5,4	1812	94,6	63,193***
Nota: x² : Teste Qui--quadrado para amostras independentes; *p < .05; **p < .01; *** p < .001									

Fonte: Elaboração própria.

Tal como se fez anteriormente para os indicadores de vitimação, a Tabela 5 também explora a associação entre género e a legitimação da VS entre os/as jovens por meio da realização do teste do qui-quadrado. Em termos gerais, a legitimação da VS como forma de violência é notavelmente mais elevada entre os rapazes (45,8 %, n=1384) do que entre as raparigas (24,3%, n=881), evidenciando-se uma diferença significativa entre os grupos (χ^2 de 338,053, $p < 0,001$). Neste mesmo sentido, a legitimação do comportamento de pressionar para beijar em público também segue esta mesma tendência, apresentando valores superiores entre os rapazes (43,5%, n=1315) comparativamente às raparigas (23,9%, n=865), sendo igualmente significativa a diferença entre os grupos, $\chi^2 = 287,972$ ($p < 0,001$). Por fim, a legitimação do comportamento de pressionar para ter relações sexuais é significativamente superior entre os rapazes, sendo reportada por 17,6% (n=532), enquanto entre as raparigas esta legitimação apresenta-se entre 3,8% do total de participantes (n=138), ($\chi^2 = 345,66$, $p < 0,001$).

Tabela 5
Associação entre género e legitimação da VS

	Feminino				Masculino				x²
	n=3619				n=3020				
	Sim		Não		Sim		Não		
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Formas de violência									
Violência sexual	881	24,3	2738	75,5	1384	45,8	1636	54,2	338,053***
Comportamentos de VS									
Pressionar para beijar em público	865	23,9	2754	76,1	1315	43,5	1705	56,5	287,972***
Pressionar para ter relações sexuais	138	3,8	3481	96,2	532	17,6	2488	82,4	345,660***
Nota: x² : Teste Qui-quadrado para amostras independentes; *p < .05; **p < .01; *** p < .001									

Fonte: Elaboração própria.

Discussão e conclusão

Com base nos resultados, a violência no namoro entre jovens em Portugal revela-se prevalente e amplamente legitimada, assumindo contornos preocupantes e complexos. Os comportamentos mais legitimados coincidem com os de maior

taxa de vitimação, em consonância com a literatura (Yorohan 2011; Glowacz et al. 2018; Pérez-Martínez et al. 2021).

A legitimação e a aceitação social de determinados comportamentos coercivos contribuem para que essas experiências deixem de ser reconhecidas como violência, o que leva à sua subnotificação. Assim, é essencial interpretar os resultados do nosso estudo à luz do contexto sociocultural que legitima determinadas práticas de coerção sexual, levando muitos/as jovens a não as reconhecerem como experiências de violência. Deste modo, o facto de a VS não ter sido o comportamento de violência no namoro mais reportado não significa necessariamente uma menor ocorrência real, mas antes reflete possíveis processos de normalização da coerção sexual. Mesmo considerando essa subnotificação, a VS afeta um quinto dos/as participantes: 12,5% (n=556) relataram ter sido pressionados/as a beijar em público e 9,4% (n=421) para ter relações sexuais. Estes dados sublinham a necessidade de um maior enfoque científico sobre formas específicas de coerção sexual subtil nas relações de namoro na adolescência, como a *pressão para beijar* ou a *pressão para ter relações sexuais*, frequentemente negligenciadas na literatura. Os dados revelam ainda a legitimação de comportamentos sexuais coercivos em relações de namoro: cerca de 33% não considera violência pressionar para beijar em público e cerca de 10% pressionar para ter relações sexuais. Estes resultados ilustram o que Gavey (1999, 58) descreve como vitimização sexual discursivamente normalizada, enraizada numa sociedade onde as expectativas de género moldam a perceção da violência, valorizando a iniciativa sexual masculina¹. Em concordância com Gavey (1999) e com a literatura atual, as raparigas reportam uma maior prevalência ao nível de indicadores de vitimação, enquanto os rapazes reportam uma maior legitimação de comportamentos de VS (Pacheco et al. 2024). A *pressão para ter relações sexuais* foi reportada por 12% das raparigas e 5,4% dos rapazes, refletindo a teoria do *continuum* da coerção de Liz Kelly (1988), onde formas mais subtis de VS reproduzem dinâmicas sociais e culturais que legitimam o poder masculino e a objetificação do corpo feminino. Neste sentido, a maior vitimação entre raparigas e a maior legitimação entre rapazes devem ser compreendidas à luz das assimetrias de género presentes nas relações afetivo-sexuais, nas quais os rapazes tendem a ser socializados para exercer poder e controlo, desenvolvendo um sentido de direito ou legitimidade sobre a atividade sexual, enquanto as raparigas são frequentemente socializadas para exercer um papel de maior passividade nas relações sexuais. Contudo, não se verificaram diferenças de género estatisticamente significativas no comportamento de *pressionar para beijar em público*, o que pode indicar que em comportamentos de menor intimidade, como o beijo, a pressão é experienciada de forma semelhante entre géneros. Tal reforça a importância de analisar separadamente os diversos tipos de comportamentos de violência

¹ Ver excerto original: “[...] the use of the term *sexual victimization* to refer to a broad range of arguably normative coercive heterosexual practices.”

no namoro, dada a persistência de atitudes permissivas face à VS, sublinhando a necessidade de aprofundar a reflexão sobre o consentimento no contexto das relações afetivo-sexuais juvenis com uma perspetiva de género, conforme assinalado por estudos anteriores (Dunn & Orchowski 2022; Oware et al. 2023).

Este estudo apresenta algumas limitações. O uso de um questionário de autorrelato pode implicar enviesamentos de resposta e subnotificação, sobretudo em temas sensíveis como a VS. Além disso, a ausência de dados qualitativos limita a compreensão das experiências subjetivas e contextuais da violência. Recomenda-se que futuras investigações combinem metodologias mistas e analisem a violência em diferentes tipos de relações afetivo-sexuais e contextos culturais, aprofundando os mecanismos de legitimação e as dinâmicas de consentimento entre jovens.

A violência no namoro juvenil associa-se a consequências negativas ao nível psicológico e educacional, como sintomas depressivos, *stress* pós-traumático, consumo de substâncias, menor ligação à escola e pensamentos de abandono escolar (Banyard & Cross 2008; Sugg 2015). O apoio social, parental e comunitário é um fator protetor relevante sobretudo para raparigas vítimas (Sugg 2015). Assim, torna-se imperativa uma abordagem educativa crítica e sustentada, capaz de promover mudanças efetivas nas atitudes e comportamentos dos/as jovens (CIG 2020). Essa abordagem deve incluir temas como consentimento, comunicação, sexualidade e igualdade de género (Magalhães et al. 2020; Lau et al. 2023), reconhecendo os/as jovens como agentes de mudança e não apenas como destinatários de políticas preventivas. Em suma, compreender a VS no namoro entre jovens implica considerar as dimensões culturais de legitimação e reconhecimento, articuladas com as desigualdades de género que estruturam as relações sociais e afetivas. Apenas através dessa análise crítica e contextualizada será possível construir políticas e práticas educativas eficazes e promover uma cultura efetiva de não violência e de consentimento.

Contributos das autoras

ASM: Concetualização; investigação; validação; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

MP: Concetualização; investigação; metodologia; validação; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

CP: Concetualização; análise formal; metodologia; validação; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

CI: Concetualização; análise formal; metodologia; validação; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

LR: Concetualização; metodologia; validação; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

Agradecimentos

Este estudo foi financiado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), a quem agradecemos o apoio fundamental para a sua concretização. Agradecemos também a todas as escolas e estudantes envolvidos/as, cujo contributo foi essencial. Uma palavra especial de agradecimento à coordenadora do estudo, Maria José Magalhães, bem como à equipa de investigação: Alícia Wiedemann, Ana Guerreiro, Ana Teresa Dias, Beatriz Pinto, Bianca Borges, Carina Jasmins, Cássia Gouveia, Joana Martins, Margarida Maia, Tatiana Mendes, Valentina Silva Ferreira, e às colaboradoras Deolinda Mendes, Lia Mendes, Luísa Salamanca, Mariana Costa, Maria João Gomes, Mariana Costa, Natália Mendes, Sara Lemos e à UMAR Açores – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres, pelo seu empenho e dedicação em todas as fases do projeto.

Conflito de interesses

As autoras declaram que não possuem nenhum conflito de interesses.

Referências

- Banyard, Victoria L., & Charlene Cross. 2008. "Consequences of Teen Dating Violence: Understanding Intervening Variables in Ecological Context." *Violence Against Women* 14(9): 998-1013. <https://doi.org/10.1177/1077801208322058>
- Banyard, Victoria, Emily A. Waterman, Meghan M. Edwards, & Thomas W. Valente. 2022. "Adolescent Peers and Prevention: Network Patterns of Sexual Violence Attitudes and Bystander Actions." *Journal of Interpersonal Violence* 37(13-14). <https://doi.org/10.1177/0886260521997448>
- Bendixen, Mons, & Leif Edward Ottesen Kennair. 2024. "Risk Factors of Sexual Violence Perpetration and Victimization among Adolescents: A Study of Norwegian High School Students." *Scandinavian Journal of Psychology* 65(4): 792-802. <https://doi.org/10.1111/sjop.13016>
- CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. 2019. *Guia de requisitos mínimos para programas e projetos de prevenção primária da violência contra as mulheres e violência doméstica*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/08/172-20_GUIA_REQUISITOS_MINIMOS.pdf
- Clarke, Venetia, Andra Goddard, Kaye Wellings, et al. "Medium-term Health and Social Outcomes in Adolescents Following Sexual Assault: A Prospective Mixed-Methods Cohort Study." *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology* 58: 1777-1793. <https://doi.org/10.1007/s00127-021-02127-4>
- Connell, R. W. 1987. *Gender and Power: Society, the Person, and Sexual Politics*. Stanford University Press.
- Connell, R. W. 2005. *Masculinities*. 2nd ed. University of California Press.
- Conselho da Europa. 2011. *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. <https://rm.coe.int/168046253d>
- Crawford, Mary, & Danielle Popp. 2003. "Sexual Double Standards: A Review and Methodological Critique of Two Decades of Research." *Journal of Sex Research* 40(1): 13-26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>

- Dobash, R. Emerson, & Russell P. Dobash. 1992. *Women, Violence and Social Change*. Routledge.
- Dunn, Hailee K., & Lindsay M. Orchowski. 2022. "Gender Equitable Attitudes, Rape Myth Acceptance, and Perceived Peer Approval of Violence as Correlates of High School Boys' Intention to Garner Sexual Consent." *Journal of Interpersonal Violence* 37(21-22): NP19688-NP19705. <https://doi.org/10.1177/08862605211042623>
- EIGE – European Institute for Gender Equality. 2017. *Glossary of Definitions of Rape, Femicide and Intimate Partner Violence*. https://eige.europa.eu/publications-resources/publications/glossary-definitions-rape-femicide-and-intimate-partner-violence?language_content_entity=en
- García-Moreno, Claudia, Charlotte Pallitto, Karen Devries, Heidi Stöckl, Charlotte Watts, & Naeema Abrahams. 2015. *Global and Regional Estimates of Violence Against Women: Prevalence and Health Effects of Intimate Partner Violence and Non-Partner Sexual Violence*. World Health Organization.
- Gavey, Nicola. 1999. "‘I Wasn’t Raped, but...’: Revisiting Definitional Problems in Sexual Victimization." In *New Versions of Victims: Feminists Struggle with the Concept*, edited by Sharon Lamb, 57-81. New York University Press.
- Glowacz, Fabienne, Margot Goblet, & Audrey Courtain. 2018. "Sexual Coercion in Adolescence: From Non-Consensual Sexuality to Sexuality under Constraint." *Sexologies* 27(2): e33-e37. <https://doi.org/10.1016/j.sexol.2018.02.010>
- Haberland, Nicole, & Deborah Rogow. 2015. "Sexuality Education: Emerging Trends in Evidence and Practice." *Journal of Adolescent Health* 56(1): S15-S21. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2014.08.013>
- Harper, Caroline, Nicola Jones, & Carol Watson. 2012. *Gender Justice for Adolescent Girls: Tackling Social Institutions*. Overseas Development Institute.
- Information and Privacy Commission New South Wales. 2023. *Fact Sheet – Consent*. June. <https://www.ipc.nsw.gov.au/fact-sheet-consent>
- Kelly, Liz. 1988. *Surviving Sexual Violence*. Polity Press.
- Lau, May, Kathleen P. Tebb, Melanie A. Baca, et al. 2023. "Promoting Sexual Consent Principles in the Sexual and Reproductive Health Care of Adolescents and Young Adults." *Journal of Adolescent Health* 73(1): 2005-209. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2023.04.002>
- Lundgren, Rebecka, & Avni Amin. 2015. "Addressing Intimate Partner Violence and Sexual Violence Among Adolescents: Emerging Evidence of Effectiveness." *Journal of Adolescent Health* 56(1): S42–S50. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2014.08.012>
- Magalhães, Maria José, Alícia Wiedemann, Ana Guerreiro, et al. 2025. *Violência no namoro em Portugal: vitimação e conceções juvenis*. Publicações UMAR.
- Magalhães, Maria José, Alícia Wiedemann, Beatriz Pinto, et al. 2024. *Violência no namoro em Portugal: vitimação e conceções juvenis*. Publicações UMAR.
- Magalhães, Maria José, Margarida Pacheco, Margarida Maia, et al. 2020. *Violências e violência de género: prevenção na escola*. Publicações UMAR.
- Metz, Julia, Kristen Myers, & Patricia Wallace. 2020. "‘Rape Is a Man’s Issue’: Gender and Power in the Era of Affirmative Sexual Consent." *Journal of Gender Studies* 30(1): 52-65. <https://doi.org/10.1080/09589236.2020.1834367>
- Moreira, Isabel, Maria Fernandes, Armando Silva, et al. 2021. "Intimate Relationships as Perceived by Adolescents: Concepts and Meanings." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 18(5): 2256. <https://doi.org/10.3390/ijerph18052256>

- Morrison-Beedy, Dianne, & Linsey Grove. 2018. "Adolescent Girls' Experiences With Sexual Pressure, Coercion, and Victimization: #MeToo." *Worldviews on Evidence-Based Nursing* 15(3): 225-229. <https://doi.org/10.1111/wvn.12293>
- Oware, Phoebe Mesa, Katrine J. C. De Angeles, Wendy Ntinyari, et al. 2023. "'I Wouldn't Believe Her at First' – A Qualitative Study of Young People's Sexual Consent Perceptions and Negotiation in Nairobi Informal Settlements." *Journal of Interpersonal Violence* 38(21-22): 11520-11544. <https://doi.org/10.1177/08862605231185301>
- Pacheco, Margarida, Ana Teresa Dias, Bianca Borges, Beatriz Pinto, & Margarida Maia. 2024. "Prevalência, legitimação e prevenção da violência de namoro nas/os jovens." *Revista Interações* 20(69): 1-21. <https://doi.org/10.25755/int.37391>
- Pérez-Martínez, Vanesa, Belén Sanz-Barbero, Rosario Ferrer-Cascales, et al. 2021. "The Role of Social Support in Machismo and Acceptance of Violence among Adolescents in Europe: Lights4Violence Baseline Results." *Journal of Adolescent Health* 68(5): 922-929. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2020.09.007>
- Sigurdardottir, Sigrun, & Sigrídur Halldorsdóttir. 2021. "Persistent Suffering: The Serious Consequences of Sexual Violence against Women and Girls, Their Search for Inner Healing and the Significance of the #MeToo Movement." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 18(4): 1849. <https://doi.org/10.3390/ijerph18041849>
- Sugg, Nancy. 2015. "Intimate Partner Violence: Prevalence, Health Consequences, and Intervention." *Medical Clinics of North America* 99(3): 629-649. <https://doi.org/10.1016/j.mcna.2015.01.012>
- Thomas, Mackenzie L., Marguerite K. Himmen, & Sandy Jung. 2022. "Sexual Violence Perpetration Against Intimate Partners: Current Progress and Future Directions." *Current Psychiatry Reports* 24: 661-670. <https://doi.org/10.1007/s11920-022-01373-w>
- Tomaszewska, Paulina, & Isabell Schuster. 2021. "Prevalence of Teen Dating Violence in Europe: A Systematic Review of Studies since 2010." *New Directions for Child and Adolescent Development* 178: 11-37. <https://doi.org/10.1002/cad.20437>
- Tomova, Livia, Jack L. Andrews, & Sarah-Jayne Blakemore. 2021. "The Importance of Belonging and the Avoidance of Social Risk Taking in Adolescence." *Developmental Review* 61: 100981. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2021.100981>
- Tsagem, Shehu Yahaya. 2022. "The Adolescence Stage." In *Developmental Psychology: A Life-Span Approach*, edited by E. A. Akinade, 71-98. Brightways Publishers.
- Vives-Cases, Carmen, Belén Sanz-Barbero, Alba Ayala, et al. 2021. "Dating Violence Victimization among Adolescents in Europe: Baseline Results from the Lights4Violence Project." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 18: 1414. <https://doi.org/10.3390/ijerph18041414>
- WHO – World Health Organization. 2014. *Global Status Report on Violence Prevention*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793>
- Yorohan, Romina. 2011. "The Relationship between Exposure to Violence, Acceptance of Violence and Engagement in Violence: A Study of Turkish Adolescence." PhD diss., İstanbul Bilgi Üniversitesi.

Ana Simão Marques. Doutoranda no Programa Doutoral em Sexualidade Humana da Universidade do Porto e mestre em Psicologia pela Universidade do Minho. A sua investigação centra-se nos estudos de género e sexualidade, áreas onde já publicou artigos científicos. Ademais, integra a União de Mulheres Alternativa e Resposta,

onde atua como voluntária, reforçando o seu compromisso com a promoção da igualdade de género.

Margarida Pacheco. Licenciada e Mestre em Ciências da Educação pela Universidade do Porto. Atualmente é coordenadora do Projeto ART²THEMIS+ da UMAR, programa de prevenção da violência de género em contexto escolar. Formadora e investigadora nas áreas: violência no namoro, violência sexual, maus-tratos às crianças e crimes de ódio.

Cátia Pontedeira. Professora de Criminologia na Universidade da Maia e na Universidade do Minho e membro integrado do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, do Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (CIEG/ISCSP-ULisboa) e da UMAR – União de Mulheres, Alternativa e Resposta

Camila Iglesias. Licenciada em Direito, Mestre em Criminologia e doutoranda com bolsa FCT pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Atua como formadora e investigadora em projetos nacionais e internacionais sobre as temáticas da igualdade de género, violência de género e crimes de ódio.

Liliana Rodrigues. Investigadora no Centro de Psicologia da Universidade do Porto, no Grupo de Investigação “Sexualidade e Género”. Doutorada em Psicologia pela U. Porto, com mestrado e licenciatura pela U. Minho. Desenvolve investigação sobre questões LGBTQIAPN+ numa perspetiva feminista, com diversas publicações na área. Participou e co-coordenou vários projetos financiados na área do género e sexualidades. É especialista da CIG e desde 2021 presidente da UMAR.

Artigo recebido em 19 de junho de 2025 e aceite para publicação em 14 de novembro de 2025.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Marques, Ana Simão, Margarida Pacheco, Cátia Pontedeira, Camila Iglesias, & Liliana Rodrigues. 2025. “A violência sexual nas relações de namoro entre jovens em Portugal: o consentimento para beijar e ter relações sexuais.” *ex æquo* 52: 80-97. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.07>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Marques, Ana Simão, Pacheco, Margarida, Pontedeira, Cátia, Iglesias, Camila, & Rodrigues, Liliana (2025). A violência sexual nas relações de namoro entre jovens em Portugal: o consentimento para beijar e ter relações sexuais. *ex æquo*, 52, 80-97. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.07>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



VIOLÊNCIA SEXUAL EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO MEDIÁTICO NA IMPRENSA ONLINE

 **Ana Guerreiro***

 **Sara Lemos****

 **Tatiana Mendes*****

 **Liliana Rodrigues******

Resumo

Este artigo analisa o discurso mediático da violência sexual em Portugal, com base em 299 notícias de 2021. Os resultados revelam que 95% dos agressores são homens e 87% das vítimas, mulheres. Predominam os casos de abuso sexual (50,5%) e violação (42,2%). Em 84,6% dos casos, vítima e agressor conheciam-se (42% familiares, 42,6% conhecidos), sendo a habitação o principal local de ocorrência (62,7%). O estudo destaca a perpetuação de mitos da violação e a culpabilização das vítimas no discurso mediático. Estas conclusões reforçam a necessidade de práticas jornalísticas éticas, centradas na prevenção, na desconstrução de mitos e no combate à revitimização, promovendo maior consciencialização pública.

Palavras-chave: Violência sexual, *media*, representações, estereótipos, Portugal.

Abstract

Sexual Violence in Portugal: An Analysis of Media Discourse in the Online Press

This article analyzes the media discourse on sexual violence in Portugal, based on 299 news reports from 2021. Results show that 95% of perpetrators are men and 87% of victims are women. Sexual abuse (50.5%) and rape (42.2%) are the most common cases. In 84.6% of

* Universidade da Maia (UMaia), Castelo da Maia, 4475-690 Maia, Portugal.

Endereço postal: Av. Carlos de Oliveira Campos, Castelo da Maia, 4475-690 Maia, Portugal.

Correio eletrónico: aguerreiro@umaia.pt

** Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço postal: Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135 Porto, Portugal.

Correio eletrónico: saramlemoss@gmail.com

*** União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), Alcântara, 1300-149 Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Rua da Cozinha Económica, Bloco D 30M-N, Alcântara, 1300-149 Lisboa, Portugal.

Correio eletrónico: tatianamds@gmail.com

**** InED – Centro de Investigação e Inovação em Educação da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, 4200-465 Porto, Portugal.

Endereço postal: Rua Dr. Roberto Frias, 602, 4200-465 Porto, Portugal.

Correio eletrónico: frodrigues.liliana@gmail.com

incidents, victim and perpetrator knew each other (42% were family, 42.6% acquaintances), with the home being the main setting for the crime (62.7%). The study highlights the perpetuation of rape myths and victim-blaming in media discourse. These findings reinforce the need for ethical journalism focused on prevention, myth deconstruction, and fighting re-victimization, promoting greater public awareness.

Keywords: Sexual violence, media, representations, stereotypes, Portugal.

Resumen

Violencia sexual en Portugal: un análisis del discurso mediático en la prensa en línea

Este artículo analiza el discurso mediático sobre la violencia sexual en Portugal, basado en 299 reportajes de noticias de 2021. Los resultados muestran que el 95% de los agresores son hombres y el 87% de las víctimas, mujeres. El abuso sexual (50,5%) y la violación (42,2%) son los casos más comunes. En el 84,6% de los incidentes, víctima y agresor se conocían (42% familiares, 42,6% conocidos), siendo el hogar el principal lugar del delito (62,7%). El estudio destaca la perpetuación de mitos sobre la violación y la culpabilización de las víctimas en el discurso mediático. Estos hallazgos refuerzan la necesidad de un periodismo ético enfocado en la prevención, la deconstrucción de mitos y la lucha contra la revictimización, promoviendo una mayor concienciación pública.

Palabras clave: Violencia sexual, medios, representaciones, estereotipos, Portugal.

1. Introdução

A violência sexual é internacionalmente reconhecida como uma violação dos direitos humanos e uma das formas mais graves de violência de género (Conselho da Europa 2011). Maioritariamente exercida por homens cisgénero, afeta sobretudo raparigas e mulheres, cisgénero e transgénero (e.g. FRA 2014). Segundo os dados do inquérito da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2020–2024) sobre a violência baseada no género, uma em cada seis mulheres foi vítima de violência sexual na vida adulta (FRA 2014).

A violência sexual pode ocorrer em variados contextos, nomeadamente, na esfera privada, em relações de intimidade e de familiares (e.g., dentro das suas próprias casas), em contextos públicos (e.g., rua, escolas, transportes públicos) e de trabalho, através das redes sociais ou outros meios de comunicação (e.g., imagens, mensagens) e também em ambientes de lazer noturno (e.g., bares, discotecas, festivais) (FRA 2014; Silvestre Cabrera, Aristegui Fradua & Royo Prieto 2023). Pode assumir diferentes formas, tais como, violação, abuso sexual de menores, assédio sexual, casamento forçado, coação sexual, negação do direito de acesso à contraceção ou a outras medidas de proteção contra infeções sexualmente transmissíveis (IST), aborto forçado, *stealth* (ato de retirar, sem consentimento, o preservativo durante as relações sexuais), gravidez forçada, mutilação genital feminina, exploração sexual, exposição forçada a conteúdos sexuais, divulgação não consentida de vídeos e fotografias íntimas (OMS 2012; FRA 2014).

Muitas destas formas de violência permanecem invisibilizadas, normalizadas e naturalizadas na nossa sociedade, tendo em conta que estão enraizadas em estruturas históricas de desigualdade e poder (Segato 2013). Esta normalização é sustentada pela denominada cultura da violação, que consiste num conjunto de normas, discursos e práticas sociais que minimizam, justificam ou até romantizam a violência sexual (Kessel 2021)). Nesta cultura, a culpabilização das vítimas, a tolerância para com comportamentos abusivos e a desresponsabilização dos agressores tornam-se comuns, criando um ambiente onde o abuso é frequentemente silenciado ou desvalorizado. Essa lógica de silenciamento e banalização da violência está intimamente ligada ao conceito de violência continuada, desenvolvido por Liz Kelly (1988). Segundo a autora, a violência contra as mulheres não deve ser vista como uma série de eventos isolados, mas sim como parte de um *continuum* de agressões – psicológicas, físicas, sexuais e simbólicas – que ocorrem diariamente, ao longo da sua vida (Kelly 1988).

A cultura da violação assenta numa série de mitos sobre as agressões sexuais – crenças, estereótipos e atitudes falsas, persistentes e generalizadas, sobre as vítimas, os agressores e as próprias agressões (Murray, Calderón & Bahamondes 2023). Estes mitos, que frequentemente se manifestam na culpabilização das vítimas ou na minimização da responsabilidade dos agressores, encontram-se marcadamente documentados na literatura internacional (Bohner et al. 2009; Grubb & Turner 2012; Elmore et al. 2021; Hyžy & Mitka 2024). É precisamente na disseminação ou, inversamente, na desconstrução destas narrativas que a comunicação social desempenha um papel central. No contexto português, diversos estudos têm vindo a analisar este papel dos *media* na cobertura da violência sexual e de género. Investigações como as de Júlia Garraio et al. (2024) e Sofia José Santos et al. (2021) demonstram como as práticas jornalísticas podem oscilar entre a reprodução de discursos que reforçam os mitos da violação e tentativas de oferecer resistência a narrativas patriarcais. Esta análise estende-se a fenómenos específicos, como a cobertura mediática do movimento #MeToo (Cerqueira, Taborda, & Pereira 2023), do assédio em contexto académico (Faustino et al. 2025) ou de manifestações de ativismo feminista como a *SlutWalk* (Cerqueira et al. 2025). Esta linha de investigação aprofunda uma preocupação já anteriormente identificada sobre a necessidade de consolidar uma perspetiva de género na imprensa nacional (Cerqueira 2008), sublinhando a responsabilidade mediática na forma como a violência é enquadrada. Apesar destes importantes contributos, persiste a necessidade de análises empíricas de larga escala que mapeiem as características dominantes do discurso jornalístico sobre a violência sexual num período específico, permitindo identificar padrões recorrentes na representação das vítimas, dos agressores e das próprias agressões. É a essa lacuna que este estudo procura responder, através de uma análise quantitativa e qualitativa de notícias publicadas na imprensa *online* portuguesa.

Para além dos mitos referidos, outros são comuns, como a ideia de que as agressões sexuais acontecem geralmente em áreas externas isoladas e que o agressor é um estranho. No entanto, as evidências mostram que este tipo de violência é, na sua maioria, perpetrado por pessoas que mantêm uma relação de proximidade com as vítimas, sendo especialmente comum em contextos de intimidade (Lauricella, Eichenberger & Gregory 2022; Thomas, Himmen & Jung 2022).

Jenkins (2016) sugere que estes mitos configuram injustiças hermenêuticas, pois dificultam o reconhecimento de certas experiências como violência sexual, contribuindo para a sua normalização e para o silenciamento de formas de violência graves. A repetição destes mitos nos meios de comunicação, no sistema judicial e no discurso social reforça a perceção de que alguns tipos de violência são aceitáveis ou inevitáveis, dificultando a denúncia e a responsabilização por tais atos.

Os meios de comunicação desempenham um papel central na manutenção destas visões distorcidas. A cobertura mediática privilegia casos que se enquadram no estereótipo da violação real, caracterizada por agressão física violenta, cometida por estranhos em locais públicos (Elmore et al. 2021; Gravelin, Biernat & Kerl 2024). De facto, a necessidade de os meios de comunicação social atraírem pessoas espectadoras e leitoras incentiva um enfoque em casos de violência sexual pouco frequentes (Elmore et al. 2021), sendo que estas representações invisibilizam as situações mais comuns, que envolvem pessoas conhecidas, contextos privados e ausência de violência física (Franiuk et al. 2008; Elmore et al. 2021). Estas representações reforçam estereótipos de género e legitimam relações de poder desiguais, desencorajando a denúncia e promovendo a revitimização (Kessel 2021).

Os mitos da violação têm, portanto, impacto direto nas vítimas, mas também na forma como a sociedade responde à violência sexual, influenciando decisões judiciais, práticas institucionais e atitudes individuais (Grubb & Turner 2012). No âmbito judicial, estes mitos podem comprometer a credibilidade das vítimas, levando a que os testemunhos sejam questionados ou desvalorizados (Duarte 2022). A exigência de que as vítimas apresentem provas consideradas irrefutáveis, como sinais visíveis de resistência ou trauma imediato, reforça a ideia do mito da vítima ideal e contribui para a rejeição de relatos que não correspondam a esse padrão (Chennells 2009). Além disso, comportamentos comuns das vítimas, como hesitação em denunciar ou pequenas inconsistências na narrativa, são frequentemente interpretados de forma errada, reforçando dúvidas infundadas sobre o consentimento ou a veracidade da denúncia (Curley et al. 2024).

De facto, os meios de comunicação, ao fornecerem ampla divulgação de informação às pessoas, são agentes poderosos na formação da opinião pública e, em particular, da opinião pública sobre a violência sexual (Sacks et al. 2017). Através de representações estigmatizantes, reforçam normas problemáticas que promovem a desigualdade de género e banalizam formas graves de violência (Mittal et al. 2024), perpetuando assim a cultura da violação e dificultando a transformação social necessária para a erradicação desta grave violação dos direitos humanos.

Desde o surgimento do movimento *Me Too* em 2017, a violência sexual passou a ocupar um lugar mais visível no espaço público e mediático. Embora se tenham registado alguns avanços na forma como os meios de comunicação social abordam este tema, persistem práticas jornalísticas problemáticas que podem agravar os impactos psicológicos nas vítimas. Efetivamente, a literatura (e.g., Andrews, Jaffer & Shariff 2025) aponta que, apesar do aumento da cobertura mediática da violência sexual após o *Me Too* e da existência de diretrizes para a sua abordagem jornalística, é ainda necessário reforçar os esforços para que os *media* deixem de reproduzir mitos e estereótipos associados à violência sexual.

A nível internacional e nacional existem recomendações dirigidas aos órgãos de comunicação social relacionadas com a violência contra as mulheres (e.g., CIG 2019; Our Watch 2019; UN Women 2019). De forma geral, os guiões existentes fornecem orientações para profissionais dos *media* sobre como reportar de forma ética, responsável e sensível os casos de violência contra as mulheres. Em Portugal, especificamente, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), publicou, em 2019, o “Guia de boas práticas dos órgãos de comunicação social na prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica”. Este manual da CIG tem como objetivo, entre outros, proteger as vítimas, garantido que a cobertura mediática não revitimiza as mulheres afetadas, respeitando a sua privacidade e dignidade. Para além disso, procura combater a normalização da violência, apontando para o evitamento da utilização de linguagem que minimize ou justifique os atos violentos, como o uso de termos como “crime passionnal” (CIG 2019).

Assim, este trabalho tem como objetivo central analisar os discursos mediáticos veiculados pela imprensa *online* portuguesa sobre a violência sexual em Portugal. Para tal, analisaram-se 299 notícias publicadas sobre violência sexual. O material foi extraído a partir da versão *online* de um jornal diário e generalista.

2. Estudo empírico

2.1. Método

2.1.1. Objetivos e questões de investigação

Este estudo tem como principal objetivo conhecer e visibilizar o fenómeno da violência sexual em Portugal a partir da análise de notícias publicadas *online* na imprensa nacional. De forma a responder a este objetivo geral, pretende-se, em concreto: i) conhecer as dinâmicas subjacentes à violência sexual em Portugal, em termos de ofensa, vítimas e ofensores/as; e ii) identificar os mitos relativos às vítimas, aos/as ofensores/as e à violência sexual presentes e veiculados no discurso dos *media*.

De modo a dar resposta a estes objetivos, foram delineadas as seguintes questões de investigação:

- i) Quais são as principais características das dinâmicas de violência sexual em Portugal, no que diz respeito às formas de ofensa, ao perfil das vítimas e ao perfil dos/as ofensores/as, veiculadas nos *media*?
- ii) Que mitos e/ou estereótipos sobre a violência sexual, as vítimas e os/as ofensores/as são reproduzidos no discurso mediático?
- iii) Como é que a representação mediática da violência sexual pode influenciar a perceção pública e a formulação de políticas públicas?

2.1.2. *Corpus* de análise

O *corpus* de análise do presente estudo consistiu em 299 notícias publicadas sobre violência sexual num jornal diário português. Por razões éticas e para manter o foco na análise dos padrões discursivos, e não numa crítica institucional, optou-se por anonimizar o nome da publicação. A sua caracterização, contudo, é essencial para o enquadramento da análise: trata-se de um jornal generalista, líder de mercado em Portugal, amplamente reconhecido pelo estilo editorial que tende para o sensacionalismo. Esta escolha metodológica justifica-se por ser um veículo de grande influência na formação da opinião pública, cujas práticas jornalísticas, motivadas por imperativos comerciais de audiência, podem impactar significativamente a perceção social da violência sexual. O período analisado, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, foi definido para estabelecer uma base anual de referência, permitindo futuras comparações e a observação de eventuais mudanças na cobertura mediática.

A pesquisa foi efetuada na versão *online* do jornal, tendo sido utilizadas as seguintes palavras-chave para identificar os assuntos pretendidos: “Violência Sexual”, “Violação”, “Abuso Sexual”, “Assédio Sexual” e “Importunação Sexual”.

Importa referir que apenas foram incluídas notícias relativas a casos ocorridos em território nacional, tendo sido excluídas as que reportavam factos sucedidos fora de Portugal. Além disso, por se tratar de uma análise baseada em conteúdos mediáticos, o estudo não contempla a totalidade dos casos de violência sexual ocorridos no país, uma vez que muitos não são objeto de cobertura jornalística.

2.1.3. Instrumento

Para a recolha e sistematização dos dados foi construída uma grelha de análise de dados, concebida com base nos objetivos da investigação e informada por estudos anteriores sobre violência sexual e representação mediática. Esta grelha

permitiu a extração de informação estruturada a partir das notícias selecionadas, viabilizando a análise quantitativa e qualitativa das notícias.

A partir da grelha foi possível chegar a diversas variáveis, 30 das quais foram agrupadas nas seguintes diferentes dimensões analíticas e que aqui são apresentadas:

- Identificação e caracterização da notícia: título da notícia, data da publicação, ano, mês e nome do jornal;
- Informação sobre os/as ofensores/as: número de ofensores/as, sexo, idade, profissão, *modus operandi* e motivação para a ofensa;
- Informação sobre as vítimas: número de vítimas, sexo, idade no momento da vitimação, natureza do crime (pontual ou continuado), ano da ocorrência, duração da vitimação e relação entre ofensor/a e vítima;
- Caracterização do crime: localidade, tipo de crime, descrição dos factos, número total de crimes relatados, local da ocorrência, crime primário ou reincidente, existência e tipo de antecedentes criminais;
- Dados judiciais e processuais: medida de coação aplicada, tipo de medida de pena aplicada (se aplicável), tempo até à denúncia, informações contextuais relevantes (como menções à sobriedade da vítima ou ao vestuário no momento dos factos), tipo de pena aplicada e respetiva duração em meses.

Este instrumento permitiu recolher dados de forma sistemática, assegurando a consistência da análise e a fiabilidade das interpretações. A grelha foi preenchida manualmente a partir da leitura integral das notícias, assegurando-se a codificação rigorosa dos elementos presentes nas notícias. Para efeitos do presente artigo, serão analisados apenas alguns dos dados obtidos.

2.1.4. Procedimento de recolha e análise de dados

Segundo Greer (2013), o estudo do crime e dos *media* pode seguir um conjunto de abordagens e métodos de investigação, sendo essencialmente divididos em estudos quantitativos – quando se pretende medir a quantidade de crimes reportados num dado período de tempo, sendo potencialmente comparada com o número de crimes reportados oficialmente e que vêm nas estatísticas criminais –, ou estudos qualitativos, quando se pretende compreender melhor a natureza das representações mediáticas.

A abordagem metodológica deste estudo combina análise quantitativa e interpretação qualitativa dos discursos. A componente quantitativa, realizada numa fase inicial, mapeou sistematicamente características dominantes e padrões na cobertura da violência sexual (e.g., perfil de vítimas/agressores, tipos de crime, contextos). Este levantamento empírico fundamenta a discussão qualitativa sobre

a perpetuação de mitos e estereótipos. No presente estudo, adotaram-se duas abordagens distintas: a recolha dos dados seguiu uma metodologia qualitativa, com análise de conteúdo e de discurso das notícias publicadas *online*. Para tal, recorreu-se a uma grelha de recolha de dados, instrumento criado para o efeito e já apresentado.

Após a recolha dos dados, os mesmos foram devidamente codificados para poderem ser analisados com recurso a *software* estatístico, bem como para poder ser feita uma análise exploratório-descritiva. A componente quantitativa consistiu, por isso, numa análise descritiva dos dados, realizada com o apoio do *software* IBM SPSS Statistics (versão 26).

Tendo por base a perspetiva de Greer (2013), pretendeu-se, não só quantificar o número de crimes de violência sexual presentes no período de um ano, mas também caracterizar esses mesmos crimes, quer em termos de principais elementos que definem as vítimas, os/as ofensores/as e o contexto criminal, quer em termos de representação veiculada.

2.2. Análise e discussão dos casos noticiados

2.2.1. Caracterização dos casos noticiados

O presente estudo incide na análise de 299 notícias sobre violência sexual publicadas num jornal de larga tiragem nacional, de acordo com os critérios de pesquisa previamente definidos. Da análise, resulta que o mês em que o número de notícias é menor é o mês de abril ($n=15,5\%$) e o que apresenta maior número de notícias é o mês de maio ($n=37, 12,4\%$), perfazendo uma média de 25 casos noticiados por mês.

Das 299 notícias, apenas foi possível determinar o tipo de violência sexual em 192, assumindo o abuso sexual mais de metade dos casos ($50,5\%$), seguindo-se a violação ($42,2\%$). Especial destaque deve ainda ser dado a casos de pornografia infantil ($5,7\%$) e importunação sexual ($1,6\%$). Realça-se, a este nível, que nem sempre foi clara na análise das notícias a tipologia criminal subjacente, pelo que, nestes casos, optou-se por considerar como dado omissos (Tabela 1).

Tabela 1
Tipologia do crime noticiado (N=192)

Tipo de crime noticiado	N	%
Abuso sexual	97	50,5
Violação	81	42,2
Pornografia infantil	11	5,7
Importunação sexual	3	1,6

Fonte: Elaboração própria.

A presença de ofensas como a pornografia infantil e a importunação sexual, a par da grande prevalência de casos de abuso sexual e violação, evidencia a diversidade de formas que a violência sexual pode assumir, tal como descrito por Silvestre Cabrera, Aristegui Fradua e Royo Prieto (2023) e pela OMS (2012), nomeadamente contra pessoas que apresentam um elevado nível de vulnerabilidade, por exemplo, em razão da idade. No entanto, a dificuldade em identificar claramente a tipologia criminal em muitas notícias aponta para um problema persistente de representação mediática destas violências, que contribui para a sua desvalorização e confusão na perceção pública – um dos mecanismos centrais da cultura da violação. Como referido por Murray, Calderón e Bahamondes (2023), a cultura da violação é sustentada por mitos que culpabilizam as vítimas e relativizam a responsabilidade dos agressores. Quando o discurso mediático não identifica com precisão os crimes ou apresenta formas de violência sexual como casos isolados e descontextualizados, reforça-se a perceção pública de que apenas certas formas de violência são reais ou merecem atenção. Estes padrões discursivos, identificados na presente análise, reforçam a importância do papel dos *media* na manutenção ou contestação destes mitos, tal como referido nas investigações de Júlia Garraio et al. (2024) e Sofia José Santos et al. (2021).

2.2.2. Informação sobre as pessoas ofensoras e sobre as vítimas e os contextos de vitimação

No que diz respeito à informação sobre as pessoas ofensoras, e tendo em consideração o número de notícias em que foi possível recolher esta informação (n=296), 92% dos casos apresenta uma pessoa ofensora (n=276), havendo ainda lugar a 6,7% (n=20) das notícias em que o número de pessoas ofensoras é igual ou superior a dois.

Em 294 notícias, quando foi possível identificar o género da pessoa ofensora, 95% dos casos eram do género masculino, havendo uma ínfima percentagem (3%) de pessoas do género feminino identificadas como ofensoras. O valor remanescente não pôde ser identificado a partir das informações constantes das notícias.

No que respeita à idade das pessoas ofensoras (n=206), esta apresenta uma variação entre os 14 e os 82 anos, situando-se a idade média nos 42,44 anos (DP=15,081).

Em termos profissionais, as pessoas identificadas pelas notícias como ofensoras (n=176) dedicam-se, na sua maioria, a profissões relacionadas com a indústria, construção e artífices, seguida por pessoas em situação de desemprego. Deve ser feita uma chamada de atenção para 2% dos casos noticiados em que a pessoa agressora era membro de ordem religiosa e ainda técnicos de desporto.

Dos 237 casos com informações sobre as vítimas, o maior valor percentual vai para notícias em que existia uma única vítima (79%). Contudo, o número de vítimas aumentou para dois ou mais em cerca de 21% de casos.

Na sua larga maioria, as vítimas são identificadas com o género feminino (87%), havendo ainda 5% com o género masculino. A média geral da idade das vítimas é de 19,79 anos (DP=17,287). A idade das vítimas varia, no caso das raparigas e mulheres, entre os 1 e os 90 anos, num valor médio de 19,80 anos (DP=17,385). No caso do género masculino, o intervalo de idades posiciona-se entre os 5 e os 62 anos, com uma média de 22,22 anos (DP=18,431).

No que diz respeito ao tipo e duração da vitimação, a análise dos dados permitiu identificar um maior valor percentual para a vitimação continuada (51,8%, n=155), seguindo-se a vitimação pontual (31,8%, n=95). Não foi possível apurar esta caracterização em 16,4% dos casos. Em relação à vitimação continuada (n=155), das notícias em que essa informação constava (n=62), a vitimação variou entre 1 e 408 meses, perfazendo uma média de 39,35 meses (DP=55,814), ou seja, mais de 3 anos.

Estes dados revelam padrões consistentes com o que a literatura tem vindo a identificar como estruturante da violência sexual enquanto forma de violência de género, profundamente enraizada em relações de poder assimétricas e numa cultura que naturaliza e banaliza as agressões sexuais (Segato 2013; Kessel 2021)).

Em primeiro lugar, a elevada proporção de pessoas ofensoras do sexo masculino (95%) e de vítimas do sexo feminino (87%) confirma a dimensão fortemente genderificada desta violência, tal como descrito no relatório da FRA (2014) e por organismos como o Conselho da Europa (2011). A violência sexual surge, assim, como uma manifestação extrema das desigualdades de género, maioritariamente exercida por homens cisgénero e maioritariamente sofrida por raparigas e mulheres cis e transgénero. Estes resultados reforçam o entendimento da violência sexual como um fenómeno estrutural e não meramente episódico ou individual (e.g., Kelly 1988). O facto de a maioria dos casos noticiados envolver apenas uma vítima (79%) não deve ser interpretado como indicador de menor gravidade ou impacto, tendo em conta que muitos agressores reincidem e que, como apontam os dados da FRA (2014), muitas vítimas permanecem em silêncio devido ao medo, à vergonha ou à descrença nas respostas institucionais. Isso relaciona-se com os mitos e estereótipos associados à violência sexual, que persistem na sociedade e que muitas vezes moldam as narrativas mediáticas, reforçando a culpabilização da vítima e a desresponsabilização do agressor.

A informação sobre a profissão das pessoas agressoras, maioritariamente ligada à indústria, construção e ao desemprego, deve ser lida com cautela, tendo em conta as limitações dos dados jornalísticos. No entanto, a presença de técnicos de desporto e membros de ordens religiosas entre os agressores sublinha a existência de espaços sociais onde relações de autoridade e confiança podem ser instrumentalizadas para perpetuar abusos – fenómeno que, segundo a literatura, é comum, mas frequentemente encoberto ou minimizado pelos próprios contextos institucionais (Kelly 1988; FRA 2014).

Já no que se refere à relação vítima-pessoa ofensora, foi possível identificá-la em 150 notícias, sendo os resultados demonstrativos de uma relação próxima entre as duas partes: em 42,6% dos casos trata-se de relações entre pessoas conhecidas e em 42% de relações familiares.

Tabela 2
Relação vítima-ofensor/a em percentagem (%) (n=150)

Tipo de relação	%
Familiar	42,0
Conhecido	42,6
Desconhecido	15,4

Fonte: Elaboração própria.

Para efeitos da classificação de relações familiares, consideraram-se relações de “padrasto/madrasta-enteado/a”, “avô-neta”, “mãe/pai-filhos/as”, “marido-mulher”, entre outro tipo de relações familiares. De salientar que as relações “padrasto/madrasta-enteado/a” (12%) e “mãe/pai-filhos/as” (10%) apresentam os maiores valores percentuais. Deverá ainda fazer-se uma chamada de atenção para as relações “marido-mulher”, cuja percentagem corresponde a 4,7%. No que diz respeito a pessoas conhecidas, foram incluídas ligações de “vizinhança” (3,3%), “profissional/cliente” (5,3%), “pessoas conhecidas em contexto escolar e com hierarquia” (3,3%), “amigos/as” (2,0%), “relação laboral” (2,7%) e outro tipo de relações que não foi possível classificar, mas relativamente às quais era referido que a vítima e o/a ofensor/a se conheciam (26%).

2.2.3. Caracterização da ofensa

No que respeita à distribuição geográfica dos crimes noticiados, os distritos de Lisboa (25,5%), Porto (11,8%) e Braga (10,0%) lideram o conjunto de distritos a nível nacional com mais casos relatados (Tabela 3).

Tabela 3
Distribuição geográfica dos crimes noticiados por distrito de Portugal (n=271)

Distrito	N	%
Açores	14	5,2
Aveiro	21	7,1
Beja	3	1,1
Braga	27	10,0

Distrito	N	%
Bragança	4	1,5
Castelo Branco	4	1,5
Coimbra	16	5,9
Évora	5	1,8
Faro	13	4,8
Guarda	4	1,5
Leiria	12	4,4
Lisboa	69	25,5
Madeira	6	2,2
Portalegre	2	0,7
Porto	32	11,8
Santarém	9	3,3
Setúbal	11	4,1
Viana do Castelo	3	1,1
Vila Real	7	2,7
Viseu	9	3,3

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados disponíveis (n=110), os locais procurados pelos/as ofensores/as para consumir a violência sexual eram de variada ordem (Tabela 4), sendo a habitação o mais frequente (62,7%), seguido do espaço público (10,9%).

Tabela 4
Local do crime dos casos noticiados (n=110)

Local do crime	N	%
Habitação	69	62,7
Espaço público	12	10,9
Local ermo	9	8,8
Escola	6	5,4
Veículo do ofensor	3	2,6
Via Internet	3	2,6
Casa de banho pública	1	0,9

Local do crime	N	%
Consultório médico	1	0,9
Estabelecimento comercial	1	0,9
Garagem de prédio	1	0,9
Hospital	1	0,9
Hotel	1	0,9
Local de treino	1	0,9
Veículo da vítima	1	0,9

Fonte: Elaboração própria.

De realçar ainda que o facto de o tipo de crime mais frequentemente identificado nas notícias ser o abuso sexual, seguido pela violação – normalmente consumados na habitação (62,7%) –, sugere uma incidência elevada de situações que, muitas vezes, ocorrem em contextos de proximidade ou de relação entre vítima e agressor. Estes resultados contrastam com a tendência apontada na literatura, segundo a qual a cobertura mediática tende a privilegiar casos que se enquadram no estereótipo da violação real, caracterizada por agressão física violenta, cometida por estranhos em locais públicos (Elmore 2021; Gravelin, Biernat & Kerl 2024). A incidência relatada poderá, assim, refletir um movimento de alargamento das narrativas mediáticas sobre violência sexual, demonstrando, tal como Garraio et al. (2024) e Santos et al. (2021) descrevem, uma oscilação entre a reprodução e a desconstrução dos mitos da violação ao nível das práticas jornalísticas. Estas observações alinham-se com o conceito de violência continuada proposto por Liz Kelly (1988), segundo o qual a violência sexual deve ser compreendida dentro de um espectro de agressões que se perpetuam ao longo da vida das mulheres, muitas vezes em ambientes tidos como “seguros”, como o espaço doméstico ou familiar, contrariando os estereótipos e os mitos culturalmente veiculados relativos às vítimas, às pessoas ofensoras e aos atos de violência sexual.

2.2.4. Pena e duração da pena aplicada

A informação disponível nos casos noticiados revela que em 31 situações (10,4%) houve lugar à condenação do/a ofensor/a. Destas, apenas 6 (19,4%) correspondem a crimes primários, i.e., em que o/a(s) ofensor/a(es/as) não tinham antecedentes criminais. A pena de prisão apresenta uma média de 110 meses (DP=118,806), o que corresponde a cerca de 9 anos.

3. Conclusão e limitações

Este estudo permitiu identificar as principais características dos casos de violência sexual noticiados em Portugal, evidenciando a centralidade do género na relação vítima-ofensor, a diversidade de contextos e formas que assume e a sua frequência em relações de proximidade. Os dados reforçam a compreensão da violência sexual como fenómeno estrutural, enraizado nas desigualdades de género e sustentado por uma cultura que tende a desvalorizar, silenciar ou banalizar estas agressões.

Constata-se ainda que os discursos jornalísticos, mesmo quando visibilizam a violência sexual, nem sempre promovem uma leitura crítica do fenómeno, podendo, por vezes, contribuir para a sua naturalização ou obscurecer as dinâmicas de poder e género subjacentes.

Contudo, importa reconhecer algumas limitações do presente estudo. A análise baseou-se exclusivamente em notícias veiculadas nos meios de comunicação social, designadamente num único jornal de tiragem diária nacional, o que pode enviesar os resultados, dado que há uma seleção dos casos de violência sexual que são noticiados e há uma tendência para a mediatização de casos mais graves, mediáticos ou sensacionalistas. Importa sublinhar que o objetivo do estudo não é a generalização estatística dos resultados para toda a imprensa portuguesa, mas sim a realização de um estudo de caso aprofundado sobre um dos jornais mais influentes do país. As 299 notícias analisadas não constituem uma amostra, mas sim a totalidade das peças publicadas por este jornal sobre o tema no período definido, o que confere robustez à caracterização do seu discurso específico. Este *corpus* é, portanto, suficiente e relevante para identificar os enquadramentos dominantes num ator central do ecossistema mediático português.

De referir ainda que as informações disponíveis nas notícias são frequentemente incompletas ou ambíguas, dificultando a categorização precisa de variáveis como a relação entre vítima e ofensor ou a tipologia do crime.

Apesar destas limitações, os resultados contribuem para uma compreensão mais aprofundada das narrativas públicas em torno da violência sexual em Portugal, reforçando a urgência de mais investigação empírica, sistemática e abrangente, que permita mapear com maior rigor a prevalência, as dinâmicas e os impactos deste fenómeno, à semelhança do que tem sido feito no domínio da violência doméstica, não esquecendo as práticas mediáticas que promovam uma abordagem mais responsável, informada e sensível a este fenómeno.

Torna-se imperativo investir numa abordagem integrada de prevenção e resposta, através da educação para a cidadania nas escolas, da revisão do enquadramento legal vigente e da consolidação urgente de uma rede de apoio multidisciplinar às vítimas/sobreviventes, com protocolos claros e profissionais qualificados/as, capazes de oferecer uma resposta eficaz, humanizada e centrada nas suas necessidades. A comunicação social tem também um papel estratégico na

formação da opinião pública e na promoção dos direitos humanos. A capacitação de profissionais de comunicação para um tratamento responsável e não estigmatizante destas notícias é essencial. Estratégias como desconstruir mitos, incluir contactos de apoio e sensibilizar para a gravidade e complexidade do fenómeno podem promover um espaço público mais informado, sensível e comprometido com o combate à violência sexual.

Estes resultados ganham relevância no contexto português. Tal como outros países, Portugal enfrenta o desafio da subnotificação da violência sexual, e os dados oficiais, como os do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), oferecem um panorama limitado do fenómeno. Neste cenário de escassez de dados e debate, os *media* não só refletem como moldam a perceção pública da violência sexual. A análise mostra que a linha editorial de um jornal de grande circulação, centrada no sensacionalismo, preenche este vácuo com narrativas que reforçam mitos da violação e culpabilizam as vítimas, em vez de promover uma compreensão estrutural do problema. Assim, a responsabilidade mediática torna-se ainda mais premente, já que o discurso jornalístico tem um papel central – embora muitas vezes problemático – na definição social desta violência.

Contributos das autoras

AG: Concetualização; análise formal; investigação; metodologia; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

SL: Redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

TM: Concetualização; análise formal; investigação; metodologia; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

LR: Concetualização; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

Agradecimentos

Este estudo foi promovido pela UMAR — União de Mulheres Alternativa e Resposta, mais concretamente pelo Grupo de Trabalho da Violência Sexual e pelos Núcleos de Braga e do Porto da UMAR. Agradecemos a todas as pessoas que colaboraram nas várias fases do estudo, nomeadamente a Marisa Fernandes, Lia Mendes, Raissa Atzingen e Luísa Barateiro.

Conflito de interesses

As pessoas autoras declaram não haver conflitos de interesse.

Referências

- Andrews, Kimberly, Sofia Jaffer, & Shaheen Shariff. 2025. "Powerful yet Disempowered: A Thematic Literature Review Exploring the Challenges of Media Reporting on Sexual Violence." *Journal of Communication Inquiry* 0(0). <https://doi.org/10.1177/01968599251348248>
- Bohner, Gerd, Franziska Eyssel, Afroditi Pina, Florian Siebler, & G. Tendayi Viki. 2009. "Rape Myths Acceptance: Cognitive, Affective and Behavioral Effects of Beliefs That Blame the Victim and Exonerate the Perpetrator." In *Rape: Challenging Contemporary*

- Thinking*, editado por Miranda A. H. Horvath & Jennifer M. Brown, 17-45. Willan Publishing.
- Cerqueira, Carla. 2008. "A Imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher." *Observatorio (OBS*)* 2(2): 139-164. <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/101>
- Cerqueira, Carla, Célia Taborda, & Ana Sofia Pereira. 2023. "#MeToo em Portugal: uma análise temática do movimento através de artigos de opinião." *Cuadernos.info* 55: 1-21. <https://doi.org/10.7764/cdi.55.57013>
- Cerqueira, Carla, Célia Taborda, Ana Sofia Pereira, & Inês Rua. 2025. "'Não é não': a cobertura jornalística da SlutWalk em Portugal." *Observatorio (OBS*)* 19(2). <https://doi.org/10.15847/obsOBS19220252566>
- Chennells, Rebecca. 2009. "Sentencing: The Real Rape Myth." *Agenda: Empowering Women for Gender Equity* 82: 23-38. <https://www.jstor.org/stable/41321365>
- CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. 2019. *Guia de boas práticas dos órgãos de comunicação social na prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica*. Lisboa: CIG. <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2019/09/GuiDeBoasPraticas.pdf>
- Conselho da Europa. 2011. *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. <https://rm.coe.int/168046253d>
- Curley, Lee John, Martin Lages, Pamela J. Sime, & James Munro. 2024. "Rape Myths and Verdict Systems: What Is Influencing Conviction Rates in Rape Trials in Scotland?" *Behavioral Sciences* 14(7): 619. <https://doi.org/10.3390/bs14070619>
- Duarte, Madalena. 2022. "Uma boa mulher é difícil de encontrar? Reflexões sobre a 'vítima ideal' no direito penal." *ex æquo* 45: 31-43. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.45.04>
- Elmore, Kristen C., Tracy M. Scull, Courtney V. Malik, & Janis B. Kupersmidt. 2021. "Rape Myth Acceptance Reflects Perceptions of Media Portrayals as Similar to Others, but Not the Self." *Violence Against Women* 27(3-4): 529-551. <https://doi.org/10.1177/1077801220908335>
- Faustino, Maria João, Isabel Ventura, Maria Helena Santos, Júlia Garraio, & Carla Cerqueira (2025). "Sexual Harassment in Academia: Analysis of Opinion Articles in the Portuguese Press." *Journalism and Media* 6(2): 60. <https://doi.org/10.3390/journalmedia6020060>
- FRA – European Union Agency for Fundamental Rights. 2014. *Violence against Women: An EU-Wide Survey – Main Results*. Publications Office of the European Union. <https://fra.europa.eu/en/publication/2014/violence-against-women-eu-wide-survey-main-results-report>
- Franiuk, Renae, Jennifer L. Seefeldt, Sarah L. Cepress, & Joseph A. Vandello. 2008. "Prevalence and Effects of Rape Myths in Print Journalism: The Kobe Bryant Case." *Violence Against Women* 14(3): 287-309. <https://doi.org/10.1177/1077801207313971>
- Garraio, Júlia, Inês Amaral, Rita Basílio Simões, & Sofia José Santos. 2024. "Forward and Backwards: Sexual Violence in Portuguese News Media." In *The Routledge Companion to Gender, Media and Violence*, editado por Karen Boyle & Susan Berridge, 145-154. Routledge.
- Gravelin, Claire R., Monica Biernat, & Emily Kerl. 2024. "Assessing the Impact of Media on Blaming the Victim of Acquaintance Rape." *Psychology of Women Quarterly* 48(2): 209-231. <https://doi.org/10.1177/03616843231220960>
- Greer, Chris. 2013. "Crime and Media: Understanding the Connections." In *Criminology*,

- editado por Chris Hale, Keith Hayward, Azrini Wahadin, & Emma Wincup, 143-164. Oxford University Press.
- Grubb, Amy, & Emily Turner. 2012. "Attribution of Blame in Rape Cases: A Review of the Impact of Rape Myth Acceptance, Gender Role Conformity and Substance Use on Victim Blaming." *Aggression and Violent Behavior* 17(5): 443-452. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.06.002>
- Hyży, Pamela, & Marlena Mitka. 2024. "Factors Behind Contemporary Rape Myths in Europe: A Systematic Review." *Trauma, Violence, & Abuse* 25(5): 4277-4293. <https://doi.org/10.1177/15248380241271387>
- Jenkins, Katharine. 2016. "Rape Myths and Domestic Abuse Myths as Hermeneutical Injustices." *Journal of Applied Philosophy* 34(2): 191-205. <https://doi.org/10.1111/japp.12174>
- Kelly, Liz. 1988. *Surviving Sexual Violence*. Polity Press.
- Kessel, Alisa. 2021. "Rethinking Rape Culture: Revelations of Intersectional Analysis." *American Political Science Review* 116(1): 131-143. <https://doi.org/10.1017/S0003055421000733>
- Lauricella, Dana, Lisa Eichenberger, & Michelle Gregory. 2022. "The Victim-Perpetrator Relationship and Peritraumatic Schemas as a Result of Sexual Trauma". *Journal of Interpersonal Violence* 38(1-2): 2048-2067. <https://doi.org/10.1177/08862605221097445>
- Mittal, Shravika, Jasmine C. Foriest, Benjamin D. Horne, & Munmun De Choudhury. 2024. "News Media and Violence Against Women: Understanding Framings of Stigma." *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media* 18(1): 1068-1081. <https://doi.org/10.1609/icwsm.v18i1.31373>
- Murray, Carol, Carlos Calderón, & Joaquín Bahamondes. 2023. "Modern Rape Myths: Justifying Victim and Perpetrator Blame in Sexual Violence." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 20(3): 1663. <https://doi.org/10.3390/ijerph20031663>
- OMS – Organização Mundial da Saúde. 2012. *Understanding and Addressing Violence Against Women: Intimate Partner Violence*. <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-RHR-12.36>
- Our Watch. 2019. *How To Report on Violence Against Women And Their Children*. <https://assets.ourwatch.org.au/assets/Media-resources/National-reporting-guidelines.pdf>
- Sacks, Meghan, Alissa Ackerman, & Amy Shlosberg. 2017. "Rape Myths in the Media: A Content Analysis of Local Newspaper Reporting in the United States." *Deviant Behavior* 39(9): 1237-1246. <https://doi.org/10.1080/01639625.2017.1410608>
- Santos, Sofia José, Júlia Garraio, Alexandre de Sousa Carvalho, & Inês Amaral. 2021. "A Space to Resist Rape Myths? Journalism, Patriarchy and Sexual Violence." *European Journal of Women's Studies* 29(2): 298-315. <https://doi.org/10.1177/13505068211048465>
- Segato, Rita Laura. 2013. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Tinta Limón.
- Silvestre Cabrera, María, Iratxe Aristegui Fradua, & Raquel Royo Prieto. 2023. "An Analysis of Responses to Sexual Assault against Women in Public Space: Practical Gender Needs or Strategic Gender Interests?" *Social Sciences* 12(2): 101. <https://doi.org/10.3390/socsci12020101>
- Thomas, Mackenzie L., Marguerite K. Himmen, & Sandy Jung. 2022. "Sexual Violence Perpetration Against Intimate Partners: Current Progress and Future Directions." *Current Psychiatry Reports* 24(11): 661-670. <https://doi.org/10.1007/s11920-022-01373-w>
- UN Women. 2019. *The Big Conversation: Handbook to Address Violence against Women in and through the Media*. UNESCO & UN Women. <https://www.unwomen.org/en/digital->

-library/publications/2019/12/handbook-to-address-violence-against-women-in-and-through-the-media

Ana Guerreiro. Doutorada em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP). Professora Auxiliar na Universidade da Maia (UMaia) e Professora Auxiliar Convidada na FDUP, é investigadora integrada no Centro Interdisciplinar em Estudos de Género (CIEG, ISCSP-UL) e membro colaborador no Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ, FDUP).

Sara Lemos. Estudante do Programa Doutoral em Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). É Mestre em Psicologia da Justiça e da Desviância pela mesma instituição. Trabalhou como psicóloga no Centro de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência Sexual da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Tatiana Mendes. Licenciada em Psicologia (pré-Bolonha) pela Universidade do Minho, tem Mestrado Integrado pela Universidade do Porto de Psicologia e tese na área da violência sexual na intimidade. Desde 2009, é ativista no núcleo de Braga e, desde 2017, dirigente da UMAR. Trabalhou 10 anos na prevenção primária da violência de género nas escolas, no ART'THEMIS+ da UMAR. Atualmente trabalha como Mediadora Linguística e Cultural na Escola Pública.

Liliana Rodrigues. Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e Investigadora Integrada do Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP). Doutorada em Psicologia pela U. Porto. Desenvolve investigação sobre questões LGBTQIAPN+ numa perspetiva feminista. Participou e co-coordenou vários projetos financiados na área do género e sexualidades. É especialista da CIG e desde 2021 presidente da UMAR.

Artigo recebido em 23 de junho de 2025 e aceite para publicação em 6 de outubro de 2025.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Guerreiro, Ana, Sara Lemos, Tatiana Mendes, & Liliana Rodrigues. 2025. “Violência sexual em Portugal: uma análise do discurso mediático na imprensa *online*.” *ex æquo* 52: 99-117. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.08>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Guerreiro, Ana, Lemos, Sara, Mendes, Tatiana, & Rodrigues, Liliana (2025). Violência sexual em Portugal: uma análise do discurso mediático na imprensa *online*. *ex æquo*, 52, 98-115. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.08>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

IMAGE-BASED SEXUAL ABUSE: CHANGES IN THE PORTUGUESE CRIMINAL FRAMEWORK

 Mariana Vilas Boas*

Abstract

As the concept of image-based sexual abuse is developed as a form of sexual violence against women that occurs growingly in the digital sphere, criminal law needs to be adapted in order to criminalise all the behaviours adopted by individuals that harm, particularly, women's sexual freedom. This article discusses some of the changes imposed or advised by the Directive 2024/1385 and the Istanbul Convention to the Portuguese criminal framework.

Keywords: Istanbul Convention, Directive 2024/1385, violence against women, cybercrime, image-based sexual abuse.

Resumo

Violência sexual baseada em imagens: alterações ao enquadramento jurídico-penal português.

À medida que o conceito de violência sexual com base em imagens se desenvolve como uma forma de violência sexual contra as mulheres, e que ocorre cada vez mais no espaço digital, a lei penal necessita de ser adaptada para criminalizar todos os comportamentos adotados por indivíduos que atentem, particularmente, contra a liberdade sexual das mulheres. Este artigo debate algumas das alterações impostas ou recomendadas pela Diretiva 2024/1385 e pela Convenção de Istambul ao ordenamento jurídico-penal português.

Palavras-chave: Convenção de Istambul, Diretiva 2024/1385, violência contra as mulheres, cibercriminalidade, violência sexual baseada em imagens.

Resumen

El abuso sexual basado en imágenes: reformas en el marco penal portugués.

A medida que se desarrolla el concepto de violencia sexual basada en imágenes como una forma de violencia sexual contra las mujeres, y que se manifiesta cada vez más en el ámbito digital, el derecho penal debe adaptarse para tipificar como delito todas las

* Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito, Centro de Estudos e Investigação em Direito, 4169-005 Porto, Portugal.
Postal address: Rua Diogo Botelho, 1327, 4169-005 Porto, Portugal.
Email: s-mmboas@ucp.pt

conductas adoptadas por individuos que vulneran, en particular, la libertad sexual de las mujeres. Este artículo debate algunas de las modificaciones impuestas o recomendadas por la Directiva 2024/1385 y por el Convenio de Estambul al marco jurídico-penal portugués.

Palabras clave: Convenio de Estambul, Directiva 2024/1385, violencia contra las mujeres, ciberdelincuencia, abuso sexual basado en imágenes.

1. Introduction

According to a survey performed by Plan International (2020), based on research conducted across 22 countries, more than half of the over 14,000 girls and young women reported having been harassed or abused online. In a Portuguese study, 66.9% of 517 young women, aged 18 to 25, from all the country's districts, responded affirmatively when asked if they had been victims of image-based sexual abuse (IBSA) (Faustino et al. 2022).

As recognised by the Group of Experts on Action against Violence against Women and Domestic Violence (GREVIO), violence against women perpetrated in the digital sphere is an increasingly widespread global problem with a severe impact on women's and girls' lives and human rights (GREVIO 2021). Digital violence not only adversely affects the physical and psychological well-being of women and girls but also fosters an online environment that is threatening to them, thereby gravely undermining their participatory rights.

Cyberviolence is not specifically addressed as a distinct issue by the Istanbul Convention (2011). However, GREVIO clarified any doubts that might have existed regarding the application of the provisions of the Istanbul Convention to digital violence, establishing that the Convention's drafters did not intend to distinguish between online and offline gender-based violence against women, "clearly positioning manifestations of violence against women and girls in the digital sphere as expressions of gender-based violence against women covered by the Istanbul Convention" (GREVIO 2021, 8).

The Directive 2024/1385 on combating violence against women and domestic violence (Directive) aims to complement the objectives of the Istanbul Convention within the European Union (EU) by setting a number of minimum standards regarding, namely, the criminalisation by Member-states of "non-consensual sharing of intimate or manipulated material" in its article 5.

In our doctrinal legal work, we explore some legislative changes that could be made to Portuguese law to implement the Istanbul Convention and transpose Directive 2024/1385, focusing on the criminalisation of IBSA against adults. We have interpreted both documents, analysed past and current Portuguese laws, and legal doctrine, drawing also on foreign European laws on IBSA to support our arguments and suggest amendments to the Portuguese Penal Code (PPC). Finally, we should note that this brief study does not address the crimes established by the Law on Cybercrime (no. 109/2009) like digital forgery (art. 3) or illegitimate

access to a computer system (art. 6), either because they are not applicable to the conducts of IBSA or because they are instrumental offenses.

We aim to advance the debate about the implementation of this Directive in line with the Istanbul Convention, which needs to happen before the transposition deadline of June 14, 2027.

2. Initial Remarks Concerning the Current Portuguese Criminal Framework on Image-Based Sexual Abuse

In this section, we analyse the provisions of the PPC encompassing the conducts of IBSA (against adults), concept that we adopt in our study, defined by Rigotti and McGlynn (2022, 454) as “all forms of the non-consensual creating, taking or sharing of intimate images or videos, including altered or manipulated media, and threats to distribute such material”, and originally developed by McGlynn and Rackley (2017).

Article 152 of the PPC defines the crime of domestic violence, which, according to its paragraph 1, covers in the range of illicit conducts all physical or psychological abuse perpetrated against, namely, (a) the spouse or former spouse, (b) a person of another or of the same sex with whom the offender maintains or has maintained a dating relationship or a marriage-like relationship, even without cohabitation and (c) the parent of a common descendant in the 1st degree. Since 2000, the victim does not need to file a complaint in order to allow the Public Prosecutor’s Office to start the criminal procedure. Domestic violence is considered a violation of the psychological and/or physical health of the victim, and the basic offense is punishable with a prison penalty that ranges from 1 to 5 years. Through Law no. 44/2018 an aggravating circumstance was added to article 152, no. 2, subparagraph b): the minimum penalty limit rises to 2 years if the perpetrator disseminates “through the Internet or other means of widespread public communication, personal data, namely images or sound, related to the private life of a victim, without their consent”¹.

Given the large scope of this article, as it encompasses all the different forms of violence perpetrated in intimate or family contexts, theoretically, all kinds of cyberviolence when perpetrated within these spheres, if they fit into the “abuse” concept, can amount to domestic violence. The addition made in 2018 aimed to reinforce the criminalisation of the dissemination of private contents through the Internet, trying to show the legislator’s attention to the phenomenon of “revenge porn” (Grupo Parlamentar do Partido Socialista 2018). “Revenge porn” is a problematic terminology since it is not only reductive – because a former partner shar-

¹ Original text: “através da Internet ou de outros meios de difusão pública generalizada, dados pessoais, designadamente imagem ou som, relativos à intimidade da vida privada de uma das vítimas sem o seu consentimento.”

ing intimate materials without consent is not the only criminally relevant form of image-based sexual abuse – but it is also victim-blaming and inaccurate (McGlynn & Rackley 2017, 3).

Article 192 of the PPC criminalises the conducts of whoever, without consent and with the intent to invade the privacy of others, particularly the intimacy of family or sexual life, captures, photographs, films, records, or discloses images of persons or of intimate objects or spaces, under the title “invasion of privacy”. The same law that in 2018 increased the minimum penalty for the crime of domestic violence involving the public dissemination of content related to the victim’s private life – Law No. 44/2018 – introduced a one-third aggravation to the minimum and maximum penalties for this crime (and for other privacy-related offenses) when intimate images are disseminated through the Internet or other widespread public channels, as specified in Article 197(b) of the PPC. Back then, the crime of invasion of privacy foreseen in article 192 was punishable by imprisonment of up to 1 year or a fine. Meanwhile, a new law – no. 26/2023 – altered the penalty for these conducts, raising its maximum limit to 3 years and eliminated the said aggravation. This same law altered article 193 and created the crime of invasion of privacy through mass media, the Internet, or other means of widespread public dissemination, with the following content:

anyone who, without consent, disseminates or contributes to the dissemination, through mass media, the Internet, or other means of widespread public dissemination, of images, photographs, or recordings that invade individuals’ private lives, particularly the intimacy of their family or sexual life, shall be punishable by imprisonment for up to 5 years.²

Simultaneously, it amended Article 197 on aggravating circumstances, retaining in paragraph 1 the increased penalty for invasion of privacy when committed to obtain compensation or enrichment for the offender or another person, or to cause harm to another person or to the State, while excepting article 193 from this possible aggravation. In paragraph 2, it limited the penalty aggravation for dissemination via public means to other privacy-related offenses, excluding Articles 192 and 193. Law no. 26/2023 also changed article 198, which started by establishing that the criminal proceedings for the crimes against privacy all depend on the complaint of the victim, except in the case of article 193, when the crime results in the suicide or death of the victim or when the interests of the victim so advise.

This law was introduced to strengthen the protection of victims of non-consensual dissemination of intimate content. In the bill that preceded it (Grupo

² Original text: “Quem, sem consentimento, disseminar ou contribuir para a disseminação, através de meio de comunicação social, da Internet ou de outros meios de difusão pública generalizada, de imagens, fotografias ou gravações que devessem a vida privada das pessoas, designadamente a intimidade da vida familiar ou sexual, é punido com pena de prisão até 5 anos.”

Parlamentar do Partido Socialista 2022), it is acknowledged that, although the non-consensual disclosure of aspects of others' private lives is not a new issue, globalisation has undeniably expanded the audience for such content, increased the speed at which private information is spread, and introduced a certain irreversibility to the harm caused to victims, as the sharing of content can multiply by the second. This bill also recognises that "the damages that these conducts cause to victims are mainly associated to gender violence, harming mainly women"³. However, it excludes the possible framing of the crime of disseminating without consent photos or videos containing nudity or depicting sexual acts as a felony against sexual freedom, justifying this view on the grounds that the victim usually consents and participates in recording or capturing the images that are afterwards shared without their consent. And so, it is claimed, these are crimes against privacy and intimacy.

To threaten another person with the commission of a crime against life, physical integrity, personal freedom, sexual freedom and self-determination, or property of considerable value, in a manner likely to cause fear, distress, or impair their freedom of decision is a crime enshrined in article 153 of the PPC. It is punishable by imprisonment for up to one year or a fine and the criminal proceedings depend on a complaint by the victim. Coercion is criminalised in article 154 of the PPC and the felony consists in compelling another person to act or refrain from acting, or to endure an action, by means of violence or threats of serious harm. It is punishable by imprisonment for up to three years or a fine and if it occurs between spouses, ascendants and descendants, adoptive parents and adopted children, or between persons of the same or different sex, living in a marital-like relationship, criminal proceedings depend on a complaint.

3. The Relevant Provisions of the Istanbul Convention and of the Directive 2024/1385

GREVIO (2021, 17-18) clarified that the "digital dimension of violence against women encompasses a wide range of behaviour that falls under the definition of violence against women set out in Article 3a of the Istanbul Convention." The committee further explained that "many of the forms of violence against women perpetrated through digital means come within the remit of intentional behaviour, which States Parties to the Istanbul Convention are required to criminalise". It specifically encompassed in article 40 of the Istanbul Convention, which defines sexual harassment, conducts committed online or through digital means such as the following: non-consensual image or video sharing, non-consensual taking,

³ Original text: "Os prejuízos que estas práticas causam às vítimas estão maioritariamente associados a uma violência de género que atinge sobretudo as mulheres."

producing or procuring of intimate images or videos and, related exploitation, coercion and threats. Regarding non-consensual sharing of images or videos, GREVIO stated that “non-consensual sharing of nude or sexual images (photos or videos) of a person or threats thereof include acts of image-based sexual abuse (also known as ‘revenge pornography’)”. Taking photographs or videos without the other person’s consent includes taking “creepshots” and acts of “upskirting”, while producing intimate images or videos comprises “producing digitally altered imagery in which a person’s face or body is superimposed or ‘stitched into’ a pornographic photo or video, known as ‘fake pornography’ (such as ‘deepfakes’, when synthetic images are created using artificial intelligence)” (GREVIO 2021, 18-19). In this regard, GREVIO refers to the conducts that fit the definition of IBSA as sexual offenses, specifically, sexual harassment. Moreover, the committee uses the terminology of “image-based sexual abuse” and “digitally altered imagery” in opposition to the more well-known terms of “revenge porn” and “fake pornography”.

The Directive 2024/1385, in its recital 10, acknowledges that

violence against women is a persisting manifestation of structural discrimination against women, resulting from historically unequal power relations between women and men. It is a form of gender-based violence inflicted primarily on women and girls by men. It is rooted in socially constructed roles, behaviour, activities and attributes that a given society considers appropriate for women and men. Consequently, a gender-sensitive perspective should be taken into account in the implementation of this Directive.

It is noticeable, then, the continuity between the Istanbul Convention and this Directive, clearly stated in the Proposal for the Directive: “this proposal aims to achieve the objectives of the Convention within the EU’s remit by complementing the existing EU acquis and Member States’ national legislation in the areas covered by the Convention” (European Commission 2022, 3).

The Directive emphasizes the need for harmonized definitions of offenses and penalties for certain forms of cyberviolence that target mainly women, whose impact is amplified by the use of information and communication technologies. Article 5, under the title “Non-consensual sharing of intimate or manipulated material” states that Member States must criminalise the conducts of

(a) making accessible to the public, by means of information and communication technologies (‘ICT’), images, videos or similar material depicting sexually explicit activities or the intimate parts of a person, without that person’s consent, where such conduct is likely to cause serious harm to that person; (b) producing, manipulating or altering and subsequently making accessible to the public, by means of ICT, images, videos or similar material making it appear as though a person is engaged in sexually explicit activities, without that person’s consent, where such conduct is likely to cause

serious harm to that person; (c) threatening to engage in the conduct referred to in point (a) or (b) in order to coerce a person to do, acquiesce to or refrain from a certain act.

4. Discussion of the Current Portuguese Law and Article 5 of the Directive 2024/1385

Our reference for the analysis of Portuguese norms and the Directive, regarding the criminal conducts, is the definition of IBSA provided by Rigotti and McGlynn (2022, 454) – “all forms of the non-consensual creating, taking or sharing of intimate images or videos, including altered or manipulated media, and threats to distribute such material”.

IBSA is broader than the terminology used in the Directive – encompassing, namely, the act of taking intimate images or videos, while the Directive does not –, and more accurate (European Women’s Lobby 2024, 53; Rigotti, McGlynn, & Benning 2024, 11-15).

Regarding the materials in question and their content, the Directive refers to “images, videos or similar material depicting sexually explicit activities or the intimate parts of a person”. Recital 19 of the Directive explains that this sentence covers “all types of such material, such as images, photographs and videos, including sexualised images, audio clips and video clips.” Rigotti, McGlynn, and Benning (2024, 12-13) point out some doubts that this terminology might create. For the purpose of this article, materials fit into the concept of “intimate” when they depict sexual acts that the victim participates in – e.g., the ones defined in articles 163 and 164 of the PPC – or the victim’s intimate body parts, such as the genital organs, the anus, breasts or buttocks, or intimate moments, when the victim is exposed, for example, in their underwear.

The capture of such images, videos, or similar materials, without the victim’s consent, is currently criminalised in Portugal in the context of article 192, under invasion of privacy, punishable with imprisonment of up to 3 years or a fine, and criminal proceedings depend on the complaint of the victim. The non-consensual sharing of such materials, i.e., the acts described in letter (a), of article 5, paragraph 1, are covered by the recently altered article 193 of the PPC.

We believe it is not necessary to discuss the indetermined phrasing of “making accessible to the public, by means of information and communication technologies” used by the Directive, as Portuguese Law already encompasses these acts by criminalising the conducts of “disseminating or contributing to the dissemination, through mass media, the Internet, or other means of widespread public dissemination”. Recital 18 of the Directive explains the meaning of this pre-requisite and what is at stake is the potential of reaching a number of people, as “ICT bears the risk of easy, fast and wide-spread amplification of certain forms of cyber violence

with the clear risk of creating or enhancing profound and long-lasting harm to the victim.”

Regarding the materials shared, the scope of article 193 of the PPC is wide enough to include “images, videos or similar material depicting sexually explicit activities or the intimate parts of a person” as well as intimate or sexualised images.

Another undetermined phrasing used in articles 5, 6, 7 of the Directive refers to the likelihood of the conducts “to cause serious harm”. This has been criticised as it “creates legal uncertainty for victims across and within countries leaving to judicial discretion the decision on whether these conducts are punishable” (European Women’s Lobby 2024, 52). This requirement does not exist in any of the provisions of the PPC that protect the right to privacy, and it should not, with even greater reason, be required when the contents shared are of sexual or intimate nature. So, when transposing the Directive, the legislator should be aware that it “establishes a minimum legal framework in that regard, and Member States are free to adopt or maintain more stringent criminal rules” (recital 18 of the Directive).

The production, manipulation or alteration and dissemination of images, videos or similar material “making it appear as though a person is engaged in sexually explicit activities, without that person’s consent, where such conduct is likely to cause serious harm to that person” is not covered by article 193 of the PPC. Recital 19 of the Directive explains that the offense described in article 5, paragraph 1(b), includes “image editing, including by means of artificial intelligence, of material that makes it appear as though a person is engaged in sexual activities, in so far as the material is subsequently made accessible to the public by means of ICT without the consent of that person.”

Article 5 (b) of the Directive is limited as it only encompasses material where the person appears to be “engaged in sexual activities”, excluding the photos and videos where the person depicted is naked or wearing underwear, “leaving out of the scope a large part of sexual digital forgeries” (European Women’s Lobby 2024, 53; also Rigotti, McGlynn, & Benning 2024, 13). We do not contemplate any reason for the nature of the manipulated material to be different from that of the real contents.

Article 152 of the PPC defines domestic violence and, as previously explained, it has a large scope regarding the conducts it criminalises. In 2018 the aggravating circumstance added to article 152, paragraph 2 b) clarified that it encompasses the non-consensual dissemination through the Internet or other means of public dissemination of intimate contents, when it happens between people that share the relationships established in the norm. The Portuguese legislator concluded, and rightly so, that this type of conduct can happen between people who are not connected by those specific relations and there was a need to criminalise them autonomously, and so, in 2023, article 193 was amended. The question we raise here is whether the crime of domestic violence encompasses the creation and dissemination of fake contents, as it does real ones. From the letter of the law, as long

as those acts are considered as abuse taking place between people who share those relationships or former relationships, we would say it does.

However, article 193 does not encompass, as mentioned, the creation and dissemination of manipulated material. Creating fake images or videos depicting naked or partially naked people or people engaging in sexual activities, as previously defined, and sharing them, outside the scope of domestic abuse and child pornography, has to be criminalised. We tend to support the idea that, unlike what is demanded by the Directive, the mere creation or manipulation of images should be criminalised, even if the contents are not subsequently disseminated (see Rigotti, McGlynn, & Benning 2024, 13). Taking real intimate images without consent is an offense against the right to privacy, under article 192 of the PPC. The creation of intimate digital forgeries that appear real seems to have criminal value as well, regardless of their dissemination.

The threats to commit the acts mentioned in article 5, subparagraphs (a) and (b), “in order to coerce a person to do, acquiesce to or refrain from a certain act”, mentioned in (c) of said article, are covered by the crime of coercion, established by article 154 of the PPC.

The European Women’s Lobby (2024, 53) criticizes, in our view with good reason, the exclusion from 5(c) of the threats that are not meant to coerce but to cause distress to the victim (see also Rigotti, McGlynn, & Benning 2024, 13). The crime of threats, defined in article 153 of the PPC, encompasses the act of threatening another person with the commission of a crime against life, physical integrity, personal freedom, sexual freedom and self-determination, or property of considerable value, in a manner likely to cause fear, distress, or impair their freedom of decision. If the crime of dissemination of intimate contents remains a crime against privacy, then the threat to commit this crime is not encompassed by article 153. If, otherwise, it is criminalised as a sexual offense, the threat to commit it is already encompassed by the crime of threats. However, this crime is punishable by imprisonment for up to one year or a fine, and the criminal proceedings for this crime depend on a complaint by the victim.

5. Ideas on a New Sexual Offense of IBSA

Taking, creating or sharing intimate images or videos, including altered or manipulated media, without consent, and threatening to distribute such material, constitute sexual and gender violence, predominantly aimed at women and girls and perpetrated because of their gender (Rigotti, McGlynn & Benning 2024, 4).

Gender violence and violence against women need a response from States that minds their specificities, and this is demanded by both the Istanbul Convention and the Directive (although pervasive throughout the legal instruments – see, namely, article 6 of the Istanbul Convention and recitals 5 and 10 of the Directive).

We believe that this means, namely, that Criminal Law should define and treat differently, for example, the act of filming a sexual act through a computer camera or filming a conversation, or of taking a photograph with a smartphone of a person sitting in the park, or up a skirt of a girl or woman in the same situation.

Criminalising sexual offenses as such, gives them the framework within violence against women that is needed, not only for general prevention of these crimes (raising society's awareness to the particularly reprehensible character of these acts, both from the point of view of possible offenders and of possible victims) and to allow for a statistically precise notion of their occurrence, but to be able to provide the victims with the protection measures directed at especially vulnerable victims, like those of gender-based violence and sexual violence, in accordance to the Istanbul Convention, the Directive and the Directive 2012/29/EU of the European Parliament and of the Council establishing minimum standards on the rights, support and protection of victims of crime. As outlined above, GREVIO encompasses these conducts in article 40, regarding sexual harassment.

We argue, then, that the taking or sharing of intimate materials, real or manipulated, and the threats to commit them, should be criminalised specifically as sexual offenses.

Cláudia Cruz Santos (2024, 229-231) mentions the trend of the majority of civil law countries to subsume the non-consensual dissemination of intimate contents in the sections of crimes against privacy and, as examples, refers to Germany, France and Spain. The author states that the non-consensual sharing of photographs or videos that show nudity or sexual acts does not contend primarily with the freedom to decide how, when or with whom to relate sexually. Even more so, because the dissemination of the contents usually follows choices regarding sexual conducts made freely.

There are, indeed, as also explained by the author, many contexts in which these conducts take place. One of them, fairly common, is the context of a relationship (that does not need to be stable) between two individuals. If one of them freely sends a picture showing nudity or a video performing a sexual act, that person is engaging in sexual conduct with the other consensually. It is not a coincidence that these conducts are designated as "sexting" or "virtual sex". If that person consents to that sexual conduct but does not consent to the sharing of the "results" of such acts, their sexual consent is being violated. The same can be said about the act of filming or photographing a sexual act or a person's private parts without consent, because even if the sexual act or nudity were consented, their capturing was not. At this point, it is important to recall that, according to article 36 of the Convention, it is the absence of consent to the sexual activity that determines its criminal character.

What if the person that shares the contents is not the one who violated the sexual consent? In that case, we still believe this to be a sexual offense if the con-

tents are sexual. Sexual freedom is not only the right to conform one's own sexual relations but also one's own sexual life. A naked picture of a woman or a girl, or a picture of their breasts, genitals, anus or buttocks is a piece of their sexuality. The dissemination of such materials violates their right to choose who receives that part of their intimacy, for sure, but mainly of their sexuality, because of the harm that it causes and the way that it is exploited, whether it is for profit, for sexual satisfaction or to cause harm. Sharing a work e-mail or a nude picture of someone, even though both can cause severe harm, has to be differentiated since the latter is sexual. As women's sexuality and its exposure are weaponised against them as a form of gender violence, which States like Portugal are obliged to prevent and combat, we believe the differentiation has to be made. The Istanbul Convention and the Directive mean to treat victims of this type of violence in specially defined protective terms for a good reason.

When comparing the old crime of violation of privacy to the current criminal needs, Santos (2024, 220-224) emphasizes that sharing intimate sexual contents is not a novelty, but the means used to do so are. It is easier via information and communication technologies (ICT) to capture or obtain these contents, share them with an undefined number of people and it is extremely difficult to eliminate them, hence exacerbating the damages caused to victims. We argue that another "new" aspect to consider when defining the penal provisions regarding these conducts is the international obligation that States have to combat violence against women.

In what concerns foreign law, Anglo-Saxon countries tend to criminalise these conducts as sexual offenses. In the United Kingdom, the Online Safety Act 2023, through its articles 187 and 188, inserted in section 66B of the Sexual Offences Act 2003 the offense of "sharing or threatening to share intimate photograph or film". But, for example, also in Belgium, these conducts are criminalised by article 417/9 of the Criminal Code, titled "La diffusion non consentie de contenus à caractère sexuel", as part of the chapter regarding "Des infractions portant atteinte à l'intégrité sexuelle, au droit à l'autodétermination sexuelle et aux bonnes mœurs".

Regarding the creation and sharing of manipulated content – sexual digital forgeries – it is not the privacy of the victim that is invaded. We would say instead that the value in question is precisely sexual freedom, understood as encompassing not only the right of the victims to conform their sexual lives, but also their right for their sexuality not to be exploited and used to harm them. It is the same sexual freedom protected by the criminalisation of the sharing of real sexual contents by someone other than the person they were consensually directed to.

As sexual offenses, one has to ponder if the proceedings should be independent of the victim's complaint. We raise this question particularly regarding the sharing of intimate contents. Portugal has to ensure that the criminal investigation or prosecution for the crimes of sexual coercion and rape established in articles 163 and 164 of PCC, which criminalise the conducts described in article 36 of the Istanbul Convention, regarding sexual violence, "shall not be wholly dependent

upon a report or complaint filed by a victim [...] and that the proceedings may continue even if the victim withdraws her or his statement or complaint”, according to article 55, paragraph 1 of the Istanbul Convention. This idea has been reinforced by GREVIO (2019, 61). The Directive, in its recital 37, reiterates the need for this amendment.

The arguments justifying the option of maintaining this type of criminality semi-public are mainly related to the victim’s right to choose not to expose a part of their life that is intimate and private – which prevails over the community’s interest to see those conducts prosecuted by the State – and to their protection from the secondary victimization caused by the criminal proceedings (Caeiro 2019, 668-671; Santos 2024, 233 f.). As the authors’ arguments are not connected to the less severe nature of the crime – even though the dependence on a complaint can “send the wrong message” to the public, as it does not know why the legislator made this option and is used to associate the need for the victim’s intervention to less serious offenses – we can try to compare these sexual offenses with other severe crimes that are investigated *ex officio*. In those cases, the State’s interest in exerting its punitive power outweighs the victim’s prerogative to protect the sphere of her personal relations from public intrusions. The obvious comparable case is the crime of domestic violence, established under article 152 of the PPC, whose proceedings ceased to depend on a complaint made by the victim in 2000. The arguments against this amendment were the same that are now wielded against the *ex officio* nature of the crimes of rape, sexual coercion, and specifically, public dissemination of intimate contents, but still the alteration happened to avoid the lack of autonomy of the abused victim to impede the crime to cease.⁴

Domestic violence is, then, such a severe attack to human rights, that the interest of the State to prosecute the offenders prevails over that of the victims to conform to their will the State’s response to the crime. The same applies to sexual offenses, not only because of the severity of the violation of rights involved, but also because these victims are often constrained, not only by the offenders, but by societal stigma against women who are sexually assaulted. This stigma discourages victims from filing complaints and obstructs the prosecution of offenders, who thus remain unpunished. One of the ways gender violence against women has managed to occur throughout the centuries without serious consequences to the aggressors is the State’s refusal to intervene in private contexts and the society’s claim that such violence is a cause of shame for the woman victim. Crimes like illicit medical or surgical interventions and treatments (150, paragraph 2) or human trafficking (160) also make victims particularly vulnerable and contend with their private lives, and yet are prosecuted *ex officio*. We do not find any reasons why it should be different with sexual offenses. Returning to Santos’s and

⁴ The legislative process that led to this alteration is available here: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=3487>

Caeiro's arguments, we do not agree that the conflict in question is between the interest of the State to prosecute the crime and the protection of the specific victim. We believe instead that the State must ensure protection to the community and to the specific victim by intervening whenever someone is victimised by a severe criminal offense. Moreover, the State must protect victims from secondary victimization during criminal proceedings, according, specifically, to articles 18 to 24 of the Directive 2012/29/EU of the European Parliament and of the Council establishing minimum standards on the rights, support and protection of victims of crime.

6. Conclusion

If the Portuguese legislator autonomized as sexual offenses the nonconsensual acts of taking and/or sharing photographs, videos or similar materials of a person involved in sexual activities or of naked/exposed parts of a person's body, as well as the creation and/or sharing of sexual digitally manipulated contents depicting the person in the same situations, and the threats to commit such acts, this would ensure that all forms of IBSA are covered. These conducts, which GREVIO (2021) includes in the definition of sexual harassment, would be criminalised with attention to their specificities and with penalties proportionate to their seriousness. If these conducts occurred within the context of the relationships mentioned in article 152, they could fall under its scope. As the pressing necessity to properly criminalise these actions is connected to the means used nowadays to perpetrate them, this new offense would include as a requisite that it happened through ICT or other means of public dissemination. We suggest that such a future norm should establish an attenuated penalty if the means used for the dissemination of the contents were not ICT, the media or other means of public dissemination.

Besides incorporating the aggravating circumstances outlined in article 46 of the Convention and article 11 of the Directive that a thorough analysis of the PPC (that is out of the object of our work) would prove necessary, we believe the penalty should be increased when the acts are committed for profit. Moreover, when the threat is meant to "coerce a person to do, acquiesce to or refrain from a certain act", that should be considered an aggravating circumstance as well.

The conducts regarding non-sexual contents would still fall under article 192 and when committed through means of public dissemination, like ICT, they would be more severely punished under article 193 or, if the aggravation for cases involving public dissemination under 197, no. 2, is altered to cover article 192, article 193 will become largely obsolete.

Conflict of interests

The author has no conflicts of interest to declare.

References

- Caeiro, Pedro. 2019. "Observações sobre a projectada reforma do regime dos crimes sexuais e do crime de violência doméstica." *Revista Portuguesa de Ciência Criminal* 29(3): 668-671.
- Council of Europe. 2011. *Council of Europe Convention on Preventing and Combating Violence Against Women and Domestic Violence* [Istanbul Convention]. <https://rm.coe.int/168008482e>
- European Commission. 2022. *Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on Combating Violence Against Women and Domestic Violence*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52022PC0105>
- European Parliament & Council of the EU. 2012. *Directive 2012/29/EU*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32012L0029>
- European Parliament & Council of the EU. 2024. *Directive (EU) 2024/1385*. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202401385
- European Women's Lobby. 2024. *Report on Cyber Violence Against Women – Policy Overview and Recommendations*. https://dev.womenlobby.org/IMG/pdf/ewl_fullreport-2.pdf?_gl=1*uyqvjf*_ga*MTM2NzQ2NzMxMi4xNzQ2MjkwNzA5*_ga_M248T0X-2C9*czE3NDYyOTA3MDgkbzEkZzEkdDE3NDYyOTewNjUkajAkBDaKaDA
- Faustino, Maria João, Isabel Ventura, Catarina Alves, & Sílvia Lazary de Matos. 2022. "Faz Delete": Contributos para o conhecimento sobre a violência sexual baseada em imagens (VSBI) em Portugal. Estudo elaborado no âmbito da Rede de Jovens para a Igualdade.
- GREVIO. 2019. *GREVIO Baseline Evaluation Report: Portugal*. Council of Europe. <https://rm.coe.int/grevio-reprt-on-portugal/168091f16f>
- GREVIO. 2021. *GREVIO General Recommendation No. 1 on the Digital Dimension of Violence Against Women*. Council of Europe. <https://rm.coe.int/grevio-rec-no-on-digital-violence-against-women/1680a49147>
- Grupo Parlamentar do Partido Socialista. 2018. *Projeto de Lei n.º 736/XIII – Reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na internet*. PL_736_XIII
- Grupo Parlamentar do Partido Socialista. 2022. *Projeto de Lei n.º 347/XV – Reforça a proteção das vítimas de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos, alterando o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, que aprova o Comércio Eletrónico no Mercado Interno e Tratamento de Dados Pessoais*. PL_347_XV
- Kingdom of Belgium. *Code Pénal*. Belgium_Penal_Code
- McGlynn, Clare, & Erika Rackley. 2017. "Image-Based Sexual Abuse." *Oxford Journal of Legal Studies* 37(3): 534-561. <https://doi.org/10.1093/ojls/gqw033>
- Plan International. 2020. *Free To Be Online? A Report on Girls' and Young Women's Experiences of Online Harassment*. https://plan-international.org/uploads/2023/06/SOT_WGR2020-CommsReport-edition2023-EN.pdf
- República Portuguesa. *Código Penal de 1982* (versão consolidada). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675>
- República Portuguesa. 2018. Lei n.º 44/2018, de 9 de agosto. *Diário da República* 153, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/44-2018-115946549>
- Rigotti, Carlotta, & Clare McGlynn. 2022. "Towards A European Criminal Law on Violence Against Women: The Ambitions and Limitations of the Commission's Proposal to

- Criminalise Image-Based Sexual Abuse.” *New Journal of European Criminal Law* 13(4): 452-477. <https://doi.org/10.1177/20322844221140713>
- Rigotti, Carlotta, Clare McGlynn, & Franziska Benning. 2024. “Image-Based Sexual Abuse and EU Law: A Critical Analysis.” *German Law Journal* 25(9):1472-1493. <https://doi.org/10.1017/glj.2024.49>
- Santos, Cláudia Cruz. 2024. “O velho crime de devassa da vida privada posto à prova pelas novas formas de indiscrição.” In *40 Anos do Código Penal 1982-2022*, edited by Anabela Miranda Rodrigues, Sónia Fidalgo, & Tiago da Costa Andrade, 212-242. FDUC. <https://idpee.fd.uc.pt/pdfs/publicacoes/ebook-40%20anosCP.pdf>
- United Kingdom. Online Safety Act 2023. <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2023/50/contents>
- United Kingdom. Sexual Offences Act 2003. <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2003/42/contents>

Mariana Vilas Boas. Researcher at Universidade Católica Portuguesa, Faculty of Law, Católica Research Centre for the Future of Law, Portugal; PhD student and doctoral fellow at Foundation for Science and Technology, working mainly in the areas of Criminal Law and gender violence.

Received on 20 May 2025 and accepted for publication on 23 October 2025.

How to cite this article

[Chicago Style – adapted]

Vilas Boas, Mariana. 2025. “Image-based Sexual Abuse: Changes in the Portuguese Criminal Framework.” *ex æquo* 52: 116-130. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.09>

[APA Style – adapted]

Vilas Boas, Mariana (2025). Image-based sexual abuse: Changes in the Portuguese criminal framework. *ex æquo*, 52, 116-130. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.09>



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com



FORCE: A COSTURA COMO PRÁTICA FEMINISTA DA ARTE CONTRA A CULTURA DO ESTUPRO E PROMOÇÃO DO CONSENTIMENTO

 Gabriela Traple Wieczorek*

Resumo¹

O presente artigo aborda o trabalho do coletivo *FORCE: Upsetting Rape Culture*, encabeçado pela artista e arte-educadora Hannah Brancato e pela jornalista e ativista indígena cherokee Rebecca Nagle, com atuação crítica sobre a cultura do estupro e violência de gênero nos Estados Unidos e México. O foco específico é o *Monument Quilt*, iniciado em 2014. Nossa contribuição é informada por entrevista realizada com Hannah Brancato. O suporte metodológico do artigo é desenvolvido a partir das pesquisas de Julia Bryan-Wilson e Lora J. Bristow sobre bordado e costura como práticas feministas da arte; de Suzanne Lacy, Jacqueline Millner e Catriona Moore sobre arte comunitária; e de Catharine MacKinnon sobre consentimento.

Palavras-chave: Arte comunitária, feminismo, consentimento, cultura do estupro, espaços públicos.

Abstract

FORCE: Quilting as Feminist Art Practice Against Rape Culture and for the Promotion of Consent

This article addresses the work of the collective *FORCE: Upsetting Rape Culture*, headed by artist and art educator Hannah Brancato and Cherokee journalist and activist Rebecca Nagle, with a critical focus on rape culture and gender violence in the United States and Mexico. The specific focus is the *Monument Quilt*, initiated in 2014. This contribution is informed by an interview with Hannah Brancato. The methodological support for the article is developed from the research of Julia Bryan-Wilson and Lora J. Bristow on embroidery

* Instituto de Artes da Universidade do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV/ UFRGS), Porto Alegre, 90020-180, Brasil.
Endereço postal: Rua Sr. dos Passos, Centro Histórico, Porto Alegre – RS, 90020-180, Brasil.
Correio eletrônico: gabrielatw@gmail.com

¹ Uma versão deste artigo foi apresentada no 44º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, realizado em outubro de 2024 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No momento da submissão, os anais do evento ainda não haviam sido publicados.

and sewing as feminist art practices; Suzanne Lacy, Jacqueline Millner and Catriona Moore on community art; and Catharine MacKinnon on consent.

Keywords: Community art, feminism, consent, rape culture, public spaces.

Resumen

FORCE: La costura como práctica feminista del arte contra la cultura de la violación y promoción del consentimiento

Este artículo aborda el trabajo del colectivo *FORCE: Upsetting Rape Culture*, encabezado por la artista y educadora de arte Hannah Brancato y la periodista y activista indígena cherokee Rebecca Nagle, con actuación crítica sobre la cultura de la violación y la violencia de género en Estados Unidos y México. El foco específico es el *Monument Quilt*, iniciado en 2014. Nuestra contribución es informada por una entrevista realizada con Hannah Brancato. El soporte metodológico del artículo se desarrolla a partir de las investigaciones de Julia Bryan-Wilson y Lora J. Bristow sobre bordado y costura como prácticas feministas del arte; de Suzanne Lacy, Jacqueline Millner y Catriona Moore sobre arte comunitario; y de Catharine MacKinnon sobre consentimiento.

Palabras clave: Arte comunitario, feminismo, consentimiento, cultura de la violación, espacios públicos.

1. Introdução

Este artigo aborda o trabalho do coletivo *FORCE: Upsetting Rape Culture*. Por meio de intervenções públicas, instalações e performances, o coletivo busca promover o engajamento comunitário de sobreviventes e inserir a narrativa elaborada a partir da sua perspectiva em espaços institucionais. O foco específico de nossa análise é o *Monument Quilt* (Fig. 1), iniciado em 2014 e ainda em processo de institucionalização em parceria com o *Baltimore Museum of Art*, o Museu de História e Cultura Afro-americana Reginald F. Lewis, e museus de cinco universidades estadunidenses. Além da colcha, também serão abordadas as performances e oficinas relacionadas ao projeto, que mobilizaram centenas de pessoas entre voluntárias/os, líderes comunitárias/os e participantes.

Nossa contribuição é informada por entrevista realizada com Hannah Brancato², em que se discutiram as origens e o andamento do projeto, as parcerias com instituições culturais e a forte influência da tradição do *quilting* como método de transmitir e preservar histórias. Em termos metodológicos, o artigo baseia-se nas pesquisas de Julia Bryan-Wilson e Lora J. Bristow sobre bordado e costura como práticas feministas da arte; de Suzanne Lacy, Jacqueline Millner e Catriona Moore sobre arte comunitária; e de Catharine MacKinnon sobre consentimento.

² A entrevista, realizada por videoconferência em maio de 2023, ainda não foi publicada, mas o documento pode solicitado à autora via e-mail.

Figura 1
Monument Quilt, 2013-2019. Registro de intervenção
 realizada no National Mall, Washington DC (junho de 2019)



Fonte: FORCE: Upsetting Rape Culture (<https://themonumentquilt.org/>).

2. FORCE

O coletivo *FORCE: Upsetting Rape Culture* foi criado em 2010 pela artista, ativista e professora Hannah Brancato e pela jornalista e ativista indígena cherokee Rebecca Nagle. O projeto foi criado com intuito de desafiar as estruturas sociais que perpetuam a cultura do estupro e criar espaços de acolhimento e diálogo entre sobreviventes de violência sexual por meio de práticas interseccionais. Além disso, o coletivo tem como uma de suas principais preocupações incluir as especificidades das comunidades LGBTQIA+, negra e indígena, assumindo uma firme posição contra a supremacia branca. Tendo suas principais atividades centralizadas entre Baltimore, no estado de Maryland (EUA), e a Cidade do México, o coletivo de arte e ativismo passou a contar com dezenas de integrantes e líderes comunitárias/os, e centenas de participantes e voluntárias/os em propostas locais e itinerantes (cf. *FORCE: Upsetting Rape Culture*).

Suas primeiras intervenções usaram a prática de *culture jams*³ para abordar o consentimento. Em 2012, a campanha *Pink Loves Consent* subverteu a marca

³ *Culture jam* é uma forma de comunicação de guerrilha derivada das práticas situacionistas, sendo usada para interromper ou subverter a cultura midiática e suas instituições culturais dominantes, incluindo a publicidade corporativa.

Pink, da *Victoria's Secret*, substituindo slogans por mensagens como *No Means No* e *Consent is Sexy* em peças de lingerie (Fig. 2). O site da campanha, que também fornecia dados e recursos para sobreviventes, recebeu 200 mil acessos em dois dias e maior engajamento do público com a hashtag #lovesconsent do que as hashtags da empresa nas redes sociais. A *Victoria's Secret* tentou remover a campanha judicialmente.

Figura 2

Pink Loves Consent, 2012. Registro de intervenção digital



Fonte: FORCE: Upsetting Rape Culture

(<https://upsettingrapeculture.com/pastprojects/pinklovesconsent/>).

Em 2013, o coletivo lançou um site com guias de consentimento para festas universitárias, utilizando o nome da revista *Playboy*. O site ficou no ar, com um aviso de que não é um conteúdo oficial da empresa⁴. De acordo com Brancato (2023), o período parecia propício para levar esse tipo de discussão sobre a cultura do estupro e a promoção do consentimento ao espaço público mediante parcerias e mobilizações que iniciavam nas redes sociais:

Desde o início, nos vimos criando espaço para conversas que não estavam acontecendo. E tentamos várias maneiras diferentes de criar esse espaço, contando com as mídias sociais nos primórdios das redes sociais. Então, é quase difícil falar sobre isso porque acho que o uso das redes sociais para organizar sobreviventes significava algo um pouco diferente naquela época, era uma ideia nova. Foi por volta de 2012, a Pri-

⁴ O website foi retirado do ar em julho de 2025. Sua última verificação ocorreu em 18 de junho de 2025 e pode ser consultada em Internet Archive Wayback Machine (https://web.archive.org/web/20250000000000*/partywithplayboy.com) [Consultado em: 26 de outubro de 2025].

mavera Árabe, o movimento *Occupy Wall Street*. Era uma era diferente de organização. E foi a primeira vez, acho que foi a primeira onda, de usar redes sociais dessa forma. (Brancato, 2023)⁵

Ainda em 2012, o coletivo organizou uma série de projeções no prédio do Capitólio dos Estados Unidos intitulada *RAPE IS RAPE*. O trabalho foi motivado por comentários dos então deputados Todd Akin e Roger Rivard do Partido Republicano. Os legisladores e outros colegas de partido sugeriram uma alteração do código penal para classificar como crime de estupro apenas casos em que violência física extrema fosse utilizada contra a vítima (“forcible rape” ou “legitimate rape”), ignorando a necessidade de um consentimento afirmativo explícito para o ato (McCambridge 2012; Smerconish 2012). Além do título da série, foram projetados trechos de depoimentos e relatos de vítimas (Fig. 3).

Figura 3

RAPE IS RAPE, 2012. Registro de projeção realizada no Capitólio dos Estados Unidos



Fonte: FORCE: Upsetting Rape Culture
(<https://upsettingrapeculture.com/pastprojects/rapeisrape/>).

⁵ A tradução deste excerto, bem como dos restantes aqui apresentados, é da autora. Trecho original da entrevista: “From the very beginning, we saw ourselves as creating space for conversations that were not being had. And we tried multiple different ways to make that room between relying on social media in the early days of social media. So it’s almost hard to talk about it because I think it meant something a little bit different than it does now to use social media to organize survivors because it was a new idea at the time. It was around the time of 2012, the Arab Spring, there was *Occupy Wall Street*. It was just a different era of organizing. And it was the first time, it was the first wave, I think, of using it that way.”

A questão do consentimento em uma sociedade demarcada pela desigualdade é discutida por Catharine MacKinnon (2016). Além da dificuldade em aplicar legalmente o conceito, para a autora,

[...] o conceito é inerentemente desigual, pressupondo simultânea e silenciosamente que as partes são iguais, quer sejam ou não. Ele se baseia tacitamente em uma noção da liberdade de quem é objeto do ato, na significância de o “voluntário” ser equivalente à iniciativa do “outro”, sob o que são, no sexo, tipicamente condições de fundo invisíveis, às vezes em primeiro plano, de desigualdade sexual (significando de gênero). É como se alguém pudesse ser livre sem ser igual — uma proposição nunca explicada ou sequer vista como necessitando de explicação. (MacKinnon 2016, 440)⁶

Assim, podemos considerar que o consentimento pode, frequentemente, ser forçado ou até mesmo usado para mascarar a coerção, especialmente quando a “voluntariedade” é presumida em situações em que há significativas assimetrias de poder ou falta de alternativas. É o caso dos estupro maritais, do trabalho sexual e do abuso de poder institucional. Ainda que o conceito seja falho e a ideia de “acolhimento” (*welcomeness*) proposta por MacKinnon (2016, 450) seja mais abrangente e completa, o consentimento foi disparador essencial para as discussões do coletivo FORCE. E foi central para o desenvolvimento das obras do coletivo em um momento que antecede a adesão massiva em 2017 ao #MeToo, projeto iniciado por Tarana Burke em 2006, quando discussões sobre consentimento e violência sexual tomaram grandes proporções na mídia e na esfera pública⁷.

A partir da experiência com o uso dos relatos, o coletivo inicia um trabalho de articulação com líderes comunitárias/os e organizações que oferecem serviços a vítimas de estupro e de tráfico sexual, bem como trabalhadoras do sexo, organizando conversas, performances e ateliês que culminariam na construção do *Monument Quilt*. Para Brancato, a ideia do monumento surge para atender à comunidade que se mobilizava em torno das outras ações do FORCE:

⁶ Texto original: “[...] the concept is inherently an unequal one, simultaneously silently presupposing that the parties to it are equals whether they are or not. It tacitly relies on a notion of the freedom of the acted-upon, on the meaningfulness of the ‘voluntary’ balancing the initiative of ‘the other,’ under what are, in sex, typically invisible background, sometimes foreground, conditions of sex (meaning gender) inequality. It is as if one can be free without being equal – a proposition never explained or even seen as in need of explanation.”

⁷ Popularizado após as denúncias contra o produtor de Hollywood Harvey Weinstein, desencadeou uma onda de relatos de sobreviventes em várias indústrias e países. A organização encabeçada por Burke criou uma plataforma para que as vítimas de violência sexual pudessem compartilhar suas experiências, oferecendo um senso de solidariedade e validação, além de oferecer uma lista com recursos psicológicos e jurídicos. Para mais informações, ver <https://metoomvmt.org/>

Construímos uma comunidade por meio desses projetos, e é por isso que os mencionei no contexto de como nos organizamos com as pessoas. Acho que decidimos mesmo fazer o *Monument Quilt* com base nesse público. Com base nas pessoas dizendo: “Ei, é legal fazer essas coisas visionárias sobre como poderia ser uma cultura de consentimento. Mas também, como sobreviventes, realmente não temos espaço para compartilhar o que passamos em público, e também precisamos disso”. Então, começamos o *Monument Quilt* como uma forma de responder a esse público. E desde o início sabíamos que seria uma tarefa bastante grande. (Brancato, 2023)⁸

3. Preparando o *Monument Quilt*

O trabalho de construção do *Monument Quilt*, uma colcha monumental pensada para ser exposta no gramado do *National Mall* em Washington, teve início em 2013. A partir de então, foram estabelecidos ateliês de costura que promoviam momentos de escuta sensível mediados por profissionais da saúde mental voluntárias/os e ativistas envolvidas/os na luta contra a cultura do estupro. Os ateliês acolheram sobreviventes homens e mulheres de diferentes idades, orientações sexuais e identidades de gênero, além de amigos e familiares, buscando atender uma comunidade diversa e incluir experiências variadas.

Os quadrados de tecido que compõem o *Monument Quilt* são confeccionados principalmente com materiais como algodão, feltro e outros tecidos duráveis, frequentemente enriquecidos com elementos adicionais, tais como bordados, pinturas, apliques e colagens, que representam as experiências pessoais das/os sobreviventes e o que elas/es têm a dizer sobre o tema (Fig. 4 e Fig. 5). As cores predominantes são o vermelho e o branco, escolhidas por seu simbolismo: o vermelho remete ao sangue, à dor e à resistência, enquanto o branco evoca a cura e a esperança, embora outras cores também possam ser utilizadas conforme a intenção de cada participante. Cada quadrado possui dimensões padronizadas de aproximadamente 1 metro quadrado. Os mais de 3 mil quadrados foram, então, agrupados em 750 blocos para facilitar a organização e a montagem da instalação.

Em entrevista, a cofundadora Hannah Brancato cita como principais inspirações para o projeto o *AIDS Memorial Quilt* e o trabalho da psiquiatra estadunidense Judith Herman sobre síndrome de estresse pós-traumático e recuperação

⁸ Trecho original da entrevista: “We had kind of a community that we had built through those projects, and that’s why I mentioned them in the context of how did we organize with people. I think that we decided to even do the *Monument Quilt* based on that audience. Based on people saying, ‘Hey, it’s cool to do these visionary kinds of things about what a culture of consent could look like. But also, as survivors, we really don’t have space to share what we’ve gone through in public, and we need that too’. So we started the *Monument Quilt* in a way in response to that audience. And then from the beginning, we knew that it was going to be a pretty big undertaking.”

em vítimas de abuso sexual. O *AIDS Memorial Quilt* foi concebido como parte do *Names Project*, fundado em 1987 pelo ativista Cleve Jones como uma forma de homenagear e lembrar aqueles que faleceram devido ao descaso governamental em relação com o HIV e o preconceito contra os grupos mais atingidos. A colcha é formada por 48 mil painéis de tecido customizados com bordados, *patchwork*, pedrarias, tintas e itens pessoais de alguns dos homenageados (de mechas de cabelo a peças de roupa), pesa cerca de 54 toneladas e, quando aberta, ocupa um milhão de metros quadrados, sendo o maior projeto de arte comunitária já realizado (Bryan-Wilson 2017, 184). Foi exibida em sua integridade somente duas vezes, em 1987 e 1996, ambas no *National Mall*. Atualmente, a colcha é preservada pela *Names Project Foundation* e o *National AIDS Memorial*, e seu conteúdo pode ser acessado digitalmente⁹.

Figura 4

Monument Quilt, 2013-2019. Detalhe. Referência do quadrado: 169 Zona: NE2 Bloco: 66



Fonte: FORCE: Upsetting Rape Culture (<https://app.themonumentquilt.org/>).

⁹ Ver <https://www.aidsmemorial.org/interactive-aids-quilt>

Figura 5

Monument Quilt, 2013-2019. Detalhe. Referência do quadrado: 265 Zona: N3 Bloco: 105



Fonte: FORCE: Upsetting Rape Culture (<https://app.themonumentquilt.org/>).

O *quilting*, segundo Lora J. Bristow (2013, 13), passou a ser amplamente considerado uma prática feminista da arte, tanto em seus aspectos materiais quanto em sua metodologia, a partir das décadas de 1960 e 1970, citando o artigo “Quilts: The Great American Art”, publicado por Patricia Mainardi em *The Feminist Art Journal* em 1973. Já Bryan-Wilson enfatiza a importância do trabalho *Feminist Series* (1972), de Faith Ringgold, e afirma:

Embora os historiadores da arte, desde a consolidação da disciplina, como Alois Riegl, tenham se debruçado sobre os têxteis para obter, entre outras coisas, teorias de padrão e estilo, na arena da história da arte contemporânea, devo enfatizar que foi o ativismo das feministas que trouxe os têxteis para o debate de forma mais proeminente. (Bryan-Wilson 2017, 13)¹⁰

¹⁰ Texto original: “Though art historians since the consolidation of the discipline such as Alois Riegl have looked to textiles for, among other things, theories of pattern and style, within the arena of contemporary art history, I must emphasize, it was the activism of feminists that brought textiles more prominently into the conversation.”

E, apesar de historicamente associados ao doméstico e ao feminino, Bryan-Wilson exemplifica como os têxteis são reconfigurados em contextos contemporâneos para questionar normas sociais e políticas. Tal abordagem também é realizada pela historiadora da arte Ferren Gipson no livro *Women's Work: From Feminine Arts to Feminist Art* (2022), afirmando que:

A história do 'trabalho de mulher' fez com que materiais como tecidos e cerâmica se tornassem ferramentas especialmente poderosas para abordar questões feministas na arte moderna e contemporânea. Esses materiais são reforçados por uma capacidade especial de expressar histórias e perspectivas diversas de mulheres, devido às suas associações históricas com o feminino. Por essa razão, eles são os meios perfeitos para desconstruir estereótipos, explorar diferentes experiências da feminilidade e romper com espaços historicamente dominados por homens. (Gipson 2022, 6)¹¹

Ademais, Bristow (2013, 18) comenta sobre a participação masculina nas comunidades de *quilting*, principalmente na contemporaneidade, fenômeno que caracteriza o trabalho do *NAMES Project*, e está presente nas atividades do FORCE em sua busca por inclusão e mudança. O coletivo também ressalta que a costura é uma atividade que possibilita a promoção do diálogo durante as oficinas, e Brancato (2023) afirma que, apesar de ser uma tarefa delicada, todas as atividades eram pensadas como ambientes seguros para trocas sensíveis, mesmo considerando as tantas diferenças entre participantes.

O trabalho de Herman inspirou a abordagem em relação à participação de sobreviventes e voluntários, além das políticas de cuidado empregadas pelo coletivo em suas atividades. Herman (1992, 181) destaca o valor terapêutico de as/os sobreviventes compartilharem suas narrativas de trauma em um ambiente seguro e de apoio que pode ajudar a processar o trauma, reduzir sentimentos de vergonha e quebrar o silêncio que muitas vezes perpetua o sofrimento. A psiquiatra também destaca a importância do apoio comunitário, quebrando uma lógica de isolamento, e desafiando os moldes sociais que revitimizam ou culpabilizam sobreviventes (Herman 1992, 214).

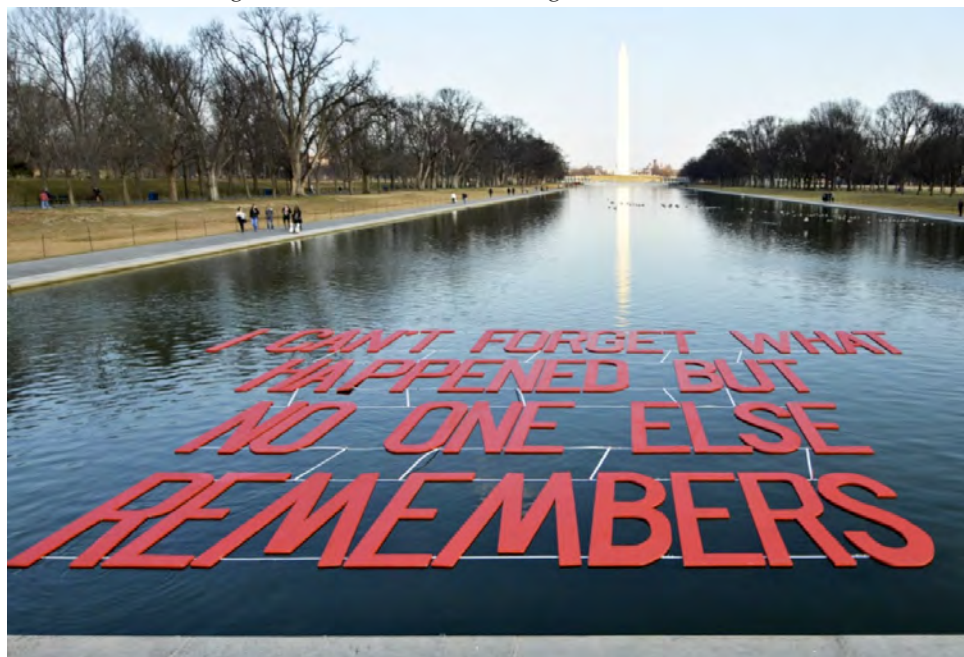
A partir disso, foram desenvolvidas rodas de conversa e oficinas como um prelúdio à colcha. Algumas dessas atividades resultaram nas performances *Mourning and Rage* (Fig. 6), realizada em fevereiro de 2014 na Lincoln Memorial Reflecting Pool em Washington, e *To Be Heard* (Fig. 7), realizada em junho de 2016 no Baltimore Museum of Art. Ambos os trabalhos são centralizados no comparti-

¹¹ Texto original: "The history of 'women's work' has meant that mediums like textiles and ceramics have served as particularly potent tools to engage with feminist issues in modern and contemporary art. These mediums are fortified with a special capacity to express women's stories and diverse perspectives through their historical associations with the feminine. For that reason, they are the perfect means of dismantling stereotypes, tapping into different experiences of womanhood and disrupting historically male spaces."

lhamento de relatos. No primeiro, a frase *I Can't Forget What Happens, But No One Else Remembers*¹² foi instalada em letras vermelhas flutuantes no espelho d'água do memorial após um cortejo. A frase foi retirada de um poema escrito por Brancato sobre sua experiência pessoal e vontade de criar um monumento permanente para vítimas e sobreviventes. O segundo trabalho consiste em uma performance criada por Melani Douglass, integrante do coletivo parceiro *Gather Together*, para acompanhar a exposição parcial da colcha (viabilizada pelo *Janet & Walter Sondheim Artscape Prize*) em uma sala do museu. Após o percurso interno, as participantes se reuniram em frente ao museu levantando faixas com os dizeres *I am not what's broken*¹³. Em outubro de 2016 foi organizada a atividade *Survivors Speak Out*, em parceria com *TurnAround Inc.*, organização que auxilia e presta serviços a vítimas de estupro, tráfico sexual e trabalhadoras do sexo.

Figura 6

Mourning and Rage, 2014. Registro de intervenção realizada na Lincoln Memorial Reflecting Pool, National Mall, Washington DC (fevereiro de 2014)



Fonte: FORCE: Upsetting Rape Culture
(<https://upsettingrapeculture.com/pastprojects/mourningandrage/>).

¹² Em português: Eu não consigo esquecer, mas ninguém mais se lembra.

¹³ Em português: Eu não sou o que está quebrado.

Figura 7

To Be Heard, 2016. Registro de intervenção realizada no Baltimore Museum of Art, Baltimore, Maryland (junho de 2016)



Fonte: FORCE: Upsetting Rape Culture (<https://upsettingrapeculture.com/pastprojects/tobeheard/>).

4. Exibindo e arquivando o *Monument Quilt*

Durante um período de seis anos, enquanto aconteciam as intervenções no Museu de Baltimore e em locais representativos do centro do poder na capital dos Estados Unidos, as oficinas de costura e as versões parciais da colcha fizeram uma itinerância por cerca de 33 cidades dos EUA e México. Essa itinerância foi apoiada por 100 organizações de sobreviventes e incluiu diversas universidades, instituições culturais e até mesmo setores do exército.

A violência sexual nas universidades é um problema persistente, com estudos indicando que aproximadamente 11,2% das/os estudantes sofrem assédio sexual ou estupro durante o período acadêmico (Cantor et al. 2015, 15). Estima-se que 50% dos estupros cometidos ocorrem nos primeiros meses do ano letivo, quando as/os estudantes, especialmente calouras/os, estão mais vulneráveis a agressões sexuais (Flack et al. 2008, 1180). O período foi denominado *Red Zone*. Já a inclusão das forças armadas na discussão também é importante por diferentes fatores. Além do uso histórico de violência sexual como arma de guerra, dados obtidos pelo *Sexual Harassment/Assault Response and Prevention Program* (SHARP) demonstram que milhares de homens e mulheres em serviço sofreram algum tipo de abuso sexual em 2012. Uma nova pesquisa realizada pelo Departamento de Defesa em 2021 apontou que, de um total de 35.900 agressões sexuais, somente

7.260 foram denunciadas ou tiveram suas denúncias aceitas por superiores¹⁴. Além do descaso, é importante destacar como o tópico de vítimas do sexo masculino ainda é um grande tabu e largamente silenciado.

Materiais produzidos e distribuídos pelo FORCE demonstram a importância de promover uma cultura de consentimento em instituições intrinsecamente hierárquicas como o exército, a polícia, instituições governamentais e as universidades. O coletivo reconhece como tais instituições foram desenvolvidas a partir de ideais do supremacismo branco e utilizam a violência sexual como ferramenta de manutenção desses ideais, destacando suas origens coloniais e como a Justiça continua extremamente parcial ao homem branco. O coletivo também publicou manuais informativos sobre o modo como vítimas que oficializam suas denúncias são transformadas em culpadas pelo sistema penal¹⁵ e quais as ações que a comunidade em geral pode realizar para impulsionar mudanças.

A exibição final do *Monument Quilt* ocorreu em maio de 2019 no *National Mall*, em Washington, quando as mais de 3 mil colaborações foram dispostas sobre o gramado formando os dizeres *No Estás Solx* e *You Are Not Alone* [Você não está só]. A instalação foi acompanhada de performances e leitura de experiências individuais e coletivas na construção e itinerância da colcha. Algumas das organizações parceiras montaram tendas para oferecer seus serviços ao redor da colcha. Pela primeira e única vez, o trabalho foi exposto em sua totalidade. Em 2020, o coletivo, em parceria com o Museu de Baltimore e outras instituições, iniciou o processo de arquivamento. Os blocos foram fotografados e catalogados, e diferentes partes da colcha foram incluídas em acervos institucionais. Também se criou um aplicativo e um *site* para permitir o acesso digital ao conteúdo.

5. Costurando comunidades

Assim como o *quilting* foi incorporado às práticas feministas da arte a partir da década de 1960, a arte comunitária perpassa a produção de diversas artistas feministas a partir desse período, mobilizadas pelos debates acerca dos direitos das mulheres, mas também pelas violências sofridas. É o caso de Suzanne Lacy, artista cuja abordagem comunitária sobre as violências perpetradas pela sociedade

¹⁴ Com as novas políticas impostas pelo governo estadunidense a partir de janeiro de 2025, os *sites* contendo as pesquisas citadas foram retirados do ar. Entretanto, os dados podem ser consultados através da organização de políticas públicas RAND (s.d.) em seu *website* (<https://www.rand.org/pubs/tools/TLA746-2/handbook/resources/data-on-sexual-assault-in-the-military.html>).

¹⁵ O documentário *Victim/Suspect* (2023), dirigido pela jornalista Nancy Schwartzman, exemplifica as questões apontadas pelo coletivo FORCE. A obra conta as histórias de mulheres acusadas pela polícia de fazer falsas denúncias de estupro, apesar de estarem dizendo a verdade. Schwartzman obteve gravações dos depoimentos e demonstra como interrogadores coagem as vítimas, às vezes violentamente, e distorcem relatos de modo a proteger os perpetradores.

patriarcal resultou em dezenas de projetos em diferentes contextos. Um dos trabalhos de Lacy, em colaboração com Leslie Labowitz, sobre vítimas de feminicídio, intitulado *In Mourning and Rage* (1977), pode ser considerado referencial para as intervenções do FORCE, principalmente uma das intervenções do coletivo de nome similar.

Lacy (2016, 239) afirma que trabalhos comunitários de caráter público possibilitam “locais de aprendizado mútuo nos quais as pessoas estruturam narrativas coletivas contextualizando suas experiências”, e indaga “Como é que as realidades individuais, reveladas em um contexto público, dão origem a entendimentos novos e potencialmente fortalecedores?”¹⁶ Assim, a participação comunitária em projetos de larga escala tenta impulsionar o debate e influenciar mudanças na sociedade. No caso do FORCE, o objetivo é a conscientização sobre uma cultura de consentimento e a eliminação da violência sexual a partir do diálogo entre relatos tão diversos, bem como o questionamento das estruturas e instituições que perpetuam essa violência. Essa ideia também é reforçada por Lacy (2022, 26) no prólogo do livro *Art as Social Practice: Technologies for Change*, texto no qual afirma que “superar a divisão, a impotência e a ‘marginalização’ por meio da conversa é, eu diria, a metodologia fundamental da arte de prática social”¹⁷.

As pesquisadoras Jacqueline Millner e Catriona Moore abordam os aspectos de comunidade e participação nas práticas feministas da arte contemporânea em *Contemporary Art and Feminism*, ao analisarem trabalhos realizados em diferentes contextos, assim como a influência de artistas e comunidades indígenas e racializadas no desenvolvimento de “estruturas analíticas para considerar questões-chave de estratégia política, ativismo e prática” (Millner & Moore 2022, 2)¹⁸. As autoras (Millner & Moore 2022, 15) afirmam que artistas feministas se afastaram da análise da representação de gênero em sistemas ideológicos fixos e generalizáveis, em uma mudança da ‘política de representação’ para uma ‘política de ação’, permitindo articulações mais amplas da arte com movimentos sociais e políticos. Entretanto, para Millner e Moore (2022, 16) as artistas não abandonaram “a ideia feminista de que representações de diferença, busca pela verdade e reconciliação são processos de materialização e alusão: a estética como uma ética incorporada e afetiva” e tampouco a ideia de que o pessoal é político como parte da construção coletiva¹⁹.

¹⁶ Texto original: “[...] sites of mutual learning where people frame collective narratives by contextualizing their experiences within larger equity issues”; “How do individual realities, revealed in a public context, give rise to new and potentially empowering understandings?”

¹⁷ Texto original: “Overcoming division, powerlessness, and “othering” through conversation is, I would argue, the fundamental methodology of social practice art.”

¹⁸ Texto original: “[...] analytical frameworks to consider key questions of political strategy, activism and practice.”

¹⁹ Texto original: “[...] abandon the feminist idea that depictions of difference, truth-telling and reconciliation are processes of materialization and allusion: aesthetics as an embodied and affective ethics.”

O livro conta com uma discussão sobre o modo como as práticas feministas da arte contemporânea têm o potencial de reimaginar e desenvolver públicos e comunidades, contribuindo para a criação de espaços seguros. Millner e Moore (2022, 129) também abordam o ‘craftivismo’²⁰, especialmente o trabalho têxtil realizado de forma colaborativa, como uma ética material do cuidado que, atrelada ao pensamento feminista, contraria “os binarismos de gênero e hierárquicos do pensamento ocidental que opõem arte e artesanato, masculino e feminino, o universal e o particular, o público e o privado”²¹ e viabiliza práticas ativas de diálogo e cuidado comunitário.

A importância desse aspecto comunitário, central no processo de recuperação sugerido por Judith Herman (1992) e reforçado a todo momento pelo trabalho do coletivo, também é parte da análise de trabalhos têxteis realizados por artistas e coletivos feita pela historiadora da arte Julia Bryan-Wilson (2017), e parte integral da pesquisa de Lora J. Bristow sobre as relações sociais a partir do *quilt-ing*. Bristow (2013, 7) comenta que, historicamente, a atividade é considerada “importante para sustentar a comunidade e a sobrevivência individual, apoiando a cultura e a identidade do grupo”²² em questão, estando ligada principalmente à sobrevivência de comunidades afro-americanas a partir do período da escravidão nos Estados Unidos, de comunidades indígenas e de comunidades brancas na região da Appalachia. Ou, seja, não estamos falando somente de um trabalho de arte comunitária, mas também de um trabalho de memória comunitária, fator de extrema importância para a criação do FORCE e de sua principal referência, o *AIDS Memorial Quilt*. Segundo Hannah Brancato (2023),

Acredito que os memoriais fazem parte de um arco maior de resposta comunitária à violência que tira o fardo do indivíduo. Esse era parte do objetivo do nosso projeto. A natureza temporária do nosso projeto é um chamado à ação. Nossa intenção era: “Isto é um chamado à ação”. Isso não vai durar para sempre. E o que o resto de nós vai fazer quando acabar?²³

²⁰ *Craftivism* é um termo que combina as palavras “artesanato” (*craft*) e “ativismo” (*activism*). O conceito se refere à prática de usar a criatividade e o artesanato para promover causas políticas ou sociais.

²¹ Texto original: “[...] the gendered and hierarchical binaries of Western thought that oppose art and craft, masculine and feminine, the universal and the particular, public and private.”

²² Texto original: “[...] an important part of sustaining community and individual survival, supporting group culture and identity.”

²³ Trecho original da entrevista: “I think memorials are part of a larger arc of community response to violence that takes the burden off of the individual. That was part of the goal of our project. The temporary nature of our project is about being a call to action. Our intention was, ‘This is a call to action’. This isn’t going to last forever. And what are the rest of us going to do when it’s gone?”

Brancato comentou sobre as particularidades de um memorial realizado com materiais que necessitam de cuidado especial em seu manejo e manutenção. Ao analisar os *quipus*²⁴ de Cecilia Vicuña e o trabalho das *arpilleras*²⁵ chilenas, Bryan-Wilson (2017, 178) tece uma reflexão parecida, apontando como “as fibras e os tecidos são encarregados da complexa tarefa de manter a memória, mesmo que, como o tecido, as memórias se desbotem, se desgastem com o uso excessivo e se tornem esgarçadas”²⁶.

6. Considerações finais

O trabalho do coletivo *FORCE: Upsetting Rape Culture* foi uma tentativa de incentivar discussões sobre violência sexual e promoção de uma cultura do consentimento a partir das experiências de sobreviventes. O coletivo e as diversas comunidades envolvidas com o projeto puderam desenvolver um espaço para processar suas experiências, buscar e ofertar auxílio e, principalmente, descobrir que não estavam sozinhas. Misturando uma abordagem midiática com táticas de engajamento comunitário, Brancato e Nagle conseguiram ultrapassar a discussão sobre consentimento. Este conceito, que serviu como disparador essencial para as discussões públicas do coletivo *FORCE* – especialmente em um período que antecede a adesão massiva em 2017 ao *#MeToo* –, foi corretamente definido por Catharine MacKinnon (2016) como insuficiente para centralizar as experiências das/os participantes e desenvolver um tipo de crítica coletiva às instituições que possibilitam a perpetuação da cultura do estupro.

A criação de um monumento, mesmo a partir de um suporte frágil e de instalações efêmeras, segue uma tradição da arte feminista e da arte engajada, como apontado por Suzanne Lacy (1995; 2016) e Julia Bryan-Wilson (2017). E, como afirma Hannah Brancato (2023), a relevância do projeto é amplificada por sua natureza temporária, que questiona o que será feito pela comunidade quando a obra não estiver mais visível. Espera-se que cada fragmento do *Monument Quilt*, exposto nas instituições culturais e de ensino que os adquiriram, siga possibilitando discussões, pesquisas e novas práticas artísticas.

Mas temos visto que as condições de avanço dos direitos das mulheres e demais grupos tratados como minorias sociais que viabilizaram um trabalho cuidadoso, mas de teor extremamente crítico, também são frágeis. Se no México

²⁴ Os *quipus* foram estruturas de tramas utilizadas pelos incas como sistema de escrita, para registro de histórias e cantos em língua quéchua.

²⁵ A *arpillera* é uma forma de arte têxtil chilena, feita com retalhos de tecido costurados e bordados à mão, que retrata cenas cotidianas, temas políticos ou denúncias sociais.

²⁶ Texto original: “Together, these textiles continue to ask questions about how fibers and cloth are charged with the complex task of memory keeping, even as, like fabric, memories fade, wear through with too much use, and go threadbare.”

a eleição, em 2024, de Claudia Sheinbaum como a primeira mulher presidente potencializa as esperanças de um olhar mais atento às violências de gênero na administração do país²⁷, do outro lado da fronteira as coisas são diferentes. Com a reeleição de Donald Trump no mesmo ano e o ritmo acelerado de retirada de direitos e censura de qualquer tópico que possa ser relacionado com a temática da diversidade em 2025, a situação dos direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+ é preocupante. Os dados mais atualizados apresentados pelo *National Sexual Violence Resource Center* em 2025 são de uma análise publicada em 2023 sobre o biênio 2016/2017²⁸, por exemplo. Além dos laços entre o presidente e o silenciamento do caso Epstein, Trump teceu comentários públicos sobre a não criminalização da violência doméstica (Donegan 2025). Segundo a jornalista e pesquisadora Moira Donegan, a administração está fazendo o possível para retirar fundos de organizações que promovem a proteção e os direitos das mulheres, especialmente no caso de ONGs trans inclusivas. Condição também a concessão de fundos a ONGs de combate à violência doméstica, exigindo que colaborassem com o Serviço de Imigração e Controle Aduaneiro (ICE – *Immigration and Customs Enforcement*) na entrega de mulheres que fossem vítimas de abuso. Essa política, por sua vez, dificultaria seriamente que mulheres sem documentação buscassem assistência e apoio.

Assim, o *Monument Quilt* se transformou em algo mais que um memorial para sobreviventes de violência sexual. Ele agora é um memorial de um período em que o diálogo sobre esse tema foi incentivado e abraçado por diferentes grupos e instituições em seu país de origem. Um período de reflexão. Agora, esperamos que o trabalho do FORCE sirva como um chamado para a ação e o enfrentamento, como descrito por Brancato em nossa entrevista. Não somente como um exemplo de cuidado comunitário e mobilização coletiva através da arte, mas de como é essencial seguir questionando explicitamente as estruturas de domínio dos corpos, quem as mantém e a quem elas beneficiam.

Conflito de interesses

A autora declara não ter nenhum conflito de interesses.

²⁷ Ainda em 2024, Sheinbaum assinou um decreto para reformar sete leis secundárias visando proteger as mulheres no país. As mudanças visam promover a igualdade substantiva, a perspectiva de gênero e o direito das mulheres a uma vida livre de violência, além de combater a diferença salarial. O decreto modifica a Lei Geral para a Igualdade entre Mulheres e Homens, estabelecendo um certificado de Igualdade de Gênero e Não Discriminação, e a Lei Geral de Acesso para as Mulheres a uma Vida Livre de Violência, que agora exige que agressores saiam de casa em casos de violência de gênero, independentemente de quem seja o proprietário. A nova legislação também cria o Registro Nacional de Medidas e Ordens de Proteção e conceitua a “violência vicária” no Código Nacional de Procedimentos Cíveis e Familiares, que se refere a atos que buscam prejudicar mulheres através de seus filhos ou parentes próximos.

²⁸ Ver <https://www.nsvrc.org/saam/about-2025>

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

Referências

- Brancato, Hannah. 2023. Entrevista por Gabriela Traple Wieczorek (não publicada). Videoconferência, 25 de maio.
- Bristow, Lora J. 2013. "Work: Social Relations of Quilting." Dissertação de Mestrado, California State Polytechnic University, Humboldt. <https://digitalcommons.humboldt.edu/etd/1227/>
- Bryan-Wilson, Julia. 2017. *Fray: Art and Textile Politics*. University of Chicago Press.
- Cantor, David, Bonnie Fisher, Susan Helen Chibnall, et al. 2015. *Report on the AAU Campus Climate Survey on Sexual Assault and Sexual Misconduct*. Association of American Universities. https://www.aau.edu/sites/default/files/%40%20Files/Climate%20Survey/AAU_Campus_Climate_Survey_12_14_15.pdf
- Donegan, Moira. 2025. "Trump Apparently Thinks Domestic Violence Is Not a Crime. That Makes Sense". *The Guardian*, 9 de setembro. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2025/sep/09/trump-domestic-violence>
- FORCE: Upsetting Rape Culture. Site oficial do coletivo. <https://upsettingrapeculture.com>
- FORCE: Upsetting Rape Culture. The Monument Quilt. <https://themonumentquilt.org/>
- Gipson, Ferren. 2022. *Women's Work: From Feminine Arts to Feminist Art*. Frances Lincoln. Kindle.
- Herman, Judith. 1992. *Trauma and Recovery: The Aftermath of Violence: From Domestic Abuse to Political Terror*. Basic Books.
- Flack, William F. Jr., Marcia L Caron, Sarah J Leinen, et al. 2008. "Red Zone: Temporal Risk for Unwanted Sex Among College Students." *Journal of Interpersonal Violence* 23(9): 1177-1196. <https://doi.org/10.1177/0886260508314308>
- Lacy, Suzanne. 1995. "Cultural Pilgrimages and Metaphoric Journeys." In *Mapping the Terrain: New Genre Public Art*, editado por Suzanne Lacy, 19-49. Bay Press.
- Lacy, Suzanne. 2016. "Strategies Framing Narratives for Public Pedagogies." In *A Companion to Public Art*, editado por Cher Krause Knight & Harriet F. Senie, 239-244. Wiley Blackwell.
- Lacy, Suzanne. 2022. "The Medium Is Not the (Only) Message." In *Art as Social Practice: Technologies for Change*, editado por xtine burrough & Judy Walgren, 23-27. Routledge.
- MacKinnon, Catharine A. 2016. "Rape Redefined." *Harvard Law & Policy Review* 10: 431-478. https://journals.law.harvard.edu/lpr/wp-content/uploads/sites/89/2016/06/10.2_6_MacKinnon.pdf
- McCambridge, Ruth. 2012. "Akin, the GOP, and the 'Wicked Problem' of Reproductive Rights." *Nonprofit Quarterly*, 22 de agosto. <https://nonprofitquarterly.org/akin-the-gop-and-the-wicked-problem-of-reproductive-rights/>
- me too. International. Site oficial. <https://metoomvmt.org/>
- Millner, Jacqueline, & Catriona Moore. 2022. *Contemporary Art and Feminism*. Routledge.
- National Sexual Violence Resource Center (NSVRC). 2025. About SAAM 2025. <https://www.nsvrc.org/saam/about-2025>
- RAND. n.d. Prevalence of Sexual Assault in the Military: Risk and Protective Factors, Data Sources, and Data Uses. <https://www.rand.org/pubs/tools/TLA746-2/handbook/resources/data-on-sexual-assault-in-the-military.html>

Schwartzman, Nancy. 2023. *Victim/Suspect*. 90 min. Netflix.
Smerconish, Michael. 2012. "I Want a Platform Fight." *HuffPost*, 29 de agosto. https://www.huffpost.com/entry/i-want-a-platform-fight_b_1831378

Gabriela Traple Wieczorek. Doutoranda em História, Teoria e Crítica de Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possuindo título de mestre em Artes Visuais pela mesma instituição com a dissertação "Nos Queremos Vivas: arte contemporânea sobre feminicídio no Brasil e no México". Atualmente, pesquisa as intersecções entre arte, feminismos e práticas sociais.

Artigo recebido em 28 de maio de 2025 e aceite para publicação em 25 de setembro de 2025.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Wieczorek, Gabriela Traple. 2025. "FORCE: A costura como prática feminista da arte contra a cultura do estupro e promoção do consentimento." *ex æquo* 52: 131-149. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.10>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Wieczorek, Gabriela Traple (2025). FORCE: A costura como prática feminista da arte contra a cultura do estupro e promoção do consentimento. *ex æquo*, 52, 131-149. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.10>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



**“A LITERATURA É ESSE ESPAÇO DA LIBERDADE,
ONDE A GENTE PODE FAZER O QUE QUISER.”
ENTREVISTA COM TATIANA SALEM LEVY**

 **Júlia Garraio***

Resumo¹

Tatiana Salem Levy é escritora luso-brasileira. Nesta entrevista a Júlia Garraio, falou sobre questões que atravessam a sua escrita, como as memórias transmitidas no seio da família, os lugares tradicionalmente atribuídos às mulheres e à sua escrita, o trauma da violência e do assédio sexual, o *#MeToo* e as potencialidades da literatura como espaço de justiça epistemológica.

Palavras-chave: Tatiana Salem Levy, literatura contemporânea, violência sexual, assédio sexual, *#MeToo*.

Abstract

“Literature is that space of freedom where we can do whatever we want.” An Interview with Tatiana Salem Levy

Tatiana Salem Levy is a Portuguese-Brazilian writer. In this interview with Júlia Garraio, she spoke about issues that run through her writing, such as memories passed down within the family, the roles and spaces traditionally assigned to women and their writing, the trauma of sexual violence and sexual harassment, *#MeToo*, and the potential of literature as a space for epistemological justice.

Keywords: Tatiana Salem Levy, contemporary literature, sexual violence, sexual harassment, *#MeToo*.

Résumé

« La littérature est cet espace de liberté où l’on peut faire ce que l’on veut. » Une interview avec Tatiana Salem Levy

Tatiana Salem Levy est une écrivaine luso-brésilienne. Dans cette interview accordée à Júlia Garraio, elle aborde des thèmes récurrents dans son œuvre, tels que les mémoires

* Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Colégio de São Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Correio eletrónico: juliagarraio@ces.uc.pt

¹ Entrevista realizada no âmbito do plano de atividades do projeto financiado pela FCT “Dis/entangling Rape: Sexual Violence in Portuguese literature and cinema in the 21st century” (<https://doi.org/10.54499/2022.05885.CEECIND/CP1754/CT0003>).

transmis au sein de la famille, les rôles traditionnellement attribués aux femmes et à leur écriture, le trauma de la violence et du harcèlement sexuel, le mouvement #MeToo et le potentiel de la littérature en tant qu'espace de justice épistémologique.

Mots-clés : Tatiana Salem Levy, littérature contemporaine, violence sexuelle, harcèlement sexuel, #MeToo.

Tatiana Salem Levy é escritora luso-brasileira. Doutorou-se em Letras pela Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com a tese “A chave de casa: experimentos com a herança familiar e literária” (2007). Publicou ensaios e contos em várias coletâneas. O seu primeiro romance, A chave de casa (2007), valeu-lhe o Prémio São Paulo em 2008 na categoria de escritor/a estreante. Publicou também os romances Dois rios (2011), Paraíso (2014), Vista Chinesa (2021) e Melhor não contar (2024). A sua obra foi traduzida e publicada em dezasseis países. Atualmente vive em Lisboa. Nesta entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2025, falou sobre questões que atravessam a sua escrita, como as memórias transmitidas no seio da família, os lugares tradicionalmente atribuídos às mulheres e à sua escrita, o trauma da violência e do assédio sexual, o #MeToo e as potencialidades da literatura como espaço de justiça epistemológica.

Memória, família e herança sefardita

Júlia Garraio (JG): *A chave da casa perdida é uma imagem muito forte na memória da expulsão dos judeus sefarditas da Península Ibérica. São conhecidas as histórias de famílias que guardaram, ao longo de gerações, as chaves das casas em Granada, Sevilha e Castelo de Vide. A chave que dá título ao primeiro romance da Tatiana, A chave de casa, remete para uma casa na Turquia. O avô turco sefardita entrega-a à neta, tornando-a herdeira da memória da família. É ela que viaja até à Turquia, onde não encontra a casa do avô, que já fora destruída, nem cria laços com os familiares dele. Porém, antes de regressar ao Brasil, parece encontrar-se em Lisboa. Lisboa é a cidade natal da Tatiana e onde reside há mais de uma década. Como foi o seu encontro com Lisboa, uma cidade tão associada à expulsão dos seus antepassados sefarditas?*

Tatiana Salem Levy (TSL): Nasci em Lisboa, em 1979, quando os meus pais estavam exilados durante a ditadura militar, mas fui para o Brasil com nove meses, quando houve a anistia. Cresci no Brasil, filha de brasileiros, neta de judeus turcos sefarditas. Eu era criança quando ouvi essa história da chave da casa em Castelo de Vide. Cresci ouvindo essa história de que nós vínhamos de uma família de judeus de Portugal que tinham sido expulsos com a Inquisição. Tinham-se estabelecido em Esmirna, na Turquia, mas mantiveram a tradição desses judeus, falavam ladino, que é uma espécie de português e espanhol daquela época. E sempre ouvi falar nessa história da chave que tinha passado de geração em geração até chegar à geração dos meus avós. Ao mesmo tempo, eu também fantasiava muito sobre ter nascido em Portugal. Naquela época não era assim tão comum. Eu não tinha

colegas na sala de aula que tivessem uma história parecida. Nasci no exílio, em Lisboa, em Portugal, de onde a minha família tinha sido expulsa séculos antes. Então essa história foi muito formadora da minha subjetividade, dessa identidade maleável, de ser brasileira, mas também ser judia, de ser meio turca, mas também ser portuguesa. Mas muitos séculos se passaram desde a expulsão. Não é a mesma coisa que seria um filho ou neto de algum sobrevivente de um campo de extermínio voltar para morar na Alemanha. Tudo que eu falei antes diz respeito muito mais a um imaginário do que a uma história que me afete diretamente no sentido de ter raiva, ter ódio. Nada disso. Pelo contrário, acho que sempre foi uma história de conexão para mim. Sempre me senti conectada a Portugal, porque eu sempre me identifiquei como brasileira e portuguesa.

Lugar de fala feminino

JG: *A obra da Tatiana tem características que frequentemente são designadas como marcas de escrita feminina: escrita intimista, temas do foro privado, sexualidade, violência doméstica, trauma da violência sexual. Este tipo de literatura foi tradicionalmente desvalorizado no cânone literário e remetida para um ninho de e para mulheres. Ainda se depara com este tipo de desvalorização?*

TSL: A desvalorização dessa escrita privada, intimista, que você chamou aqui de feminina, ocorre no campo social antes de ocorrer na literatura. A mulher é desvalorizada. Somos muitas vezes colocadas naquele lugar das históricas, das problemáticas, que estão sempre inventando problemas. Então é como se os nossos problemas, as nossas questões, fossem menores, não tivessem importância como as questões dos homens, que seriam as questões que movem as sociedades, que movem a humanidade, que fazem as guerras, as viagens. A figura masculina está associada à figura do herói desde a Grécia antiga, desde as epopeias. Aquela coisa do viajante que enfrenta as maiores aventuras e os desafios, e que depois volta pra casa com uma grande história para contar, enquanto a mulher é aquela que fica em casa esperando o homem. E o que acontece enquanto a mulher está em casa esperando o homem? Isso nunca foi de grande interesse para as narrativas. Então, quando a mulher começa a escrever, ela vai falar justamente dessa intimidade, desse lugar, dessa mulher que ficou em casa. Então é do pequeno, mas quão grande é esse pequeno?

JG: *E como é que tem sido a recepção da sua obra? Sente que tem sido catalogada como parte de um nicho de escrita de mulheres para mulheres?*

TSL: Espero que não. Certamente eu sou mais lida por mulheres do que por homens. Mas, na verdade, também sou bastante lida pelos homens. Não sei te dizer muito bem como é que eu fico catalogada e talvez eu não preste muita atenção nisso, sabe? Como eu não gosto muito de catalogações, tento nem saber onde é que eu estou.

Agora, o pior nicho é essa coisa de autoficção *versus* literatura imaginativa, porque tem um certo desprezo pela literatura de autoficção, como se a literatura que parte das experiências pessoais fosse menor do que a literatura que eles chamam de imaginativa. Acho que toda literatura, de alguma forma, parte da experiência e dos interesses de quem escreve, e toda a literatura é imaginativa, porque é sempre a questão de como fazer ver alguma coisa, de como criar uma imagem. Para mim, escrever é criar imagens. Não importa se aconteceu comigo, se aconteceu com uma amiga ou se não aconteceu com ninguém no mundo real. É sempre procurar na escrita uma forma, uma estrutura para criar essa imagem. Isso para mim é a imaginação. Então, eu não gosto muito dessa catalogação, porque, quando a gente cataloga, a gente hierarquiza, inevitavelmente.

A gente pode falar de uma literatura escrita por mulheres, o que é muito diferente de definir uma escrita feminina, porque aí você coloca na escrita feminina só a questão do privado. Só que também tem mulheres que escrevem grandes aventuras. A Marguerite Yourcenar, por exemplo, escreveu romances históricos. Acho que justamente a literatura é esse espaço da liberdade, onde a gente pode fazer o que quiser.

Trauma da violência sexual

JG: *Há muitos estudos sobre como a violação tem sido representada na arte ocidental como um espetáculo de potência masculina visto de fora. As pinturas renascentistas do rapto das Sabinas são frequentemente citadas como exemplo. A Tatiana faz exatamente o contrário. Os seus romances são paradigmáticos de uma escrita comprometida com as subjetividades de sobreviventes, que expõe a dor, o nojo, o sofrimento, os dilemas, a devastação de quem sofre violência e assédio sexual. Nos romances Vista Chinesa (2021) e Melhor não contar (2024), este registo vem associado a uma vontade de prestar testemunho a filhos e filhas crianças. O primeiro apresenta-se mesmo como uma carta da protagonista aos filhos para ser lida quando crescerem. A superação do trauma aparece associada à partilha com a geração que vem a seguir...*

TSL: Essa questão da partilha dos traumas e da superação do trauma com as gerações seguintes está presente desde o meu primeiro romance, *A chave de casa*. Estudei um pouco isso, alguns autores da psicanálise, essa questão do trauma intergeracional, essa ideia de que o trauma que não é narrado, que não é revelado, que não é trabalhado, que é escondido e guardado em silêncio das gerações seguintes, acaba aparecendo como sintoma. Isso é muito comum. Aí você tem relatos, histórias de filhos e netos que de repente começaram a revelar determinados sintomas, aparecer com questões que tinham a ver com esses traumas que foram escondidos. É uma coisa que me interessa muito, associada à questão do corpo, como o corpo fala, o que o corpo representa. A questão da dor,

emocional ou psicológica, mas também uma dor física, é algo que aparece muito nos meus livros.

Quando eu escrevi o *Vista Chinesa* – que escrevi a partir do relato de entrevistas que eu fiz com a Joana Jabace, a minha amiga que foi violada – ela começou a falar muito de que ela se olhava no espelho e ela se sentia uma mulher que tinha sido devastada, que tinha sido dividida e que ela não conseguia se olhar no espelho e se achar bonita. Ela começou a falar de várias coisas que desde então ela sofria e aí eu comecei a pensar como terá sido ficar grávida depois do estupro. Mas aí já foi o meu pensamento: como teria sido ficar grávida e se olhar no espelho todos os dias e pensar que o seu corpo é um corpo fraturado. Então comecei a pensar de que forma esse sentimento de fratura não poderia passar para as crianças em silêncio. E como eu tinha tido essa experiência de ter uma mãe que foi violada quando eu já existia, quando eu tinha quatro anos, e só saber da violação aos 18 anos e numa única vez, falada muito rapidamente. Ela morreu quando eu tinha 20 anos e eu sempre pensei: Como seria se ela não tivesse me contado? Eu provavelmente nunca saberia. Mas será que o meu corpo de alguma forma sabia disso? Então comecei a pensar muito nisso. E por isso resolvi escrever em forma de carta. Inicialmente não escrevi assim, foi num determinado momento, quando comecei a pensar muito nessa questão da gravidez, da maternidade que decidi fazer essa carta. Teve uma pessoa que me falou “ah, eu acho que uma mãe nunca diria isso aos seus filhos”. Mas para mim é o contrário. Eu acho que é um gesto de amor você nomear, porque justamente se você não nomeia aquilo aparece de outra forma. *Melhor não contar* também vai nessa direção. Foi um livro que surgiu muito no seguimento do *Vista Chinesa*. A partir do momento em que a Joana me pediu – quando o livro já estava pronto – para colocar o nome dela, para as pessoas saberem quem era, acho que isso despertou em mim uma vontade de contar essa história que eu tentava contar desde *A chave de casa*. Mas agora contado de uma outra forma, mais pessoal, mais autobiográfica, assumindo os nomes.

JG: Isto coincide com o nascimento dos seus filhos...

TSL: Escrevi *Vista Chinesa* grávida da Esther, a minha filha, e já tinha um filho. Quando tive a ideia de escrever o *Vista Chinesa*, fiquei grávida do meu filho. E aí desisti de escrever justamente pensando essa coisa de que tudo que a gente sente passa para o bebé. Pensei: Não vou escrever uma história sobre o estupro grávida, que esse menino já vai nascer no divã. E deixei de lado. E, quando eu estava grávida da minha filha, me deu esse desejo contrário de escrever o livro, provavelmente pelo fato de ser uma menina. Então sempre digo que escrevi com ela. Nada disso era consciente assim. Não foi uma coisa tipo estou grávida de uma menina e agora vou escrever esse livro. Mas escrevi *Vista Chinesa* grávida e depois amamentando.

A herança da revolução sexual

JG: Em Melhor não contar, a mãe da protagonista faz parte de círculos de esquerda, que lutaram contra a ditadura e o conservadorismo da sociedade brasileira, protagonizando uma mudança nos costumes sexuais, a chamada revolução sexual. Esta geração já foi, em algumas geografias, acusada de ter prestado pouca atenção a questões de abuso sexual e até de ter pactuado com imaginários pedófilos (o mito de Lolita). O filme brasileiro que refere no romance, *A garota do lado* (1987) de Alberto Salvá, é precisamente um exemplo de imaginários que mascaram o abuso de adolescentes de sexualidade vivida sem tabus. Julga que chegou a hora de revisitarmos esta geração a partir do que ela não questionou? Até que ponto precisamos de pensar o consentimento fora dos moldes herdados desta geração?

TSL: As gerações contestam as gerações anteriores. Mas acho que cada geração vive o que a sua geração pode fazer. Com certeza os meus filhos também vão achar que a minha geração não foi suficiente. A gente sempre acha que a geração anterior não foi suficiente. Tem muita gente dessa geração dos meus pais que não consegue enxergar essas questões que você levantou na pergunta, que não admitem isso: “Nós fomos libertários; pela primeira vez, vivemos o amor livre, sexo livre”. Mas também há muitas pessoas que conseguem enxergar que há questões como o machismo, a violência contra a mulher, que eram muito presentes nessa geração e não eram questionadas. Porque muitas dessas mulheres eram feministas. Mas a questão do feminismo estava muito mais ligada a uma questão social, no sentido do trabalho, dos salários, do espaço, de a mulher poder trabalhar tanto quanto o homem, sair de casa, não ser dona de casa, cuidadora dos filhos. Só que, na prática, o que tem se revelado é que elas trabalhavam fora e dentro, enquanto os homens continuaram trabalhando só fora. Não era um feminismo tão questionador dessas questões do abuso. A questão do estupro, quando era estupro na rua, fora de casa, sem dúvida isso era uma pauta. Agora, todo abuso interno, eu acho que tinha essa coisa de tentar não ver muito. Mas eu não gosto desse lugar de ficar apontando o dedo. Eu acho que a minha geração e a geração atual, mais do que a minha, respondem aos problemas da geração anterior fazendo de forma diferente, levantando a bandeira contra o feminicídio, lutando pela legalização do aborto, que no Brasil não é legal, e com todos os movimentos que surgiram no sentido de se falar abertamente e fazer denúncias de assédio.

Eu vi *A garota do lado* muito nova. Também tinha isso, a geração dos meus pais não podia nada, então a gente podia. E eu fui pensando como esse filme marcou. Não por ser bom, mas justamente por ela ser literalmente uma menina com um cara muito mais velho. E aí eu fui pensando nisso em relação à literatura também. Mas ao mesmo tempo eu acho que é muito complicado, que há uma fronteira muito tênue, porque a literatura também nos forma como seres de uma sociedade, como seres desejantes. Só que eu acho que as regras da sociedade, elas não são as mesmas das regras da literatura. A gente tem que saber diferenciar essas duas coisas. Por exemplo, *A morte em Veneza*, que eu comento no livro, é um livro que eu

amo e o filme também. Outro dia morreu o menino do filme e eu estava lendo que ele falou como isso destruiu a vida dele, que tinha sido levado pelo Visconti para uma boate gay quando ele era adolescente. É uma coisa que acontece muito, esse lugar do homem super poderoso que é um grande cineasta, um grande escritor, um grande artista, e que se dá o direito de fazer o que bem entender na vida real. Então, eu acho que isso é que tem que ser discutido. Uma coisa é você ter um menino n' *A morte em Veneza*, tudo está na ordem do desejo, outra coisa é o Visconti levar o menino que é adolescente para uma boate gay. São duas coisas diferentes. É claro que a fronteira é tênue, porque uma pessoa que faz isso no livro, no filme, de repente se sente no direito de fazer na vida real. Só que eu também acho que a gente tem que tomar cuidado para não moralizar a arte, porque senão acho que é o fim da arte, é o fim da literatura.

JG: *E como é que lhe parece que o debate sobre o consentimento está a ser feito pelas gerações mais novas? E qual o contributo da literatura para este debate?*

TSL: Esse debate é fundamental e tem sido muito importante nos últimos anos. Os meus filhos já falam “não pode tocar na minha parte íntima, respeita o meu corpo”. Coisas que eu jamais pensaria dizer quando era criança. Eles já têm todo um material de defesa, já crescem sabendo que tem que haver um respeito pelo corpo do outro, que há um limite e que esse limite não pode ser violado. Eu acho que é sobretudo essa a importância do dizer, de dizer que você ficar em silêncio não é consentir. Porque quantas vezes as mulheres não desejam consentir, mas não conseguem dizer não? Tudo isso é um passo adiante.

Na literatura, eu acho que a gente tem feito muitos textos que têm um carácter de intervenção, que são textos políticos, na medida em que a gente está falando de coisas sobre as quais não se falava antes. Isso para mim é sempre político: falar do que antes não se falava, do que antes era mantido em segredo, em silêncio, como a menstruação, o parto. Muitas coisas que são vistas até hoje como nojentas, como sujas: a menstruação, o parto, a amamentação. Tudo o que está ligado à intimidade do corpo feminino é visto como nojento. A gente falar sobre isso, colocar isso no texto, para mim é político e transformador. Assim como falar do assédio, como falar da violação. E aí vem a questão do consentimento. Porque uma mulher violada é uma mulher que não consentiu e a quem o corpo é tomado e roubado e se torna posse de outro. Essa questão do violador é na verdade uma questão de posse, de poder, de dizer que esse corpo é meu e faço aquilo que eu quiser com ele. Quando a gente escreve a partir do ponto de vista da vítima, seja do assédio, do estupro ou, por exemplo, de violência obstétrica, a gente está dizendo justamente não pode, colocando um limite e mostrando as consequências. Aquilo destrói a vida das mulheres e essa destruição se prolonga no tempo. Não é só naquele momento.

JG: *Achei muito interessante como o fez n' A chave de casa...*

TSL: É um livro que fala de uma relação abusiva, de estupro dentro de uma relação. Saiu em 2007, escrevi-o em 2005, 2006, e essas questões não estavam sendo

debatidas. Foi mais ou menos a partir de 2013, 2014, que isso veio mais à tona. Então eu não tinha essa clareza. Ninguém falava, nem eu falava de relacionamento tóxico. Então foi uma coisa que eu fui escrevendo porque eu tinha as violências que sofri comigo, as violências que a minha mãe tinha sofrido, as violências que eu via as minhas amigas sofrerem. Então fui escrevendo sobre isso de forma quase inconsciente, automática, porque era o que eu tinha. Eram questões que me afligiam, mas eu não tinha uma consciência de estar fazendo isso como eu tive em *Melhor não contar* ou na *Vista Chinesa*. Era mais uma coisa de colocar para fora o que eu estava sentindo. É mais para frente que, olhando para trás, eu me dei conta que essa questão da violência contra as mulheres está presente em todos os meus livros, mesmo no *Dois Rios*, no *Paraíso*, também de outras formas.

Escrita como exposição

JG: Em *Melhor não contar*, são integradas frases de namorados, amigos/as e familiares que dizem que a sua escrita tem demasiada exposição da sua vida privada. Neste romance ainda é mais acentuado, inclusive através da reprodução de documentos como as cartas da sua mãe, os diários dela, a foto da pedra tumular, o formulário do hospital. O que conduziu a este registo em que as marcas autobiográficas se tornaram cada vez mais visíveis?

TSL: Com o fim da escrita do *Vista Chinesa*, quando a Joana resolveu colocar o nome, ela resolveu se expor. A primeira entrevista que eu dei sobre o livro eu dei com ela. Foi uma exposição da figura dela. Eu estava tentando escrever essa história do assédio, em cada livro aparecia de alguma forma. *Vista Chinesa* foi um livro muito forte, que me marcou muito como escritora. Então comecei de forma inconsciente a querer escrever essa história de uma forma assumidamente autobiográfica. *A chave de casa* é uma autoficção no sentido que tem muita coisa que não aconteceu. Em *Melhor não contar*, eu não tenho essa ideia de confundir o leitor se o assédio aconteceu ou se não aconteceu. Os documentos também surgem para isso, para expor, para mostrar, mesmo para atestar, para não provocar essa ambiguidade. O que não faz do livro menos romance ou menos literatura, do meu ponto de vista, do que eu entendo por romance, do que eu entendo por literatura. Mas essa pergunta é legítima, era uma pergunta para mim mesma: Porque me expor tanto? Qual é o meu objetivo? Mas a verdade é que eu sempre senti a escrita como uma exposição. Mesmo quando as coisas são inventadas sempre partem de uma experiência e de um questionamento de quem escreve, então, para mim, a minha maior exposição é sempre a escrita. Não me interessa escrever se não for para me expor. Eu posso fazer muitas coisas na vida sem me expor, mas escrever sem me expor não.

JG: Poderá ter a ver com o #MeToo, no sentido de a escrita ser marcada por processos tão caros ao #MeToo como “soltar a palavra” e partilhar histórias no espaço público?

TSL: *O Vista Chinesa* e *o Melhor não contar* são livros que não existiriam em outra época. Fazem parte de um movimento coletivo de contar as suas próprias histórias. Eu acho que se não fosse o #MeToo provavelmente a Joana não teria aparecido, não teria talvez deixado contar a história dela. E aí talvez eu não tivesse contado a minha. Acho que o #MeToo foi um movimento essencial. Eu, obviamente, na altura pensei muito na minha história, quase escrevi um texto sobre essa história do padrasto. Mas não quis me expor desse jeito, porque não é o meu jeito de me expor, entendeu? Para mim, as coisas levam mais tempo para elaborar. Talvez eu já estivesse pensando esse livro, há muito mais tempo, quando eu pensei em escrever essa história em forma de denúncia, não em forma de literatura. E para mim não era uma questão de acusar, simplesmente. Eu quis pensar a época, pensar aquela geração, pensar porque aquilo era permitido, porque os homens se davam o direito de fazer isso. Então para mim é muito mais uma questão de pensar essa época e essa estrutura, até porque, por conta do #MeToo, eu sei que não fui a única, acho que somos quase todas.

JG: *O nome do ex-padrasto não surge no livro, mas os média reconheceram na personagem um realizador muito conceituado e influente do cinema novo brasileiro que já faleceu. No Brasil, onde ele é tão admirado, como foram as reações à imagem dele em Melhor não contar?*

TSL: Tem de tudo, tem pessoas próximas que dizem “não me surpreende”. Tem pessoas próximas que não falam mais comigo. Tem pessoas próximas que pensam que o fato de ele ter morrido me desautoriza a falar, do tipo “agora ele não tem como se defender, não vamos ouvir o outro lado da história”. Mas não foi nada muito grandioso, porque não me interessava que o livro circulasse em torno dele, da figura dele, do nome dele. Por isso não pus o nome. Porque eu sabia que se se pusesse ia ser falado em torno dele. Se eu fosse definir o livro, eu não definiria como um livro sobre o assédio. Para mim, é muito mais sobre a relação entre mãe e filha e como o assédio interfere nessa relação. É um livro sobre a mãe, a relação de uma mãe, de uma filha, mas sobretudo de uma mãe que escreve, de uma filha que escreve. É um livro muito sobre escrita.

Justiça

JG: *No cinema de Hollywood, e de uma maneira geral na cultura popular, a justiça em casos de violência sexual significa a polícia encontrar e desmascarar o agressor, haver condenação ou alguma forma de castigo, e a seguir as vítimas e os seus entes queridos conseguirem pôr um ponto final e continuarem com as suas vidas. Esse sentido de justiça está ausente dos seus romances, tal como estará da vida da maior parte das mulheres que sofrem violência e assédio sexual. Em Vista Chinesa, esse modelo de justiça é mesmo gerador de sofrimento e perpetuação do trauma: a protagonista, perante a incerteza na identificação do agressor, renuncia a continuar a colaborar com a polícia, preferindo que o violador escape*

a que um inocente seja condenado e sujeito a violência (inclusive sexual) na prisão. Pode a literatura oferecer um espaço de justiça que os mecanismos da sociedade frequentemente não conseguem oferecer?

TSL: Segui o que tinha acontecido à Joana na delegacia, essas idas à delegacia, a procura pelo suspeito, porque acho que foi uma segunda violência. Foram várias violências, sempre uma atrás da outra, mas isso foi muito violento para ela. A minha lembrança é do quanto ela sofria com essa procura pelo criminoso, e uma clareza muito grande de que, para ela, prendê-lo ou não, não ia fazer diferença. A violência tinha acontecido, não ia destruir menos a vida dela. Ela não tinha esse desejo de vingança. Há muita gente que tem esse desejo, e é legítimo, mas a Joana nem queria fazer a denúncia. Foi uma insistência da família que tocou ela quando ela se deu conta de que não era a primeira vez que ele fazia aquilo. E para ela se tornou importante para não acontecer com outras mulheres. Então, na escrita do romance, eu quis seguir muito essa linha do que tinha se passado com ela, que era a minha personagem. Então eu achei interessante essa personagem que está contra essa justiça policial, que também é uma justiça masculina, do tipo querer acabar com o outro, querer matar o outro. Porque eu não acredito nessa justiça aí, também eu venho do Brasil, é sempre mais difícil a gente acreditar na Justiça, tenho várias questões com a própria ideia dessas prisões. E então, para mim, enquanto escritora, a escrita já é uma espécie de vingança. Tem uma coisa de escrita vingativa, é o que eu faço para me vingar dessa estrutura, dessa estrutura machista, do feminicídio.

JG: *O que é que poderá ser a justiça para quem sofre uma violação, para quem sofre abuso sexual e assédio?*

TSL: É muito difícil. É como se não existisse justiça possível, porque a Justiça tem essa ideia do castigo, você fez uma coisa errada, então você vai ser castigado. Só que quem sofreu da coisa errada não sei muito o que ganha com o castigo do outro. Uma das coisas que me motivou a escrever o livro foi quando eu vi a exposição *Os Inocentes* com fotos pessoas que haviam sido presas por reconhecimentos pela fotografia ou por uma descrição e que eram inocentes. Sempre me afligiu muito a ideia de pessoas que são presas sem terem cometido o crime. Tenho pânico dessa ideia. E a Joana viveu esse pânico na própria pele, esse medo de alguém que era inocente fosse preso por causa dela. É uma responsabilidade, uma coisa muito grande. Você está falando da vida de outra pessoa. Talvez ela tivesse achado bom o cara ser encontrado e ser preso, mas eu acho que em determinado momento aquilo não valia a pena, estava causando muito sofrimento. Então eu quis falar desse sofrimento também. Acho que o melhor que podia acontecer para ela, o que melhor que pode acontecer para as vítimas de abuso é sobreviver, conseguir voltar à vida, conseguir reencontrar um sentido para a vida.

Conflito de interesses

A autora não tem conflitos de interesses a declarar.

Júlia Garraio. Investigadora do CES-Coimbra. Desenvolve o projeto *Dis/entangling Rape – Sexual Violence in Portuguese literature and cinema* (CEEC-FCT). É Co-PI do projeto *UnCoveR – Sexual Violence in Portuguese Mediascape* (FCT). Integrou o Grupo de Investigação Histórica da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa. Integra o Conselho Editorial da revista *European Journal of Women's Studies*. É membro do grupo SVAC–*Sexual Violence in Armed Conflict*.

Texto recebido em 2 de novembro de 2025 e aceite para publicação em 13 de novembro de 2025.

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Garraio, Júlia. 2025. “‘A literatura é esse espaço da liberdade, onde a gente pode fazer o que quiser.’ Entrevista com Tatiana Salem Levy.” *ex æquo* 52: 150-160. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.11>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Garraio, Júlia (2025). “A literatura é esse espaço da liberdade, onde a gente pode fazer o que quiser”. Entrevista com Tatiana Salem Levy. *ex æquo*, 52, 150-160. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.11>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



Estudos e ensaios

REGIME MILITAR BRASILEIRO E MULHERES INDÍGENAS: VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

 *Eduardo Vergolino**

 *Gabriela M.P. Lins Vergolino***

Resumo

O papel das mulheres indígenas na resistência à Ditadura brasileira e sua participação na transição para o Estado Democrático foram invisibilizados pela narrativa histórica. Através de uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa documental, com ênfase no Relatório Figueiredo e no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), objetiva-se analisar atos de violação de direitos humanos e seus impactos pós-ditadura, bem como sua crescente organização em movimentos sociais para reivindicação de direitos fundamentais. Como resultados, pretende-se ampliar debates sobre a importância da concretização das 13 recomendações do Relatório da CNV, e contribuir para a efetivação de programas estatais de reparação e promoção de políticas públicas para mulheres indígenas.

Palavras-chave: Mulheres indígenas, regime militar brasileiro, direitos humanos, resistências, violências.

Abstract

The Brazilian Military Regime and Indigenous Women: Violence and Resistance

The role of indigenous women in the resistance to the Brazilian dictatorship and their participation in the transition to a democratic state have been rendered invisible by the historical narrative. Through a qualitative approach, based on documentary research, with an emphasis on the Figueiredo Report and the Report of the National Truth Commission (CNV), the aim is to analyze acts of human rights violations and their post-dictatorship impacts, as well as their growing organization in social movements to demand fundamental rights. As a result, the aim is to broaden debates on the importance of implementing the 13 recommendations of the CNV Report, and to contribute to the implementation of state programs for reparations and the promotion of public policies for indigenous women.

* Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), Caetano II, Floresta, PE – 56400-000, Brasil.

Endereço postal: Rua Projetada, s/n, Caetano II, Floresta, PE – 56400-000, Brasil.

Endereço eletrônico: eduardo.vergolino@ifsertao-pe.edu.br

** Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA), Salvador, BA – 40210-909, Brasil.

Endereço postal: Rua Professor Aristides Novis, 197, Federação, Salvador, BA – 40210-909, Brasil.

Endereço eletrônico: gabrielavergolino@ufba.br

Keywords: Indigenous women, Brazilian military regime, human rights, resistance, violence.

Resumen

Régimen militar brasileño y mujeres indígenas: violencia y resistencia

El papel de las mujeres indígenas en la resistencia a la dictadura brasileña y su participación en la transición a un Estado democrático fueron invisibilizados por la narrativa histórica. A través de un enfoque cualitativo, basada en investigación documental, con énfasis en el Informe Figueiredo y el Informe de la Comisión Nacional de la Verdad (CNV), se busca analizar los hechos de violaciones de derechos humanos y sus impactos post dictadura, así como su creciente organización en movimientos sociales de exigencia de derechos fundamentales. Como resultado, se busca ampliar los debates sobre la importancia de implementar las 13 recomendaciones del Informe de la CNV, y contribuir a la implementación de programas de reparación estatal y a la promoción de políticas públicas para las mujeres indígenas.

Palabras clave: Mujeres indígenas, régimen militar brasileño, derechos humanos, resistencia, violencia.

Introdução

O sistema ditatorial instaurou-se no Brasil a partir de um golpe iniciado em Abril de 1964, quando forças militares depuseram o presidente democraticamente eleito, João Goulart, o Congresso Nacional (CN) ratificou a indicação das lideranças militares, e o Marechal Castello Branco tomou a presidência. Este regime perdurou por 21 anos (Ditadura s.d.).

Em 1967, foi promulgada uma nova Constituição a fim de passar uma imagem de legalidade ao governo imposto. Seu objetivo era aumentar o controle do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário, iniciando o que ficou conhecido como Anos de Chumbo, tempo de maior violência e censura institucionalizadas através dos Atos Institucionais, como o AI n.º 05/1968, que instituiu a censura e garantiu maior discricionariedade ao Poder Executivo.

Neste tempo, houve uma série de violações de direitos humanos contra a população brasileira. A corrupção instalou-se profundamente, já que não havia quem fiscalizasse ou investigasse as condutas dos militares. Um dos casos graves de corrupção, segundo denúncias que chegaram ao conhecimento do Congresso, deu-se no âmbito do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com a utilização indevida da renda e patrimônio indígenas. Em virtude disto, foi criada uma Comissão de Inquérito liderada pelo Procurador Jader de Figueiredo Correia para apurar irregularidades no SPI.

O relatório, além de verificar as práticas corruptas dos funcionários do SPI, relatou diversas violações de direitos praticadas contra os povos indígenas. Especificamente sobre as mulheres, havia relatos de prostituição forçada, cárcere privado, trabalho escravo, abusos sexuais, sedução e rapto. Este documento,

divulgado inicialmente em 1968, foi considerado perdido, tendo, no entanto, sido encontrado e recuperado em 2012. Destaca-se a perpetuação de práticas coloniais, em específico da colonialidade de gênero (Lugones 2019), nas ações conduzidas pelo órgão estatal. E neste encontro entre o mundo-aldeia e o mundo-estado (Segato 2021) surgiu o patriarcado de alta intensidade, que, ao invadir territórios, causou emasculação dos homens e violências agravadas contra as mulheres.

A partir de 1970, houve crescente protagonismo dos povos originários a partir das Assembleias Indígenas, em busca de direitos e retomada de territórios. Neste momento, a União das Nações Indígenas (UNI) ganha força e representatividade. Em 1985, dá-se início a transição democrática que culmina na promulgação da Carta Cidadã em 1988, na qual já se nota forte apelo voltado ao reconhecimento de direitos para os povos indígenas.

No entanto, só em 2014 foi apresentado o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada para apurar os atos criminosos como desaparecimentos, torturas e homicídios praticados pelo Regime, para fins, especialmente, de reparação. Pressionados pelos movimentos indígenas, a CNV também produziu um relatório específico, apresentando relatos e provas das atrocidades cometidas contra eles pelo Estado Brasileiro.

Este trabalho baseia-se em dois documentos, o Relatório Figueiredo (RF) (Brasil. Ministério do Interior 1968) e o Relatório da CNV (Brasil. CNV 2014), bem como na legislação pertinente, para analisar atos de violação de direitos humanos contra mulheres indígenas ocorridos durante a ditadura e seus impactos pós-ditadura, bem como sua crescente organização em movimentos sociais para reivindicação de direitos.

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, utilizando o método de análise documental com propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender o fenômeno aqui apresentado (Lima Junior, et al. 2021). Pretende-se ampliar os debates sobre a importância da concretização pelo Estado brasileiro das 13 recomendações apresentadas no Relatório da CNV, além de colaborar com possíveis caminhos para efetivação de programas estatais para reparação e promoção de políticas públicas direcionadas às mulheres indígenas.

Deve-se destacar que o Brasil possui mais de 300 etnias espalhadas por todos os estados. Em Pernambuco, estado em que se concentra a pesquisa, existem 13 etnias reconhecidas. Entretanto, o critério de recorte geográfico focou em mulheres dos povos indígenas (Pankararu e Truká) que habitam o Sertão de Pernambuco. No que se refere ao período, o cerne de nosso estudo está diretamente relacionado ao período final do regime militar, momento este de retomada das políticas democráticas e expansão do pensamento progressista que se concentra no início da década de 1980.

A primeira seção do texto busca firmar as bases da pesquisa em um período brasileiro com intensa violação dos direitos humanos. Partiremos das violações registradas e oficializadas através do RF, instrumento precioso para a luta pelos

direitos humanos. Na segunda seção, com base em documentos, abordar-se-á o caminho percorrido pelas mulheres indígenas, em especial três mulheres indígenas, Quitéria Binga e Hilda Barros, do Povo Pankararu, e Maria Bingô, do Povo Truká, que lutaram pela construção e efetivação dos direitos das mulheres indígenas no Brasil pós regime militar. Por fim, apontamos de forma objetiva onde estamos e quais ações estão sendo desenvolvidas pelo Estado, e como as mulheres estão se organizando de forma coletiva para preencher os espaços de luta comunitária.

De onde partimos: regime militar e violações de direitos humanos

O governo criou o Programa de Integração Nacional (PIN), com duração entre 1969 e 1974, como estratégia de desenvolvimento que objetivava a ocupação de terras na região amazônica, por meio da imigração de pessoas da região nordeste.

Com o slogan “Terra sem homens para homens sem terra”, previu a construção de estradas, a fundação do Banco da Amazônia SA e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Tudo com o objetivo de ocupar a Amazônia e desenvolver a economia capitalista, inserindo-a no projeto nacional de desenvolvimento.

Em razão deste programa, intensificou-se a violência contra a população indígena que ocupava esses territórios. O instrumento estatal mais atuante durante este período, com o objetivo de “incorporação dos territórios e das populações indígenas à sociedade brasileira” (Bigio 2007, 14), foi o SPI, órgão especializado em política indigenista que exerceu suas atividades entre 1910 e 1967, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O SPI tinha como base estruturante os objetivos de prestar assistência aos indígenas e estabelecer centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais, em zonas férteis. No entanto, conforme documentos da época, nota-se que a missão do SPI foi deturpada por seus representantes, que utilizavam o acesso aos territórios e aos recursos financeiros do Estado para benefício próprio.

Neste período, para garantir a imagem da preservação da legalidade no Estado, também houve a promulgação da Lei nº 6.001/1973, Estatuto do Índio, com o objetivo de integração e proteção da cultura indígena. Contudo, este foi mais um instrumento para validação do extermínio dos povos indígenas, imposição de costumes alheios às suas culturas e deslocamentos que desestruturaram comunidades e levaram milhares de pessoas à perda de identidade e à morte.

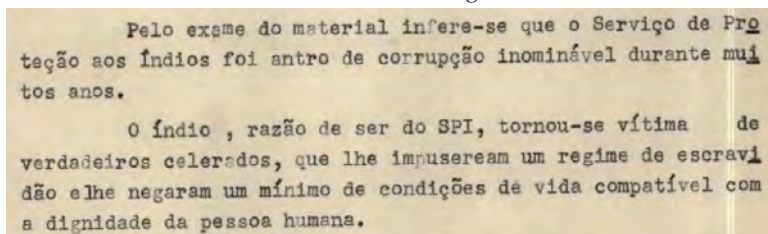
É gestada uma política de exceção, a partir da qual o “modo de ser” de cada um dos povos indígenas permanece sempre sob suspeita e a proteção dos seus territórios, assegurada pela Constituição, torna-se arbitrariamente passível de relativização ao sabor de interesses políticos. (Brasil. CNV 2014, 252)

É importante destacar que muitos dos relatos históricos sobre as violações de direitos humanos contra os povos indígenas neste período não trazem a perspectiva de gênero que permita visibilizar as ações praticadas especificamente contra as mulheres indígenas, uma vez que o sistema moderno-colonial estruturou as bases do Estado brasileiro a partir de um modelo patriarcal em que os homens performam na esfera pública onde lhes é atribuída maior importância, enquanto às mulheres é conferido o âmbito exclusivamente doméstico e de menor importância (Segato 2021).

É o que se observa na análise do Relatório Figueiredo (RF). O documento foi fruto de uma extensa pesquisa e visitas aos territórios indígenas, sendo percorridos uma média de 16 mil quilômetros, mais de 130 postos indígenas sob a suposta proteção do SPI, realizada em 1967, pela Comissão de Inquérito do Ministério do Interior liderada pelo procurador do DNOCS, Jader Figueiredo Correia (Brasil. Ministério do Interior 1968). Ao longo de suas 7 mil páginas, apresenta relatos de violações contra a população indígena, sendo considerado documento essencial para análise e percepção das condutas genocidas praticadas pelo Estado através do SPI.

Imagem 1

Excerto do Relatório Figueiredo



Fonte: Brasil. Ministério do Interior 1968, 4912.

O RF não apresenta análises em perspectiva de gênero, reconhecendo-se nele uma série de limitações: “Além da falta de tempo e recursos para investigar, certos crimes não eram considerados ‘violentos’ – como por exemplo, raptar uma indígena entre 14 e 21 anos de idade” (Brasil. Ministério do Interior 1968, 1432). Ao não considerar o rapto de mulheres como crime violento, denota-se a perpetuação de práticas coloniais fundadas em uma estrutura patriarcal, na qual as mulheres não detêm as mesmas garantias e direitos destinados aos homens.

A partir do conceito de colonialidade do poder, debatido a partir da década de 1990, no grupo Modernidade/Colonialidade, Aníbal Quijano constrói a ideia de um sistema moderno/colonial (Segato 2021), no qual modernidade e colonialidade servem como base para impulsionar o capitalismo, a partir da construção da categoria raça, afirmando que a modernidade tem um lado noturno que é permeado pelo racismo e a colonialidade.

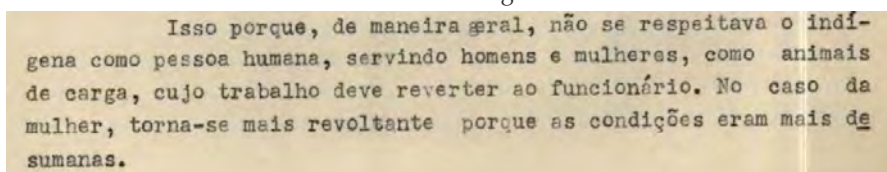
Maria Lugones (2019) alarga o conceito de colonialidade do poder, afirmando que, além da raça, é essencial que seja integrado o conceito de gênero a partir do qual foram criadas categorias de homens e mulheres brancos, e de machos e fêmeas não brancos, sustentando a dominação colonial. Ausente a atribuição de gênero, as mulheres racializadas eram consideradas inferiores.

Assim, quando se acrescenta o gênero às categorias de raça/etnia, o fato de se tratar de mulher indígena gera uma subcategoria, que é perpetuada a partir de discursos discriminatórios, utilizando termos como selvagem e primitiva, construídos desde a colonização e recuperados com intensidade durante o regime militar.

Embora o RF não apresente, portanto, uma análise mais aprofundada quanto ao gênero, é possível observar a prática de violações específicas e sistemáticas cometidas contra as mulheres indígenas, fundadas numa instituição denunciada como caótica e corrupta, sendo as condições impostas a elas “mais desumanas” (Brasil. Ministério do Interior 1968, 4914).

Imagem 2

Excerto do Relatório Figueiredo



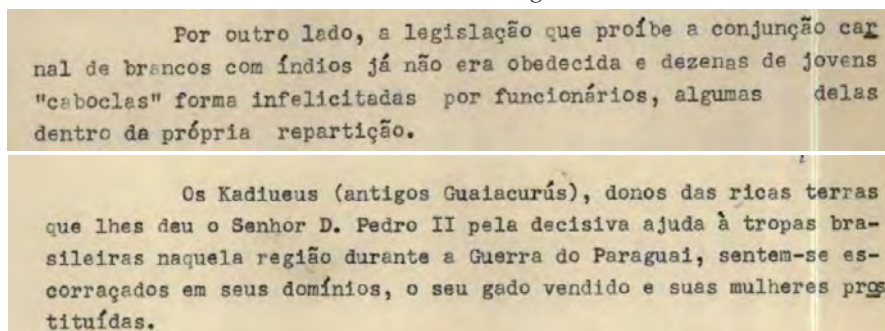
Isso porque, de maneira geral, não se respeitava o indígena como pessoa humana, servindo homens e mulheres, como animais de carga, cujo trabalho deve reverter ao funcionário. No caso da mulher, torna-se mais revoltante porque as condições eram mais desumanas.

Fonte: Brasil. Ministério do Interior 1968, 4914.

Ao longo do relatório, é possível ainda observar relatos de sequestro, escravidão, cárcere privado, uso do “tronco” como instrumento de tortura, prostituição forçada e violência sexual praticada pelos agentes do SPI.

Imagens 3 e 4

Excertos do Relatório Figueiredo



Por outro lado, a legislação que proíbe a conjunção carnal de brancos com índios já não era obedecida e dezenas de jovens “caboclas” forma infelicitadas por funcionários, algumas delas dentro da própria repartição.

Os Kadiueus (antigos Guaiacurús), donos das ricas terras que lhes deu o Senhor D. Pedro II pela decisiva ajuda à tropas brasileiras naquela região durante a Guerra do Paraguai, sentem-se escoraçados em seus domínios, o seu gado vendido e suas mulheres prostituídas.

Fonte: Brasil. Ministério do Interior 1968, 4914

A Ditadura Militar utilizou mecanismos estruturais de opressão para fundamentar a prática de violações de direitos contra os povos indígenas, e em específico, contra as mulheres. Tem-se um cenário de guerra e supressão de direitos, sob o argumento de desenvolvimento e integração nacional, que vilipendiou territórios, corpos e saberes. O relato de Antônio Cotrim, sertanista da FUNAI, ao se demitir em 1972, resume o horror do genocídio indígena praticado pelo regime militar: “Estou cansado de ser um coveiro de índios... Não pretendo contribuir para o enriquecimento de grupos econômicos à custa da extinção de culturas primitivas” (Brasil. CNV. 2014, 229).

A violência contra as mulheres cometida em estado de exceção, como ocorreu no Brasil, deve ser inserida no contexto de crimes de guerra, visto que a crueldade aplicada a estes corpos representa formas de opressão e poder, servindo como instrumento de limpeza étnica (Segato 2014). É deste contexto que partimos.

O caminho percorrido: resistências das mulheres indígenas e processo de redemocratização

Durante a ditadura, a luta por direitos se tornou um grande elo de ligação entre setores sociais, como o Conselho Indígena Missionário (CIMI), a União das Nações Indígenas (UNI) e outras associações indígenas que iniciavam suas lutas pela (re) conquista de direitos e tinham mulheres como representantes diretas de seus povos.

Maria Bingô foi uma dessas vozes da resistência contra processos de invasão e tomada de terras pelo governo antidemocrático, fazendeiros e posseiros (Bingô 1981). Ao ver seu território sendo invadido, Maria Bingô buscou o diálogo com os setores do governo para solução do problema, representando seu povo na FUNAI em Brasília.

Outras lideranças, como Maria Quitéria de Jesus¹ e Hilda Bezerra Barros², também se destacaram. Elas foram a Brasília em 15 de junho de 1983 exigir direi-

¹ “Maria Quitéria de Jesus, mais conhecida como Quitéria Binga, assume sua liderança ao final da década de 1970. Ela deixou alguns legados para os povos indígenas, principalmente aos Pankararu. Dois marcos se destacam na sua trajetória de luta. O primeiro é a conquista da primeira creche indígena localizada na área indígena, onde, atualmente, funciona a Escola Estadual Quitéria Binga. O segundo marco foi a casa de parto, onde ela atuou por muitos anos como parteira. [...] E por último e que lhe tornou conhecida fora de sua comunidade foi o dom de lutar e liderar, do qual exerceu importante papel na luta pela demarcação das Terras Indígena Pankararu e lutou pela educação, pois via na educação a possibilidade de perpassar os saberes tradicionais e a possibilidade de driblar as burocracias para conseguir as terras” (Gomes & Aires 2018, 9-10).

² “Entrou no movimento indígena após uma parte dos índios (33 lideranças, segundo a cacica Hilda) negociarem junto a FUNAI aproximadamente 8.100 hectares de terra do Povo Pankararu, justamente a terra em que morava. Ela lidera seu povo como cacica a (*sic*) mais de 40 anos. Ela foi responsável por liderar uma das mais importantes retomadas de seu povo contra fazendeiros e posseiros” (Gomes & Aires 2018, 11).

tos fundamentais, como o direito à terra. A luta contra posseiros, fazendeiros e o próprio governo através de suas instituições foi fundamental para o respeito e garantia de direitos já conquistados pelo Povo Pankararu desde os tempos do II Império (a primeira demarcação das terras do Povo Pankararu ocorreu em 1879). As mulheres participaram e participam diretamente das lutas sociais por direitos de suas comunidades e povos desde os tempos coloniais.

Anteriormente ao processo de redemocratização da política brasileira dado na década de 1980, lideranças femininas já debatiam acerca de lutas por direitos sociais e humanos em diversas instâncias, tanto locais quanto a nível nacional (Verdum 2008).

Quitéria Binga também fez parte dessa história. Como afirma Lima (2018, 30), ela foi “Participante da elaboração da Constituinte de 1988, assim como outros indígenas, defensora dos artigos 231 e 232 da Carta Magna. O seu matriarcado empoderador é inspiração para as gerações de mulheres indígenas Pankararu na busca de espaço significativo no meio político”. A autora utiliza o termo matriarcado empoderador para determinar uma linhagem de mulheres indígenas lideranças em suas comunidades que se tornaram referências para suas descendentes enquanto protetoras de seus territórios e de seu povo.

A redemocratização acenou, podemos dizer, para um movimento mais feminino na construção da Carta Magna. Souza (2008: 13) apresenta-nos o seguinte panorama da participação das mulheres:

Pela primeira vez na história brasileira, as mulheres se fizeram representar de forma significativa em um grande ponto de inflexão de nossa trajetória política: a redemocratização que se seguiu ao fim do regime militar. Os efeitos benéficos da histórica participação das deputadas federais eleitas em 1986 geram frutos até hoje e não podem mais ser apagados ou diluídos.

A participação feminina apoiada nos esteios de uma luta pelos direitos das mulheres e sociais acaba por também introduzir anseios de comunidades indígenas que viam em suas lideranças femininas porta-vozes de pautas e reivindicações locais de suas comunidades. No entanto, embora vinte e seis mulheres tenham sido eleitas para compor o Congresso Constituinte, apenas uma participou efetivamente do debate acerca das populações indígenas, qual seja, Benedita da Silva. Benedita da Silva participou como constituinte na subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, subcomissão na qual foram discutidos diversos temas acerca das populações indígenas. Conforme consta na ata de instalação da subcomissão acima mencionada, Benedita da Silva afirmou: “Nós ainda temos uma representação. Os indígenas não têm esta representação, neste momento histórico” (Assembleia Nacional Constituinte 1987, 180).

Não obstante o esvaziamento das representações indígenas femininas no processo institucional brasileiro da construção da nova constituição, as mulheres indí-

genas ainda assim exerceram importantes lideranças no processo de construção de pautas locais e nacionais. Suas vozes foram amplificadas pelas representantes que debateram e defenderam seus direitos na formação da nova Constituição, embora suas presenças permanecessem excluídas no momento da constituinte.

O diálogo com as comunidades locais foi, e ainda é, um importante instrumento de construção de lutas e reivindicações dos Povos Indígenas do Brasil. Desta forma, o movimento pela construção de pautas de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, atualmente, é majoritariamente construído pelas comunidades que buscam junto ao poder do Estado atingir seus objetivos.

Onde estamos: reparação estatal e promoção de políticas públicas

Os feminismos comunitários têm construído teorias para dar visibilidade às lutas das mulheres indígenas na *Abya Yala*³, afirmando que suas lutas não nasceram na Revolução Francesa, mas sim, desde 1492, com a intrusão dos europeus no continente americano.

Elaborado enquanto teoria social, o feminismo comunitário “es una epistemología que se está configurando como un nuevo paradigma de pensamiento político ideológico feminista” (Cabnal 2010, 24), e é pensado a partir da tríade corpo-terra-território, ou seja, a defesa do corpo e da terra é fundamental à defesa dos territórios, locais sagrados nos quais se deve praticar o Bem Viver.

Vale destacar que a expressão Bem Viver, aqui utilizada, origina-se a partir da cosmovisão dos povos situados na Cordilheira dos Andes, na América Latina, mais especificamente, dos povos Quéchuas e Aimara, que denominaram de *Sumak Kausai*, na língua quéchua⁴, termo traduzido para o castelhano como *Buen Vivir* e para português como Bem Viver. Diferencia-se da noção eurocêntrica do Estado de Bem Estar construída a partir de conceitos da economia e da política ocidentais para justificar a ideia de distribuição de riqueza, assimilado pontualmente por alguns países europeus (Krenak 2020).

Práticas para o Bem Viver perpassam pelas ideias defendidas pelos feminismos comunitários quando destacam a importância da descolonização da *Abya Yala*, para evitar que o Estado, através de discursos opressores, continue intervindo no modo de viver dos povos originários (Guzmán 2019).

No Brasil, também se percebe este movimento de resistência de mulheres indígenas desde a intrusão portuguesa, a fim de preservar seus saberes tradicio-

³ Termo utilizado pelos povos originários na América Latina, consagrando-se entre os séculos XVIII e XIX. Atualmente, utiliza-se o termo por movimentos sociais e políticos dos povos originários, para se contrapor ao termo colonizador e eurocêntrico referindo-se à América. Tem origem na língua do povo Kuna, e significa “terra madura” ou “terra em pleno florescimento”. Ver <https://iela.ufsc.br/projeto/povos-originarios/abya-yala/> [Acesso em 10 de outubro 2025].

⁴ Traduzido literalmente para o português significa “Plenitude da Vida” (Céleri 2019, 8).

nais, relações com a natureza e territórios sagrados, em meio a uma série de violências e usurpações. A criação do SPI, em 1910, e posteriormente sua utilização pela máquina estatal representou mais uma prática institucional conectada ao genocídio das nações indígenas, visto que seus corpos e territórios continuaram a ser violados, sob argumentos de união nacional e em defesa de uma suposta garantia de direitos e proteção.

Essas práticas são observadas pela análise do Relatório sobre Povos Indígenas da CNV, elaborado sob a responsabilidade da conselheira Maria Rita Kehl, e publicado no Diário Oficial da União, sob Portaria nº 1.321/2015, reconhecendo a responsabilidade do Estado brasileiro pelo esbulho das terras indígenas, patrimônio da União, ocupadas ilegalmente no período investigado de 1946 a 1988 (ver Brasil. CNV 2014).

O relatório afirma que, embora sejam inequívocas as violências praticadas contra a população indígena durante o período do regime militar, ainda não há pesquisas amplas e aprofundadas, sendo necessárias para que tragam maior visibilidade ao ocorrido e para que sejam pensados caminhos para a reparação destas violações.

Os relatos sobre violências contra mulheres indígenas ainda permanecem superficiais. Na busca em suas 60 páginas, há apenas duas menções a ‘índias’ e oito menções a “mulheres”, demonstrando que muito ainda há que ser analisado sobre o tema para que sejam propostas alternativas não só de reparação como também de prevenção à perpetuação destas condutas. Em depoimentos (Brasil. CNV 2014), relatou-se o seguinte:

[...] tem-se notícia de que trabalhadores da estrada presenteavam os homens Parakanã e violentavam várias mulheres. (230)

35 mulheres indígenas e dois agentes da Funai foram acometidos por doenças venéreas, oito crianças nasceram cegas e cerca de seis crianças morreram de disenteria. (230)

Técnicos indigenistas revelaram que mulheres Cinta Larga da Aldeia Serra Morena, em Rondônia, estavam sendo prostituídas com a conviência dos funcionários da Funai do posto indígena da aldeia. (235)

Foram apresentadas 13 recomendações, mas em nenhuma delas há direcionamento específico aos atos praticados contra as mulheres indígenas. E após 36 anos da promulgação da Constituição, e 10 anos da publicação do relatório da CNV, estamos praticamente no mesmo ponto de onde começamos. Uma pesquisa do Instituto Vladimir Herzog afirma que, das 29 recomendações, apenas duas foram cumpridas (2023, 20).

Só em 2024 houve, pela primeira vez na história brasileira, uma ação de reparação coletiva direcionada a dois povos indígenas perseguidos e torturados

na Ditadura, Krenak e Guarani-Kaiowá⁵. No entanto, limitou-se ao pedido de desculpas, sendo ato simbólico, sem objetivo de indenização financeira. Em 2025, durante o movimento de povos indígenas denominado de Acampamento Terra Livre (ATL), que ocorre anualmente em Brasília – DF, foi exigida, novamente, a instalação da CNV para investigar crimes contra etnias indígenas cometidos por militares durante a ditadura.⁶

Outro ponto relevante é a demarcação de terras indígenas que ainda se encontra em disputa com o debate sobre o marco temporal. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) já havia declarado inconstitucional a tese do marco temporal, que argumentava a favor do reconhecimento de terras indígenas apenas àquelas já em disputa ou homologadas até de 05 de Outubro de 1988. No entanto, o Congresso aprovou o complemento da Lei 14.701/23, afirmando a data da promulgação da CF/88 como marco temporal para as demarcações. A lei, até o momento (2025), continua sob análise e debates no STF, o que causa insegurança aos povos afetados e permissividade na prática de violências contra eles.

Ainda sobre a reparação estatal, podem ser analisadas as políticas públicas criadas para povos indígenas que visam diminuir as desigualdades sociais e os impactos das violências perpetradas contra corpos e territórios. Por exemplo, há a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), com o objetivo de valorizar e integrar saberes e práticas indígenas no cuidado à saúde; no entanto, o documento apenas menciona a integração do programa na “saúde da mulher” de forma genérica e imprecisa. E, em 2023, foi aprovada a Resolução sobre a saúde dos povos indígenas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), assinada pelo Brasil, que destaca a necessidade de criar ou aprimorar sistemas para análise dos desafios referentes ao acesso adequado a serviços de saúde pelos povos indígenas.

Em que pese os debates e documentos criados sobre o tema, uma pesquisa de 2017 sobre mulheres indígenas na América, promovida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), concluiu que ainda persistem barreiras como distanciamento geográfico, serviços culturalmente inadequados, falta de intérpretes qualificados, falta de infraestrutura adequada, e falta de acesso à informação que gera consequências como infecções e doenças, altas taxas de mortalidade materna e violações massivas aos direitos sexuais e reprodutivos, como nos casos de esterilização forçada (CIDH 2017).

Referente a violências contra mulheres indígenas, em 2022, o Comitê da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (ONU 1979) aprovou a Recomendação Geral n.º 39 sobre os direitos humanos das mulheres e meninas indígenas (CEDAW/C/GC/39).

⁵ Ver <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/comunidade-krenak-recebe-primeira-reparacao-coletiva-da-historia-do-pais> [Acesso em 20 de abril de 2025]

⁶ Ver <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2025/04/7116487-indigenas-cobram-instalacao-da-comissao-da-verdade.html> [Acesso em 20 de abril de 2025].

Seguindo entendimento internacional, em 2025, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei n.º 4.381/23, que estabelece medidas para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, projeto ainda em tramitação. Este cenário demonstra como são incipientes as instruções legislativas que envolvem as violências praticadas contra meninas e mulheres indígenas.

Tendo em vista a pouca atuação dos órgãos estatais na promoção de legislação e ações especificamente voltadas ao universo feminino indígena, as mulheres de forma organizada tomaram para si as lutas, e formaram organizações de mulheres indígenas principalmente após a ditadura.

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA)⁷, existem 241 organizações cujas áreas majoritárias de atuação estão no setor de cuidado, espaços negligenciados pelo patriarcado. Há uma ausência de atuação de mulheres indígenas em espaços ocupados por homens, como na política, economia e segurança.

As mulheres estão cada vez mais conscientes de que seu ativismo não deve se limitar a proteger suas comunidades contra as atividades das corporações transnacionais e a lutar, por exemplo, por soberania alimentar e contra a engenharia genética de sementes; precisam também transformar o atual modelo econômico em um sistema que respeite os seres humanos e a Terra. (Federici 2022, 204)

As mulheres têm se mobilizado e organizado para que haja a valorização de seus saberes tradicionais, suas culturas e a preservação do conhecimento ancestral e de seus territórios. O Estado ainda falha na proteção dessas mulheres, na medida em que as políticas públicas não são devidamente implementadas e efetivadas.

Destaca-se a dificuldade de acesso a políticas públicas e o desrespeito à autonomia dos povos originários garantida pela Constituição Federal. Isto é percebido nas reivindicações por direitos apresentadas por diversas etnias, em conferências e ações coletivas, tais como a Marcha das Mulheres Indígenas (ONU Mulheres Brasil 2023) e o ATL.

Considerações finais

Concluimos, portanto, apresentando uma linha de pensamento que poderá nortear o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre o papel das mulheres indígenas no exercício de resistência contra o regime militar brasileiro – não apenas resistência, mas também luta por existência de direitos sociais e humanos inerentes ao convívio harmonioso e solidário. A pesquisa esmiuçou arquivos e documentos oficiais do fim do período ditatorial e início do movimento de redemocratização

⁷ Ver <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-das-mulheres-indigenas-no-brasil> [Acesso em 20 de abril de 2025].

brasileiro a fim de pontuar a ausência de mulheres indígenas neste processo marcado ainda pela herança machista e colonialista.

As lideranças femininas indígenas participam na construção de uma sociedade brasileira mais justa e igualitária. Embora suas participações tenham sido apagadas e invisibilizadas, há registros e dados oficiais da sua importância no processo democrático brasileiro. Este apagamento e invisibilização da participação das mulheres indígenas nada mais é do que o acinte do patriarcado, do machismo segregador ainda presente na sociedade.

O RF apresenta-se como uma ferramenta essencial de busca e compreensão das violações e violências sofridas pelos povos indígenas e pelas mulheres indígenas de diversos povos, sendo fundamental perceber a ineficiência do Estado brasileiro, bem como a violência perpetrada pelos seus agentes nas relações hierárquicas estabelecidas pelos órgãos que deveriam defender os direitos dos povos (CIDH 2017).

O Relatório na CNV apresenta uma percepção mais aguçada das contradições do Estado brasileiro no que tange ao respeito aos Povos Indígenas. No entanto, ainda não é suficiente para analisarmos as violências cometidas especificamente contra mulheres indígenas, a fim de propiciar direcionamentos eficazes para concretização de seus direitos.

Desta forma, conclui-se que, apesar do apagamento das mulheres indígenas no processo de redemocratização do Estado brasileiro, deve ser reconhecida a sua presença constante e inequívoca para a apresentação de pautas direcionadas à proteção de garantias contra violações de direitos humanos e sociais, que devem ser destacadas e visibilizadas.

Contributos de cada autor/a

EV: Concetualização; investigação; metodologia; validação; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

GLV: Concetualização; investigação; metodologia; validação; redação do rascunho original; redação – revisão e edição.

Conflito de interesses

Não existem conflitos de interesses a declarar.

Referências

- Assembleia Nacional Constituinte. 1987. Ata da 1.^a reunião da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Ano I – Suplemento ao n.º 53, 01 de maio.
- Bigio, Elias dos Santos. 2007. “A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990).” *Revista de Estudos e Pesquisas* 4(2): 13-93.
- Bingô, Maria. 1981. “Carta de Maria Bingô para a religiosa do CIMI Irmã Alzira.” *Jornal Porantim*, 31 de agosto.

- Brasil. CNV. 2014. *Relatório: textos temáticos*. Relatório da CNV, vol. 2. Brasília: Comissão Nacional da Verdade. https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf
- Brasil, Ministério do Interior. 1968. *Relatório da comissão de inquérito constituída pela portaria nº239/1967*. [Relatório Figueiredo]. Ministério do Interior. <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>
- Cabnal, Lorena. 2010. "Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala." Em *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*, editado por ACSUR – Las Segovias, 10-33. <https://porunavidavivible.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>
- Céleri, Luis Paúl Muñoz. 2019. *Teología e Sumak Kawsay: o diálogo com a sabedoria andina do bem viver*. Editora Fi.
- CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 2017. *Direitos humanos das mulheres indígenas*. <https://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/2018/Brochure-MujeresIndigenas-pt.pdf>
- Ditadura, Memórias da. s.d. *Memórias da Ditadura*. <https://memoriasdaditadura.org.br/periodos-da-ditadura/>
- Federici, Silvia. 2022. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Trad. de Coletivo Sycorax. Elefante.
- Gomes, Priscila Greyce do Amaral, & Joubert Max Maranhão Piorcky Aires. 2018. "Os caminhos trilhados pelas mulheres indígenas na constituição de organizações femininas." *Anais da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília, 09-12 de dezembro.
- Guzmán, Adriana. 2019. *Descolonizar la memoria, descolonizar los feminismos*. Tarpuna Muya.
- Instituto Socioambiental. 2024. Mapa das organizações de mulheres indígenas no Brasil 2024. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-das-mulheres-indigenas-no-brasil>
- Instituto Vladimir Herzog. 2023. Relatório Anual. <https://vladimirherzog.org/edital/relatorio-2023/>
- Krenak, Ailton. 2020. *Caminhos para a cultura do Bem Viver*. Organização: Bruno Maia. <https://www.culturadobemviver.org>
- Lima, Jucilene Gomes de Almeida. 2018. "A violência doméstica dentro da etnia Pankararu: um estudo na aldeia Brejo dos Padres, Tacaratu-PE." Trabalho de conclusão de graduação em Direito. Paulo Afonso: Faculdade Sete de Setembro.
- Lima Junior, Eduardo Brandão, Guilherme S. de Oliveira, Adriana C. O. dos Santos, & Guilherme F. Schnekenberg. 2021. "Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa." *Cadernos da Fucamp* 20(44): 36-51.
- Lugones, María. 2019. "Rumo a um feminismo decolonial." Em *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*, editado por Heloísa Buarque de Hollanda, 357-377. Bazar do Tempo.
- ONU, Mulheres. 1979. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)*. https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf
- ONU Mulheres Brasil. 2023. 3ª Marcha das Mulheres Indígenas conquista avanços na garantia dos direitos de mulheres e meninas indígenas no Brasil. 27 de setembro. <https://www.onumulheres.org.br/noticias/3a-marcha-das-mulheres-indigenas-conquista-avancos-na-garantia-dos-direitos-de-mulheres-e-meninas-indigenas-no-brasil/>
- Segato, Rita. 2014. "Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres." *Revista Sociedade e Estado* 29(2): 341-371. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200003>

- Segato, Rita. 2021. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Trad. de Danielli Jatobá & Danú Gontijo. Bazar do Tempo.
- Souza, Marcius F. B. 2008. “[Princípios e direitos fundamentais] A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988.” In *Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois*, vol. I, organizado por Bruno Dantas et al. Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro. <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>
- Verdum, Ricardo (Org.). 2008. *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Inesc.

Eduardo Vergolino. Graduações (licenciatura e bacharelado) em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (2006 e 2012), Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2009) e Doutorado em Indigenous Studies – University of Manitoba (2022). Professor EBTB do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, com experiência na área de Educação, ênfase em educação escolar indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Educação Indígena, Ética, Cidadania e Política.

Gabriela M.P. Lins Vergolino. Advogada. Especialista em Direito de Família e Sucessões pelo Complexo de Ensino Renato Saraiva (Recife/PE). Mestre em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), Portugal. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA. Pesquisadora com ênfase nos seguintes temas: Violências de gênero, Acesso à Justiça, Direitos Humanos, Feminismos, Mulheres indígenas.

Recebido a 4 de junho de 2024 e aceite para publicação em 25 de março de 2025.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Vergolino, Eduardo, & Gabriela M.P. Lins Vergolino. 2025. “Regime militar brasileiro e mulheres indígenas: violências e resistências.” *ex æquo* 52: 162-177. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.12>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Vergolino, Eduardo, & Vergolino, Gabriela M.P. Lins (2025). Regime militar brasileiro e mulheres indígenas: violências e resistências. *ex æquo*, 52, 162-177. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.12>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



NARRATIVAS E ILUSTRACIONES DE MUJERES INDÍGENAS Y ARTESANAS EN ECUADOR

 Fanny Tubay-Zambrano*

Resumen

Este artículo analiza discursos y narrativas visuales de mujeres indígenas y artesanas ecuatorianas, enfocándose en sus trayectorias laborales y en las formas de organización de sus vidas en la esfera pública y privada. La metodología es cualitativa con enfoque etnográfico, apoyada en entrevistas semiestructuradas y observación participante. De esta última surgen ilustraciones elaboradas en el trabajo de campo que, al igual que las palabras, aportan sentido cultural a los relatos. Los resultados revelan exclusiones alrededor de la identidad indígena y del oficio artesanal. Sin embargo, la investigación destaca el papel femenino en el artesanado, en el tejido de redes sororas, y en el sostenimiento de economías familiares y comunitarias.

Palabras clave: Mujeres indígenas, artesanado, narrativas, ilustraciones, feminismo indígena.

Abstract

Narratives and Illustrations of Indigenous Women and Artisans in Ecuador

This paper analyzes the discourses and visual narratives of Indigenous Ecuadorian craftswomen, focusing on their work trajectories and the ways they organize their lives in both public and private spheres. The methodology is qualitative with an ethnographic approach, supported by semi-structured interviews and participant observation. From the latter emerge illustrations created during fieldwork that, like words, provide cultural meaning to the narratives. The findings reveal forms of exclusion related to Indigenous identity and artisanal work. However, the study highlights the vital role of women in craftsmanship, in the weaving of supportive networks, and in sustaining family and community economies.

Keywords: Indigenous women, handicraft, narratives, illustrations, indigenous feminism.

* Grupo de Estudios Interculturales (GEI), Grupo de Humanidades y Sexualidades (HUMSEX), Facultad de Filosofía, Universidad de Cuenca, 010201 Cuenca, Ecuador.
Dirección postal: Av. 12 de Abril, 010201 Cuenca, Ecuador.
Correo electrónico: fannym.tubay@ucuenca.edu.ec

Resumo

Narrativas e ilustrações de mulheres indígenas e artesãs no Equador

Este artigo analisa discursos e narrativas visuais de mulheres indígenas e artesãs equatorianas, centrando-se nas suas trajetórias laborais e nas formas de organização das suas vidas nas esferas pública e privada. A metodologia é qualitativa, com uma abordagem etnográfica, apoiada em entrevistas semiestruturadas e observação participante. Desta última resultam ilustrações elaboradas durante o trabalho de campo que, tal como as palavras, conferem sentido cultural aos relatos. Os resultados revelam exclusões associadas à identidade indígena e à atividade artesanal. No entanto, a investigação destaca o papel das mulheres no artesanato, na teia de redes solidárias e na sustentação das economias familiares e comunitárias.

Palavras-chave: Mulheres indígenas, artesanato, narrativas, ilustrações, feminismo indígena.

1. Introducción

Este trabajo analiza los discursos narrativos y visuales de mujeres que encarnan el feminismo indígena (Pequeño 2007) en diversas regiones andinas de Ecuador. La narrativa proviene de resultados no presentados en el marco de una tesis doctoral sobre la estructura social del género en el artesanado ecuatoriano y portugués y de las imágenes ilustradas durante el trabajo de campo, que son de autoría de la investigadora (Tubay 2020).

Este estudio analiza los dispositivos normativos y valorativos que inciden en la vida de mujeres con identidad indígena, en un contexto marcado por la violencia y la desigualdad estructural. Más allá de las dimensiones identitarias, las mujeres en la práctica artesanal enfrentan desigualdades vinculadas tanto al tipo de trabajo artesanal que realizan como a su condición de mujeres en el espacio público. Ante estas condiciones, las artesanas construyen redes sororas y estrategias colectivas para afrontar los desafíos del oficio y la carga cultural impuesta por una sociedad que no las reconoce como ciudadanas de primera clase (Lorber 2018).

La investigación parte de un marco teórico feminista, el cual en principio garantiza derechos y equidad para grupos marginados (Samamé 2019), pero que no obstante, tiende a centrarse en lo argumentativo, sin abordar soluciones pragmáticas (Fraser 2013; Segato 2016), y minimiza problemáticas específicas de género. Es por ello que otros feminismos, como el indígena, surgen en respuesta a realidades sociales y culturales, vinculados a identidades y decisiones políticas e históricas (Paredes 2010). Sin embargo, autores como González (2022), Paredes (2010) y Rivera (2015) consideran que la teorización sobre los movimientos femeninos indígenas sigue siendo incipiente en América Latina (Vourisalo-Tiitinen 2011).

El feminismo indígena, acompañado por el enfoque interseccional, guía esta investigación para comprender las luchas femeninas, así como los espacios, valores y estrategias que emplean para equilibrar su existencia en un entorno artesanal

en el que predomina la visión masculina. La interseccionalidad permite analizar desigualdades históricas relacionadas con género, clase, raza y poder económico (Risman 2018). Además, la mirada semiótica y la teoría de los signos, como resultado complementario de un trabajo de campo, son clave para examinar el contexto a través de las expresiones verbales, gestuales y emocionales de las mujeres que participan en el estudio (Zecchetto 2002).

1.1. Feminismo indígena y etnicidad en el contexto ecuatoriano

Ecuador es uno de los países donde la totalidad de las identidades y etnicidades indígenas han logrado conformar una organización común, la CONAIE (Confederación de Nacionalidades Indígenas). En esas arenas, el feminismo indígena surge como una respuesta crítica frente a la imposición de modelos feministas occidentales, los cuales afectan de manera desigual a mujeres indígenas, afrodescendientes y campesinas (Segato 2014). Para algunas autoras latinoamericanas y decoloniales, los feminismos deben entenderse como plurales y situados, ya que las opresiones por género se entrelazan con las de clase, raza y territorio. Estas múltiples formas de opresión tienden a invisibilizar las experiencias de estas mujeres, así como el valor de su memoria ancestral y sus aportes a la vida comunitaria (Cabnal 2010; Rivera 2010).

Las corrientes feministas en los Andes se construyen desde las vivencias propias de las mujeres indígenas, donde la lucha por la equidad de género se articula con la defensa del territorio, la lengua y la cultura. Para estos colectivos, las identidades étnicas y de género no son estáticas, sino que reconfiguran el emplazamiento de saberes ancestrales, trabajo comunitario y prácticas de sostenibilidad. Esta construcción se fundamenta en la agencia femenina y su participación activa en las luchas sociales dentro y fuera de sus comunidades.

El feminismo reconoce que la convergencia de cuerpos, saberes e identidades es diversa y dinámica. La representación de las mujeres abarca una amplia gama de voces, pensamientos, sentimientos, anhelos e imaginarios. Sin embargo, la apropiación cultural de la feminidad proyecta una estructura opresiva, especialmente cuando las condiciones étnicas e identitarias emergen asociadas con la desigualdad y la discriminación, tratando de homogeneizar realidades y experiencias diversas. En palabras de Vourisalo-Tiitinen (2011), el feminismo indígena en contraposición del hegemónico constituye una corriente teórica y práctica que contextualiza la realidad vivida por las mujeres, incorporando sus voces, ideas, roles y posturas en un mundo globalizado. Dicho feminismo representa la lucha revolucionaria de cualquier mujer en cualquier lugar y momento histórico que desafía al patriarcado opresor (Paredes 2010).

El feminismo indígena estudia la situación de la mujer dentro de los movimientos sociales, teniendo en cuenta género, etnicidad y clase (Pequeño 2007).

En Ecuador, figuras como Dolores Cacuango y Tránsito Amaguaña son lideresas indígenas que impulsaron la creación de organizaciones indígenas y campesinas, luchando por los derechos de mujeres y grupos marginados (Rosero 1992). Durante los años 1980, los movimientos femeninos impulsaron propuestas legislativas con enfoque de género y en consonancia con la realidad étnico-cultural (Pacari 2002). En 1990, con el levantamiento indígena, adquirieron mayor visibilidad política, y reclamaron sus derechos como ciudadanas y agentes sociales (Guerrero 2010).

Las mujeres del Abya Yala son protagonistas en diversas luchas desde los años 1960 hasta hoy, aunque su labor continúa siendo invisibilizada. Su participación es limitada por roles tradicionales y falta de protección laboral y social (Cotacachi 2009; ILO 2023). Aun así, persisten en la defensa de epistemologías insurgentes del sur y en la construcción de saberes colectivos (Mendoza 2010; Zaragocin 2020). La identidad indígena suele ser percibida desde una visión estereotipada y esencialista, ligada a la pobreza y al atraso, lo que contribuye a una integración nacional aparente y excluyente (Dietz 1999; Báez 2011).

Los patrones simbólicos [...] reproducen en gran medida un discurso racista: se pone énfasis en el pasado prehispánico y en el valor alegórico del indígena en cuanto a la identidad mestiza. El indígena actual se retrata de forma folklórica, en el campo, y se subraya su condición de pobreza y atraso cultural. (Corona & Le Mûr 2017, 22)

Ser indígena no es solo una identidad biológica o racial, sino una condición social impuesta por las élites de poder. Dentro de estas estructuras, las mujeres enfrentan exclusiones adicionales en sus propios colectivos. En el mundo indígena existen jerarquías de género similares a las de la modernidad, con diferencias de prestigio entre masculinidades y feminidades (Segato 2014). Y esto se ve reflejado en prácticas transgenéricas, matrimonios forzados y tempranos, y la carga heredada del cuidado del hogar sin remuneración.

1.2. La sororidad y la familia en el tejido social artesanal

La práctica artesanal en comunidades indígenas ecuatorianas trasciende la idea de oficio o sustento económico, y es más bien una manifestación viva de la memoria colectiva, un lenguaje de símbolos que comunica la cosmovisión andina. Las mujeres artesanas no trabajan solas: lo hacen junto a hermanas, madres, hijas, en un ejercicio de transmisión intergeneracional del saber. A decir por Rivera (2010) los saberes artesanales son saberes corporales y comunales, son resistencia y creación a la vez; y a través de estos las mujeres tejen, escriben y leen el mundo..

La labor artesanal es también un acto de hermandad, de sororidad y de afirmación cultural. La sororidad se entiende como una forma de relación humana de mujeres y entre mujeres (Domínguez 2021), y como una habilidad socio cultural

que se aprende consciente y voluntariamente. Se trata de una alianza entre mujeres, un pacto político y ético que reconocer el poder transformador de cada una para mejorar las condiciones de vida en entorno desiguales y violentos (Lagarde 2019).

En las poblaciones andinas la noción de familia se expande más allá del núcleo biológico, por lo que para ellos la artesanía representa cuidados, comunidad, es ayni (palabra kichwa que significa reciprocidad), es trabajo colectivo que genera vínculos afectivos y políticos. Por ejemplo, en la comunidad de Saraguro, las mujeres hilan la lana y los hombres tejen, ellos son los encargados de la confección de las faldas (polleras). Así como también, en los pueblos Cañari (localizados en las provincias de Cañar y Azuay), las mujeres bordan las camisas de los hombres y confeccionan las vestimentas de los miembros de sus familias (Tubay 2020).

1.3. Las mujeres indígenas entre el artesanado y la economía feminista

Según autores como Tolstoi (2024), el artesanado es asociado con el uso de las clases populares y su fin es utilitario y cultural, mientras que al arte les pertenece a las clases privilegiadas por su carácter simbólico, estético y elitista. No obstante, la artesanía mantiene un diálogo entre prácticas concretas y un pensamiento que evoluciona hasta convertirse en hábitos (Sennett 2009). A raíz de estas emergen sentimientos que refuerzan costumbres cotidianas que narran historias, denuncian violencias y enseñan otras formas de comprensión.

En la cosmovisión andina, las expresiones del artesanado sostienen la existencia y no son solo un camino para pensar de otra manera, sino para corazonar y sentir de otras maneras (Guerrero 2018). De ahí que, el feminismo indígena junto con la labor artesanal entrelazan un proceso de hacer, de centrar al ser humano y de crear un vínculo con los materiales, herramientas y componentes que llevan consigo sus creadores (ya sean naturales, sociales, económicos, políticos o culturales). Esto refleja una práctica cultural laborada con la memoria, precisión y con un mensaje social del estado de sus creadores y de la historia de sus poblaciones (Ferraro 2018).

La aportación de las mujeres en la economía feminista contribuye a reducir las visiones estrechas e instrumentales de la situación laboral y sus derechos, así como fortalecer los argumentos económicos a favor de reducir las desigualdades y potenciar su participación (Enríquez 2021). En el territorio andino, las mujeres transforman la economía desde lo local (cotidiano), logrando avances que impliquen una mejor calidad de vida. Con ellas no solo prevalecen saberes ancestrales, sino además estas formas de economías propias, alternativas y sostenibles con una ética del cuidado y de respeto hacia la tierra.

La activista y lideresa ecuatoriana Dolores Cacuango (cit. en Rodas 2007) afirmaba que las manos de las mujeres indígenas no sólo hilan lana, hilan el futuro. Esta representación metafórica tiene sus raíces en el trabajo agrícola, del hogar, y por supuesto en el artesanal. La corriente y el activismo feminista indígena están

transformando la economía, el arte y la política desde sus comunidades, desafiando al capitalismo patriarcal.

2. Metodología

La metodología es de corte cualitativa en cuanto estudia la vida social dentro de su entorno natural sin manipulaciones ni controles experimentales (Olabuénaga 2012). La investigación adopta un enfoque etnográfico que, más allá de recolectar datos, representa una postura ética y epistemológica. Implica una actitud de apertura y escucha hacia la alteridad, para comprender los sentidos y significados que las personas atribuyen a sus prácticas artesanales (Peirano 2021). La mirada etnográfica a partir de un proceso circular y no lineal reveló interpretaciones que superan el lenguaje, e incorporan silencios y a otras formas de mirar la realidad en los espacios donde las interlocutoras expresan y transmiten marcos semióticos de interpretación cultural. Las herramientas empleadas fueron la entrevista semiestructurada y la observación participante. Las dos están enfocadas en las interrelaciones tanto laborales como familiares, y en significados de sus decires, sentires y haceres (Guber 2019).

La entrevista parte de una aproximación previa al trabajo de campo, en la que se conoció el tipo de oficio, las características del trabajo artesanal por género y por tiempo de dedicación, así como el contexto o lugar de origen de cada una de las 13 mujeres artesanas, provenientes de pueblos y nacionalidades indígenas de Ecuador (Cañari, Saraguro, Otavalo, Ambato y Loja).

Tabla 1
Mujeres artesanas participantes

Nombre	Edad	Origen étnico	Oficio artesanal	Código
Carmen	52	Cañari	Textilera y comerciante	M1
Blanquita	58	Cañari	Toquillera	M2
Narcisa	40	Cañari	Toquillera	M3
Hilda	74	Cañari	Costurera	M4
Ana María	35	Saraguro	Artesana en collares	M5
Ángela	68	Cañari	Artesana en collares	M6
Maruja	37	Otavalo	Textilera	M7
Mónica	29	Cuenca	Ceramista	M8
María	54	Otavalo	Textilera	M9
Camila	22	Cuenca	Imaginera – escultora en madera	M10
Fátima	45	Loja	Costurera	M11
Lucia	38	Cañari	Textilera	M12

Nombre	Edad	Origen étnico	Oficio artesanal	Código
Lourdes	62	Ambato	Bordadora	M13
Bertha	47	Chordeleg	Ceramista	M14

Fuente: Elaboración propia.

Los datos obtenidos mediante entrevistas fueron complementados con observaciones participante, las cuales se realizaron tras establecer un vínculo de confianza con las artesanas. Para las dos herramientas se utilizaron instrumentos previamente socializados que orientaron la recolección según las dimensiones definidas.

Las imágenes registradas en las sesiones de observación generaron una arquitectura de signos y significados, en los que los saberes incorporados (prácticos, nacionales, culturales, estéticos) generaron códigos simbólicos que estructuran el sentido cultural (Barthes 1986). Las imágenes o ilustraciones fueron registradas por la autora (doctoranda en ese momento) en bocetos durante el trabajo de campo en Cuenca, Ecuador (2018-2019). Estas imágenes complementaron el discurso verbal al expresar dimensiones simbólicas y afectivas que no emergieron explícitamente en la recolección de datos. Luego de una selección de las imágenes en concordancia con las dimensiones reitrativas de la investigación, estas se organizan en las siguientes categorías: a) la condición indígena de la mujer en el imaginario social; b) vestimenta como dispositivo de poder en el territorio; c) la trayectoria laboral y el acompañamiento sororo.

Finalmente, la elección de extractos de discursos y de los gestos visuales cruza por un Análisis del Discurso Multimodal (ADM) (O'Halloran 2020), asociado con los pensamientos y sentimientos de las colaboradoras, así como con los espacios de enunciación común compartidos entre mujeres.

3. Resultados

Las mujeres que circulan en la memoria colectiva, en la literatura y en los medios de comunicación de América Latina, aparecen situadas en márgenes de pobreza, de trabajo informal y precariedad (Amofah 2021; Morales, Martínez & Gómez 2022). En esos imaginarios aparecen relegadas al poder de una clase dominante (Pequeño 2007), que es blanca o mestiza y de clase media o alta.

Antes de 1620, la población de Azuay y Cañar era conocida como Cañari, pero luego se impuso el término “indio”, de manera despectiva y simplista (Poloni-Simard 2005). La invisibilización de la contribución de las mujeres indígenas y rurales ha sido constante, tanto antes como después de la colonización. Históricamente, las artesanas enfrentaron oposición de familiares y colegas masculinos por salir del ámbito doméstico hacia el espacio público. Dolores Cacuangó

y Tránsito Amaguaña vivieron esto al incursionar en la política y las luchas indígenas, siendo duramente criticadas (Carvallo 2009; Cotacachi 2009).

Ejemplos como las citadas lideresas las hace resistir, e involucrarse además del trabajo doméstico en las economías locales, populares y solidarias. No obstante, su contribución ha sido poco reconocida y cosificada (Poloni-Simard 2005; Cotacachi 2009).

Figura 1
Vendedora y otros tipos populares



Fuente: *Sociología de la imagen* (Rivera 2015).

Lourdes (M13), artesana especializada en bordado, señala que profesión se ve marginada por su condición femenina y las restricciones impuestas por hombres artesanos. Fátima (M11), otra artesana, relata que hace dos décadas trabajaba como asistente de un artesano sastre; su labor consistía en bordar cuellos de camisas o pegar botones, pero los trajes casi en su totalidad los cosía el sastre. No obstante, con el conocimiento adquirido, pudo emprender y comercializar sus bordados en trajes de mujeres de forma autónoma en los mercados. La artesana menciona que hay una distinción de oficio porque a las mujeres que cosen se les llama costureras, y a los hombres que lo hacen, se los conoce como sastres en el mundo artesanal.

Las mujeres ocupamos los lugares y los oficios que nos han dado los hombres. Por eso es difícil romper esto, pero ya estamos con el oficio y esto nos ha dado de comer. Pero tampoco veo que los hombres prosperen tanto, aunque con las mujeres se siente más la pobreza y la necesidad. (M13)

Fátima (M11) comenta que su madre y tías fueron privadas de educación y desarrollo profesional, quedando relegadas al trabajo doméstico no remunerado.

Estas labores, mayoritariamente realizadas por mujeres, carecen de protección laboral y son invisibilizadas, precarias e informales.

La artesana (M12) aprendió tejido y bordado a través del ejemplo familiar; y con el tiempo perfeccionó sus habilidades y convirtió el oficio en su sustento.

Solo lo hacíamos, lo aprendíamos de la mamá o la abuela. Y teníamos que aprender a tejer, bordar, puntadas para coser la ropa de la familia. Esa era una tarea que ya venía incluida también desde siempre. (M11)

Estas habilidades fueron adquiridas a través de la observación, la repetición y la práctica, y de la herencia de madres y otras mujeres mayores en esfera familiar y social. La artesana (M9) indica que el oficio lo potenció con el paso de los años. En su infancia, no percibía sus habilidades, y solo hasta que se convirtió en madre vio que lo aprendido le sirvió para sacar adelante a sus hijos. Ella menciona que de no haber sentido la necesidad, no se habría dedicado al oficio artesanal.

Otras mujeres pasan por cosas similares, y de las crisis sacan fuerzas y se inventan maneras de sobrevivir. Algunas que aprendieron a cocinar desde chicas, ahora tienen negocios de comidas. Otras aprendieron la costura, la agricultura, el comercio, y de eso viven. (M9)

3.1. Vestimenta como dispositivo de poder en el territorio

La vestimenta andina con su poder simbólico y cultural regula el intercambio de mensajes en la sociedad indígena (Zecchetto 2002, 35). Los atuendos femeninos y masculinos reflejan el desarrollo social, cultural y económico del pueblo (Cotacachi 2013). La ropa expresa identidad étnico-racial, territorios culturales y políticos, así como la influencia colonial en las mujeres (Pequeño 2007). La vestimenta propone un conjunto de significaciones culturales, un diálogo con la otredad que impronta roles políticos y públicos (Dorronsoro 2013).

La mujer Cañari en la Figura 2 utiliza un sombrero de lana prensada, collares y aretes de plata, una hualcarina o chal, una blusa bordada y una pollera (falda de la mujer indígena) de lana con vivos colores. Por su parte, el hombre se expone con un sombrero blanco de lana, camisa bordada, poncho corto, faja y pantalón negro de lana (Tubay 2020).

Rodas (2007) sostiene que, desde tiempos antiguos, los indígenas se vestían con prendas confeccionadas por ellos mismos, y una gran parte de esta labor recaía en las mujeres. Así por ejemplo, la artesana (M2) asienta que las mujeres cosían las ropas de toda la familia, bordaban las blusas, los puños de las camisas de los maridos y la ropa de sus hijos.

Aunque los roles de género cambiaron en las últimas décadas, aún hay hombres que confeccionan sus propios trajes e incluso los venden. En la ciudad de Saraguro, también elaboran vestimenta femenina, ya que, según la tradición, prendas como el anaco (prenda hecha de lana blanca o negra que refleja el estado civil femenino) se asocian al trabajo masculino. Por ejemplo, las solteras cubren completamente el anaco blanco con el negro, mientras que las casadas dejan visible algunos centímetros del color blanco (Diario El Correo 2017).

Los hombres también tejían sus ropas, ahora menos porque ya vienen hechas y las venden en almacenes en el centro de Cuenca. El poncho para las celebraciones importantes, los pantalones hilados a mano. (M4)

En Saraguro, mi hermano se dedica a confeccionar ropa de nuestra etnia para vender entre nosotros, pero también porque hay gente que se encarga. Toma mucho tiempo y dedicación, pero él las hace. (M5)

La imagen 2 también refleja dualidad y complementariedad en las representaciones sociales de la cosmovisión andina, en la que el rol de la mujer sostiene y equilibra en algunas ocasiones a los hombres. La artesana (M13) señala que, durante el *Inti Raymi*, las mujeres preparan alimentos y bebidas para las procesiones festivas, apoyando a los hombres mientras danzan en los rituales. Esta complementariedad es abordada por el hijo de la líder indígena Dolores Cacuango (cit. en Rodas 2007, 23).

Si ella hilaba, él tejía. Si él torcía la cabuya, ella cosía el pantalón. Si ella tostaba el grano, él molía en la piedra. Si él amarraba, ella emparejaba la yunta. Desde el tiempo en que eran peones en la hacienda iban juntos a la siembra, al deshierbe y a la cosecha. Juntos al pastoreo y al molino.

Figura 2
Vestimenta de mujeres y hombres Cañaris en Ecuador



Fuente: Tubay (2020)

La relación entre mujeres y hombres en la familia indígena no es dialógica y recíproca y está condicionada por factores históricos y sociales (Tubay 2020). Desde la época de los huasipungos, las mujeres son preparadas desde temprana edad con la expectativa de casarse dentro de su comunidad y evitar el trabajo externo (Safa 2008). Aquellas que rompen con esta norma son vistas como transgresoras de su identidad étnica y enfrentan estigmas por no cumplir los roles tradicionales de madre, esposa y cuidadora.

3.2. La trayectoria laboral y el acompañamiento sororo

Carmen (M1) viaja dos veces por semana de Cañar a Cuenca (una distancia de 75 km) para vender frutas y flores en un mercado junto a otras mujeres. A los 16 años se casó con Manuel, cinco años mayor, quien falleció cuando su cuarta hija tenía cinco años. A diferencia de su madre y abuela (con matrimonios concertados por tradición y religión), Carmen eligió con quién formar una familia. Tras enviudar, enfrentó dificultades económicas, pues su esposo era el proveedor económico del hogar mientras ella criaba a sus hijos. Pero esa circunstancia la llevó al artesanado y a la agricultura, y en esos espacios encontró a otras mujeres atravesando historias similares.

A veces iba a casas a lavar o llevaba ropa al río con otras amigas, los fines de semana. O preparaba cualquier cosa para vender de alimentos (tortillas, panes, lo que sea). Pero salimos adelante, mis hijos estudiaron solo hasta el colegio, la universidad ya no la pudimos pagar. (M1)

La artesana comenta que a las 06:00 horas llegan al mercado. En ese lugar, las mujeres se encargan de la venta de productos agrícolas por cuenta propia. Las vendedoras informales no cuentan con un kiosko propio, sino que se desplazan por distintos lugares dentro o en los alrededores del mercado para vender sin que la policía municipal las expulsen. El ingreso económico que generan al día es de \$15 aproximadamente, y eso lo utilizan para suplir la mercadería y sostener a sus familias.

Aquí vendemos [...] No tenemos un puesto dentro porque eso es caro. Alquilar o peor comprar. Nosotras estamos afuera. Si los policías municipales no nos molestan, no nos sacan, y nos quedamos en esta misma esquina. Pero si nos ven, vamos a la otra calle. (M1)

La Figura 3 muestra a una mujer indígena portando su hijo en la espalda, una práctica cultural arraigada que expresa formas propias de la maternidad, de vínculos afectivos, de cuidado y de crianza. La ilustración refleja el tránsito de la mujer en las calles andinas a partir del anonimato y la cultura del silencio (Rivera 2011).

Figura 3
La maternidad y el cuidado en la esfera andina



Fuente: Tubay (2020)

Esos tránsitos cotidianos simbolizan a la mujer campesina e indígena frente al poder hegemónico y patriarcal capitalista: sumisa, encorvada, cuidando y cargando a sus hijos, casi de rodillas en homenaje al poder (Rivera 2015).

Lucía, artesana dedicada a bordar polleras, relata las dificultades que enfrenta junto a sus colegas, marcadas por la estigmatización de su vestimenta, lengua y rasgos identitarios, lo cual contribuye a su marginación y limita su acceso a espacios ciudadanos.

Yo no me he muerto de hambre, pero sí he pasado miserias. Dedicarme a esto (artesano) me ha sacado de eso. Es duro, por eso debemos trabajar más, pagar más a veces por materiales. Creen que por ser indígenas no merecemos cosas, pero no es así. (M12)

Las artesanas experimentan más de una opresión por su condición de mujeres campesinas, indígenas y pobres. Algo similar ocurre con las mujeres afroecuatorianas o montubias, a las que el color de piel o el origen étnico restringe su lugar en la esfera pública y privada. No así de las mujeres blancas, quienes “han mantenido con las indígenas y afrodescendientes una relación de matrona-sirvienta, de propietaria-esclava o de señora-muchacha” (Cumes 2009, 34).

Las mujeres de este estudio cargan a cuestas una categoría “india” relacionada con un menor acceso a los procesos de educación formal y menor contacto con los espacios urbanos (Pequeño 2007). Sus corporalidades y presencia se ven reducidas a meros cuerpos o espectros derrotados, destinados a la invisibilidad injusta (Serrano 2020).

Las corporalidades femeninas indígenas no tienen lugares fijos de trabajo; es decir, no permanecen en un solo sitio vendiendo sus productos; se desplazan por mercados, plazas, zonas céntricas o transitan por áreas delimitadas por la estructura social como espacios indígenas o de paso intermitente.

La situación de los hombres artesanos es distinta, porque tienen sitios privilegiados en el mundo artesanal (plazas, mercados, locales de comercio). Esto es debido a que ellos han modificado su vestimenta para adaptarse al modelo urbanístico capitalista. Pero esto no quiere decir que la etnicidad, el indigenismo y la discriminación no las atraviese también (Pequeño 2007).

La identidad de las mujeres artesanas e indígenas se percibe colectivamente, rara vez de forma individual. Hilda (M3), costurera, recuerda que en su infancia siempre tejía o cosía junto a su madre, abuela y otras mujeres, nunca sola. A su lado, forjó lazos de amistad y hermandad que perduran hasta la adultez.

Esta alianza existencial les brinda seguridad al estar juntas (Lagarde 2019). No se definen solo por sí mismas (Wittig 1980), sino a través de sus redes familiares y laborales. La sororidad, como dimensión ética, política y práctica del feminismo, impulsa relaciones solidarias y alianzas entre mujeres (Lagarde 2019). Su propósito es eliminar la opresión social y fomentar el apoyo mutuo para el empoderamiento colectivo.

Somos muchas, antes estaban nuestras mamás y abuelas, pero también las vecinas, otras mujeres. Siempre hemos tejido el sombrero en grupo, cantamos, reímos, lloramos. Cuando no estamos trabajando nos organizamos para ir a la ciudad, si hay que comprar alguna cosita, o vamos a lavar al río. (M3)

Figura 4

Artesanas toquilleras en mercados artesanales



Fuente: Tubay (2020)

En la figura 4 aparece la complicidad y el apoyo sororo. La imagen muestra un acompañamiento colectivo que desde una mirada multimodal devela interacciones entre el lenguaje oral, los recursos kinestésicos (miradas, postura corporal, gestualidad), la iluminación del lugar y la disposición de las personas involucradas (O' Halloran 2016). Imágenes como esta son cotidianas en el Mercados 9 de octubre y en el Museo de la Mujer (Cuenca – Ecuador), y en estas se refleja como las mujeres tejen con alegría no solo sombreros sino relaciones entre ellas.

Las artesanas relatan que, tras dar forma a los sombreros, los venden a comerciantes especializados, quienes los prensan y, en algunos casos, los colorean. Luego, intermediarios los comercializan, acaparando la mayor parte de las ganancias. Ellas obtienen poco beneficio y se sienten explotadas.

Las mujeres rara vez negocian directamente con clientes, ya que las tradiciones impuestas limitan su participación en un mercado dominado por lo masculino y el blanqueamiento cultural. Carmen (M1) y Narcisa (M3) cuentan que cada sombrero sin acabados se vende por 4 a 5 dólares, mientras los intermediarios triplican su valor o los revenden a precios exorbitantes.

Las toquilleras tejen, tienen el trabajo complicado. Ellas tejen sombreros y los venden en 6 o 10 dólares. Al mercado llegan los intermediarios y se los compran barato y después los venden más caros. Nosotras los compramos, pero después los mandamos a pensar a pintar si queremos y los vendemos, pero no nos pagan esos precios [sonrisas]. Eso pagan en las galerías, en los sitios caros. (M3)

Una vez vi en el aeropuerto de Quito un sombrero de estos que nosotras hacemos, y costaba más de 3.000 usd. Nosotras, lo vendemos en menos de 10 dólares. (M1)

En la figura 4, la mirada y postura de las mujeres se centran en el sombrero, y evitan lo público mediante un lenguaje multimodal sin gestos ni palabras, expresándose solo con su cuerpo en el momento de la enunciación (O'Halloran 2020). Este proceso ocurre dentro de la cultura del silencio marcada por rupturas, timidez y una audiencia que las percibe de manera distinta.

Ángela (M6) destaca que el respaldo de otras mujeres, el cual se refleja en la figura 5, es clave para seguir elaborando collares artesanales. La motivación de su familia y colegas la impulsa a integrarse y mantenerse en el mercado artesanal.

Empecé sola, pero se unieron mi hermana y mis sobrinas y ahora todas trabajamos y vivimos de esto. Y cuando vamos a las ferias nos unimos con otras mujeres que hacen lo mismo o parecido, venden collares, o joyas o chales. Somos una familia, nos cuidamos, nos apoyamos, no hay envidia. (M6)

Figura 5
Mujeres artesanas en la Plaza San Francisco – Cuenca



Fuente: Elaboración propia registrada durante el trabajo de campo con la entrevistada (M6).

Para Ángela, las manos adquieren un significado neutro (ver figura 6), pues representan la habilidad, la creatividad y el saber hacer del oficio artesanal sin importar el género de quien las posea, reforzando así la idea de que es a través de la conexión entre la mente y las manos que se puede concebir, imaginar y crear objetos tangibles (Sennett 2009). Desde la perspectiva de artesana, las manos son una extremidad que tienen en común y que une a las personas artesanas, representando un símbolo de igualdad y de reconocimiento del trabajo humano.

Figura 6
Manos moldeando una vasija de barro



Fuente: Tubay (2020).

Finalmente, en el entorno artesanal surge un concepto de familia que abarca estructuras parentales influenciadas por la globalización y la modernidad, y refle-

jan la adaptación y los cambios sociales que proponen fenómenos como la migración y el cambio climático. La comprensión de la familia tiene un prisma colectivo e incluye a la comunidad y a la naturaleza y, por tanto, refuerza el vínculo entre seres humanos y el entorno.

4. Conclusiones

La historia de las mujeres indígenas en Ecuador, desde el levantamiento de 1960, ofrece lecciones sobre movilización y lucha en el mundo andino. Estos eventos resuenan en su memoria social y en sus ideales emancipatorios. Sin embargo, pese a sus esfuerzos, las brechas persisten y la igualdad sigue siendo una utopía.

La narrativa femenina tanto textual como visual no abarca todas sus experiencias, pero refleja una realidad parcial en el mundo andino. El desarraigo, el silencio y la discriminación por triple opresión son constantes en sus vidas, producto de una estructura social desigual que perpetúa exclusiones e injusticias.

Las mujeres enfrentan desventajas en un sistema capitalista patriarcal que las invisibiliza. Para ellas, la tierra, la familia y las redes solidarias son clave para construir sociedades más justas en la que tengan acceso a educación, trabajo digno y la redefinición de un sistema político y social que respete su cultura, identidad y prácticas culturales.

Las indígenas construyen feminismos propios para ser escuchadas y hacerse visibles desde sus raíces, y para ello se organizan en colectivos que desafían el individualismo occidental, y resisten al extractivismo cultural. Las acciones del feminismo indígena entrelazan valores heredados de su legado cultural, promoviendo el buen vivir como principio de equidad y justicia, así como el respeto, solidaridad, perseverancia y empatía en sus narrativas y costumbres.

Conflicto de intereses

La autora no tiene conflictos de interés.

Referencias

- Amofah, Seth. 2021. "Indigenous Women Social Entrepreneurship; Poverty Alleviation Tool Used by Development NGOs in Ghana." *Athens Journal of Social Sciences* 8(2): 151-168. <https://doi.org/10.30958/ajss.8-2-4>
- Báez, Mariano. 2011. *Indigenismo y antropología: experiencia disciplinar y práctica social*. Universidad Veracruzana.
- Barthes, Roland. 1986. "Retórica de la imagen." En *Lo obvio y lo obtuso. Imágenes, gestos, voces*, 29-47. Paidós.
- Cabnal, Lorena. 2010. "Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala." En *Feminismos diversos: El feminismo comunitario*, editado por ACSUR-Las Segovias, 10-33. ACSUR. <https://>

porunavidavivible.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf

- Carvalho, Martha. 2009. "Estudio introductorio: Historia de mujeres e historia de género en el Ecuador." En *Historia de mujeres e historia de género en el Ecuador*, editado por Martha Carvalho, et al., 17-41. IPANC/CAB.
- Corona, Sarah., & Le Mûr, Rozenn. 2017. "Racismo en la imagen de los indígenas en los libros de texto gratuitos (2012-2015)." *Comunicación y Sociedad* 28: 11-33. <https://doi.org/10.32870/cys.v0i28.5419>
- Cotacachi, Estelina. 2009. "Mujeres Indígenas del siglo XIX y mediados del XX en el Ecuador." En *Historia de mujeres e historia de género en el Ecuador*, editado por Martha Carvalho, et al., 42-104. IPANC/CAB.
- Cotacachi, Estelina. 2013. "Los Otavales. Símbolos, signos y significados de su vestimenta." *Revista Artesanías de América* 73: 59-65.
- Cumes, Aura. 2009. "Multiculturalismo, género y feminismos: mujeres diversas, luchas complejas." En *Participación y políticas de mujeres indígenas en contextos latinoamericanos recientes*, comp. por Andrea Pequeño, 29-52. FLACSO-Ecuador/Ministerio de Cultura de Ecuador. <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/41461.pdf>
- Diario El Correo. 2017. El anaco, la prenda que caracteriza las mujeres indígenas. Edición digital, 6 de abril. <https://diariocorreo.com.ec/5064/portada/el-anaco-la-prenda-que-caracteriza-a-las->
- Dietz, Gunther. 1999. "Etnicidad y cultura en movimiento: desafíos teóricos para el estudio de los movimientos étnicos." *Nueva Antropología* 17(56): 81-107.
- Domínguez, Claudia. 2021. "La sororidad, un lloro hacia la conservación de la virginidad." En *Sororidad Intercultural. Aprendizajes y experiencias*, editado por Patricia Islas Salinas, Claudia T. Domínguez Chavira, & Fernando Sandoval Gutiérrez, 43-53. Editorial Rediech. <https://rediech.org/wp-content/uploads/2021/03/Sororidad03-dominguez-Web.pdf>
- Dorrnsoro, Begonia. 2013. "El territorio cuerpo-tierra como espacio-tiempo de resistencias y luchas en las mujeres indígenas y originarias." *IV Coloquio Internacional de Doutorandos/as do CES*. 6-7 diciembre. https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/11.3.1_Begona_Dorrnsoro.pdf
- Enríquez, Corina. 2021. "Aportes de la Economía Feminista para pensar los desafíos económicos de América Latina." En *Economía para cambiarlo todo: Feminismos, trabajo y vida digna*, comp. por Alejandra Santillana et al., 20-25. PUCE, Centro de Publicaciones.
- Ferraro, Emilia. 2018. *Materialidades, cuerpos y saberes: Etnografías escogidas*. Editorial Abya-Yala.
- Fraser, Nancy. 2013. "Women, Welfare and the Politics of Need Interpretation." En *Politics and Social Theory*, editado por Peter Lassman, 104-122. Routledge.
- González, Laura. 2022. "Feminismo indígena comunitario: de la teoría a la acción en las comunidades." *Nueva Época* 57: 55-74.
- Guber, Rosana. 2019. *La etnografía: método, campo y reflexividad*. Siglo XXI Editores.
- Guerrero, Patricio. 2010. *Corazonar: una antropología comprometida con la vida*. Editorial Abya-Yala.
- Guerrero, Patricio. 2018. "Prólogo: Corazonando desde una antropología desde la vida, de Emilia Ferraro." En *Materialidades, cuerpos y saberes: Etnografías escogidas*, 7-24. Editorial Abya-Yala.
- ILO. 2023. "Works on Domestic Workers (2020-2023)." ILO Office for Türkiye. <https://www.ilo.org/publications/works-domestic-workers-2020-2023>

- Lagarde, Marcela. 2006. "Pacto entre mujeres sororidad." *Aportes para el debate* 25: 123-135. <https://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/25/09.pdf>
- Lorber, Judith. 2018. "The Social Construction of Gender." In *Inequality in the 21st Century*, editado por David Grusky & Jasmine Hill, 347-352. Routledge.
- Mendoza, Breny. 2010. "La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano." En *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*, editado por Yuderkys Espinosa, 19-36. En la Frontera.
- Morales, Julio, Marlen Martínez, & Dulce Gómez. 2022. "Rural Indigenous Women and Poverty. The Impacts of Disadvantages versus Resources." *Culturales* 10: e649. <https://doi.org/10.22234/recu.20221001.e649>
- O'Halloran, Kay. 2020. "Análisis del discurso multimodal." *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso* 12(1): 75-97. <https://doi.org/10.35956/v.12.n1.2012.p.75-97>
- Olabuénaga, José. 2012. *Metodología de la investigación cualitativa*. Ediciones Universidad de Deusto.
- Pacari, Nina. 2002. "La participación política de la mujer indígena en el Congreso ecuatoriano." En *Mujeres en el Parlamento: Más allá de los números*, editado por Myriam Méndez-Montalvo & Julie Ballington, 45-60. International IDEA.
- Paredes, Julieta. 2010. *Hilando fino: desde el feminismo comunitario*. Comunidad Mujeres Creando Comunidad.
- Peirano, Mariza. 2021. "Etnografía no es método." *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología* 44: 29-43. <https://doi.org/10.7440/antipoda44.2021.aop.01>
- Pequeño, Andrea. 2007. *Imágenes en disputas. Representaciones de mujeres indígenas ecuatorianas*. Ediciones Abya-Yala/FLACSO.
- Poloni-Simard, Jacques. 2005. "Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas." *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [online]. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.651>
- Risman, Barbara. 2018. "Gender as a Social Structure." *Where the Millennials Will Take Us: A New Generation Wrestles with the Gender Structure*, 19-43. Oxford University Press.
- Rivera, Silvia. 2010. *Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizados*. Tinta Limón.
- Rivera, Silvia. 2011. *De chuequistas y overlockas: una discusión en torno a los talleres textiles*. Tinta Limón.
- Rivera, Silvia. 2015. *Sociología de la imagen. Miradas ch'ixi desde la historia andina*. Tinta Limón.
- Rodas, Raquel. 2007. *Dolores Cacuango: pionera en la lucha por los derechos indígenas*. Gobierno del Ec. Rafael Correa Delgado.
- Rosero, Rocío, ed. 1992. *Protagonismo de la mujer en el levantamiento indígena*. Centro María Quilla. Red de Educación Popular entre Mujeres.
- Safa, Helen. 2008. "Igualdad en la diferencia: género y ciudadanía entre indígenas y afrodescendientes". En *Mujeres y escenarios ciudadanos*, editado por Mercedes Prieto, 57-81. FLACSO/Mín. de Cultura del Ecuador.
- Samamé, Luciana. 2019. "Falacias anti-feministas." *Feminismo/s* 34: 317-338. <https://doi.org/10.14198/fem.2019.34.14>
- Segato, Rita. 2014. "Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres." En *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*, editado por Yuderkys Espinosa, Diana Gómez & Karina Ochoa, 75-90. Editorial Universidad del Cauca.
- Segato, Rita. 2016. *La guerra contra las mujeres*. Traficantes de Sueños.
- Sennett, Richard. 2009. *El artesano*. Trad. de Marco Aurelio Galmarini. Ediciones Anagrama.

- Serrano, Dolores. 2020. "Cuerpos de mujeres (des)colonizados según Assia Djebar." *Revista Estudos Feministas* 28(2): e60111. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260111>
- Tolstoi, León. 2024. *¿Qué es el arte?* (1897). Trad. de Irene Tchernoff. Losada.
- Tubay, Fanny. 2020. "El género como estructura social en el artesanado ecuatoriano y portugués. Discursos e imaginarios socioculturales y educativos." Tesis Doctoral UNED España. <https://acortar.link/0Gy0Ou>
- Vuorisalo-Tiitinen, Sarri. 2011. "¿Feminismo indígena?: Un análisis crítico del discurso sobre los textos de la mujer en el movimiento zapatista 1994-2009." Tesis Doctoral, Universidad de Helsinki. <https://helda.helsinki.fi/items/332bd13a-8bf7-466e-9c77-d3b43a94348b>
- Wittig, Monique. 1980. "The Straight Mind." *Feminist Issues* 1(1): 103-111. <https://doi.org/10.1007/BF02685561>
- Zaragocin, Sofia. 2020. "Geografía feminista descolonial." *Geopauta* 4(4): 18-30.
- Zecchetto, Victorino. 2002. *La danza de los signos: nociones de semiótica general*. Ediciones Abya-Yala.

Fanny Tubay-Zambrano. Docente investigadora en la Carrera de Educación Básica e investigadora del Grupo de Estudios Interculturales GEI, en la Universidad de Cuenca. Graduada del Máster Eurolatinoamericano en Educación Intercultural, y del Doctorado en Educación (UNED España). Ha sido pasante doctoral e investigadora en el Centro Interdisciplinar de Género (CIEG) ISCSP Universidad de Lisboa en Portugal. Sus líneas de investigación abordan los estudios interculturales, género, educación, diálogo de saberes e inclusión educativa

Artículo recibido el 22 de septiembre de 2024 y aceptado para su publicación el 25 de marzo de 2025.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Tubay-Zambrano, Fanny. 2025. "Narrativas e ilustraciones de mujeres indígenas y artesanas en Ecuador." *ex æquo* 52: 177-195. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.13>

[Según la norma APA adaptada]:

Tubay-Zambrano, Fanny (2025). Narrativas e ilustraciones de mujeres indígenas y artesanas en Ecuador. *ex æquo*, 52, 177-195. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.13>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com



'ME SIENTO COMO... DECONSTRUIDO': MASCULINIDADES E IGUALDAD DE GÉNERO EN LA SERIE ESPAÑOLA *MACHOS ALFA* (NETFLIX: 2022-)

 **Sonia Dueñas Mohedas***

 **Natalia Martínez Pérez****

 **Nerea Cuenca-Orellana*****

Resumen

Los nuevos modelos de masculinidad que desafían los patrones imperantes han cobrado un impulso significativo en el discurso contemporáneo, desarrollándose en debates sociales e incluso cursos y talleres para hombres. En un contexto en el que los varones reciben mensajes contradictorios entre las formas hegemónicas y las disidentes, se fomenta el autocuestionamiento de la identidad. Desde los estudios de género, este artículo examina los estereotipos representados en la serie española *Machos Alfa* (Netflix: 2022-). Mediante un análisis textual de los personajes, se exploran también cuestiones que vertebran la crisis identitaria masculina, como la homosociabilidad, la clase social, los espacios, las relaciones amorosas y la familia.

Palabras clave: Masculinidades, Machos Alfa, Netflix, ficción española, estudios de género.

Resumo

"Sinto-me assim... desconstruído": Masculinidades e igualdade de género na série espanhola *Machos Alfa* (Netflix: 2022-)

Os novos modelos de masculinidade que desafiam os padrões dominantes têm vindo a ganhar um impulso significativo no discurso contemporâneo, desenvolvendo-se em debates sociais e mesmo em cursos e *workshops* para homens. Num contexto em que os homens recebem mensagens contraditórias entre formas hegemónicas e dissidentes, incentiva-se o autoquestionamento da identidade. A partir de uma perspetiva de estudos de género, este artigo examina os estereótipos masculinos representados na série espanhola *Machos*

* Universidad Carlos III de Madrid, 28903, Madrid, España.
Dirección postal: Calle Madrid, 135, 28903, Madrid, España.
Correo electrónico: sduenas@hum.uc3m.es

** Universidad de Burgos, 09001, Burgos, España.
Dirección postal: P.º de los Comendadores, s/n, 09001, Burgos, España.
Correo electrónico: nmperez@ubu.es

*** Universidad Rey Juan Carlos, 28943, Madrid, España.
Dirección postal: Campus de Fuenlabrada – Camino del Molino, s/n, 28943, Madrid, España.
Correo electrónico: nerea.cuenca@urjc.es

Alfa (Netflix: 2022-). A través de una análise textual das personagens, também se exploram questões que estão na base da crise de identidade masculina, como a homossociabilidade, a classe social, os espaços, as relações amorosas e a família.

Palavras-chave: Masculinidades, Machos Alfa, Netflix, ficção espanhola, estudos de género.

Abstract

‘I Feel Like... Deconstructed’: Masculinities and Gender Equality in the Spanish Series *Machos Alfa* (Netflix: 2022-)

New models of masculinity that challenge prevailing patterns have gained significant momentum in contemporary discourse, developing in social debates and even in courses and workshops for men. In a context where men receive contradictory messages between hegemonic and dissident forms, self-questioning of identity is encouraged. From a gender studies perspective, this article examines the male stereotypes represented in the Spanish series *Machos Alfa* (Netflix: 2022-). Through a textual analysis of the characters, it also explores issues that are central to the male identity crisis, such as homosociability, social class, spaces, romantic relationships and family.

Keywords: Masculinities, Alpha males, Netflix, Spanish fiction, Gender Studies.

1. Introducción

Eso es lo que yo veo, un hombre que no se da cuenta de que le están desarraigando de su esencia natural, un hombre que no se está dando cuenta de que le están quitando derechos [...] está completamente sometido al imperativo femenino y que es incapaz de ver lo peligroso que es esto. (Jota Vallenilla en *Red Pill Podcast* 27, 2024, 36:21 min.)

Con estas palabras, Jota Vallenilla, presentador de *Red Pill Podcast* (2020-) y “asesor en masculinidad”, advierte sobre los cambios sociales en los discursos contemporáneos relativos a la identidad masculina. Su propuesta enfatiza la construcción de una sociedad de “hombres fuertes, decididos y buenos, que tengan un propósito de vida y que desarrollen cierto amor por los valores que nos han traído hasta aquí” (Novoa 2024). Al igual que otros *influencers* como Amadeo Lladós o Roma Gallardo, Vallenilla se posiciona como una figura de referencia en redes sociales, donde los discursos sobre masculinidad oscilan entre posturas masculinistas que reclaman “actos de virilidad digital” y caen en la misoginia (Moloney & Love 2018), y la deconstrucción de la masculinidad hegemónica (García-Mingo & Díaz Fernández 2023). Estas narrativas encuentran su fundamento en el Movimiento por los Derechos de los Hombres (MDH), corriente que surgió en los años 1970 como una reacción crítica al feminismo de la segunda ola y que sostenía que los hombres también enfrentan formas de discriminación, como la custodia de los hijos o el servicio militar obligatorio. Uno de los textos más influyentes en esta línea es *The Myth of Male Power* (Farrell 1993), ensayo que contiene capítulos titulados “Cómo los hombres exitosos liberaron a las mujeres (pero se olvidaron de

liberarse a sí mismos)”¹, teorizando sobre la superioridad masculina y reforzando conceptos como el de “masculinidad tóxica”.

Este concepto, caracterizado por la necesidad de competir agresivamente y dominar a los demás (Kupers 2005), se refuerza a través de actitudes machistas y misóginas, en contraposición a la emergente “nueva masculinidad”, que se configura como un constructo mediático que promueve mensajes nocivos sobre manipulación, violencia y adicciones (Sinay 2016). Esto se observa en las redes, con *influencers*, que actúan como *coaches* y promueven una masculinidad centrada en el crecimiento personal, el emprendimiento y el entrenamiento físico como claves del éxito del hombre contemporáneo. Contra estos discursos, otros *influencers*, como David Pareja y Daniel Fez, adoptan un enfoque crítico mediante el humor subrayando el fracaso perpetuo que experimentan los seguidores de dichos *coaches*, en la línea de la performatividad y la subversión como trasfondo de la comicidad que postulara Messner (2002).

Este artículo se enfoca en los discursos sobre la deconstrucción masculina y su representación en la serie de televisión *Machos Alfa*, creada por los directores y guionistas españoles Laura y Alberto Caballero para su distribución global en Netflix. A través de los personajes de Santi (Gorka Otxoa), Luis (Fele Martínez), Pedro (Fernando Gil) y Raúl (Raúl Tejón), se explora la diversidad de modelos de masculinidad y sus contradicciones en el contexto social contemporáneo español, abordando temas como el desempleo, la sexualidad, el feminismo, la paternidad y la gestión emocional. Así, se analizan textualmente las tres temporadas emitidas (2022-2024) para examinar los conflictos masculinos en la narrativa y reflexionar sobre los discursos de género que emergen de la evolución psicológica de los protagonistas.

2. Estudios de masculinidad

2.1. Conceptualización

Los estudios de la masculinidad han adoptado un enfoque multidisciplinar que la define como un discurso intertextual y culturalmente construido, en sintonía con los estudios de género y las teorías *queer* (Blanco-Herrero et al. 2021). Actualmente, el análisis de las masculinidades incorpora la interseccionalidad para problematizar su vínculo con el poder, la violencia y el control sobre las mujeres (Alonso & Moura 2021). En este contexto, la identidad masculina se configura de manera contradictoria debido al cuestionamiento del paradigma patriarcal, el cual ha condicionado históricamente su desarrollo social. La deconstrucción de dicho paradigma no solo permite revisar las estructuras de dominación, sino que

¹ Texto original: “How Successful Men Freed Women (but Forgot to Free Themselves)” ; “Why Do Women Live Longer?”

también libera a los hombres de la exigencia de ejercer un poder impuesto que los perjudica (Zurián Hernández 2011). Badinter (1993, 18) sostiene que la crisis identitaria masculina es consecuencia de las relaciones de género patriarcales al restringir el desarrollo emocional de los hombres. Así, el proceso de “hacerse hombre” se concibe como una competencia basada en pruebas y demostraciones constantes para alcanzar el ideal del “hombre de verdad”.

La masculinidad hegemónica perpetúa una jerarquía de género basada en la dominación masculina sobre las mujeres (Connell 1995), constituyendo un ideal que requiere un esfuerzo constante para ser alcanzado y mantenido (Gilmore 1994). Según Bonino (2002), se sustenta en cuatro ideologías: patriarcado, individualismo moderno, exclusión de la otredad y heterosexismo homofóbico. Este modelo se manifiesta en comportamientos masculinos hiperbólicos y autoprotectores frente a lo considerado femenino, mediante expresiones físicas como el puño cerrado, la mirada fija, y posturas corporales específicas (Blanco-Herrero et al. 2021). En tanto fenómeno cultural, ideológico y social, esta masculinidad se presenta como un modelo prescriptivo que sigue vigente, especialmente en los medios de comunicación, donde los estereotipos masculinos son explotados y reproducidos (Vasquez del Águila 2013).

La construcción de la masculinidad como práctica social es un proceso complejo influenciado por diversos factores. La “masculinidad” se entiende como el conjunto de prácticas mediante las cuales hombres y mujeres se posicionan en relación con el género, y la interacción entre poder y emoción da lugar a múltiples formas de masculinidad (hegemónicas, subordinadas, marginadas y oposicionales), las cuales coexisten e interactúan en contextos históricos específicos (García Cortés 2004). Los modelos masculinos fuera de la modalidad hegemónica aún carecen de la legitimación social necesaria para convertirse en organizadores de identidades masculinas (Bonino 2002).

Conceptos como “soft man”, “new man”, “Peter Pan” o “macho alfa” han sido ampliamente abordados por los estudios críticos para categorizar los diversos modelos de masculinidad como respuesta de aquellos hombres en crisis que intentan adaptarse a nuevas expectativas culturales y afectivas pero que sienten que se les ha despojado de su lugar (Faludi 1999). Tales modelos suelen ser invalidados o ridiculizados por la masculinidad hegemónica, basada en actitudes y comportamientos como la autosuficiencia, la competitividad, la violencia, el dominio sobre los demás, la ocultación de la vulnerabilidad, la evasión del cuidado, el poder sexual, la homofobia y el sexismo (Téllez Infantes & Verdú Delgado 2011).

2.2. La (de)construcción de la masculinidad y la igualdad de género

Los estudios de género proponen una (de)construcción de la masculinidad hegemónica tradicional que busque superar los paradigmas de dominación,

sexismo, racismo y homofobia que han prevalecido históricamente (Checa & Cid del Prado 2003, 38), sugiriendo que es necesario desaprender “conductas que son consideradas como naturales, pero perpetúan la desigualdad” y, por otro, aprender “otras nuevas que avancen hacia una igualdad más real” (Navarro Lashayas et al. 2023, 52). En este sentido, la homosociabilidad, entendida como la compañía de los semejantes fomentada entre los varones que buscan la vida en grupo, actividades y deportes colectivos (Badinter 1992), tiene que ver con la necesidad de romper con una cultura familiar femenina y crear otra masculina. Así, mientras las mujeres son socializadas en la individualidad, los varones tienen establecida la importancia de grupo, de los iguales (la guerra, deportes como el fútbol...) (Bernárdez Rodal 2018). Este cuestionamiento de las estructuras socioculturales ha impulsado la visibilización de problemáticas históricas y ha dado lugar a nuevas propuestas sobre modelos relacionales entre hombres y mujeres, integradas en las políticas de género.

Según los *Men's Studies*, la diversidad de masculinidades exige un alejamiento de la homogeneización de los “hombres no normativos” (Navarro Lashayas et al. 2023), reconociendo que, al igual que en el caso de la feminidad, existen múltiples masculinidades que coexisten en el contexto contemporáneo. Aunque estas nuevas masculinidades no representan una ruptura total con la hegemonía masculina, introducen manifestaciones diversas (Boscán Leal 2008) que se agrupan en la “masculinidad disidente”, un concepto que abarca representaciones relacionadas con la sexualidad, raza y clase social, y promueve una mayor apertura e integración. Así, Groes-Green (2012) aboga por explorar estas manifestaciones contradictorias para evitar la categorización universal y comprender mejor las múltiples subjetividades masculinas y sus contextos.

Autores como Figueroa-Perea (2016) y Soto Guzmán (2014) argumentan que la reflexión sobre la masculinidad permite abordar cuestiones clave como la construcción de códigos morales, la interacción de los individuos con las instituciones, la influencia de las normatividades y las posibilidades de transgresión, además de explorar su transformación en diversos contextos. En este sentido, Martín Vidaña (2019, 94) subraya que la búsqueda de la igualdad de género debe implicar también a los varones, no solo en el ámbito teórico, sino también en la práctica de la equidad y la justicia “pues algunos colectivos de hombres, en oposición a la forma histórica y cultural construida de ser hombres, son conscientes de la necesidad de cambio en la actual sociedad a favor de la igualdad de género”.

Las nuevas masculinidades (de)construidas pueden entenderse tanto como un motor de cambio social como una transformación superficial con un alcance limitado (Checa & Cid del Prado 2003). Kimmel (2000) destaca la necesidad de incorporar la crítica feminista y los estudios *queer* en su conceptualización, considerando variables como la clase social, la edad y la orientación sexual. Así, el estudio de las masculinidades debe integrarse en los estudios de género, valorando las aportaciones de los “hombres (de)construidos” en la promoción de masculinida-

des contrahegemónicas que favorezcan la igualdad. No obstante, a pesar del creciente interés académico en este ámbito, los estudios sobre nuevas masculinidades siguen siendo minoritarios frente a los centrados en la masculinidad hegemónica, lo que evidencia un desafío en el desarrollo de esta línea de investigación.

En la actualidad, persiste un debate dentro del feminismo en torno a las “nuevas” masculinidades, cuyos discursos son interpretados como una estrategia ambigua, en la que dichas propuestas son consideradas como respuestas a la crisis de la masculinidad hegemónica sin un verdadero potencial transformador desde posiciones poco progresistas. A partir de estas consideraciones, se propone la necesidad de abolir la propia masculinidad en lugar de crear nuevos modelos con el fin de alcanzar una sociedad igualitaria sin mandatos de género. En esta línea, Ranea Triviño (2021) considera que en las denominadas “nuevas masculinidades” subyacen las viejas y afirma que el feminismo debe siempre sospechar o desconfiar sobre aquellos varones que se autoproclaman feministas al colocarse en una posición que no suponga detonar el pacto patriarcal.

3. Metodología

Gran parte de los estudios sobre la representación de la masculinidad en los medios audiovisuales se centran en analizar su percepción social, identificar estereotipos, prejuicios y mandatos de género presentes en las imágenes. Desde la década de 1990, la masculinidad se ha diversificado como objeto de estudio debido al creciente uso de métodos y teorías aplicadas al análisis textual de lo masculino en diversos campos como la literatura, cine, televisión, publicidad y otros medios (Martín Alegre 2007). En este contexto, la televisión se erige como un medio clave para proponer nuevos modelos de masculinidad al ser un espacio que influye en la construcción de arquetipos, roles y comportamientos. Según Menéndez Menéndez y Zurián Hernández (2014), la ficción televisiva contemporánea facilita la aparición de nuevos discursos que cuestionan las bases androcéntricas y heteronormativas de los discursos mediáticos.

Junto a las investigaciones de Medina Abenoza (2015), Durán Manso (2015), Pichel Vázquez et al. (2019), Menéndez López (2023) y Del Castillo e Iturbe (2023), que abordan la masculinidad en las series de televisión españolas, la metodología propuesta por Guarinos (2013) para el estudio de personajes masculinos ofrece un análisis pormenorizado de este tipo de perfiles. A nivel narrativo, la autora se detiene en cuestiones emocionales, sociales y culturales que vehiculan la construcción de este tipo de personajes. La ficha propuesta (Tabla 1) permite profundizar en la representación de los protagonistas: Santi (Gorka Otxoa), Luis (Fele Martínez), Pedro (Fernando Gil) y Raúl (Raúl Tejón).

Tabla 1
 Ficha de análisis de los personajes

Datos de nivel de relato: el personaje como persona	
Nombre	
Edad	
Profesión	
Situación sentimental	
Registro de ítems de masculinidad	
Expresa sus sentimientos	
Cuida su aspecto físico	
Expresa comentarios homófobos	
Posee comportamiento homófobo	
Colabora en labores domésticas (limpieza, ropa...)	
Hace la compra	
Cocina	
Comparte tiempo de ocio con los hijos (si los tiene)	
Cuida a los hijos (si los tiene)	
Antepone su familia a su trabajo	
Antepone su familia a sus aficiones	
Colabora con compañeras de trabajo	
Ejerce violencia en el ámbito familiar/ profesional	
Acepta a las mujeres como superiores profesionales	
Alienta a la mujer en el ascenso profesional	
Tiene amistades femeninas	
Permite la toma de decisiones a la mujer	
Se siente superior a la mujer	
Cambia de actitud ante hombres o mujeres	
Le preocupan temas tradicionalmente masculinos	
Aficiones de ocio masculinas	
Toma la iniciativa en las relaciones sexuales	

Fuente: Guarinos 2013, 223-226.

3.1. El universo de los Caballero

Los hermanos Caballero, Alberto (Madrid, 1973) y Laura (Madrid, 1978), son conocidos como creadores y guionistas de la serie *Aquí no hay quien viva* (Antena 3: 2003-2006) y *La que se avecina* (Telecinco: 2007-), de la que también son directores. En

sus inicios, como sobrinos del productor José Luis Moreno, trabajaron en *Escenas de matrimonio* (TVE: 2002-2004; Antena 3: 2004; Telecinco: 2007-2009) y en *A tortas con la vida* (Antena 3: 2005-2006). Fundadores de la productora Contubernio Films, los Caballero han cultivado en sus proyectos cierta predilección por la comedia costumbrista española o, como ellos mismos denominan, “una crónica del tiempo que estamos viviendo” (Zárate 2023). Recientemente, han estrenado las comedias *El pueblo* (Amazon Prime Video: 2019-2024) y *Muertos S.L* (Movistar Plus+: 2024-).

Machos Alfa aparece en el catálogo de Netflix el 30 de diciembre de 2022, aunque inicialmente se había previsto como película. Con 10 capítulos por temporada (tres ya emitidas²), la serie se centra en los cambios que experimentan en sus vidas cuatro cuarentones madrileños: Santi (Gorka Otxoa), Luis (Fele Martínez), Pedro (Fernando Gil) y Raúl (Raúl Tejón). Sus creadores, que han dado el salto desde las cadenas en abierto a una plataforma con un público global como Netflix, profundizan en “nuestra propia cultura, nuestros propios hábitos y nuestras propias inercias para darnos cuenta que, de algún modo, ya no valen [...] creo que eso es lo que va a generar debate” (Bermúdez 2023). Junto a los guionistas Daniel Deorador y Araceli Álvarez de Sotomayor, se conforma un equipo paritario buscado conscientemente. La serie busca narrar “algo contemporáneo sobre algo que está sucediendo, no trata de posicionarse sino de contar, en tono de comedia realista, lo que estamos viviendo todos. Evitamos ser un panfleto profeminista o que sea una reivindicación del machirulo clásico” (Marcos 2022).

Los cuatro amigos parecen experimentar una crisis existencial, detonada bien por circunstancias laborales, familiares y/o amorosas que les llevan a cuestionar su identidad y masculinidad. Enfrentados a una nueva terminología que los obliga a una adaptación acelerada, su proceso de aprendizaje se inicia con el curso “*Machirulos en deconstrucción*”, dirigido por un gurú especializado. Este contexto propicia la reflexión y el debate, aunque la asimilación de estos conceptos varía según la experiencia individual de cada personaje. Por ello, mientras Alberto señala que “si algún hombre se cabrea viendo la serie, es buena señal porque le está llegando el discurso”, Laura destaca que “puede hacer reflexionar a mujeres que todavía no se han dado cuenta de lo que tienen al lado” (Palenzuela 2022).

4. “Hacerse a ese nuevo hombre que nos pide la sociedad, cuesta”

4.1. Relaciones homosociales: la amistad

La crisis de valores que atraviesan los protagonistas refuerza sus vínculos de amistad y los impulsa a cuestionar sus concepciones sobre la masculinidad. Este

² Se ha confirmado el estreno de la cuarta temporada (Rus 2024), así como la venta de derechos para su adaptación en Italia y Francia (Castilla 2024), esta última estrenada el 24 de enero de 2025 bajo el título *Super Mâles* (Netflix: 2025).

proceso de deconstrucción surge como una respuesta a las nuevas realidades personales y sociales, aunque persisten resistencias en la expresión emocional dentro del grupo. Santi adopta una postura reflexiva y pedagógica que genera tensiones: Luis intenta adaptarse con cierta distancia, Raúl solo exterioriza sus emociones bajo presión y Pedro rechaza abiertamente estas dinámicas por considerarlas femeninas. La necesidad de cambio los conduce a participar en el curso “*Machirulos en deconstrucción*”, donde Santi y Luis reconocen su machismo, mientras que Raúl expresa incomodidad y Pedro rechaza frontalmente la iniciativa, reafirmando su resistencia a la transformación identitaria. Es entonces cuando el instructor, Patrick (Santi Millán), afirma:

Tranquilos, pasa en todos los cursos, volverá. Pero lo importante es que vosotros sí que estáis aquí [...] porque habéis decidido deshaceros de los roles de la masculinidad tóxica y transitar hacia un nuevo concepto de lo que significa ser hombre. A partir de ahora sois ‘*Machirulos en deconstrucción*’. (1x1, “En deconstrucción”)

Los discursos sobre la nueva masculinidad propuestos por la sociedad y los medios de comunicación se distancian del modelo hegemónico tradicional, caracterizado por la homosocialidad, el falocentrismo y la dominación patriarcal (Guarinos 2013). En este contexto, los personajes de *Machos Alfa* emprenden un proceso de aprendizaje y autodescubrimiento que los posiciona de manera cada vez más polarizada. Su inseguridad, falta de ambición y ausencia de liderazgo se asocian con la vulnerabilidad, a pesar de mostrar un mayor compromiso con la igualdad. Santi y Luis asumen que sus valores son cuestionables y relativos, lo que no perciben como una debilidad, sino como una transformación necesaria. Ambos representan un modelo de masculinidad “igualitario, respetuoso, sensible, inteligente y capaz de cuidar de su familia sin ayuda de la mujer”, que, desde la masculinidad hegemónica, encarnan el arquetipo de “bobo amable” o “calzonazos” (López Rodríguez et al. 2013, 93).

“Las relaciones de amistad masculinas surgen en el trabajo o en la práctica de una actividad física” (Cuenca Orellana 2019, 105), pero esta ruptura se aprecia en escenas de la segunda temporada, como cuando compran juntos en el supermercado y Pedro reflexiona “ahora sí que somos hombres blandengues” (6x2, “¿Un lunes?”). Así, la evolución de Santi y Luis se contrapone a las convicciones de Raúl y Pedro, lo que supone un distanciamiento en la amistad de los cuatro. El auto-cuestionamiento revela su vulnerabilidad, un aspecto que no todos aceptan de forma natural, puesto que Pedro y Raúl lo esconden e ignoran para evitar una desestabilización emocional. De hecho, Raúl es el personaje más manipulable cuando está en presencia de Pedro, al que imita por su fuerte liderazgo. Su masculinidad hegemónica se detecta en su racionalidad, individualismo aun perteneciendo a un grupo de amistades, ambiciones, competitividad, liderazgo, agresividad e, incluso, manipulación y/o dominio sobre otros.

Asimismo, la homosexualidad, como trama de la segunda temporada mediante los personajes de Diego (Víctor Massán) y Rafa (Raúl Peña), representa un detonador de vulnerabilidades y cuestiona la masculinidad hegemónica de los protagonistas. Raúl, alejado de sus amigos, experimenta sexualmente con Rafa a pesar de considerarse heterosexual. De hecho, esos encuentros se repiten en la última temporada, incluida la propia boda de Raúl. El distanciamiento de este personaje con el grupo detona los celos de Santi, Pedro y Luis al percibir una posible ruptura, pero Raúl considera que con sus nuevas amistades puede hacer nuevas actividades fuera de las cañas y del pádel.

4.2. Clase social: el ámbito laboral como espacio masculinizante

La clase social se aprecia en los espacios habitacionales de los personajes, evidenciando su poder adquisitivo y estatus social. Santi y Luis residen en un piso de clase media, compartido con sus respectivas familias, aunque el primero mejora su posición al mudarse a la casa que comparte con su ex y retomar su carrera como arquitecto. Raúl, en contraste, carece de propiedad propia y depende de la ayuda de terceros hasta la tercera temporada, cuando se independiza en un apartamento céntrico con una estética industrial y elementos simbólicamente masculinos, como una mesa de billar y una zona de videojuegos. Por su parte, Pedro es el único que habita un gran chalet, reforzando su rol dentro del grupo como el representante del modelo hegemónico de masculinidad o “macho alfa”.

En el ámbito laboral, Santi, inicialmente tasador, redefine su trayectoria profesional tras su proceso de deconstrucción, influenciado por su divorcio y conflictos con Blanca (Cayetana Cabezas). En la segunda temporada, su oficina adquiere relevancia como espacio debido a su relación con la hija del jefe, cuya obsesión por obtener consentimiento expreso para mantener relaciones sexuales deriva en un malentendido que le cuesta su empleo. Luis, en cambio, se mantiene en una rutina profesional como policía local, priorizando un posible ascenso y la paternidad sobre su relación sexual con su esposa. En ambos casos, el ámbito laboral pierde protagonismo en la tercera temporada, mostrando que la situación de Raúl es la más inestable: tras perder el bar que compartía con su pareja debido a su infidelidad, se ve obligado a depender de sus amigos y posteriormente de su nuevo socio, Diego, aunque su falta de responsabilidad laboral persiste.

Pedro, el personaje más privilegiado económicamente, enfrenta una crisis de identidad tras ser despedido de su puesto directivo en una productora de televisión y ser sustituido por una mujer, lo que interpreta como una estrategia: “¿De verdad crees que voy a poner mi brillantez al servicio de una oportunista escogida a dedo para hacer un *femininwashing* a la empresa?” (1x2, “Lo que te absorbe es la vida”). Su desempleo le genera vergüenza, llevándolo a fingir que renunció voluntariamente, incluso ante su pareja, Daniela (María Hervás). A medida

que ella alcanza el éxito como *influencer*, Pedro percibe una amenaza a su masculinidad, lo que se traduce en actitudes despectivas y en la creación del curso “Reconstrucción de la virilidad”, en el que declama discursos tales como “con vuestro pene se habla, siempre está ahí, es el mejor amigo. Si descuidáis la mejor relación de vuestra vida, mal” (1x9, “El Moisés de los machirulos”). Su resistencia al cambio y su arrogancia provocan la ruptura con Daniela, quien señala: “entre tu ego y yo, ha ganado tu ego” (1x10, “O falla el temario o fallamos nosotros”). A diferencia de Luis y Santi, quienes reconfiguran su identidad en función del amor y la paternidad, Pedro se erige como defensor de los valores tradicionales de la masculinidad, posicionándose como contrapunto a los modelos deconstruidos representados en la serie.

En la segunda temporada, Pedro es contratado como director de ficción en una productora liderada por Ángela (Cayetana Guillén Cuervo), donde, en un juego metanarrativo, logra impulsar la serie *Machos Alfa* pese a la resistencia de sus compañeras. Su experiencia toma un giro significativo cuando se convierte en objeto de acoso por parte de Ángela, lo que le conduce al despido de esta y al propio ascenso de Pedro en la empresa. No obstante, lejos de problematizar esta situación, Pedro utiliza su promoción como una reafirmación de su estatus profesional y de su rol como “varón sustentador” (De Miguel 2015). Este comportamiento genera hostilidad en su entorno laboral, una dinámica que se intensifica en la tercera temporada con la llegada de una nueva jefa, Paz (Irene Arcos), con quien desarrolla una relación marcada por las discusiones y el sexo esporádico, colocándolo en una posición ambigua respecto al poder y la masculinidad.

4.3. Las relaciones amorosas y familiares

En la esfera privada, las relaciones amorosas desempeñan un papel central en la construcción identitaria de los personajes masculinos. Tradicionalmente, la ficción ha vinculado a las mujeres con el hogar, la familia y la pareja, asociándolas con la vulnerabilidad. Santi representa a un hombre en proceso de adaptación a las nuevas masculinidades. Su desestabilización tras la ruptura con Blanca lo lleva a enfrentarse a la dificultad de establecer vínculos emocionales en un contexto de “relaciones líquidas” – que postulara Bauman (2022) –, representadas a través de citas fallidas en la primera temporada. Posteriormente, su relación con Irene (Paloma Bloyd), escritora y activista feminista reacia al compromiso, intensifica su cuestionamiento sobre los modelos tradicionales de masculinidad. Su reflexión sobre el cambio identitario se explicita cuando afirma: “hacerse a ese nuevo hombre que nos pide la sociedad, cuesta” (10x2, “Para una vez que nos juntamos”). La serie evidencia así las tensiones y condicionantes socioculturales que sostienen el poder patriarcal en la esfera privada, tanto en el rol de esposos como en el de padres.

Luis tiene un matrimonio aparentemente consolidado, pero una vida sexual “inexistente”, como dice Esther (Raquel Guerrero). En un inicio, recurre a su doctor por una falta de testosterona, que oculta a sus allegados en tanto cree que atenta contra su virilidad. Su falta de libido provoca que Esther recurra a un amante, a pesar de arrepentirse al final de la primera temporada. Por ello, acuerdan acudir a terapia de pareja, una medida que se dilata hasta la tercera con un cierre que revela la permanencia de estos problemas. En este sentido, Pedro y Raúl se mofan de la crisis matrimonial de Luis, puesto que piensan que es fruto de su “nueva masculinidad” sin valorar los constantes intentos de la pareja por mantenerse juntos, como visitar un local de *swingers* para innovar sexualmente.

La infidelidad también es una cuestión que se aborda con asiduidad en el arco del personaje de Raúl. Tras tres años de relación con Luz (Kira Miró), cuya ruptura se produce ante la apertura de la pareja para experimentar con el poliamor y una infidelidad previa de Raúl, este se ve arrastrado por los celos y la desesperación. En la serie, las acciones del personaje vienen determinadas por las decisiones de Luz en su vida, acentuando no solo su dependencia emocional, sino también su sentimiento de inferioridad e inseguridades. Así, Raúl intenta buscar relaciones que provoquen los celos de ella, pero su independencia solo deriva en una mayor desesperación. En la tercera temporada y ante la decisión de Luz de probar el amor libre, ambos mantienen relaciones sexuales sin compromiso. Sin embargo, esta se compromete con Alicia (Alicia Rubio), por lo que Raúl compite afianzando su relación con Marimar (Marta Hazas) hasta el punto de casarse a pesar de su falta de sentimientos.

En cuanto a las relaciones familiares, tradicionalmente se ha representado al hombre como cabeza de familia, con autonomía y capacidad de control y decisión, una imagen que se subvierte constantemente en la serie. En la primera temporada, la paternidad es experimentada por Santi y Luis. El primero lidia con su hija Álex (Paula Gallego), siendo esta el principal motor que lo empuja a buscar pareja. En cambio, Luis tiene dos hijos pequeños en los que centra toda su atención, siendo el motivo inicial de la crisis matrimonial, enfrentándose progresivamente al despertar sexual de sus hijos. No es hasta la tercera temporada cuando Pedro también explora la paternidad, abarcando, desde su rechazo, miedos y dudas hasta la sobreprotección de Daniela. Es más, también se explora cómo Pedro siente que su virilidad es dañada cuando descubre que sufre astenozoospermia (“espermatozoides lentos o vagos”), escondiendo su esterilidad a Daniela.

5. Conclusiones

En las últimas décadas, el feminismo ha redefinido los roles de género en la ficción, fomentando representaciones femeninas alejadas de estereotipos patriarcales. No obstante, la (re)construcción de las masculinidades sigue siendo un desafío

debido a la persistencia de estructuras de poder que dificultan la representación de modelos alternativos. Tradicionalmente, la ficción ha priorizado la amistad y el trabajo a la hora de perfilar personajes masculinos, relegando a un segundo plano las tramas románticas y familiares. *Machos Alfa* subvierte precisamente esta tendencia al situar el amor y la paternidad como ejes centrales del desarrollo de sus protagonistas. En conexión con el concepto de performatividad de género de Butler (2001), la serie evidencia cómo los personajes negocian nuevas formas de ser hombre que van más allá de los estereotipos tradicionales, de forma que puede entenderse como una crítica a la rigidez de las normas de género, y a un intento de mostrar cómo los hombres pueden reconfigurar su identidad a través de nuevas prácticas. Asimismo, se analiza la homosociabilidad masculina, consolidada desde la infancia en espacios de socialización heteronormativos, como el deporte o el alcohol, que funcionan como escenarios de intimidad y refuerzo de la identidad grupal. A diferencia de la socialización femenina, marcada por la individualidad y la sororidad como estrategia feminista, la identidad masculina se ha construido en función de la colectividad, un elemento clave en la narrativa de la serie.

Las prácticas, valores y comportamientos asociados a las diferentes masculinidades moldean a los hombres a través de la virilidad, la fuerza, el poder y la invalidación emocional. En la serie *Machos Alfa*, los protagonistas enfrentan una crisis al perder el control sobre sus vidas y experimentar la deconstrucción de la estructura social patriarcal aprendida, lo que genera la pregunta central: ¿quiénes son ahora después de perder su rol social hegemónico? Este cuestionamiento refleja una actitud propia de la masculinidad tóxica, caracterizada por una sensación de amenaza. La narrativa de la serie subraya que los hombres han construido su identidad en oposición a lo femenino, pero también muestra la diversidad en el abordaje de la (de)construcción de la identidad masculina. A través de la parodia, *Machos Alfa* subvierte los discursos sobre lo que significa “ser hombre” en la sociedad contemporánea.

Los cuatro protagonistas representan una dicotomía entre la masculinidad débil, asociada con la responsabilidad afectiva, y la masculinidad hegemónica, centrada en la realización personal a través del trabajo y la virilidad. Cada personaje encarna un arquetipo específico: Santi, el “soft man”, un hombre torpe pero bien intencionado; Luis, el “new man”, con una masculinidad protectora y cuidadora; Raúl, el “Peter Pan”, con una masculinidad infantilizada; y Pedro, el “macho alfa”, reflejo de la masculinidad hegemónica. Estos modelos se presentan como víctimas de la adquisición de derechos de las mujeres, lo que puede interpretarse como una defensa del *status quo* consolidado desde la masculinidad tradicional. En conjunto, estos nuevos discursos en la ficción audiovisual invitan a la reflexión sobre la necesidad de visibilizar personajes que en la ficción rompan con las representaciones estereotipadas de los varones, contribuyendo al debate académico y social sobre la identidad masculina.

Contribución de cada autora

SDM: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

NMP: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

NCO: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

Conflicto de intereses

Declaramos la inexistencia de intereses personales o colectivos, más allá de lo estrictamente académico.

Referencias

- Alonso Fernández de Avilés, Bakea, & Tatiana Moura. 2021. "Apresentação: masculinidades em debate." *ex æquo* 43: 9-13. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2021.43.01>
- Badinter, Elisabeth. 1993. *XY: la identidad masculina*. Trad. de Monserrat Casals. Alianza.
- Bauman, Zygmunt. 2022. *Modernidad líquida*. Trad. de Mirta Rosenberg. Fondo de Cultura Económica.
- Bermúdez, Alejandro. 2023. "Alberto y Laura Caballero: 'En Machos Alfa, las mujeres verán reflejados a los imbéciles con los que tienen que lidiar cada día'." *El Periódico*, 23 de enero. <https://goo.su/sUkKgb>
- Bernárdez Rodal, Asunción. 2018. *Soft power: heroínas y muñecas en la cultura mediática*. Fundamentos.
- Blanco-Herrero, David, Laura Rodríguez-Contreras, & Begoña Gutiérrez-San-Miguel. 2021. "New Forms of Masculinity in Western Films: The End of the Marlboro Man?" *Communication & Society* 34(2): 1-14. <https://doi.org/10.15581/003.34.2.1-14>
- Bonino, Luis. 2002. "Masculinidad hegemónica e identidad masculina." *Dossiers Feministes* 6: 7-35.
- Boscán Leal, Antonio. 2008. "Las nuevas masculinidades positivas." *Utopía y Praxis Latinoamericana* 13(41): 93-106.
- Butler, Judith. 2001. *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. Trad. de M.^a Antonia Muñoz. Paidós
- Castilla, Enrique. 2024. "'Machos Alfa' se expande y tendrá una versión francesa e italiana en Netflix." *La Razón*, 30 de mayo. <https://goo.su/jmoPA>
- Checa, Ventura, & Sally Cid del Prado. 2003. "Nueva masculinidad: identidad, necesidades humanas y paz." *Asparkia. Investigación feminista* 14: 33-43.
- Connell, Raewyn. 1995. *Masculinities*. Allen & Unwin.
- Cuenca Orellana, Nerea. 2019. "La amistad en las películas de Pixar. Análisis en la construcción de la masculinidad y la feminidad." *Comunicación y Género* 2(1): 105-120. <https://doi.org/10.5209/cgen.64459>
- Del Castillo, Itxaso, & Andoni Iturbe. 2023. "Resistencia y construcción de una masculinidad no hegemónica en *Maricón perdido* (Bob Pop, 2021)." *Área Abierta. Revista de comunicación audiovisual y publicitaria* 23(1): 85-101. <https://doi.org/10.5209/arab.85492>
- De Miguel, Ana. 2015. *Neoliberalismo sexual. El mito de la libre elección*. Cátedra.
- Durán Manso, Valeriano. 2021. "La nueva masculinidad en los personajes homosexuales de la ficción seriada española: de 'Cuéntame' a 'Sexo en Chueca'." *Área Abierta* 15(1): 63-75. https://doi.org/10.5209/rev_ARAB.2015.v15.n1.47596

- Faludi, Susan. 1999. *Stiffed: The Betrayal of the American Man*. William Morrow & Co.
- Farrell, Warren. 1993. *The Myth of Male Power*. Fourth Estate.
- Figueroa-Perea, Juan Guillermo. 2016. "Algunas reflexiones para dialogar sobre el patriarcado desde el estudio y el trabajo con varones y masculinidades." *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana* 22: 221-248. <http://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.10.a>
- García Cortés, José Miguel. 2004. *Hombres de mármol. Códigos de representación y estrategias de poder de la masculinidad*. Egales.
- García-Mingo, Elisa, & Silvia Díaz Fernández. 2023. "Mapping Research on Online Misogyny and Manosphere in Spain: The Way Ahead." *Masculinities & Social Change* 12(3): 293-309. <https://doi.org/10.17583/mcs.11882>
- Gilmore, David. 1994. *Hacerse hombre. Conceptos culturales de la masculinidad*. Trad. de Patrik Ducher. Paidós.
- Groes-Green, Christian. 2012. "Philogynous Masculinities: Contextualizing Alternative Manhood in Mozambique." *Men and Masculinities* 15(2): 91-111. <https://doi.org/10.1177/1097184X11427021>
- Guarinos, Virginia. 2013. "Introducción a la nueva masculinidad de ficción audiovisual: cuando el deseo y la realidad se confunden." En *Hombres en serie: construcción de la masculinidad en los personajes de ficción seriada española de televisión*, editado por Virginia Guarinos, 9-16. Fragua.
- Kimmel, Michael. 2000. *The Gendered Society*. Oxford University Press.
- Kupers, Terry A. 2005. "Toxic Masculinity as a Barrier to Mental Health Treatment in Prison." *Journal of Clinical Psychology* 61(6): 713-724. <https://doi.org/10.1002/jclp.20105>
- López Rodríguez, Francisco José, Sergio Cobo Durán, & Alberto Hermida. 2013. "Diferencias de perfiles de masculinidad televisiva de ficción en la comedia y en el drama." En *Hombres en serie: construcción de la masculinidad en los personajes de ficción seriada española de televisión*, editado por Virginia Guarinos, 88-103. Fragua.
- Marcos, Natalia. 2022. "Los creadores de 'La que se avecina' se pasan a Netflix con 'Machos Alfa', una serie sobre las nuevas masculinidades." *El País*, 6 de marzo. <https://goo-su/ID9EoU>
- Martín Alegre, Sara. 2007. "Los estudios de masculinidad: una nueva mirada al hombre a partir del feminismo." En *Cuerpo e identidad*, editado por Meri Torras, 89-116. Edicions UAB.
- Martín Vidaña, David. 2019. "Nuevas masculinidades: una mirada retrospectiva en el estudio de la igualdad de género." En *I Congreso Internacional sobre masculinidades e igualdad*, coordinado por Rosario Carmona Paredes & Joan Sanfélix Albelda, 85-97. Universitat Miguel Hernández.
- Medina Abenoza, Helena. 2015. "La construcción de la masculinidad en la ficción televisiva." En *Disecionando a Adán: Representaciones audiovisuales de la masculinidad*, coordinado por Francisco A. Zurián Hernández, 153-162. Síntesis.
- Menéndez López, Esmeralda. 2023. "Análisis de los estereotipos masculinos en las series populares de ficción familiares españolas: 1970-2010." Tesis doctoral, Universidad Complutense de Madrid. <https://hdl.handle.net/20.500.14352/87877>
- Menéndez Menéndez, María Isabel, & Francisco A. Zurián Hernández. 2014. "Mujeres y hombres en la ficción televisiva norteamericana hoy." *Anagramas: Rumbos y sentidos de la comunicación* 13(25): 54-71.
- Messner, Michael A. 2002. *Taking the Field: Women, Men and Sports*. University of Minnesota Press.
- Moloney, Mairead Eastin, & Tony P. Love. 2017. "#TheFappening: Virtual Manhood

- Acts in (Homo)Social Media." *Men and Masculinities* 21(5): 603-623. <https://doi.org/10.1177/1097184X17696170>
- Navarro Lashayas, Miguel Ángel, Itziar Gandarias Goikoetxea, & Natalia Troya Ruiz. 2023. "¿Reforma o ruptura de la masculinidad hegemónica? Un análisis crítico de los elementos centrales de transformación de las masculinidades." *Masculinities & Social Change* 12(1): 49-72. <https://doi.org/10.17583/MCS.10225>
- Novoa, Raúl. 2024. "El hombre proyecto": la defensa de una masculinidad conservadora inunda los podcasts." *El País*, 8 de mayo. <https://goo.su/HDDy>
- Palenzuela, Fernando S. 2022. "Alberto y Laura Caballero: No queremos que 'Machos Alfa' entre en el universo de 'LQSA' y 'El pueblo'." *FórmulaTV*, 27 de diciembre. <https://goo.su/A7rtY>
- Pichel Vázquez, Alexandre, Lorena Gómez-Puertas, & Pilar Medina Bravo. 2019. "Modelo e indicadores de masculinidad igualitaria en la ficción televisiva gallega: caso de Fontalba y Serramoura de Televisión de Galicia." *Palabra Clave* 22(3): e2239. <https://doi.org/10.5294/pacla.2019.22.3.9>
- Ranea Triviño, Beatriz. 2021. *Desarmar la masculinidad. Los hombres ante la era del feminismo*. Los Libros de la Catarata.
- Rus, Óscar. 2024. "Netflix confirma la cuarta temporada de su mejor serie española." *ABC*, 24 de julio. <https://goo.su/ds7M>
- Sinay, Sergio. 2016. *La masculinidad tóxica. un paradigma que enferma a la sociedad y amenaza a las personas*. Ediciones B Argentina.
- Soto Guzmán, Gonzalo. 2014. "Semblanza histórica de asociaciones de hombres de habla hispana que abogan por la igualdad, resignifican lo masculino y luchan contra la violencia de género." *Prisma Social* 13: 944-959.
- Téllez Infantes, Anastasia, & Ana Dolores Verdú Delgado. 2011. "El significado de la masculinidad para el análisis social." *Revista Nuevas Tendencias en Antropología* 2: 80-103.
- Vallenilla, Jota. 2024. "Tenso debate con feministas queer." Publicado el 29 de mayo en *YouTube*. Vídeo, 3:05:29. <https://www.youtube.com/watch?v=IFlsU5eIJiE>
- Vasquez del Águila, Ernesto. 2013. "Hacerse hombre: algunas reflexiones desde las masculinidades." *Política y Sociedad* 5 (3): 817-833. https://doi.org/10.5209/rev_POSO.2013.v50.n3.41973
- Zárate, Pedro. 2023. "Alberto y Laura Caballero: 'Nos gusta hacer series que puedas enseñar a tus hijos sin que se te caiga la cara de vergüenza'." *VerTele*, 5 de enero. <https://goo.su/JnscV>
- Zurián Hernández, Francisco A. 2011. "Héroes, machos o, simplemente, hombres: una mirada a la representación audiovisual de las (nuevas) masculinidades." *Secuencias. Revista de historia del cine* 34: 32-53. <https://doi.org/10.15366/secuencias2011.34.002>

Sonia Dueñas Mohedas. Investigadora postdoctoral en el Departamento de Comunicación de la Universidad Carlos III de Madrid. Es miembro del grupo de investigación "Televisión-Cine: Memoria, Representación e Industria" (TECMERIN) y del proyecto de investigación "VITAL-IoT: Resolviendo aspectos clave en la ciberseguridad de sistemas IoT personales de los que depende la vida de personas" (2023/00616/00). Sus líneas de investigación parten de los Estudios Fílmicos y los Media Industry Studies.

Natalia Martínez Pérez. Profesora ayudante doctora en el Departamento de Historia, Geografía y Comunicación de la Universidad de Burgos y doctora en Investigación en Medios de Comunicación por la Universidad Carlos III de Madrid. Miembro de los grupos de investigación “Televisión-Cine: Memoria, Representación e Industria” (TECMERIN) y “Sociedad y conflicto. Estudios culturales de la(s) violencia(s)” (SYCON), sus líneas parten principalmente de los Estudios Televisivos y los Estudios de Género.

Nerea Cuenca-Orellana es doctora en Humanidades y Comunicación con la tesis doctoral “La construcción del género en las películas de Pixar Animation Studios entre 1995 y 2015: modelos de masculinidad, feminidad y relaciones entre personajes”, calificada con *Cum Laude*. En 2020 ganó el Premio Extraordinario de Doctorado. Sus áreas de investigación se centran en series, largometrajes, redes sociales y proyectos audiovisuales de animación desde la perspectiva narrativa y de estudios de género.

Artículo recibido el 28 de febrero de 2025 y aceptado para su publicación el 20 de mayo de 2025.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Dueñas Mohedas, Sonia, Natalia Martínez Pérez, & Nerea Cuenca-Orellana. 2025. “‘Me siento como... deconstruido’: Masculinidades e igualdad de género en la serie española *Machos Alfa* (Netflix: 2022-).” *ex æquo* 52: 196-212. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.14>

[Según la norma APA adaptada]:

Dueñas Mohedas, Sonia, Martínez Pérez, Natalia, & Cuenca-Orellana, Nerea (2025). ‘Me siento como... deconstruido’: Masculinidades e igualdad de género en la serie española *Machos Alfa* (Netflix: 2022-). *ex æquo*, 52, 196-212. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.14>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com



LAS CHICAS HABLAN: EXPERIENCIAS DE LAS ADOLESCENTES EN LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA E INTERÉS POR LOS ESTUDIOS EN CIENCIAS DE LA ACTIVIDAD FÍSICA Y EL DEPORTE

 *Laura Moreno-Vitoria**

 *María-Nieves Sánchez-Díaz***

 *Paula Bianchi****

 *Ruth Cabeza-Ruiz*****

Resumen

Aunque las mujeres son mayoría en la universidad, su presencia en los grados de Ciencias de la Actividad Física y el Deporte ha disminuido en los últimos años. Este estudio cualitativo explora las creencias y experiencias de diez adolescentes en las clases de Educación Física, así como su conocimiento e intención de cursar estudios en Ciencias del Deporte. A través de entrevistas semiestructuradas, se analizan sus vivencias durante la etapa secundaria y su percepción sobre las oportunidades profesionales en el ámbito deportivo. Las participantes advierten desigualdades en las clases de Educación Física respecto a sus compañeros y evidencian limitaciones en el conocimiento de los estudios y salidas profesionales de las Ciencias del Deporte.

Palabras clave: Adolescentes, profesorado, educación física, estudios superiores, ciencias de la actividad física y el deporte.

Resumo

A palavra das jovens: experiências das adolescentes nas aulas de educação física e o interesse pelos estudos universitários em Ciências da Atividade Física e do Desporto

Se por um lado as mulheres são maioria na universidade, por outro a sua presença nos cursos ligados às Ciências da Educação Física e do Desporto diminuiu nos últimos anos.

* Facultad de Ciencias de la Actividad Física y el Deporte, Universidad de Valencia (UV), 46010, Valencia, España.

Dirección Postal: Calle Gascó Oliag, 3, 46010, Valencia, España.

Correo electrónico: laumovit@gmail.com

** Universidad Internacional de La Rioja (UNIR), 26006, Logroño, La Rioja, España.

Dirección Postal: Av. De la Paz, 137, 26006, Logroño, La Rioja, España.

Correo electrónico: mariadelasnieves.sanchez@unir.net

*** Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad de Sevilla (US), 41013, Sevilla, España.

Dirección Postal: Calle Pirotecnia s/n, 41013, Sevilla, España.

Correo electrónico: pbianchi@us.es

**** Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad de Sevilla (US), 41013, Sevilla, España.

Dirección Postal: Calle Pirotecnia s/n, 41013, Sevilla, España.

Correo electrónico: ruthcr@us.es

Este estudo qualitativo explora as crenças e experiências de dez adolescentes nas aulas de Educação Física, bem como os seus conhecimentos e a sua intenção de seguir estudos superiores nesta área. Através de entrevistas semiestruturadas, analisam-se as suas vivências no ensino secundário e as suas percepções sobre as oportunidades profissionais no contexto desportivo. As participantes assinalam desigualdades nas aulas de educação física em relação aos seus colegas e evidenciam limitações no conhecimento sobre os estudos e as saídas profissionais das Ciências do Desporto.

Palavras-chave: Adolescentes, docentes, educação física, estudos superiores, ciências do desporto.

Abstract

Girls Speak Out: Adolescent Girls' Experiences in Physical Education Classes and Interest in Studies in Physical Education and Sport Sciences

Although women represent the majority in higher education, their presence in Physical Education and Sport Sciences degrees has significantly declined in recent years. This qualitative study explores the beliefs and experiences of ten adolescent girls in their Physical Education classes, as well as their knowledge of and intentions to pursue higher education in Sport Sciences. Using semi-structured interviews, this study presents an analysis of their experiences during secondary education and their perceptions of professional opportunities in the sports field. The participants report gender inequalities in Physical Education classes compared to their male peers and reveal limited awareness regarding Sport Sciences in higher education and job prospects in this field.

Keywords: Adolescent girls, teachers, physical education, higher education, sport sciences.

1. Introducción

Las mujeres españolas se fueron incorporando a los estudios universitarios de manera simbólica durante las primeras décadas del siglo XX y de forma más significativa en los años 1980 y 1990, para hacerlo plenamente en el siglo XXI. De hecho, en el curso 2022-2023, las mujeres eran el 56,8% del total del alumnado universitario español (Instituto de las Mujeres 2023). Al mismo tiempo, la relación de las mujeres con la actividad física y el deporte ha experimentado importantes transformaciones a lo largo de la historia. En el caso de España, los hábitos de práctica deportiva de las mujeres han aumentado de forma progresiva. Mientras que en 1980 sólo el 17% de las mujeres practicaba ejercicio físico, esta cifra ascendió al 42% en 2015 y alcanzó el 51% en 2022 (Ministerio de Cultura y Deporte 2022).

La incorporación masiva de las mujeres a la práctica deportiva y a la universidad no se refleja en su interés por los estudios superiores de Ciencias de la Actividad Física y del Deporte (CAFYD) ni en las profesiones del sector (Sáinz & Meneses 2018; Hernández Franco & Franco Álvarez 2020). En España existen estudios de Educación Física (EF) desde 1967, cuando se crea el primer Instituto Nacional de Educación Física (INEF). Aunque entonces no eran universitarios,

estos planes formativos sentaron las bases de las actuales titulaciones de CAFYD. En su primera promoción solo hubo varones, y las mujeres comenzaron a incorporarse progresivamente. Tras el importante acceso de las mujeres a los INEF, y posteriormente a las licenciaturas de EF y grados de CAFYD, en las últimas dos décadas se ha producido un descenso de matriculaciones femeninas. Esto repercute en el acceso de las mismas a las profesiones relacionadas con la actividad física y el deporte (Vázquez 2019) y, por ende, influye en la masculinización del sector.

Existen publicaciones que estudian la disminución del número de mujeres en los estudios de CAFYD en España. Garay Ibañez de Elejalde et al. (2018) investigaron esta problemática en el País Vasco entre 1986 y 2016. Con relación a las matrículas, en el primer periodo estudiado (1986-2005), el número de varones doblaba al de mujeres. Sin embargo, a partir de 2005 el porcentaje de chicos triplicaba el de chicas, tendencia que se ha mantenido hasta 2016. Por su parte, Serra Payeras et al. (2019a) estudiaron los datos de matriculación desde 1989 hasta 2019 en los centros de Cataluña. Los resultados muestran que las matrículas de mujeres fueron incrementándose paulatinamente hasta que en el curso 2000-2001 se alcanzó un porcentaje del 39,3% para caer a menos de la mitad en el curso 2014-2015 (17,3%). Porto (2009) llevó a cabo un estudio en el que contabilizaba las matriculaciones en las titulaciones de Magisterio en EF y Licenciatura en CAFYD en Galicia, desde los años 1990 hasta 2007, obteniendo resultados similares.

En España existe un compromiso estatal que trata de incentivar la igualdad en el ámbito educativo, es decir, el marco legal o la igualdad formal están materialmente establecidos. Es el caso de la Ley Orgánica 3/2007, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres, que insta a las instituciones educativas a incluir el respeto por el principio de igualdad (LOIEMH 2007). También la Ley Orgánica 2/2023, del Sistema Universitario (LOSU 2023), defiende que la universidad debe asentarse en la base de la equidad. Por último, la Ley Orgánica 3/2020, de Educación (LOMLOE 2020), expone el enfoque coeducativo como principio vertebral en educación obligatoria. Las leyes educativas son relevantes, pues será en la EF escolar donde muchas niñas y niños tengan sus primeras experiencias físico-deportivas. Estas vivencias podrían condicionar su interés por la actividad física y el deporte y el desarrollo de hábitos activos a lo largo de su vida.

En este sentido, el profesorado de EF juega un papel fundamental, pues es responsable de promover una EF libre de sexismo y de fomentar una cultura escolar coeducativa que motive especialmente a las adolescentes. Este enfoque es clave, ya que las jóvenes representan la mitad del alumnado y, aunque los mandatos de género afectan también a los varones, ellas son el grupo social que enfrenta mayores obstáculos en el ámbito deportivo debido, entre otras, a su socialización de género y al androcentrismo del deporte (Serra Payeras et al. 2020). Sin embargo, a pesar de la importancia de la formación del profesorado en materia de igualdad, la realidad es que esta es muy insuficiente. Según algunos estudios, los centros donde se imparten los títulos de CAFYD carecen de asignaturas y contenidos

relacionados con las mujeres (Serra Payeras et al. 2019a; Castro-García & López-Villar 2022). Tampoco en los posgrados de formación docente se incluyen materias relacionadas con la coeducación, por lo que el profesorado llega a los centros sin formación para atender a niñas y adolescentes, contribuyendo a la reproducción de mandatos de género estereotipados generación tras generación.

Estudios previos han explicado la persistencia de una masculinización estructural de los estudios de CAFYD en base a un modelo androcéntrico basado en el rendimiento y alejado de los intereses de las mujeres (Serra Payeras et al. 2016a; Serra Payeras et al. 2016b). Otros estudios evidencian que las vivencias en las clases de EF y la influencia del profesorado repercuten en el disfrute y satisfacción de las chicas por la actividad física (Budd et al. 2018; Owen et al. 2019; Serra Payeras et al. 2019b). Sin embargo, no se han identificado estudios cualitativos que tengan como objetivo dar voz a adolescentes para conocer sus creencias y experiencias en las clases de EF e indagar en su nivel de conocimiento sobre los estudios de CAFYD y su interés o intención de cursarlos.

2. Metodología

El estudio sigue una metodología cualitativa, siendo el análisis temático el método utilizado para el desarrollo de la investigación. En el estudio se utilizó la técnica de entrevistas con el fin de comprender la realidad de las participantes a través de la narración de sus experiencias en EF y su conocimiento e interés por los estudios de CAFYD.

Participantes

Las participantes fueron 10 adolescentes con edades comprendidas entre los 15 y los 17 años (Media = 15,8 años). Cinco de ellas eran de Andalucía (Sur de España), mientras que las otras cinco eran de la Comunidad Valenciana (Este de España). Los criterios de inclusión fueron (I) ser mujer, (II) ser estudiante de 4º de ESO o 1º de Bachillerato, y (III) ser físicamente activa. En la tabla 1 se pueden observar los datos descriptivos de las participantes.

Para invitar a las adolescentes a participar en el estudio, se elaboraron una hoja informativa y un consentimiento informado. En Andalucía, la búsqueda de participantes se realizó en un instituto de secundaria, donde el profesor de EF se encargó de distribuir ambos documentos. En la Comunidad Valenciana, las participantes pertenecían a un club deportivo, y la difusión de la información y la documentación estuvo a cargo de la entrenadora. Al tratarse de menores, la participación requirió autorización adulta y el interés expreso de las adolescentes.

Tabla 1
 Datos descriptivos de las participantes

	Edad	Curso	Actividad físico-deportiva practicada
Sonia	17	1º Bachillerato	Artes marciales y actividades de musculación
Silvia	15	4º ESO	Artes marciales y natación
Alexia	15	4º ESO	Atletismo y fútbol
Nadia	16	4º ESO	Atletismo, windsurf y calistenia
Carolina	16	1º Bachillerato	Balonmano
Mirian	17	1º Bachillerato	Balonmano
Clara	16	1º Bachillerato	Balonmano
Mireia	16	4º ESO	Balonmano
Noemí	15	4º ESO	Balonmano
Estefanía	15	4º ESO	Balonmano

Nota. Todas las participantes realizaban deporte de manera organizada (club o federación).
 Fuente: Elaboración propia.

Técnica de recogida de datos

Se empleó la entrevista semiestructurada como medio de investigación cualitativa con preguntas redactadas *ad hoc* en torno a dos dimensiones en base al objetivo del estudio: EF y Futuro académico-profesional.

Para el desarrollo de las entrevistas, se estructuró el instrumento en cuatro partes. En primer lugar, se hicieron preguntas generales sobre su situación deportiva actual a modo de introducción (p. ej.: “¿Realizas actividad física fuera del horario lectivo?”). A continuación, se formularon preguntas específicas que exploraban cuestiones relacionadas con la EF (dimensión I), como el profesorado (p. ej.: “¿cómo sería tu docente ideal en las clases de EF?”), sus percepciones de la asignatura (p. ej.: “¿crees que las clases de EF les gustan más a los chicos que a las chicas?”), o el gusto por la EF (p. ej.: “¿qué quitarías o añadirías a las clases de EF para que te gustaran más?”). La tercera parte estaba formada por cuestiones relacionadas con el futuro académico y profesional (dimensión II), como la influencia del eje sexo-género en la elección de estudios superiores (p. ej.: “¿piensas que ser chica o chico condiciona la elección de estudios universitarios?”) o el grado de conocimiento sobre los estudios de CAFYD (p. ej.: “¿conoces alguna de las salidas profesionales de los estudios de CAFYD?”). Finalmente, se animaba a las partici-

Tabla 2
Sistema de categorías, subcategorías y códigos

Categoría	Subcategoría	Código	Descripción
Educación Física	1. Docente	1.1. Sexo	Percepción de la influencia del sexo del docente en las clases de EF
		1.2. Profesorado ideal	Características y rasgos deseables del profesorado de EF
		1.3. Características del profesorado	Descripciones del profesorado de EF actual
		1.4. Expectativas del profesorado	Percepciones sobre las expectativas del profesorado sobre su alumnado en función del sexo
	2. Gusto por las clases de EF	2.1. Diferencias de género	Diferencias entre chicos y chicas en el interés por la asignatura
		2.2. Motivación por la asignatura	Interés de las participantes por la EF
		2.3. Experiencia en las clases	Vivencias personales en las clases de EF
		2.4. Vinculación con la práctica deportiva	Influencia de la asignatura de EF en la práctica de actividad física y deporte extraescolar
	3. Percepción de la asignatura	3.1. Propuestas de mejora	Propuestas de mejora de la asignatura de EF
		3.2. Crítica a la EF	Críticas a las clases de EF
Futuro académico-profesional	4. Sexo/género y estudios superiores	4.1. Sexo y estudios superiores	Opiniones sobre la influencia de la diferencia sexual en la elección de estudios superiores
		4.2. Género y estudios superiores	Opiniones sobre la influencia de roles y estereotipos de género en la elección de estudios superiores
	5. CAFYD	5.1. Desarrollo profesional	Conocimiento sobre las salidas profesionales
		5.2. Elección y motivos	Motivos para cursar CAFYD
		5.3. Eje sexo-género	Influencia del eje sexo-género en la elección de estudios superiores
		5.4. EF y estudios de CAFYD	Influencia de la EF en la elección de estudios de CAFYD
		5.5. Profesorado y estudios de CAFYD	Influencia del profesorado de EF para elegir estudios de CAFYD
		5.6. Propuestas de mejora	Ideas y propuestas para aumentar las matrículas femeninas en CAFYD

Fuente: Elaboración propia.

pantes a proporcionar ideas sobre cómo potenciar el interés de las adolescentes por los estudios superiores vinculados al deporte.

Procedimiento

Se realizaron un total de 10 entrevistas individuales entre mayo de 2022 y abril de 2024. Todas ellas se hicieron de manera presencial y tuvieron una duración de entre 15 y 20 minutos. Las cinco adolescentes de Andalucía realizaron las entrevistas en sus centros escolares mientras que las participantes de la Comunidad Valenciana fueron entrevistadas en las instalaciones donde entrenaban.

Análisis de datos

Las entrevistas fueron registradas con una grabadora de audio y la información recogida fue transcrita y reservada para su análisis posterior. Tras la lectura profunda de las transcripciones, se creó un sistema deductivo-inductivo de categorías, subcategorías y códigos (tabla 2) siguiendo las propuestas de Nowell et al. (2017) y teniendo como base las dos dimensiones establecidas (EF y Futuro académico-profesional).

El análisis de datos se realizó en dos momentos. Primero, se codificaron manualmente todas las entrevistas – garantizando la unanimidad entre investigadoras –, y se resaltaron los *verbatim* más significativos. En un segundo momento, los datos fueron analizados mediante el Software de Análisis Cualitativo MaxQDA 12.

3. Resultados

Los objetivos de este trabajo eran conocer las creencias y experiencias de mujeres adolescentes en relación con las clases de EF e indagar en su nivel de conocimiento sobre los estudios de CAFYD y su interés o intención de cursarlos. Se presenta a continuación lo que las chicas manifestaron.

3.1. Educación Física

Docentes de EF: referentes para bien y para mal

Las participantes describieron a su profesorado actual. Cinco nunca habían tenido una profesora de EF y las otras cinco solo recordaban una, generalmente en Primaria. Aunque casi todas afirmaron que el sexo del docente no influía en su experiencia, algunas respuestas reflejaron ciertas incongruencias:

Sí que es verdad que tener una mujer de profesora a las chavalas quizás, pues les ayuda, porque tienen un referente y como que motiva más [...]. (Alexia)

Del mismo modo, otra participante declaró:

[...] sí que tengo curiosidad y me apetece tener alguna vez una profe de EF chica, porque igual así nos motivaríamos más y haría cosas que nos gustan más a las chicas. (Carolina)

La mitad de las entrevistadas describieron de una forma positiva a su docente de EF. Sin embargo, algunas participantes señalaron desinterés por parte de sus profesores y cuestionaron la utilidad de las actividades y otras mostraron neutralidad en sus descripciones:

A ver está bien, hacemos actividades, damos temas, pero como todos los profesores de EF. (Silvia)

Como profesor de EF... que sí que es muy buen profesor, pero que no es mi favorito, no conecta. (Alexia)

Por último, las adolescentes tuvieron que considerar si el profesorado tenía diferentes expectativas sobre el alumnado en función del sexo:

No sé, quizás sí. O sea, no nos lo dicen directamente ¿sabes? Pero, por ejemplo, sí que se ve en las clases cuando utilizan a alguien así de ejemplo y tal [...]. Siempre sacan a los mismos. (Carolina)

Una asignatura diferente que se ha convertido en lo de siempre

Las participantes también describieron sus experiencias en la asignatura mostrando sensaciones positivas durante las clases. Así mismo, valoraron si estas influían en su interés por la actividad física y el deporte fuera del aula:

A ver, en parte sí, porque si a mí me gusta lo que hago en EF, pues a lo mejor voy más animada a hacer algún tipo de deporte [fuera de las clases]. (Mirian)

Yo creo que sí, porque, quieras o no, cuando das clase te están enseñando los deportes que tienes que hacer o que puedes practicar, y si te gustan en la clase después puedes apuntarte a cualquier deporte que te haya interesado [fuera de las clases]. (Clara)

Seis participantes consideraron que la asignatura de EF no influía en su interés por el deporte y otras chicas invirtieron la relación entre las experiencias en EF

y el interés por la actividad física extraescolar, explicando que es el gusto por el ejercicio físico y el deporte lo que hace que les guste asistir a clases de EF y no al revés. Así lo comentaban:

En mi caso, por ejemplo, a mí las clases nunca me han influido en hacer deporte, la verdad. [...] Si [la gente] no hace deporte de antes, no veo yo que por hacer deporte en EF se animen a hacer deporte fuera. (Noemí)

A ver, yo creo que es más eso, que me gusta el deporte en general y por eso me gusta [la EF]. (Estefanía)

En cuanto a las diferencias entre chicos y chicas, casi todas las participantes coincidieron en que a los chicos les gusta más la EF, y dos de ellas mostraron dudas iniciales, pero finalmente concluyeron lo mismo. Teniendo en cuenta la finalidad del estudio, una de las respuestas relevantes fue:

Porque tú ves que los chicos se lo curran muchísimo más. Hay más cantidad de chicos que hacen deporte fuera del instituto. Entonces a la hora de hacer una actividad física, aparte de que suelen ser mejores en todo, pues... eh... les suele gustar más. Y luego, ves a las chicas, pues que tienen menos dotes generalmente para hacer deporte, en las clases, sobre todo. (Mirian)

Las chicas no son vagas. Se aburren

Durante la entrevista se planteó a las adolescentes que propusieran aspectos a incluir o eliminar de las clases de EF para que fueran más atractivas para ellas. Muchas valoraron negativamente los aspectos teóricos de la materia, las pruebas físicas y las tareas “sin sentido”, como los ejercicios repetitivos y monótonos. En esta línea, muchas de ellas hicieron mención al fútbol:

En EF se potencia más el fútbol, porque siempre en el trimestre que hacemos deportes es fútbol y otro deporte. (Nadia)

Quitaría el fútbol, siempre es lo mismo, fútbol, fútbol y más fútbol... Aburre un poco ya. (Carolina)

Por otra parte, entre las propuestas de mejora, algunas adolescentes sugirieron incorporar actividades más novedosas, evitar aquellas en las que se elimine al alumnado y ofrecer distintas alternativas dentro de una misma actividad:

A lo mejor, si hiciéramos otros deportes o juegos que nos interesaran más a nosotras, pues también a nosotras nos gustarían más las clases y tendríamos más ganas. (Carolina)

3.2. *Futuro académico-profesional*

Diferencias entre sexo y género: las chicas lo tienen claro

Todas las participantes coincidían en que el sexo no debe condicionar la elección de estudios superiores. No obstante, algunas señalaron que, a veces, las chicas evitan cursar estudios en los que el alumnado sea mayoritariamente masculino:

Porque como se supone que a los chicos les exigen más y esas cosas, igual tienes miedo a no estar a su nivel o cualquier cosa. Entonces no sueles meterte por miedo. (Clara)

Las participantes expusieron que el sexo de una persona no debe determinar sus opciones vitales. Sin embargo, sí consideraron que los mandatos de género influyen en la elección académico-profesional:

Simplemente, cómo te han educado y la sociedad en la que vives puede que haga que haya una tendencia a que las chicas vayan a una carrera o a otra. (Silvia)

¿Ciencias de la actividad física y del deporte? ¿De qué va eso?

En base al objetivo del estudio, se plantearon a las participantes preguntas relacionadas con el grado de CAFYD. Cuatro de las chicas contemplaban realizar estos estudios, una explicó que el desconocimiento acerca de las salidas profesionales hace que no lo tenga claro y el resto no se planteaban acceder a CAFYD pues, pese a que les gusta realizar actividad física y deporte, nunca lo habían visto como una opción profesional:

De pequeña sí que me lo planteaba, pero a día de hoy no, porque el deporte es algo que lo veo más como un hobby, que algo para dedicarme a eso. (Alexia)

Respecto al nivel de conocimiento e información sobre estos estudios, 9 de las 10 participantes desconocían sus salidas profesionales, excepto la educativa:

No sé, me he enterado hace poco que eso era una carrera, no estoy muy informada [...] mis amigas y yo nos hemos enterado hace nada de que existe, pensábamos que era como un ciclo superior o algo así. (Carolina)

Ni siquiera una de las adolescentes, cuya madre es licenciada en EF y profesora en secundaria, sabía responder con exactitud:

Mmmm... pues mi madre, por ejemplo, ha estudiado para ser profesora de EF. Pero, no sé mucho más la verdad. (Mirian)

Para dar justificación al descenso de mujeres estudiantes de CAFYD, cuatro de las participantes explicaron que, a sus compañeros, desde pequeños, se les involucra más que a las chicas en las actividades deportivas. Una de las participantes explica la mayor vinculación de los varones con el deporte y la carrera de CAFYD con el siguiente ejemplo:

Hay veces que se ha dicho: “es que no puedes hacer esto porque eres chica” y “no puedes hacer este deporte porque eres chica”. [...] poco a poco esos comentarios, pues, a lo mejor a una persona, hacen que se deje el deporte que le gusta. (Mirian)

Esta participante también hizo mención a la importancia que tiene para las chicas estudiar carreras y ejercer profesiones en las que puedan ir “bien vestidas”, evidenciando la influencia de los mandatos de género que reducen la posibilidad de que algunas mujeres jóvenes se interesen por los estudios de CAFYD:

Y luego ya pues estudiar una carrera así de ir bien, bien vestidas y todo eso... pues ves a mucha gente, a muchas chicas por la calle que van súper bien vestidas y no van en chándal. (Mirian)

También se invitó a las participantes a dar ideas sobre cómo potenciar que las chicas se interesen por cursar el grado de CAFYD. Entre las propuestas, las participantes señalaron la importancia de tener profesoras de EF que sirvan como “referentes”:

Creo que teniendo profesoras de EF y teniendo mujeres cerca que estén relacionadas con el mundo del deporte, se potenciaría más el hecho de que las mujeres se metieran en ese tipo de carreras [...]. Como que si lo ves con tus ojos creo que es más fácil que tú te creas que eso es posible y que tú también tienes una opción en ese mundillo. (Alexia)

Por último, algunas de las participantes respondieron al objetivo del estudio considerando que la materia de EF, las vivencias en la asignatura y su profesorado podían influir en gran medida en su intención por cursar CAFYD:

Que digas: “quiero que llegue EF para hacer esto, que el otro día lo hicimos y a mí me gustó” [...] pero si haces cosas que a la gente no le gusta, pues es que pierden el interés, entonces ya no quieren saber nada de eso en un futuro. (Mirian)

4. Discusión

4.1. *La Educación Física: un escaparate de las Ciencias de la Actividad Física y del Deporte*

Uno de los aspectos más relevantes en las clases de EF es el profesorado. Que todas las participantes de este estudio hayan tenido profesores varones evidencia la masculinización del sector. Sobre eso, Rich (2004) señala que la EF se caracteriza como un entorno tradicionalmente masculino, que atrae principalmente la atención de varones sin discapacidad interesados en el rendimiento deportivo. Asimismo, algunos trabajos de investigación muestran que las estudiantes sienten más afinidad por ciertos estudios superiores influenciadas por mandatos de género (Hernández Franco & Franco Álvarez 2020). Teniendo en cuenta esto y considerando las declaraciones de algunas de las participantes, la presencia de profesoras de EF en los centros de Educación Secundaria funcionaría como un “escaparate” para que las adolescentes pudieran ver modelos femeninos de éxito profesional en el ámbito deportivo.

Por otro lado, las adolescentes indicaron características que debería tener el profesorado ideal de EF para aumentar su interés por la asignatura. Sus aportaciones coinciden con investigaciones previas que indican que muchas chicas perciben actividades desconectadas de sus intereses que motivan más a los chicos (Serra Payeras et al. 2019b). Entre sus propuestas de mejora, las chicas destacan incluir contenidos interesantes y motivantes para ellas y participar en la elección de los mismos. En esta línea, investigaciones recientes señalan que la falta de poder de decisión y de autonomía son barreras significativas para la participación de las adolescentes en las clases de EF (Cowley et al. 2021).

Para responder a estas demandas es fundamental que el profesorado cuente con formación específica en materia de género. Sin embargo, los estudios muestran que el profesorado adolece de formación en coeducación (Serra Payeras et al. 2016a), y esto también se refleja en las expectativas del profesorado hacia el alumnado en función del sexo. Las adolescentes entrevistadas perciben que sus profesores tienen mayores expectativas sobre sus compañeros, lo que puede afectar a su percepción de competencia y a su motivación, aspectos que están en consonancia con los estudios de Morano et al. (2020).

Resulta llamativo que todas las participantes respondan que la EF y el deporte interesan más a los chicos (Rodríguez Rodríguez & Miraflores Gómez 2018). Algunas de ellas reflejan que esta circunstancia es consecuencia del enfoque de la asignatura. Así, pese a que la EF se ha transformado hacia formas menos sexistas, las adolescentes apoyan la idea de que sigue siendo un espacio masculinizado y androcéntrico en el que sus compañeros lo tienen más fácil para estar motivados y sentirse competentes (Hernández-Martín et al. 2020; Serra Payeras et al. 2020). En este sentido, son frecuentes las narrativas docentes que describen a las chicas como

poco interesadas en el ejercicio físico, calificándolas incluso de vagas. Sin embargo, todo indica que su escasa implicación responde a la falta de conexión entre las propuestas de aprendizaje y sus preferencias. Aunque las participantes expresaron agrado y satisfacción con las clases, sus declaraciones reflejan una baja motivación y una percepción de la asignatura como “mediocre” (Flintoff & Scraton 2001). Esto puede deberse, entre otros, a que las chicas suelen sentirse desvinculadas de la asignatura cuando perciben metodologías centradas en la competición y la repetición de habilidades técnicas, ajenas a sus intereses y con las que no se sienten competentes (Leo et al. 2020).

Las entrevistadas también reflexionaron sobre el vínculo entre EF y práctica deportiva extraescolar. Estudios previos muestran que un mayor disfrute en las clases de EF se asocia con niveles más altos de actividad física extracurricular (Gómez-Mármol et al. 2017). Sin embargo, muchas participantes no creían que su experiencia en EF influyera directamente en su práctica deportiva fuera del centro educativo, considerando que su interés depende más de sus gustos y experiencias previas. Como señalan Rodríguez García et al. (2012), es necesario considerar la interacción de múltiples variables, ya que una sola (como la experiencia en las clases de EF) no ofrece una perspectiva completa.

4.2 *¿Dónde están las mujeres en las Ciencias de la Actividad Física y del Deporte?*

Las adolescentes opinan que el sexo no es un factor que deba limitar el acceso a determinados estudios universitarios, pero describen cómo la socialización de género influye en las preferencias de chicos y chicas. Sus respuestas coinciden con otros estudios en los que se muestra que roles y estereotipos influyen en la elección del futuro académico, especialmente de los estudios de CAFYD (Elliott & Sander 2011; Forsyth et al. 2019; Serra Payeras et al. 2019b). Por tanto, en el instituto pueden persistir ideas sexistas que conducen a que chicos y chicas reduzcan la probabilidad de elegir estudios y profesiones contrarias a los mandatos de género (Sáinz & Meneses 2018).

Uno de los hallazgos más significativos de este estudio es que se evidencia que las adolescentes no saben cuáles son las salidas profesionales de CAFYD, teniendo solo cierto conocimiento sobre la educativa. Así pues, es necesario mejorar la orientación escolar para que las adolescentes puedan decidir con criterio. Incluso entre chicas deportistas, como es el caso de este trabajo, la mayoría descarta esta opción al no percibir un futuro profesional estable para ellas en el ámbito deportivo (Serra Payeras et al. 2019a; Serra Payeras et al. 2019b).

Otro factor relevante que se observa en este estudio es la posible relación entre las experiencias en las clases de EF y la elección de estudios vinculados al deporte. Aunque divertirse en las clases y sentirse competente no garantiza el interés por CAFYD, no disfrutar de las actividades y tener un bajo concepto de

la propia motricidad sí se conecta con una desvinculación del ejercicio físico y, en consecuencia, de los estudios y profesiones deportivas. Por tanto, es esencial modificar las percepciones de competencia de las adolescentes, y para ello la formación del profesorado es clave (Frömel et al. 2022).

Por otro lado, el profesorado puede ejercer una influencia significativa en la orientación académico-profesional de su alumnado. En este sentido, muchas participantes afirman que tener más referentes de mujeres que se dediquen a las profesiones del deporte podría favorecer su interés por los estudios de CAFYD (Alfaro 2019). Estas ideas se vinculan, a su vez, con la importancia de visibilizar trayectorias profesionales femeninas que rompan con los roles y estereotipos de género tradicionales, siendo de nuevo el profesorado quien, a través de su práctica docente, puede contribuir a erradicarlos o reforzarlos en función de su sensibilidad y formación (Serra Payeras et al. 2019b; Serra Payeras et al. 2020).

Por último, se presentan las propuestas de mejora que las propias participantes hacen para incrementar el interés de las adolescentes por las CAFYD. Como en otros trabajos (Gómez-Colell 2015), las adolescentes plantearon que es necesario informar más y mejor sobre los estudios de CAFYD y sus salidas profesionales en los institutos (Serra Payeras et al. 2019b). Además, expusieron que las clases de EF deben incorporar actividades que estén relacionadas con sus intereses y necesidades (Soler Prat et al. 2018). También observaron que un mayor apoyo social por parte de la familia y del profesorado de EF para hacer actividad físico-deportiva podría mejorar su interés por los estudios de CAFYD (Sanz-Martín et al. 2021). Por último, las chicas afirmaron que no se ven identificadas en sus docentes varones ni en los modelos femeninos mediáticos y piden conocer mujeres profesionales del deporte próximas a ellas.

5. Conclusiones y propuestas de mejora

En base a los hallazgos de este estudio, se observa que las adolescentes no sienten atendidas sus necesidades ni intereses en las clases de EF y detectan el androcentrismo de la materia. Además, no conocen los estudios de CAFYD y, a pesar de ser físicamente activas, no ven su futuro laboral relacionado con las profesiones del deporte, que perciben como un ámbito masculinizado y más apropiado para los varones.

En base a los resultados de este estudio, se proponen tres acciones concretas a promover desde los centros que imparten el grado de CAFYD, con el objetivo de mejorar el interés de las mujeres por esta titulación:

- Realizar talleres en centros de secundaria para informar sobre los planes de estudio y las salidas profesionales de CAFYD.

- Desarrollar actividades de transferencia llevadas a cabo por mujeres estudiantes y egresadas de los grados de CAFYD en centros de educación secundaria.
- Incorporar en todas las asignaturas del grado de CAFYD temario vinculado con los intereses, necesidades y particularidades de las mujeres de manera transversal y específica, así como en las materias de los Másteres de Formación del Profesorado de Secundaria (Cabeza-Ruiz 2024).

6. Limitaciones

En futuros trabajos es necesario incluir a adolescentes no deportistas, con el fin de estudiar en mayor profundidad su opinión sobre las clases de EF y el conocimiento que tienen acerca de los estudios de CAFYD.

Contribución de cada autor/a

LMV: Conceptualización; validación; redacción – borrador original.

MNSD: Análisis formal; investigación; metodología; redacción – borrador original.

PB: Conceptualización; redacción – borrador original; autora de correspondencia.

RCR: Conceptualización; metodología; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

Agradecimientos

Las autoras quieren agradecer a las adolescentes su participación en el estudio, su generosidad para compartir sus experiencias, su franqueza en las respuestas durante las entrevistas y su disposición para mejorar la situación de las mujeres en las clases de EF y en las Ciencias de la Actividad Física y del Deporte.

Conflicto de intereses

Las autoras informan de que no tienen conflictos de intereses que declarar.

Referencias

- Alfaro, Élidea. 2019. “¿Cómo puedo ser profesional en el ámbito deportivo?” En *Las mujeres en las profesiones del deporte*, editado por Élidea Alfaro, Benilde Vázquez, & María Teresa Gómez, 24-29. Memoria Jornadas 4 y 5 de abril.
- Budd, Elizabeth L., Amy McQueen, Amy A. Eyler, Debra Haire-Joshu, Wendy F. Auslander, & Ross C. Brownson. 2018. “The Role of Physical Activity Enjoyment in the Pathways from the Social and Physical Environments to Physical Activity of Early Adolescent Girls.” *Preventive Medicine* 111: 6-13. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2018.02.015>
- Cabeza-Ruiz, Ruth (dir.). 2024. *Guía para la atención a mujeres y niñas en la docencia del Grado*

- en *Ciencias de la Actividad Física y del Deporte*. Grupo de investigación FEMINAE. <https://hdl.handle.net/11441/168194>
- Castro-García, Marina, & Cristina López-Villar. 2022. "Effect of the Intervention 'Deportigualízate' on the Attitudes Towards Equality of Physical Education Professionals in Training." *Cultura, Ciencia y Deporte* 17(54): 97-116. <https://doi.org/10.12800/ccd.v17i54.1944>
- Cowley, Emma S., Paula M. Watson, Lawrence Foweather, et al. 2021. "'Girls Aren't Meant to Exercise': Perceived Influences on Physical Activity among Adolescent Girls—The HERizon Project." *Children* 8(1): 31. <https://doi.org/10.3390/children8010031>
- Elliott, David, & Lindsay M. Sander. 2011. "Why Females Don't Do Sport Degrees." *Journal of Hospitality Leisure Sport & Tourism Education* 10: 85-98.
- Flintoff, Anne, & Sheila Scraton. 2001. "Stepping into Active Leisure? Young Women's Perceptions of Active Lifestyles and Their Experiences of School Physical Education." *Sport, Education and Society* 6(1): 5-21. <https://doi.org/10.1080/713696043>
- Forsyth, Jacky, Jennifer Jones, Lynne Duval, & Alison Bambridge. 2019. "Opportunities and Barriers that Females Face for Study and Employment in Sport." *Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education* 24: 80-89. <https://doi.org/10.1016/j.jhlste.2019.01.005>
- Frömel, Karel, Dorota Groffik, Michal Šafář, & Josef Mitáš. 2022. "Differences and Associations between Physical Activity Motives and Types of Physical Activity among Adolescent Boys and Girls." *BioMed Research International* 1: 6305204. <https://doi.org/10.1155/2022/6305204>
- Garay Ibañez de Elejalde, Beatriz, Eider Elcoroaristizabal, María Teresa Vizcarra Morales, María Prat Grau, Pedrona Serra Payeras, & Susanna Soler Prat. 2018. "¿Existe sesgo de género en los estudios de ciencias de la actividad física y el deporte?" *Retos* 34: 150-154. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i34.58846>
- Gómez-Colell, Eva. 2015. "Adolescence and Sport: Lack of Female Athletes as Role Models in the Spanish Media." *Apunts. Educación Física y Deportes* 122: 81-87. [https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.\(2015/4\).122.09](https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.(2015/4).122.09)
- Gómez-Mármol, Alberto, Bernardino Javier Sánchez-Alcaraz Martínez, & María Jesús Bazaco Belmonte. 2017. "La Educación Física como asignatura lúdica en Educación Secundaria: sedentarismo y práctica de actividades físico-deportivas extraescolares." *Sportis. Scientific Journal of School Sport, Physical Education and Psychomotricity* 3(3): 605-620. <https://doi.org/10.17979/sportis.2017.3.3.1829>
- Hernández Franco, Vicente, & Evelia Franco Álvarez. 2020. "La transición del Bachillerato a la Universidad: identidad vocacional de los alumnos con preferencia por los estudios de Ciencias de la Actividad Física y el Deporte." *Revista Complutense de Educación* 31(2): 261-272. <https://doi.org/10.5209/rced.63133>
- Hernández-Martín, Pablo, Raquel María Guevara Ingelmo, José David Urchaga Litago, & José Enrique Moral García. 2020. "Autopercepción de la motivación en las clases de educación física según el sexo, La edad y el tipo de práctica físico-deportiva." *Papeles Salmantinos de Educación* 24: 149-162. <https://doi.org/10.36576/summa.132087>
- Instituto de las Mujeres. 2023. *Alumnado universitario matriculado en enseñanzas universitarias según nivel académico*. Ministerio de Igualdad, Gobierno de España. <https://www.inmujeres.gob.es/MujerCifras/Educacion/AlumnadoUniversitario.htm>
- Leo, Francisco M., Miguel A. López-Gajardo, José M. Gómez-Holgado, José C. Ponce-Bordón, & Juan J. Pulido. 2020. "Metodologías de enseñanza-aprendizaje y su relación con la motivación e implicación del alumnado en las clases de Educación Física." *Cultura, Ciencia y Deporte* 15(46): 495-506. <https://doi.org/10.12800/ccd.v15i46.1600>

- LOIEMH. 2007. Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para la Igualdad efectiva de Mujeres y Hombres. *Boletín Oficial del Estado* (23 marzo) n.º 71. <https://www.boe.es/eli/es/lo/2007/03/22/3/con>
- LOMLOE. 2020. Ley Orgánica 3/2020, de 29 de diciembre, por la que se modifica la Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación. *Boletín Oficial del Estado* (30 diciembre) n.º 340. <https://www.boe.es/eli/es/lo/2020/12/29/3/con>
- LOSU. 2023. Ley Orgánica 2/2023, de 22 de marzo, del Sistema Universitario. *Boletín Oficial del Estado* (23 marzo) n.º 70. <https://www.boe.es/eli/es/lo/2023/03/22/2/con>
- Ministerio de Cultura y Deporte. 2022. *Encuesta de hábitos deportivos en España*. Gobierno de España. <https://www.educacionfpydeportes.gob.es/en/dam/jcr:85c27abd-f167-4af8-ae61-c6f29d09e599/encuesta-de-habitos-deportivos-2022.pdf>
- Morano, Milena, Claudio Robazza, Montse C. Ruiz, Stefania Cataldi, Francesco Fischetti, & Laura Bortoli. 2020. "Gender-Typed Sport Practice, Physical Self-Perceptions, and Performance-Related Emotions in Adolescent Girls." *Sustainability* 12(20): 8518. <https://doi.org/10.3390/su12208518>
- Nowell, Lorelli S., Jill M. Norris, Deborah E. White, & Nancy J. Moules. 2017. "Thematic Analysis: Striving to Meet the Trustworthiness Criteria." *International Journal of Qualitative Methods* 16(1). <https://doi.org/10.1177/1609406917733847>
- Owen, Michael, Charlotte Kerner, Lisa Newson, et al. 2019. "Investigating Adolescent Girls' Perceptions and Experiences of School-Based Physical Activity to Inform the Girls' Peer Activity Intervention Study." *Journal of School Health* 89(9): 730-738. <https://doi.org/10.1111/josh.12812>
- Porto Porto, Benxamín. 2009. "Feminización y masculinización en los estudios de maestro y educación física en Galicia." *Revista de Investigación en Educación* 6: 50-57.
- Rich, Emma. 2004. "Exploring Teachers' Biographies and Perceptions of Girls' Participation in Physical Education." *European Physical Education Review* 10(2): 215-240. <https://doi.org/10.1177/1356336x04044073>
- Rodríguez García, Pedro Luis, Eliseo García Cantó, Pedro Ángel López Miñarro, Cristina Sánchez López, & José Valverde Pujante. 2012. "Valoración de la utilidad de las clases de Educación Física y su relación con la práctica físico-deportiva." *Bordón. Revista de Pedagogía* 64(4): 83-98.
- Rodríguez Rodríguez, Laura, & Emilio Miraflores Gómez. 2018. "Propuesta de igualdad de género en Educación Física: adaptaciones de las normas en fútbol." *Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación* 33: 293-297.
- Sáinz, Milagros, & Julio Meneses. 2018. "Brecha y sesgos de género en la elección de estudios y profesiones en la educación secundaria." *Panorama Social* 27: 23-31.
- Sanz-Martin, Daniel, Germán Ruiz-Tendero, & Emilia Fernández-García. 2021. "Contribution of Physical Education Classes to Daily Physical Activity Levels of Adolescents." *Physical Activity Review* 9(2): 18-26. <https://doi.org/10.16926/par.2021.09.18>
- Serra Payeras, Pedrona, Jaume Cantallops, Pere Palou S., & Susanna Soler Prat. 2020. "¿Siguen existiendo los estereotipos de género en la Educación Física? La visión de las adolescentes." *Journal of Sport and Health Research* 12(Supl. 2): 179-192.
- Serra Payeras, Pedrona, María Teresa Vizcarra Morales, Beatriz Garay Ibañez de Elejalde, Maria Prat Grau, & Susanna Soler Prat. 2016a. "Análisis del discurso de género en las matrices curriculares de las Ciencias de la Actividad Física y del Deporte." *Movimiento* 22(3): 821-834. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.56959>
- Serra Payeras, Pedrona, Susanna Soler Prat, Maria Prat Grau, María Teresa Vizcarra, Beatriz Garay Ibañez de Elejalde, & Anne Flintoff. 2016b. "The (in)Visibility of Gender

- Knowledge in the Physical Activity and Sport Science Degree in Spain." *Sport, Education and Society* 23(4): 324-338. <https://doi.org/10.1080/13573322.2016.1199016>
- Serra Payeras, Pedrona, Susanna Soler Prat, Anna Vilanova Soler, & Ingrid Hinojosa-Alcalde. 2019a. "Masculinization in Physical Activity and Sport Sciences Degree Programs." *Apunts. Educación Física y Deportes* 135: 9-25. [https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.\(2019/1\).135.01](https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.(2019/1).135.01)
- Serra Payeras, Pedrona, Susanna Soler Prat, María José Camacho-Miñano, Ana Rey-Cao, & Anna Vilanova Soler. 2019b. "Gendered Career Choices: Paths Toward Studying a Degree in Physical Activity and Sport Science." *Frontiers in Psychology* 10: 1986. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01986>
- Soler Prat, Susanna, Pedrona Serra Payeras, & Anna Vilanova Soler. 2018. *La Igualtat en joc: guia de bones pràctiques de gènere en els estudis de la família de les ciències de l'activitat física i de l'esport*. Institut Nacional d'Educació Física de Catalunya. https://inefc.gencat.cat/web/.content/01_inefc/publicacions/CAFE/Igualtat-en-Joc.-Guia-de-Bones-Practiques-de-genere-en-els-estudis-de-la-familia-de-les-CAFE_CAT.pdf
- Vázquez, Benilde. 2019. "La participación de las mujeres en las profesiones del deporte." En *Las mujeres en las profesiones del deporte*, editado por Élica Alfaro, Benilde Vázquez, & María Teresa Gómez, 19-23. Memoria Jornadas 4 y 5 de abril.

Laura Moreno-Vitoria. Graduada en Ciencias de la Actividad Física y del Deporte y ha cursado el Máster Universitario en Profesorado de Enseñanza Secundaria Obligatoria y Bachillerato, Formación Profesional y Enseñanza de Idiomas y el Máster Universitario en Investigación e Intervención en Ciencias de la Actividad Física y el Deporte. Actualmente es profesora de Educación Física en Educación Secundaria y Bachillerato y estudia el programa de Doctorado en Actividad Física y Deporte.

María-Nieves Sánchez-Díaz. Personal Docente e Investigador del Departamento de Didáctica y Organización Educativa de la Universidad Internacional de La Rioja. Integrante del grupo de investigación SEJ-547 Procesos de Desarrollo y Educación en Contextos Familiares y Escolares. Su tesis doctoral y sus líneas de investigación se vinculan a estudiar la Inclusión Educativa en las Instituciones de Educación Superior.

Paula Bianchi. Profesora en el Departamento de Motricidad Humana y Rendimiento Deportivo, Universidad de Sevilla, España. Doctora y Licenciada en Educación Física. Integrante del grupo de investigación Feminae: Feminismo, Educación, Motricidad e Investigación de la Universidad de Sevilla. Sus intereses de investigaciones se centran en estudios sobre deporte y comunicación y las mujeres en las ciencias del deporte.

Ruth Cabeza-Ruiz. Profesora titular del departamento de Motricidad Humana y Rendimiento Deportivo. Doctora en Ciencias de la Actividad Física y del Deporte. Máster en Estudios de Género. Directora del grupo de investigación Feminae: Feminismo, Educación, Motricidad e Investigación. Sus líneas de trabajo se orientan hacia la participación de las personas con discapacidad, las mujeres y las niñas en la educación física y el deporte.

Artículo recibido el 30 de octubre de 2024 y aceptado para su publicación el 21 de mayo de 2025.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Moreno-Vitoria, Laura, María-Nieves Sánchez-Díaz, Paula Bianchi, & Ruth Cabeza-Ruiz. 2025. "Las chicas hablan: experiencias de las adolescentes en las clases de Educación Física e interés por los estudios en Ciencias de la Actividad Física y el Deporte." *ex æquo* 52: 213-231. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.15>

[Según la norma APA adaptada]:

Moreno-Vitoria, Laura, Sánchez-Díaz, María-Nieves, Bianchi, Paula, & Cabeza-Ruiz, Ruth (2025). Las chicas hablan: experiencias de las adolescentes en las clases de Educación Física e interés por los estudios en Ciencias de la Actividad Física y el Deporte. *ex æquo*, 52, 213-231. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.15>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com



Recensões

Os sentidos do consentimento: desafios para o enfrentamento da violência sexual. Recensão de *El sentido de consentir*, de Clara Serra. Nuevos Cuadernos Anagrama, 2024, 136pp.

 Mariana T. de Aquino Ribeiro

Discente – Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher
Instituto Fernandes Figueira/ FIOCRUZ
marianaaquinopsi@gmail.com

 Marcos Nascimento

Docente – Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher
Instituto Fernandes Figueira/ FIOCRUZ
marcos.nascimento@fiocruz.br

A violência sexual contra mulheres e meninas representa um grave problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos em todo o mundo. No Brasil, dados do Fórum de Segurança Pública apontam que, no ano de 2023, das 80.757 vítimas de estupro, 87,14% são do sexo feminino (Brasil, Ministério da Justiça e Segurança Pública 2024).

Campanhas como as da ONU Mulheres e de esferas governamentais enfatizam a necessidade de respeito ao posicionamento das mulheres frente à recusa de investidas sexuais, a exemplo da campanha nomeada “Não é Não: Respeite a Decisão”, do governo do Rio de Janeiro para o carnaval de 2025. A campanha é inspirada na abordagem feminista “Não é Não”, que, mais tarde, tornou-se o nome do protocolo da Lei nº14.786/2023, uma ferramenta que visa a proteção das mulheres na perspectiva da prevenção e enfrentamento ao constrangimento e violência (Scarpati et al. 2024, 59).

Nesse sentido, o consentimento tem sido visto como a “grande solução” para a questão da violência nas relações afetivas e sexuais, seja nos discursos governamentais ou dos movimentos sociais. No entanto, o uso desse termo gera algumas inquietações. Quem pode consentir? Quando se pode dizer não? Não é não? Somente o sim é sim? Essas perguntas se enquadram na agenda sobre as múltiplas faces da violência que as mulheres enfrentam no cenário afetivo-sexual.

Movimentos como o #MeToo ou a campanha “Meu primeiro assédio” fizeram circular relatos de assédios e abusos daquelas que puderam compartilhar suas histórias. A campanha mencionada, criada em 2014, envolveu a publicação na Internet de relatos pessoais do primeiro assédio sofrido por mulheres em espaço público, em apoio a uma menina de 12 anos que fora alvo de comentários sexuais após participar de um *reality show* brasileiro. Já o *Me Too*, antes de ser divulgado como uma *hashtag*, foi um movimento criado pela estadunidense Tarana Burke, mulher negra e ativista que em 2006 publicou em uma rede social um manifesto utilizando essa expressão (Scarpati et al. 2024, 48). Seu objetivo foi o de ajudar outras mulheres

– principalmente negras – que sofreram violência sexual, assim como ela. Como *hashtag*, o *Me Too* foi disseminado pela atriz estadunidense Alyssa Milano em 2017, que encorajou outras mulheres a compartilharem suas experiências de assédio sexual e estupro. Inicialmente, foi uma campanha de conscientização, até se tornar também um movimento de “mobilização e busca por responsabilização” (Scarpati et al. 2024, 45), inspirando propostas legislativas.

Nessa direção, Clara Serra, filósofa feminista espanhola, elabora o livro *El sentido de consentir*, publicado originalmente em castelhano em 2024 pela editora Nuevos Cuadernos Anagrama. A autora traz reflexões com base em marcos legais e autoras que discutem gênero, feminismo e psicanálise. O livro promove um debate sobre como o consentimento, por si só, não dá conta de “todos os problemas que aparecem no terreno do sexo”¹ (Serra 2024, 9).

Ao apontar a questão do consentimento como uma contradição, a autora sustenta a ambiguidade do termo. Entre “liberdade” e “submissão”, Serra aponta para um caráter fictício do direito de igualdade entre todos os sujeitos, o que é possível de vislumbrar, uma vez que esse direito não é acessado por todas as mulheres de maneira igualitária. Assim, consentir pode significar “ceder ao poder do outro”, argumento que é sustentado por debates em torno da discussão de gênero, patriarcado, feminismos e relações de poder.

A cada camada de complexidade que desdobra, as provocações trazidas por Clara Serra revelam o quanto as respostas diante do uso do consentimento podem ser “simplistas”. Aponta, ainda, que vivemos em uma “sociedade patriarcal que escurece e turva as coisas”² (Serra 2024, 16), sendo a mesma que normatiza a violência. Diante disso, traz a proposta de pensar no consentimento como um questionamento e não como uma solução.

O texto procura apontar para “saídas” diante de perguntas como “há um claríssimo não e um claríssimo sim?”. Para tanto, contextualizar a sexualidade é imprescindível. Quando falamos sobre o poder de decisão de mulheres adultas nas relações afetivo-sexuais, ter a possibilidade de dizer “não”, e isso ser respeitado “por todos os homens e pelo Estado”, por exemplo, é algo que deveria estar intrínseco ao reconhecimento da liberdade sexual dessas mulheres, ou seja, poder dizer um “sim” que não seja dado só por falta de opção. “O que o distingue de um ‘sim’ escravo é que dizer ‘não’ seja possível”³ (Serra 2024, 70).

Essa afirmativa requer uma atenção para a divisão entre perspectivas feministas, como a que defende que o consentimento não é possível (dadas às relações de poder), a que afirma certa autonomia das mulheres para tal, e a que advoga o neoliberalismo sexual. Esse último é inspirado no “ideal racional” do liberalismo e do ordenamento jurídico (Fernandes et al. 2020, 167), e sustenta que todos os indi-

¹ Tradução nossa deste e dos restantes excertos citados: “Consentir parece haberse convertido hoy en una receta mágica para todos los problemas que se nos presentan en el terreno del sexo”.

² “Habitamos una sexualidad patriarcal que oscurece y enturbia las cosas”.

³ “Lo que lo distingue de un sí esclavo, es que decir ‘no’ sea posible”.

víduos podem fazer escolhas iguais e de maneira livre. Isso se torna questionável, uma vez que as possibilidades, liberdades e condições materiais e emocionais são diversas para cada indivíduo.

O livro apresenta criticamente os argumentos da perspectiva do *neoliberalismo sexual*, em contraponto aos que são apresentados pela autora. Nele, é esperado que “mulheres empoderadas” saibam dizer exatamente o que querem, trazendo uma abordagem superficial e ignorando toda complexidade em torno do consentimento. Diante disso, o texto convoca mais uma provocação: o patriarcado introduz certa obscuridade nas relações sexuais de mulheres, mas pode ser atribuída uma “total transparência” ao sexo?

Conhecemos os nossos desejos? A autora critica os “estandartes da modernidade” que afirmam que “tudo é possível de ser dito”, a partir das ferramentas do feminismo aliado a considerações da psicanálise. Ao questionar a “transparência do sexo”, o texto elucida sobre a contraposição entre as pactuações conscientes e o inconsciente do desejo. Então, como fica o consentimento?! “Um sexo totalmente claro é, de todo, incompatível com as perspectivas que vinculam o desejo com o inconsciente e, portanto, a sexualidade com o não saber”⁴ (Serra 2024, 80-81). E, mais, quem se beneficia com a “total transparência” das relações sexuais?

Segundo a autora, ao homem se exige perguntar e, à mulher, saber responder. Ao utilizar-se da psicanálise, Clara Serra aposta em um horizonte cujo desconhecimento se afirma. A partir do conceito de “desejo”, algo que é do campo do inconsciente, e se dá a partir da interação, afirma-se que “nem sempre se sabe o que se deseja”. Logo, falar sobre a sexualidade, a relação com o outro, é, também, falar sobre aquilo que se desconhece. Se para consentir é preciso saber o que se quer, consentir não é desejar. Então, uma vez que uma relação pode ser consentida e não necessariamente desejada, essa poderá ser uma agressão sexual. Judicialmente, o que está em jogo é a “vontade” que não consegue afirmar todo o “querer” em uma relação afetiva e sexual. É preciso separar o desejo do consentimento:

O problema que nos coloca o consentimento e a sua regulação é que a liberdade sexual das mulheres requer tanto uma lei que reconheça nossa vontade quanto uma lei que não pretenda conhecer o nosso desejo.⁵ (Serra 2024, 96)

As provocações e críticas da autora acerca dessa “zona cinzenta” que comporta o terreno do consentimento elucidam sobre a importância de falarmos da sexualidade das mulheres e as relações de poder e violência, um tema intrínseco ao debate da violência sexual contra mulheres e meninas. Diante de uma cultura

⁴ “El optimismo neoliberal de un sexo perfectamente claro es del todo incompatible con las perspectivas que vinculan el deseo con lo inconsciente y, por tanto, la sexualidad con el no saber”.

⁵ “El problema que nos arroja el consentimiento y su regulación es que la libertad sexual de las mujeres requiere tanto de una ley que reconozca nuestra voluntad como de una ley que no pretenda conocer nuestro deseo”.

patriarcal, onde o Estado impõe regras morais aos corpos e às sexualidades e um dos efeitos disso é a violência, há liberdade de consentir?

A violência contra a mulher define-se por “todo ato resultante das relações de gênero que cause morte, dano físico, sexual, psicológico, patrimonial e moral” (Alcantara et al. 2023, 2), sendo um caso de saúde pública. Canalizar as discussões em torno da violação de direitos para o ato de consentir limita a sua complexidade e a sua sutileza, reduzindo o debate.

A centralização das políticas no consentimento não traz evidências de que reduzem a violência sexual (Jeffrey 2024). Entretanto, movimentos que fazem circular a palavra e encorajam as denúncias de assédio e violências, como o *Me Too*, apontam um caminho para desnortizar essas práticas e servirem de ferramentas para novas propostas à justiça sexual.

Referências

- Alcantara, Pereira Tavares P., Fernando Carneiro, Vanira Pessoa, Antonio Germane Alves Pinto, & Maria de Fátima A. Sousa Machado. 2024. “Cuidado integral às mulheres vítimas de violência.” *Ciência & Saúde Coletiva* 29: e08992023. <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.08992023>
- Brasil, Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2024. *Mapa de segurança pública 2024. Ano-base 2023*. Mapa_SP24
- Fernandes, Camila, Ewerton Rangel, María Benítez, & Oswaldo Zampiroli. 2020. “As porosidades do consentimento: pensando afetos e relações de intimidade.” *Sexualidad, Salud y Sociedad* 35: 165-193. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.35.09.a>
- Jeffrey, Nicole K., 2024. “Is Consent Enough? What the Research on Normative Heterosexuality and Sexual Violence Tells Us.” *Sexualities* 27(3): 475-494. <https://doi.org/10.1177/13634607221096760>
- Scarpatti, Sagrillo A., Beatriz Accioly Lins, & Silvia Chakian. 2024. *Precisamos falar de consentimento: uma conversa descomplicada sobre violência sexual além do sim e do não*. Bazar do Tempo.
- Serra, Clara. 2024. *El sentido de consentir*. Nuevos Cuadernos Anagrama.

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Ribeiro, Mariana T. de Aquino, & Marcos Nascimento. 2025. “Os sentidos do consentimento: desafios para o enfrentamento da violência sexual. Recensão de *El sentido de consentir*, de Clara Serra. Nuevos Cuadernos Anagrama, 2024.” *ex æquo* 52: 233-237. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.16>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Ribeiro, Mariana T. de Aquino, & Nascimento, Marcos (2025). Os sentidos do consentimento: desafios para o enfrentamento da violência sexual. Recensão de *El sentido de consentir*, de Clara Serra. Nuevos Cuadernos Anagrama, 2024. *ex æquo*, 52, 233-237. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.16>



Este é um texto de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



***Feminismos em Educação: das margens aos epicentros epistemológicos dos estudos da infância*, de Andrea Moruzzi. Editora Dialética, 2025, 124 pp.**

 Daniela Sofia Neto

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC)

danielaneto@ces.uc.pt

A obra de Andrea Moruzzi, *Feminismos em Educação: das margens aos epicentros epistemológicos dos estudos da infância* (2025), apresenta um contributo importante e necessário para a sociologia da educação e para os estudos de género. Com base no trabalho de investigação no âmbito do pós-doutoramento em 2020 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de São Paulo, a autora propõe uma leitura epistemológica sobre feminismos como alicerces para pensar e teorizar a educação infantil, oferecendo uma análise crítica da infância e da formação docente. A partir de uma escrita que entrelaça autobiografia e teoria crítica, Andrea Moruzzi recusa as categorias hegemónicas da infância como campos neutros e propõe uma leitura da educação da infância como terreno de disputa política e de resistência. A obra propõe ainda uma deslocação epistemológica, de modo a pensar a infância não como categoria subordinada ou de transição, mas como epicentro de produção de saber e de práticas educativas transformadoras.

O livro encontra-se estruturado em quatro grandes blocos que vão desde o percurso pessoal e académico da autora; processos de institucionalização dos feminismos, genealogia dos feminismos; e, por fim, a articulação dos feminismos com a educação e propostas pedagógicas.

A escrita de Andrea Moruzzi é assumidamente situada e autobiográfica, recusando a pretensão pela neutralidade da ciência. A primeira parte da obra articula memória pessoal com reflexão teórica, aludindo ao facto de trazer para a discussão os trilhos pessoais que a levaram ao encontro das perspetivas feministas. É nesta parte da obra que constrói o seu “lugar de fala”. Deste modo, reivindica a validade epistémica das suas experiências e suporta-se em correntes feministas que concebem o conhecimento como prática localizada. Sara Ahmed (2017), em *Living a Feminist Life*, diz-nos que a sua própria biografia feminista se encontra entrelaçada com outros aspetos da sua biografia. Como tal, Andrea Moruzzi parte da sua autobiografia para olhar para o seu percurso enquanto feminista e para situar a sua produção teórica naquele que é o seu contexto, mas também no tempo e no espaço em que produz. Esta opção situa-se também no horizonte de autoras como bell hooks e Audre Lorde, que defendem o “lugar de fala” como condição ética para a produção teórica. O seu percurso pessoal, como filha, mãe, docente, investigadora e militante, é mobilizado não apenas de forma contextual, mas como ponto de partida epistemológico, situando as suas subjetividades não como obstáculo, mas como via de produção de conhecimento.

Estas escolhas também a aproximam de bell hooks e da sua obra *Teaching to Transgress* (1994), defendendo uma pedagogia capaz de transformar a sala de aula em espaço de escuta e de resistência. É assim que Andrea Moruzzi expande esse horizonte ao incluir as crianças no movimento de centralização das vozes marginalizadas. Se hooks enfatiza a importância de ouvir as mulheres negras e estudantes silenciados/as, Andrea Moruzzi reivindica a necessidade de reconhecer a infância como produtora de saberes próprios (hooks 1994). O diálogo com a obra de bell hooks é fundamental. A ideia de que ensinar é um ato de transgressão ganha um novo significado quando aplicado à infância. Nesta senda, a escolha não deve limitar-se a preparar as crianças para o futuro e deve, inclusive, reconhecê-las como sujeitos com capacidade de interpretar, questionar e transformar o mundo. Ao propor uma pedagogia feminista da infância, Andrea Moruzzi inscreve a educação no campo da luta política e entende-a como prática quotidiana de libertação e de reconhecimento.

A autora propõe também o conceito de “subalternidade geracional” para evidenciar o modo como as crianças são silenciadas e tuteladas pela estrutura social adultocêntrica. Inspirada por Gayatri Spivak, pergunta: “pode a criança falar?”. Para responder, sustenta-se na crítica interseccional e recusa leituras normativas da infância e mostra-nos como esta resposta implica reconhecer a infância como subalternidade específica, cuja voz é ainda deslegitimada pelas instituições adultocêntricas (Spivak 2021). A proposta de uma pedagogia da infância corresponde, neste sentido, a uma política da escuta, ao criar condições institucionais, discursivas e pedagógicas para que as vozes das crianças sejam validadas enquanto conhecimento.

Nesta primeira parte traz-nos também um desassossego. Situa o seu envolvimento com os estudos sobre a infância e com a formação de docentes no contexto político brasileiro pós-2018, marcado por retrocessos sociais, ataques aos direitos das mulheres e à infância e a ascensão de discursos conservadores. É esta conjuntura que alimenta o desejo de reorientar a formação docente na direção interseccional e feminista. Assim, reflete nomeadamente sobre a forma como, com o escalar da extrema-direita, qualquer debate que tenha no seu âmago a problematização e um olhar atento sobre as desigualdades dos grupos minoritários, que denuncie a misoginia, a homofobia e outras formas de discriminação, se tornaram subalternizados, desqualificados e entendidos no domínio da “ideologia”. Têm sido, deste modo, retirados do campo político e das arenas governamentais e sido silenciados. Assume, por isso, contornos de um manifesto sobre os caminhos a trilhar nesta matéria.

A segunda parte do livro aprofunda a institucionalização dos feminismos e foca-se na sua apresentação como epistemologias plurais e situadas, que emergem da resistência de mulheres e dissidências de género, especialmente negras, indígenas, lésbicas, trans e periféricas. Mostra-nos sobretudo o modo como as pesquisas feministas se vão construindo e recai sobre as opções epistemológicas das autoras

nas suas pesquisas. Um ponto-chave, embora não seja consensual na literatura explanada na obra, é precisamente a identificação por parte de Andrea Moruzzi da creche (e a educação infantil) como uma conquista de mulheres e feministas.

O terceiro capítulo oferece-nos uma viagem pela genealogia dos feminismos e, para tal, a autora recorre a várias correntes feministas, tais como o feminismo marxista, o feminismo radical, o feminismo negro, o feminismo queer, o transfeminismo, o feminismo transnacional e os feminismos decoloniais, descoloniais ou subalternos. Cada uma destas correntes é apresentada não como identidade fechada, mas como ferramenta teórico-política para desestabilizar o conhecimento e as práticas educativas. Neste sentido, cada corrente é apresentada, evidenciando reivindicações e as suas principais potencialidades e fragilidades. Uma das ideias que a autora reflete é precisamente a forma como as correntes surgem conectadas a movimentos sociais e às reivindicações inerentes. Trata-se, assim, de uma forma de conhecer os movimentos feministas tendo em conta as condições de emergência de cada perspectiva dentro dos seus contextos históricos, sociais e culturais.

Por fim, a parte quatro tem como fito encontrar inspirações para uma educação da infância no cruzamento entre feminismo e pedagogia. Questiona, desde logo, normalizações e atenta no papel fulcral que a educação na infância tem na construção e desconstrução de papéis com vista a percursos marcados pela igualdade.

O contributo científico da obra manifesta-se em diferentes planos. No domínio epistemológico, Andrea Moruzzi amplia as epistemologias feministas ao inscrever nelas a infância, problematizando a ausência desta categoria no debate teórico e político. Esta questão implica também um compromisso com a interseccionalidade (cf. Crenshaw 1991), evidenciando a não existência de uma infância universal, mas múltiplas infâncias que atravessam sistemas de opressão diferenciados. Ao nível pedagógico, a autora propõe uma prática educativa sustentada na recusa das violências estruturais. No plano político, o livro assume a forma de manifesto, reivindicando a educação infantil como campo de resistência face a tendências conservadoras que têm vindo a excluir os debates sobre género e diversidade do espaço público.

Como forma de encerrar a reflexão, Andrea Moruzzi sublinha a necessidade de migrar os feminismos das margens para o centro no domínio da educação, com o intuito de transformar não apenas as práticas pedagógicas, mas também as formas de compreender a infância. É assim que, ao longo da obra, a sua pretensão não é a de encerrar um debate, mas abrir caminhos para ele, convidando a reflexões e futuras investigações que possam explorar, em contextos concretos, as hipóteses e proposições que aqui se apresentam.

Referências

Ahmed, Sara. 2017. *Living a Feminist Life*. Duke University Press.

- Crenshaw, Kimberle. 1991. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color." *Stanford Law Review* 43(6): 1241-1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>
- hooks, bell. 1994. *Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom*. Routledge.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. 2021. *Pode a subalterna tomar a palavra?* Traduzido por António Sousa Ribeiro. Orfeu Negro.

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Neto, Daniela Sofia. 2025. "Recensão: *Feminismos em Educação: das margens aos epicentros epistemológicos dos estudos da infância*, de Andrea Moruzzi. Editora Dialética, 2025." *ex æquo* 52: 238-241. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.17>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Neto, Daniela Sofia (2025). Recensão: *Feminismos em Educação: das margens aos epicentros epistemológicos dos estudos da infância*, de Andrea Moruzzi. Editora Dialética, 2025. *ex æquo*, 52, 238-241. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.17>



Este é um texto de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



***Por uma História com mulheres: compreensões e caminhos em classe, raça e gênero*, coordenado por Pâmela Peres Cabreira & Livia Cassemiro Sampaio. Desalinho Publicações, 2022, 167 pp.**

 Teresa Pinto

Departamento de Ciências Sociais e Gestão

Universidade Aberta

mariat.pinto@uab.pt

Esta obra, coordenada por Pâmela Peres Cabreira e Livia Cassemiro Sampaio, congrega os contributos de uma equipa de escritoras, académicas, militantes e historiadoras assumidamente feministas, como se pode ler na contracapa. As autoras pretenderam homenagear Alexandra Kollontai no contexto das comemorações dos 150 anos do seu nascimento, em 2022, honrando um legado de entendimento das mulheres como agentes ativos ao longo da história e reclamando a construção de “novas dimensões para uma história que seja problematizadora sobre o papel histórico das mulheres” (Cabreira & Sampaio 2022, 7). As autoras sublinham, concomitantemente, a intenção de estimularem um diálogo mais estreito entre academia e sociedade.

A primeira parte do título, *Por uma História com mulheres*, remete-nos para um processo de reflexão, discussão e reivindicação por uma reconceptualização e reconstrução do conhecimento histórico em função da não exclusão de metade da humanidade no seu objeto de estudo. Da invisibilização das mulheres na história resultava (e ainda resulta), na expressão de Eliane Gubin, uma “meia-história” (1994, 95) e, como denunciou José Mattoso há já quatro décadas, “não só se escreveu só a metade, como esta metade não tem sentido algum sem o resto” (1993, 56).

É muito interessante verificar que a enunciação “Por uma História com mulheres” ressitua no contexto atual a problemática formulada inicialmente, na década de 1970 e inícios da seguinte, em termos da possibilidade de se fazer uma história das mulheres. Questionava-se *Les femmes ont-elles une histoire?* (As mulheres têm uma história?). Foi este o nome do curso pioneiro na Universidade de Paris VII, em 1973, dinamizado pelas historiadoras Fabienne Bock, Michelle Perrot e Pauline Schmitt. Em 1975, Carl N. Degler publica *Is There a History of Women?* (Existe uma história das mulheres?), para citar apenas dois exemplos. Seguiu-se a interrogação sobre o sentido de as mulheres constituírem um objeto histórico específico e a história das mulheres ser reduzida a uma subdisciplina da história.

A partir de meados da década de 1990, o recrudescimento da investigação académica e das iniciativas do movimento feminista criaram condições para reequacionar a problemática, centrando-a no próprio conhecimento histórico produzido, como testemunha o título do colóquio internacional *L'Histoire sans les femmes est-elle possible? Réflexion épistémologique et pluralité des approches* (É possível uma

história sem as mulheres? Reflexão epistemológica e pluralidade de abordagens), realizado em Rouen em 1997.

Três décadas decorreram, ao longo das quais um certo enraizamento académico da história das mulheres e do género permitiu incrementar a investigação teórica e empírica, dando lugar a uma produção de conhecimento muito significativa presente nos repositórios científicos que a política de acesso aberto tem tornado cada vez mais consultáveis. Todavia, a história das mulheres e do género, aceite titubeantemente enquanto domínio específico, não tem logrado subverter a disciplina histórica no seu todo.

Neste contexto justifica-se plenamente o desafio contido no título da obra em análise, *Por uma história com mulheres: compreensões e caminhos em classe, raça e género*, que frisa o facto de as mulheres não constituírem uma categoria homogênea e não terem todas a mesma história. Este título sugeria uma reflexão teórica sobre o percurso ainda inconcluso da operação historiográfica e a reivindicação do lugar central ocupado pelas relações sociais entre mulheres e homens na história da humanidade. Porém, o objetivo da coletânea de textos produzidos pelas jovens e promissoras autoras, que abraçam Portugal e o Brasil, é o de homenagear o legado de Kollontai e do feminismo marxista.

O livro organiza-se em introdução e oito capítulos e termina com uma secção com os dados curriculares das autoras. O capítulo “Como o status social colonial é refletido no cotidiano das mulheres negras – análise de perceções das mulheres negras em Portugal através do padrão de beleza dominante”, de Livia Sampaio, aborda o impacto do racismo e do padrão de beleza imposto às mulheres negras no contexto português e denuncia a persistência do recurso a teorias e discursos, como a utilização do “lusotropicalismo” de Gilberto Freyre, para suavizar o colonialismo português. A autora contrapõe o facto de a miscigenação, louvada pelo lusotropicalismo, ser “fruto da violência sexual contra a mulher negra escravizada e que gerou a figura da mulher ‘mestiça’” (27), introduzindo uma forma específica de discriminação baseada nas várias tonalidades da cor, o colorismo, que a autora aprofunda especificamente no que respeita ao cabelo.

Nicoli Braga Macêdo, em “A participação do feminino no panorama artístico das Academias de Belas Artes em Portugal”, enquadra a integração das mulheres nas Academias de Lisboa e Porto no percurso das lutas pela emancipação feminina no contexto europeu desde o século XV. Destaca a reforma do ensino artístico português de 1881 por ter favorecido o aumento do número de mulheres protagonistas na criação artística. O levantamento de dados de matrículas e da adesão a disciplinas específicas contribui para elucidar o impacto da sua presença nas academias na sua formação e produção criativa.

No capítulo “A obra-prima ignorada e o sujeito-objeto da pintura”, a autora Potira Maia centra-se sobre os sentidos da representação feminina na obra de Honoré de Balzac e sua influência em produções posteriores. Discutindo o papel da mulher na arte como sujeito-objeto a partir de uma análise do simbolismo das

personagens balzaquianas, a autora defende a existência de uma linha de continuidade entre algumas concepções filosóficas clássicas (Heráclito, Aristóteles), a idealização das mulheres no enredo literário de Balzac e a forma como as mulheres são representadas na arte contemporânea. Essa linha condutora procura mostrar que existe um padrão de dominação masculina que logra despossuir as mulheres do poder criativo.

O capítulo “A mulher e o labor: a integração da força de trabalho feminina no Portugal na década de 1960” analisa o papel das mulheres trabalhadoras em Portugal entre 1960 e 1974. Pâmela Peres Cabreira mostra que as mulheres sempre trabalharam, resistiram e participaram nas lutas sociais, realidade que contrasta com a sistemática subvalorização e invisibilização do trabalho feminino, dissidente com a ideologia da domesticidade feminina defendida pelo Estado Novo. A autora defende a necessidade de integrar na produção historiográfica a realidade e experiências das mulheres numa leitura interseccional que articule classe, género e raça.

Em “‘A mulher é o futuro do homem’: entrevista com Ana Barradas”, Pâmela Peres Cabreira regista a trajetória de vida e de militância de Ana Barradas a partir da partilha da sua experiência pessoal, política e feminista. Desenrolando-se em torno de três eixos centrais, o da sua memória pessoal e política, o da sua visão crítica sobre a relação entre o feminismo e a classe trabalhadora e o da relação entre a memória das mulheres e a construção do conhecimento histórico, a entrevistada revela uma entrada precoce na militância estudantil, a vivência da repressão e da clandestinidade, a consciência da secundarização das mulheres nas organizações de esquerda e a importância das referências teóricas, com destaque para Alexandra Kollontai.

Em “Amor livre: notas para a emancipação sexual e transformação social. A nova moralidade sexual de Alexandra Kollontai”, Teresa Melo foca mais diretamente a teórica do feminismo marxista, evidenciando como a autora russa antecipou debates plenos de atualidade. A autora reflete sobre a importância do pensamento de Kollontai para a teoria feminista, nomeadamente a defesa de uma nova moral sexual como requisito da emancipação das mulheres. Defendia o amor livre na convicção de que o amor é também um fator social e histórico sujeito a normas ditadas por interesses de classe. Teresa Melo conclui, na linha de Kollontai, que a revolução social só é plenamente alcançada se incluir uma revolução afetiva e sexual.

No capítulo seguinte, Ana Catarina Maia apresenta “Maria Lamas e a imagem do corpo feminino operário em *As Mulheres do Meu País*”, a par com uma seleção de fotografias da obra em questão explicitadas e comentadas. Salienta que as fotografias e relatos da jornalista exibem o modo como os corpos das mulheres operárias são explorados e alienados pelo trabalho fabril e doméstico, expondo as consequências físicas e espirituais dessa dupla jornada, contrastando com a ideologia propagandeada pelo Estado Novo sobre a fragilidade e domesticidade feminina.

Recuperando o conceito de *trabalho estranhado* de Karl Marx, a autora estabelece uma relação fecunda entre corpo feminino, trabalho operário e alienação.

O último capítulo é expressamente dedicado a “Alexandra Kollontai, percursos de uma vida de luta” e são as palavras desta que prevalecem ao longo do texto a partir de duas fontes, a autobiografia de Kollontai e o seu texto “As relações entre os sexos e a luta de classes” de 1911, uma opção das coordenadoras da obra.

Finalmente, é de salientar a feliz imagem da capa desta edição das Publicações Desalinho, com base na pintura a óleo *The Cotton Pickers* (1876), de Winslow Homer, que ganhou força com o zoom conferido pelo projeto gráfico de Pablo Rodrigues. De referir também a interessante ilustração de Wallerya Rosa e o intenso poema de Livia Cassemiro Sampaio que introduzem o corpo do livro.

Referências

- Gubin, Eliane. 1994. « Histoire des femmes, histoire de genre. » *Sextant. Revue du Groupe Interdisciplinaire d'Études sur les Femmes* 2: 89-103.
- Mattoso, José. 1993. “Introdução ao painel ‘Estudos sobre as mulheres em Portugal’.” In *Estudos sobre as Mulheres em Portugal. Actas do Seminário realizado em Lisboa a 14 e 15 de janeiro de 1993*, 55-57. CIDM.
- Degler, Carl N. 1975. *Is There a History of Women?* Oxford University Press.

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Pinto, Teresa. 2025. “Recensão: *Por uma História com mulheres: compreensões e caminhos em classe, raça e gênero*, coordenado por Pâmela Peres Cabreira & Livia Cassemiro Sampaio. Desalinho Publicações, 2022.” *ex æquo* 52: 242-245. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.18>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Pinto, Teresa. (2025). Recensão: *Por uma História com mulheres: compreensões e caminhos em classe, raça e gênero*, coordenado por Pâmela Peres Cabreira & Livia Cassemiro Sampaio. Desalinho Publicações, 2022.” *ex æquo*, 52, 242-245. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.18>



Este é um texto de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



Women, the Arts, and Dictatorship in the Portuguese-Speaking Context: Tensions, Disputes and Post-Memory Heritage, organizado por Ana Gabriela Macedo, Margarida Esteves Pereira, Joana Passos & Márcia Oliveira. De Gruyter, 2024, 219pp.

 Sandra Leandro

Directora do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, Évora
sandra.leandro@museusemonumentos.pt

O livro *Women the Arts, and Dictatorship in the Portuguese-Speaking Context: Tensions, Disputes and Post-Memory Heritage* foi editado, em 2024, por Ana Gabriela Macedo, Margarida Esteves Pereira, Joana Passos e Márcia Oliveira *In memoriam* Ana Luísa Amaral. A introdução, clara, das organizadoras é um portal de acesso a um conjunto de doze ensaios, cuja diversidade enriquece por si só o/a leitor/a que se adentrar neste volume de referência.

O primeiro ensaio é um poema de Ana Luísa Amaral intitulado “Experiment and Evidence” que nos mergulha na sua memória de menina ao observar na escola a atração de dois imãs. Naquele tempo, Ana Luísa Amaral desconhecia que só há pouco uma mulher podia usar um telescópio de grande qualidade para provar a existência da matéria escura (invisível). Sem a mencionar, referia-se a Vera Florence Cooper Rubin (1928-2016) e nela toda a invisibilidade que ocultou a mulher na História. No entanto, elas moviam-se... É também desse “movimento” que este volume dá conta.

Margarida Calafate Ribeiro apresenta “Unfinished Heritages: Artistic Portuguese Post-Memory Conversations and Colonial Heritage”, no qual analisa três casos que mostram a diversidade de representações pós-memoriais motivadas biograficamente. Concentrando-se sobre a falta de transmissão do passado colonial em África, que contrasta com a memória coletiva que existe sobre a Revolução dos Cravos, interroga a razão de ser dessa amnésia. Se o 25 de Abril é uma memória feliz e que deve ser recordada e tem sido transmitida, a Guerra Colonial pertence ao património histórico que se deve esquecer?

Selecionando três discursos artísticos produzidos sob a condição de pós-memória e decolonização, demonstra-se como os filhos do Império desejam saber o que se passou também através da cultura material, documental e oral, construindo os seus discursos interpretativos. Glosando inteligentemente ao longo do ensaio o tema da carta para o pai, a autora analisa a instalação de Ana Vidigal intitulada *Penélope; Conakry*, vídeo de Filipa César; e o livro *Caderno de memórias coloniais* de Isabela Figueiredo.

“Postcolonial and Decolonial Feminisms: Archaeologies, Tensions, Disputes”, de Elena Brugioni, apresenta-se como um ensaio fundamental de carácter densamente teórico, interrogando com enorme pertinência a instabilidade dos significados do termos pós-colonial / pós-colonialidade / pós-colonialismo. Observa que

o “pós-colonial” não é encarado hoje como um campo disciplinar, mas sim como “um gesto interpretativo, uma perspetiva crítica”. Um caso paradigmático é o do ensaísta Edward Said, que nunca confiou na definição do termo com valor disciplinar e, no entanto, é considerado o fundador da crítica pós-colonial. O seu livro *Orientalism* é considerado o marco inaugural dos estudos pós-coloniais, definindo uma demarcação teórica da qual Said se distanciou. Segundo T. Brennan, apesar de *Orientalism* ser muito lido, é um dos livros mais mal interpretados.

De uma forma interessante e informada, Elena Brugioni procura a filiação, a tradição e os métodos que caracterizam a reflexão crítica e intelectual desenvolvida por Said e nota que algumas academias laboram no erro, ao considerarem resumindo metonimicamente a tríade Said, Gayatri C. Spivak e Homi K. Bhabha. Sublinha que o que define a perspetiva pós-colonial é uma escolha deliberada de um ponto de observação de onde é possível questionar os cânones estabelecidos num constante devir e contraponto.

Brugioni menciona ainda o *giro decolonial* – uma derivação latino-americana da teorização pós-colonial, sendo um dos nomes mais destacados Walter D. Mignolo. Observa que tanto os estudos pós-coloniais, como a perspectiva decolonial sofrem um impasse no domínio metodológico e crítico. Considera-se que a opção decolonial corresponde mais a uma agenda política do que a uma reflexão crítica própria. Se a perspetiva pós-colonial enquadrada no *contraponto* é fundada em práticas de *deslocamento e releitura*, os estudos decoloniais enquadrados na *desvinculação* caracterizam-se por movimentos de *dispensação e substituição*.

Considera sobretudo os trabalhos de F. Vergès *A Decolonial Feminism* (2021), que preconiza a *desvinculação*, e *Feminism for the 99 Percent: A Manifesto* (2019), de C. Arruzza, T. Bhattacharya e N. Fraser, que sugerem o *contraponto*. Enquadrados em perspetivas distintas, Brugioni identifica um campo comum: a necessidade premente de o feminismo ser entendido como uma prática intelectual e política *anticapitalista, anti-racista, anti-classista e anti-imperialista*. De acordo com a autora, são os estudos que se baseiam na ideia de desocidentalização/desvinculação que mais originam leituras equivocadas, por exemplo, da obra de Paulina Chiziane, que provém de um contexto heterogéneo.

Em “From Fiction to Activism: Rounding Out the Memory of Maria Lamas”, Ana Paula Ferreira explora, de forma inteligente, o legado de Maria Lamas. Considera principalmente os seus romances e observa que a vida de uma lutadora pela liberdade não está isenta de contradições. No início da sua análise, considera dois títulos: *Diferença de raças* (1923) e *O caminho luminoso* (1927; 1930), publicados sob o pseudónimo de Rosa Silvestre, onde a mulher surge como um guia moral, guardiã da família tradicional. Mais tarde e significativamente, Maria Lamas não os incluirá no *Catálogo da Exposição de livros escritos por mulheres*. Analisa depois os romances *Para além do amor* (1935) e *A ilha verde* (1938). Neles, a difícil condição da mulher e do país é observada de forma diferente e Maria Lamas já assina com o seu nome. De resto, em 1936, passou a integrar a Associação Feminina Portuguesa

para a Paz e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, agremiações que se encontravam em oposição ao regime.

Ana Paula Ferreira centra-se depois na obra marcante *As mulheres do meu país* e na coragem política de Lamas ao manifestar-se como apoiante da candidatura de Norton de Matos. Salazar manda-a prender em 1949 pela primeira vez. Em 1952 publica *A mulher no mundo*, mas deixa de escrever para se dedicar inteiramente ao ativismo. Dez anos mais tarde exila-se em Paris. Este ensaio apresenta uma síntese de aguda observação.

Em “Djaimilia Pereira de Almeida, *The Telephones: A Tribute to the ‘Literary Genre of the Diaspora’ and the Reinvention of a Narrative Poetics*”, Ana Gabriela Macedo inicia a sua perspicaz análise fazendo notar que a autora começa a sua carreira com a produção de textos literários difíceis de catalogar, pois são simultaneamente ensaios, ficção, autobiografia, prosa poética...

Com este ensaio, A. G. Macedo pretendeu que a voz da autora estivesse bem audível através da reflexão que elaborou sobre a sua escrita, objetivo amplamente concretizado. A obra que escolheu reflete um drama de ausência física, emocional e afectiva entre uma mãe – Filomena, que vive em Luanda – e uma filha – Solange, que vive em Lisboa. Nota como o monólogo *La Voix humaine* (1930) de Jean Cocteau é «o texto sombra», o fantasma que paira, apesar das inúmeras diferenças. Macedo analisa a forma como a autora interroga a sua identidade, a formação da sua subjetividade, na qual a raça assume um papel primordial, embora muitas vezes se represente de forma simbólica e evitando estereótipos. De acordo com Ana Gabriela Macedo, a escrita de Pereira de Almeida abriga sinais de um *futuro que está para vir*.

Referindo quer o ensaio de bell hooks “Straightening Our Hair”, quer ao livro de Pereira de Almeida *Esse cabelo* e também um capítulo de G. Kilomba de *Memórias da plantação. Episódios de racismo quotidiano*, recorda-se a marca da cabeleira afro que surge sobretudo nos anos 60 como sinal visível dos movimentos de emancipação e do orgulho em ser negro, símbolo de resistência e de celebração cultural.

Fica claro que, para Djaimilia Pereira de Almeida, escrever é o que lhe dá maior alegria e que os conteúdos sociais e políticos dos seus textos quebram os silêncios que prevaleceram durante séculos, originados pelo racismo, exploração e sexismo.

Joana Passos, em “Post-Utopia, Post-Conflict Literary Trends in Twenty-First-Century African Literatures: The Cases of Ana Paula Tavares and Conceição Lima”, apresentou, de forma inteligente, um panorama vasto, centrando-se em duas escritoras, uma angolana e outra de S. Tomé e Príncipe, como exemplos de expressão de tendências novas e globais também de outras escritoras africanas. Querendo participar nos debates globais, a sua escrita sofisticada e enraizada em África é apelativa para um grande público. J. Passos nota também que é profícuo trabalhar com o conceito de geração para melhor se enquadrarem as circunstâncias de colaboração entre as escritoras.

Ao concentrar-se na trajetória de Ana Paula Tavares, Passos expõe as questões do cânone realçando que a autora foi desde cedo consensual, sendo os seus trabalhos produto de uma herança compósita em que a matriz é a alma angolana. Escritora de poesia e prosa, além da sua vertente literária é também reconhecida como historiadora e académica. Contudo, houve uma parte que foi cerceada na sua juventude: a da sua ascendência e cultura Bantu, o que a fez interrogar e ir à procura.

Dos cinco poemas analisados, os três primeiros revelam uma conexão espiritual profunda entre o humano e a natureza numa ligação mediada através do ritual, de práticas antigas e da autoconsciência em relação a esses processos misteriosos. O quarto e o quinto manifestam empatia pelas mulheres africanas e expressam o quão opressiva pode ser a tradição, perpetuando modelos de geração em geração.

Sobre Conceição Lima, jornalista e produtora para a BBC, fundadora de um jornal e trabalhadora na TV nacional, Joana Passos caracteriza-a como uma escritora receptiva a cruzamentos com escritores da sua ilha e não só, promovendo a via transnacional. O futuro, a dança, a música, o canto, a natureza das ditaduras e dos ditadores, a pertença, a ascendência, a migração, a interculturalidade são alguns temas da sua poesia.

No ensaio “An ‘Independent Spirit’: The Work of Sarah Affonso (1899-1983) and the Changing Cultural Terrain of Mid-Twentieth-Century Portugal”, Ellen W. Sapega sublinha as diferentes etapas da pintora que foi reconhecida como uma das mais originais artistas do seu tempo. Como afirma, foi recentemente que se conheceu melhor a sua obra graças, sobretudo, a duas exposições: *Sarah Affonso e a Arte Popular do Minho* (2019), na Fundação Calouste Gulbenkian, e *Sarah Affonso. Os dias das pequenas coisas* (2019-2020), no Museu Nacional de Arte Contemporânea.

De acordo com Sapega, o catálogo que acompanha a última exposição acrescenta elementos a uma escassa bibliografia, mas não frisa suficientemente o contexto sociopolítico de Portugal, decisivo para compreender a trajetória de Sarah Affonso. A frequência na Escola de Belas-Artes em Lisboa e as duas estadas em Paris foram não só manifestação da sua iniciativa, mas também do gozo de maior liberdade no tempo da I República.

A partir da sua segunda estada em Paris, em 1928, Sarah Affonso reinterpretou a cultura popular, dando mais atenção ao entorno e aos hábitos minhos. A cultura popular como bastião dos mais autênticos valores nacionais é algo representado desde o século XIX e que o modernismo também adoptará. Sarah pintou “Alegorias festivas” onde rendas e brinquedos combinados com a estética modernista e com a ingenuidade, conferem um carácter distintivo ao seu trabalho.

Em 1939, abandonou a pintura, pois «não tinha um quarto» para si, mas também se ressentia por não ter encomendas, o que lhe afectou a confiança. As dificuldades financeiras da família, fizeram-na voltar a trabalhar, mas não em pintura. Criou uma série de botões e pregadeiras cerâmicos: era o domínio das indústrias

cadeiras que se impôs, como um «elemento central na conceptualização da mulher portuguesa no Estado Novo». A artista retornou ao artesanato num tempo em que o governo tomava medidas que encorajavam as mulheres a regressar a casa e em que algumas agremiações tentavam inculcar um modo específico de ser mulher.

Segundo Ellen W. Sapega, olhando para as fases da sua trajetória, são notórias as etapas da política cultural do país, considerando especialmente o que se esperava das mulheres artistas.

No ensaio “Inventing a Language of Her Own: Writing in Teresinha Soares’ Artistic Practice” Giulia Lamoni debruça-se sobre o trabalho da artista brasileira Teresinha Soares (1927), nomeadamente o conjunto de serigrafias intituladas *Eurótica*. Como a autora do ensaio observa, nessas imagens o desejo sexual põe em acção a anatomia de corpos femininos e masculinos, animais e plantas, desconstruindo e reconfigurando-os radicalmente. Os trabalhos que desenvolveu desde meados dos anos 1960 até ao final dos anos 1970, sobretudo na cidade de Belo Horizonte, incluem não só pintura, objetos, esculturas, *performances*, mas também uma significativa produção de textos.

Realizando a sua primeira exposição, em 1967, no Tropicalismo, os trabalhos de Teresinha Soares interrogam o estatuto da mulher numa sociedade patriarcal num período de transformação e reclamavam o direito ao prazer feminino e a uma sexualidade experienciada de forma livre. Giulia Lamoni nota que é a triangulação entre desejo, corpo e linguagem que nutre a sua prática artística desafiante e observa que frequentemente o seu discurso provocador, emancipado e sexualizado materializa o poder transformador e criativo do desejo, mas, por vezes, também destrutivo a nível pessoal, político e estético.

Quando *Eurótica* foi publicada, foi exposta a escultura *Corpo a corpo in corpus meus* que consistia numa espécie de puzzle gigante com desenhos de *Eurótica*, sugerindo um corpo humano com o qual os visitantes tinham de interagir. Como realça, existiram outras versões em que a dimensão da carne na primeira pessoa era geralmente exaltada, encontrando-se presente nesta e noutras obras, como em *Túmulos*, uma dimensão anticlerical.

Lamoni regista a sua forte ligação à poesia concreta, à exposição do corpo da artista e à violência presente no consumo da obra de arte. A agressão ao corpo da mulher, seja social, política ou cultural, e a sua objetificação estão presentes em várias obras da artista. O seu posicionamento feminista ficou expresso também por escrito e de forma mais clara em crónicas no início dos anos 1980, nomeadamente em “Mulher com H de Homem”, que é um marco e “uma espécie de manifesto”.

Com este ensaio, Giulia Lamoni deixou-nos uma imagem muito viva de uma artista que tocou em assuntos intemporais que vão da sexualidade ao ambiente. Anteriormente considerada marginal pela História da Arte, através da Exposição realizada no MASP, em 2017, voltou à vanguarda.

Em “Poetics of Survival: (Critical) Process and Archive in Rosana Paulino’s ¿Historia Natural?”, Márcia Oliveira aborda as formas como a artista promove uma

reinterpretação das narrativas da colonização e dos imperialismos, explorando as imagens do passado para enfatizar os problemas de ordem simbólica colonialista enquanto visa o futuro. Márcia Oliveira concentra-se no livro de artista de Rosana Paulino (1967), *¿Historia natural?* de 2016, parte do projecto *Atlântico vermelho*. O formato do livro inspira-se nos atlas, ou no modelo enciclopédico e interroga a verdade absoluta atribuída ao conhecimento científico, tal como as construções históricas que servem de justificação para a escravatura e para o racismo.

Atlântico vermelho refere-se ao mar tingido pelo sangue de africanos devido ao comércio de escravos entre África e o Brasil iniciado por Portugal cerca de 1539 e que terminou no Brasil em 1888, sendo esse país independente desde 1822.

O livro exposto no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, em 2017, divide-se em três secções: “A flora”, “A fauna” e “As gentes”. Recorrendo a várias técnicas e materiais como gravura, colagem, têxteis, Paulino usa imagens de expedições científicas no Brasil, nomeadamente do zoólogo Johann Baptist von Spix e do botânico Carl Friedrich Philipp von Martius e por Louis Agassiz. Como Oliveira observa, as imagens pré-existentes com as quais a artista teve de lidar fazem parte de um arquivo visual que serviu um objetivo ideológico, construído ao longo de anos, símbolos de um conhecimento e de uma disseminação colonial, racista e patriarcal.

Hal Foster notou uma predilecção pelas práticas de arquivo na arte contemporânea muitas vezes para se criar uma “alternativa ao conhecimento ou uma contra-memória”. Derrida considera “que não há poder político sem o controlo do arquivo”. Ariella Azoulay contrapõe que é necessário “desaprender o arquivo”. De acordo com Oliveira, Paulino segue esta última linha, interrogando como forma memórias e contrai a imaginação.

Recorrendo a Hiller, Agamben e Didi-Huberman, Márcia Oliveira analisa como as práticas artísticas no arquivo conduzem muitas vezes a narrativas renovadas pelo olhar dos artistas e pelo processo arqueológico de procura, reconfigurando fontes do passado a partir de uma posição crítica. Apropriando-se criativamente do passado, os trabalhos de Paulino entram numa *poética de sobrevivência costurando a memória*, o que se aproxima da sua prática artística ao cerzir fragmentos materiais e psíquicos nas suas obras.

No ensaio “Bertina Lopes: Cartographic Notes on a Transnational Artist”, Maria Luísa Coelho elabora um enquadramento completo, claro e reflexivo sobre esta artista nascida em Moçambique. Considerada como uma figura fundadora na genealogia de mulheres artistas africanas modernistas, a sua posição social e forma de ser permitiram que se expressasse entre continentes e culturas diversas construindo um corpo de trabalho híbrido.

Filha de pai branco e de mãe africana, sentiu as tensões da sua identidade mestiça. Teve uma educação cosmopolita, terminando o ensino secundário em Lisboa. Ingressou na Escola de Artes Aplicadas António Arroio e depois na Escola de Belas-Artes também na capital portuguesa. Acamaradou com outros jovens

estudantes de arte e experimentou as tendências estéticas do tempo – neo-realismo, expressionismo e surrealismo, mantendo, no entanto, a sua liberdade criativa. Foi neste contexto que se politizou, estabelecendo contactos com a oposição antifascista e os seus movimentos começaram a ser vigiados pela PIDE.

Voltando a Moçambique em 1953, contribuiu para o desenvolvimento educativo e cultural da então colónia portuguesa, tornando-se professora. Foi presidente da secção de Artes Visuais do Núcleo de Arte em 1959, uma organização promovida pelo governo português para o desenvolvimento das artes em Moçambique. Foi uma época em que a comunidade de jovens artistas, escritores e intelectuais cresceu em Lourenço Marques. Bertina tornou-se rapidamente um membro activo na luta anti-colonial ao lado de líderes como Eduardo Mondlane e Samora Machel em colaboração com outros, como o poeta Virgílio de Lemos, com quem casaria no início dos anos 50. Desta fase quanto a obras pictóricas realçou-se *Despertar* (1958/60). De novo sob o radar da PIDE, regressou a Portugal em 1961 com uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian e estabeleceu ligações com o circuito de arte portuguesa. *Sem título (figuras femininas)* (1965) foi uma das obras destacadas e que mais uma vez revela a forma empenhada que a fazia denunciar, através da pintura, as diversas formas de opressão.

Cada vez mais encurralada pela PIDE, partiu para Roma em 1964, inicialmente com outra bolsa da Gulbenkian, ficando cativada com o ambiente intelectual. Em 1965 passou a ter cidadania italiana e a sua casa era uma parada de individualidades da cultura e intelectualidade italiana, moçambicana e portuguesa. Desta fase destaca-se *Raiz antiga* (1964).

Como Maria Luísa Coelho muito bem observa, o silêncio que a rodeia causa espanto maior se o comparamos com o interesse e fama generalizada de Malangatana. De facto, o peso da ideologia patriarcal da Crítica e da História da Arte que omitiu mulheres artistas remetendo-as para notas de rodapé, não promovendo a aquisição nem o visionamento das suas obras, perpetuou o domínio masculino no mundo da arte.

A posição híbrida de Bertina Lopes também não ajudou no conflito cultural e racial que se seguiu à independência. O seu trabalho reconciliou as raízes africanas com a estética das vanguardas europeias e americanas e com as referências históricas e culturais das geografias onde viveu. Era difícil encaixar a sua diáspora, o amor a Roma e a vida transcontinental numa jovem nação moçambicana que se reconstruía e que necessitava de uma identidade cultural estável, razão pela qual se tornou mais conhecida fora do seu país e só recentemente foi realçada pela historiadora de arte Alda Costa.

Na introdução do ensaio “Archival Images of the *Estado Novo* in Portuguese Film: A Gendered Perspective in *Brandos costumes* (1975), *Natal 71* (1999) and *Natureza Morta* (2005)”, Margarida Esteves Pereira põe em evidência que *Brandos costumes*, filme realizado por Alberto de Seixas Santos, inicia uma crítica ao salazarismo através do uso de imagens de arquivo, estratégia que será usada em diver-

sos documentários após a Revolução. Segundo a autora, este mesmo viés crítico encontra-se presente em filmes como *Natal 71* (1999), de Margarida Cardoso, e *Natureza morta* (2005), de Susana Sousa Dias. Mas sublinha também as diferenças: *Brandos costumes* e *Natureza morta* são obras experimentais, o primeiro ficção e o segundo documentário, tal como *Natal 71*. *Brandos costumes* foi realizado entre 1972-1974, as outras obras foram realizadas várias décadas depois com todas as diferenças e tempos de percepção.

Brandos costumes fala-nos da morte de Salazar e do regime, mas cruza-se e baseia-se na *Carta para o seu pai* de Franz Kafka. Neste caso uma jovem filha deseja a morte do seu pai e o desaparecimento da sociedade patriarcal que ele personifica, pondo em paralelo a vida de uma família tradicional portuguesa de classe média, com a vida de uma nação.

Como Margarida Esteves Pereira nota, as realizadoras não viveram ou eram apenas crianças no tempo da ditadura, mas desejam olhar para esse período interrogando a memória coletiva e cultural do país. *Natal 71* expõe memórias pessoais e coletivas de cultura material e imaterial do tempo da Guerra Colonial, recorrendo a arquivos privados e institucionais, grande parte da RTP. *Natureza morta* é ainda mais experimental. Faz parte de um conjunto de filmes em que Susana Sousa Dias aborda os anos da ditadura usando os arquivos do Exército e as fotos dos prisioneiros políticos da PIDE. Evitando as palavras, usa a câmara lenta, reenquadramentos, imagens que não foram aproveitadas e que permitem realçar o que no tempo era considerado como, por exemplo, a presença das mulheres.

Na conclusão deste ensaio cativante, faz-se notar que estes trabalhos são uma evidência do “efeito arquivo” e sublinha a importância das interrogações que estes filmes de apropriação levantam, como momentos de abertura a constantes interpretações e reconstruções da memória.

O ensaio de Rui Miranda “*Yvone Kane, Memory, Mourning, and Melancholia: Unresolved Pasts and ‘Lost Futures’*” aborda o filme luso-brasileiro-moçambicano *Yvone Kane* (2014), realizado por Margarida Cardoso, no qual o legado colonial e imperial é interrogado. Miranda lembra que um dos motores da realizadora é a necessidade de investigar algo que lhe revelará um mistério. A nebulosidade identitária manifesta-se em *Yvone Kane* nas figuras desterritorializadas da protagonista Rita Moreira, de seu irmão Jaime e de sua mãe Sara. Quando a realizadora foi questionada sobre as diferenças entre *A costa dos murmúrios* (2004) e *Yvone Kane*, apontou o fim de duas eras: a era colonial no primeiro e a revolução comunista no segundo.

Rui Miranda evoca o livro de Jacques Derrida, *Espectros de Marx* que aborda o “tele-tecno-capitalismo” e o livro *O fim da História e o último homem* de Francis Fukuyama, exemplo, segundo Derrida, de “retórica neoliberal”. Evoca também o documentário de Margarida Cardoso *Kuxa canema: o nascimento do cinema* que, tal como o filme que se considera, revela os legados do sonho e da ideologia comunista.

Yvone Kane revisita o período revolucionário a partir da figura de uma mulher que simultaneamente é um mito e uma figura histórica, elaborando uma crítica e reapreciação do papel da mulher na ideologia e discurso revolucionário, alinhando com a proposta de F. Vergès de feminismo decolonial, em luta contra o racismo, capitalismo e imperialismo. O filme ilumina o “Novo Homem” do socialismo revolucionário confrontando o *homo oeconomicus* do neoliberalismo e o *homo memoricus*.

Recorrendo a E. Traverso, Miranda frisa a crise de imaginação utópica no início do século XXI, marcando uma nova etapa na forma como a memória coletiva é construída. Nota que a erosão da participação política remete todos para a obsessão do consumo. Por outro lado, o resgate da figura da guerrilheira e comissária política Yvone Kane sublinha as vias pelas quais o feminismo revolucionário e as lutas de libertação revolucionária têm, apesar das tensões, objetivos políticos partilhados. Yvone Kane personifica conscientemente, ainda que de modo incompleto, um “Homem Novo” do século XXI.

Como pertinentemente observa o autor do ensaio, o envolvimento criativo da realizadora ao reconceitualizar, reemoldurar e fabricar novos materiais de arquivo faz com que o passado seja não só para ser recordado, mas para ser trabalhado e interpretado. Nota também que a melancolia espectral de *Yvone Kane* faz referência a um “lento cancelamento do futuro” ou a um “futuro perdido” na senda de Bifo Berardi.

Concluo com um convite entusiasmado à leitura deste volume que reúne ensaios de diferentes áreas disciplinares, mas que reflectem muitas vezes temas comuns como o peso do colonialismo, o feminismo, o capitalismo, o racismo, os arquivos, o hibridismo cultural e como se manifestam em diversas expressões artísticas.

Referências

Macedo, Ana Gabriela, Margarida Esteves Pereira, Joana Passos, & Márcia Oliveira, eds. 2024. *Women the Arts, and Dictatorship in the Portuguese Speaking Context: Tensions, Disputes and Post-Memory Heritage*. De Gruyter.

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Leandro, Sandra. 2025. “Recensão: *Women, the Arts, and Dictatorship in the Portuguese Speaking Context: Tensions, Disputes and Post-Memory Heritage*, organizado por Ana Gabriela Macedo, Margarida Esteves Pereira, Joana Passos & Márcia Oliveira. De Gruyter, 2024.” *ex æquo* 52: 246-255. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.19>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Leandro, Sandra. (2025). Recensão: *Women, the Arts, and Dictatorship in the Portuguese Speaking Context: Tensions, Disputes and Post-Memory Heritage*, organizado por Ana Gabriela Macedo, Margarida Esteves Pereira, Joana Passos & Márcia Oliveira. De Gruyter, 2024. *ex æquo*, 52, 246-255. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.19>



Este é um texto de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



DOSSIER: CONSENTIMENTO E VIOLÊNCIA SEXUAL | CONSENT AND SEXUAL VIOLENCE

INTRODUCTION: A FEMINIST CONVERSATION ON CONSENT AND SEXUAL VIOLENCE: CONTINUUM, CONTRADICTION, OR CONUNDRUM? *Maria João Faustino, Isabel Ventura & Alessia Tranchese*

MOVING BEYOND SEXUAL CONSENT: EXPLORING MUTUALITY AS A STANDARD FOR SEXUAL ETHICS. AN INTERVIEW WITH SHARON LAMB. *Maria João Faustino*

PERCEPTIONS OF CONSENT AMONG COLLEGE STUDENTS: THE EFFECTS OF PERPETRATOR, TARGET, AND PERCEIVER GENDER. *Frank Kotey, Maureen C. Kenny & Jasmin Hernandez*

#METOO E ACADEMIA: UMA ANÁLISE DAS PERCEÇÕES DE DOCENTES E INVESTIGADORAS PORTUGUESAS. *Maria Helena Santos, Maria João Faustino, Carla Cerqueira & Júlia Garraio*
AS RELAÇÕES DE INTIMIDADE ENTRE CASAIS HETEROSSEXUAIS: DO DESEJAR AO CONSENTIR. *Iolanda Fontaínhas & Ana Maria Brandão*

A VIOLÊNCIA SEXUAL NAS RELAÇÕES DE NAMORO ENTRE JOVENS EM PORTUGAL: O CONSENTIMENTO PARA BEIJAR E TER RELAÇÕES SEXUAIS. *Ana Simão Marques, Margarida Pacheco, Cátia Pontedeira, Camila Iglesias & Liliana Rodrigues*

VIOLÊNCIA SEXUAL EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO MEDIÁTICO NA IMPRENSA ONLINE. *Ana Guerreiro, Sandra Lemos, Tatiana Mendes & Liliana Rodrigues*

IMAGE-BASED SEXUAL ABUSE: CHANGES IN THE PORTUGUESE CRIMINAL FRAMEWORK. *Mariana Vilas Boas*

FORCE: A COSTURA COMO PRÁTICA FEMINISTA DA ARTE CONTRA A CULTURA DO ESTUPRO E PROMOÇÃO DO CONSENTIMENTO. *Gabriela Traple Wieczorek*

“A LITERATURA É ESSE ESPAÇO DA LIBERDADE, ONDE A GENTE PODE FAZER O QUE QUISER”. ENTREVISTA COM TATIANA SALEM LEVY. *Júlia Garraio*

ESTUDOS E ENSAIOS

REGIME MILITAR BRASILEIRO E MULHERES INDÍGENAS: VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS. *Eduardo Vergolino & Gabriela M.P. Lins Vergolino*

NARRATIVAS E ILUSTRACIONES DE MUJERES INDÍGENAS Y ARTESANAS EN ECUADOR *Fanny Tubay-Zambrano*

“ME SIENTO COMO... DECONSTRUIDO”: MASCULINIDADES E IGUALDAD DE GÉNERO EN LA SERIE ESPAÑOLA MACHOS ALFA (NETFLIX: 2022-). *Sonia Dueñas Mohedas, Natalia Martínez Pérez & Nerea Cuenca-Orellana*

LAS CHICAS HABLAN: EXPERIENCIAS DE LAS ADOLESCENTES EN LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA E INTERÉS POR LOS ESTUDIOS EN CIENCIAS DE LA ACTIVIDAD FÍSICA Y EL DEPORTE. *Laura Moreno-Vitoria, María-Nieves Sánchez-Díaz, Paula Bianchi & Ruth Cabeza-Ruiz*

RECENSÕES

OS SENTIDOS DO CONSENTIMENTO: DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL. RECENSÃO DE EL SENTIDO DE CONSENTIR, DE CLARA SERRA. NUEVOS CUADERNOS ANAGRAMA, 2024. *Mariana T. de Aquino Ribeiro & Marcos Nascimento*

FEMINISMOS EM EDUCAÇÃO: DAS MARGENS AOS EPICENTROS EPISTEMOLÓGICOS DOS ESTUDOS DA INFÂNCIA, DE ANDREA MORUZZI. EDITORA DIALÉTICA, 2025. *Daniela Sofia Neto*

POR UMA HISTÓRIA COM MULHERES: COMPREENSÕES E CAMINHOS EM CLASSE, RAÇA E GÊNERO, COORDENADO POR PÂMELA PERES CABREIRA & LIVIA CASSEMIRO SAMPAIO. DESALINHO PUBLICAÇÕES, 2022. *Teresa Pinto*

WOMEN, THE ARTS, AND DICTATORSHIP IN THE PORTUGUESE SPEAKING CONTEXT: TENSIONS, DISPUTES AND POST-MEMORY HERITAGE. ORGANIZADO POR ANA GABRIELA MACEDO, MARGARIDA ESTEVES PEREIRA, JOANA PASSOS & MÁRCIA OLIVEIRA. DE GRUYTER, 2024. *Sandra Leandro*

15€

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

ISSN 0874-5560



PUBLICAÇÃO SEMESTRAL